UMA TRAJETÓRIA DA ARQUIVÍSTICA A PARTIR DA ANÁLISE DO DISCURSO

INFLEXÕES HISTÓRICO-CONCEITUAIS

THIAGO HENRIQUE BRAGATO BARROS

Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso

THIAGO HENRIQUE BRAGATO
BARROS

UMA TRAJETÓRIA DA ARQUIVÍSTICA A PARTIR DA ANÁLISE DO DISCURSO

INFLEXÕES HISTÓRICO-CONCEITUAIS

Cultura Acadêmica
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.culturaacademica.com.br
www.livrariaunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

B283r

Barros, Thiago Henrique Bragato
Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso [recurso eletrônico]: inflexões histórico-conceituais / Thiago Henrique Bragato Barros. – 1.ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
Recurso digital

Formato: ePub
Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-85-7983-661-9 (recurso eletrônico)

1. Arquivologia. 2. Representação arquivística. 3. Livros eletrônicos. I. Título.

15-26794 CDD: 025.3414
CDU: 930.251

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)

Editora afiliada:

Agradecimentos

Algumas pesssoas foram fundamentais para a trajetória do trabalho apresentado neste livro, em especial, o professor doutor João Batista Ernesto de Moraes, que desde 2004 acredita em mim. Na época, creio que ele viu algo em mim que eu não via e talvez ainda tenha dificuldade para ver.

Agradeço ao Tom Nesmith. Além de seu papel essencial no desenvolvimento teórico do trabalho, foi um grande conselheiro e amigo em momentos difíceis.

À Natália Bolfarini Tognoli, amiga de todas as horas e companheira das jornadas da academia e da vida.

Ao José Augusto Chavez Guimarães, pelo carinho e apoio ao longo de meu percurso acadêmico.

Ao papai.

À tia madrinha.

À tia Gui.

Sumário

Prefácio

A Arquivística vem sendo construída no Brasil desde o século XIX. Um dos grandes marcos dessa trajetória foi a criação do então Arquivo Público do Império, em 1838. De lá para cá, vários momentos importantes aconteceram. Aqui cabe destacar um deles: a chegada da Arquivística nas universidades brasileiras.

O livro *Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso*: inflexões histórico-conceituais, de Thiago Henrique Bragato Barros, é mais um produto desse acontecimento. É fundamental destacarmos isso como mais um movimento de consolidação da área como disciplina científica. Parte considerável do conhecimento arquivístico está, aos poucos, mas em velocidade constante, deslocando-se das instituições arquivísticas, como ocorria nas décadas de 1970 e 1980, para as universidades. Não se trata de um deslocamento apenas geográfico, a natureza dos estudos também tem sofrido alterações. Estamos saindo do relato de experiências para a tentativa de elaboração de bases metodológicas e teóricas para o "que fazer" arquivístico, ou seja, estamos construindo, efetivamente, conhecimento científico, e este é um passo muito importante.

A entrada da Arquivística no ambiente acadêmico brasileiro mostrou a necessidade de um aprofundamento teórico que possibilitasse a superação das práticas existentes. Essa relação não é tão

direta como parece nem mudou profundamente o cenário arquivístico, mas criou outras perspectivas e uma nova agenda.

Os problemas arquivísticos existentes nas organizações públicas e privadas brasileiras são muito grandes e complexos. Ao lidarmos com eles, padecemos ainda com uma base teórica e metodológica pequena, ou melhor, insuficiente. Esse distanciamento somente poderá ser encurtado com o desenvolvimento de pesquisas. E, nesse ponto, parte-se do pressuposto formulado pelo arquivista canadense Jean-Pierre Wallot, ex-presidente do Conselho Internacional de Arquivos, para quem, sem a pesquisa, a Arquivística está condenada a permanecer como um corpo de práticas e de receitas sem racionalidade científica. O fato de constituir uma disciplina com finalidades pragmáticas coloca-a em uma fronteira perigosa com o empirismo. É necessário, portanto, buscar uma fundamentação teórica para o tratamento dos arquivos.

O trabalho apresentado neste livro é uma prova viva dessas afirmações, pois é resultado da pesquisa científica, desenvolvida no âmbito de um Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

O trabalho de Thiago Barros é fruto desse contexto de mudança e deslocamento da produção do conhecimento e da sedimentação da Arquivística no Brasil, para usar um termo adotado pelo autor. O livro, que é originário de sua tese de doutorado, buscou, a partir de uma abordagem crítica, analisar a discussão sobre a teoria e a prática arquivísticas para entender sua natureza, sua conformação e seus movimentos fundamentais.

O autor expõe, de maneira clara, que o visível amadurecimento da área não esconde a carência de sistematização conceitual, como outros autores já tinham chamado a atenção.

A novidade do seu trabalho é olhar para a Arquivística sob o viés discursivo dos seus personagens principais: os autores e as instituições. Apesar da presença cada vez maior do conhecimento produzido nas universidades, as instituições arquivísticas ainda desempenham um importante papel e influenciam sobremaneira as práticas.

Thiago Barros seleciona o que chama de representação arquivística, que é formada pelas funções arquivísticas classificação e descrição, para analisar o discurso na Arquivística. Trata-se, no meu entendimento, de uma escolha feliz. Luís Carlos Lopes, na década de 1990, afirmou que o cerne das práticas arquivísticas era constituído pela classificação, avaliação e descrição. Portanto, é interessante tomar a classificação e a descrição como pontos de partida para entender os "elementos fundamentais que dão suporte à Arquivística", como propõe o autor.

O marco principal do trabalho que originou este livro é reunir, para investigar o percurso percorrido em termos de representação arquivística, as práticas no Brasil, no Canadá e na Espanha. Essa delimitação justifica-se sobretudo pela influência desses dois países na Arquivística executada no Brasil. Os autores analisados são do peso de um Terry Cook e Hugh Taylor (Canadá), Antonia Heredia Herrera e José Ramón Cruz Mundet (Espanha), Heloísa Liberalli Bellotto e José Maria Jardim (representando o Brasil). No âmbito institucional, buscou-se a Library and Archives (Canadá), o Archivo Histórico Nacional (Espanha) e o Arquivo Nacional (Brasil).

Esse empreendimento proposto por Thiago Barros foi alicerçado a partir dos princípios da Análise do Discurso de matriz francesa. Esse foi o aporte metodológico do estudo. Na leitura será possível encontrar as definições e os princípios metodológicos da Análise do Discurso, que objetivaram o delineamento do método para sua aplicação em estudos de Arquivística.

Um dos pontos altos deste livro que você está prestes a ler é a constatação de que os estudos históricos em Arquivística são cronológicos e descritivos. O autor demonstra que a contextualização histórica não é uma prática comum aos estudos teórico-epistemológicos.

Percebe-se claramente que o livro, como um todo, é prova da maturidade de um profissional egresso de um momento muito profícuo da área, que vem se transformando e ganhando novos contornos com essa aproximação que aconteceu e está acontecendo com a academia.

O caminho da construção, consolidação e sedimentação de uma área do conhecimento humano, como sabemos, é muito longo. Mas a parte que já foi trilhada e a que está sendo trilhada aponta para grandes conquistas no futuro.

Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Introdução

Pode-se afirmar que a Arquivística, ou Arquivologia, é uma área de construção teórica recente. Os seus princípios fundamentais surgiram ao longo do século XIX, na França, na Prússia e nos Países Baixos (Foscarini, 2009). O ponto alto do período foi a publicação, no final do século, do manual conhecido no Brasil como *Manual dos arquivistas holandeses* (1898). Este livro, que apresenta princípios e regras sobre como organizar um arquivo, serviu por anos como uma das bases para a organização de arquivos nos moldes modernos propostos pela história positivista.

Nessa obra já se percebem tentativas de normalizar a terminologia arquivística, com o intuito de tornar claros os seus instrumentos. Para os autores, os arquivistas deveriam utilizar a mesma terminologia para os vários tipos de inventários (Muller; Feith; Fruin, 1973).

O problema de definição terminológica perpetuou-se ao longo do percurso da disciplina, passando pela obra de Jenkinson, Casanova, Schellenberg, até a década de 1990, na qual as associações e sociedades e o próprio Conselho Internacional de Arquivos buscaram estabelecer parâmetros terminológicos, através do *Dicionário de Terminologia Arquivística* (1996), da Associação de Arquivistas de São Paulo, ou mesmo do *Glossary of archival and records termi-*

nology (2014), da Sociedade Americana de Arquivistas, ou ainda do *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005), do Arquivo Nacional.

Nesse campo, existe a necessidade fundamental de que os arquivistas se reconheçam como profissionais, e a normalização terminológica constitui um grande passo para isso (Dryden, 2005).

O próprio nome da disciplina, ou a separação entre ensino, teoria e técnica, causou certa confusão, e isso continua acontecendo. Em inglês, por exemplo, emprega-se Archival Science para nomear a disciplina e Archival Studies para remeter ao curso universitário, distinguindo a teoria do seu estudo.

No Brasil, os dicionários técnicos consideram os termos "Arquivística" e "Arquivologia" como sinônimos, podendo-se utilizar ambos para designar a mesma disciplina. Por uma questão de coerência – uma vez que os termos mais utilizados nas línguas latinas são Archivística (em espanhol), Archivistique (em francês) e Archivistica (em italiano) –, optou-se, neste livro, por utilizar o termo Arquivística para designar a disciplina e o conjunto de teorias, e Arquivologia em referência ao curso universitário.

Outra ponderação terminológica a ser feita concerne às funções de descrição e classificação como parte do processo de representação arquivística. O termo "representação" permite uma mais ampla compreensão desses processos, na medida em que

> é usado para referenciar ambos os processos ou atividades de representação e para os objetos produzidos por essa atividade. [...] O processo de representação busca estabelecer uma correspondência sistemática entre o domínio alvo e o domínio modelado para captura, ou representar, por meio do domínio de modelação, o objeto, dado ou informação do domínio alvo. (Jacob, 1998, p.146, apud Yakel, 2003, tradução nossa)

> [...] Representação refere-se aos dois processos de arranjo (respeitando ou desrespeitando a ordem) e descrição, assim como à criação

> de instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos) e sistemas (fichas catalográficas, bases de dados bibliográficas e bases de dados arquivísticas) como resultado dessas atividades. É claro como a criação de substitutos se relaciona com a representação. (Yakel, 2003, p.2, tradução nossa)

Ao se perceber o processo de representação arquivística (descrição/classificação) a partir desse empréstimo da área da Ciência da Informação, que amplia e dá nova sustentação a essas atividades nucleares da Arquivística, vai-se ao encontro da definição de Yakel.

A fim de tipificar a análise da Arquivística enquanto disciplina e instância discursiva, mostrou-se necessário definir teoria e prática, pois lida-se com ambas as esferas. Japiassú e Marcondes (2008) trazem a definição de teoria da filosofia grega:

> [...] 1. Na acepção clássica da filosofia grega, conhecimento especulativo, abstrato, puro, que se afasta do mundo da experiência concreta, sensível. Saber puro, sem preocupação prática. 2. Modelo explicativo de um fenômeno ou conjunto de fenómenos que pretende estabelecer a verdade sobre esses fenómenos, determinar sua natureza. Conjunto de hipóteses sistematicamente organizadas que pretende, através de sua verificação, confirmação ou correção, explicar uma realidade determinada. [...] (p.184)

Com base nessa definição, pode-se entender a teoria dos arquivos como o conjunto de conhecimentos e princípios que, afastado dos arquivos em si, procura explicá-los e conceituá-los, buscando expor sua realidade, contribuindo para a preservação dos documentos e o acesso a eles.

As teorias desenvolvidas pela Arquivística formam um conjunto pouco coeso de técnicas voltadas ao tratamento dos arquivos, ou seja, refletem na prática profissional.

No caso da prática, para Japiassú e Marcondes (2008), pode-se entendê-la como algo

> [...] 1. que diz respeito à ação. Ação que o homem exerce sobre as coisas, aplicação de um conhecimento em uma ação concreta, efetiva; ex. "saber prático". Conhecimento empírico, saber fazer algo. 2. Razão prática. Segundo Kant, respondemos à questão teórica "o que podemos saber?" pelo exame das condições *a priori* do conhecimento, enquanto que respondemos à questão prática "o que devemos fazer?" pelo estabelecimento das leis da ação moral. "Tudo na natureza age de acordo com as leis. Há apenas um ser racional que tem a faculdade de agir a partir da representação das leis, isto é, a partir dos princípios, em outras palavras, que tem vontade. Uma vez que para derivar as ações das leis a razão é necessária, a vontade não é senão a razão prática" (Kant, *Metafísica dos costumes*). (p.156)

Prática, nesse sentido, seria a aplicação do conhecimento, pela Arquivística, em uma realidade específica. Seria um saber prático da Arquivística, o que significa que, no trabalho com os arquivos, a prática será sempre um espelho. Um espelho é reflexo do real, mas não é o real, e é neste sentido que percebemos a aplicação da teoria dos arquivos nos arquivos em si.

A disciplina experimentou profundas mudanças a partir da década de 1980, no campo prático e no teórico. No âmbito teórico, essas modificações aconteceram em decorrência das publicações de uma série de autores das correntes anglo-saxônicas, com o predomínio do Canadá, da Austrália e da Nova Zelândia, países que, nos últimos trinta anos, buscaram esquematizar uma prática técnico-científica diferente daquela tradicionalmente desenvolvida na Europa. Assim, aproximaram a Arquivística dos métodos de compreensão e estudo próprios das Ciências Humanas, através de autores como Terry Cook, Hugh Taylor, Brien Brothman e Tom Nesmith, refletindo sobre aspectos até então pouco explorados no universo teórico da disciplina.

Podem ser citados também autores que buscaram dar sustentação às atividades arquivísticas, a partir de uma perspectiva epistemológica, com destaque para David Bermman, Chris Hurley e Verne Harris.

Destacam-se também os esforços de redefinição e rearranjo, baseados nos preceitos tradicionais da área, por parte de autores que buscaram circunscrever o campo de atuação da disciplina, como Carol Couture e Jean-Yves Rousseau, dentre outros.

A ampliação e a revisão teórica dos últimos trinta anos sinalizam para uma profunda mudança no universo de atuação do arquivista. As instituições encontraram novas maneiras de produzir e organizar seus documentos, em um universo administrativo no qual é massivo e irreversível o uso de tecnologias multimídia, que se apresentam como o maior desafio para os arquivistas e a Arquivística do presente e do futuro. A disciplina tem buscado respostas para resolver os problemas atuais dos sistemas de gestão de documentos, pensando naqueles que devem ser preservados para o futuro.

É necessário ressaltar que a construção e o percurso da Arquivística estiveram inegavelmente atrelados, desde o início, em maior ou menor grau, à construção da historiografia, à medida que os documentos custodiados pelas instituições arquivísticas como um todo serviram e continuam servindo como uma fonte para a reconstrução do passado no presente. Além disso, o modo como os historiadores escreveram a história no passado e a escrevem atualmente tem reflexos na organização dos arquivos e, portanto, na construção da sua teoria, especialmente durante o século XIX e no início do século XX.

A Arquivística abordada neste livro é aquela da Espanha e do Canadá. No caso do Brasil e de alguns outros países da América do Sul, os diálogos sobre o desenvolvimento da área serão correlacionados com a História ou a Biblioteconomia (Ciência da Informação), devido ao seu desenvolvimento tardio, em comparação com os países de América do Norte e da Europa.

Galloway (2006) esclarece que isso também acontece com o arquivista, à medida que ele avalia e seleciona o que poderá ser lembrado e usado para a escrita da história ou de qualquer outra área da ciência ou das relações sociais. Porém, ao longo do seu desenvolvimento, a Arquivística e a História funcionaram como duas atividades prático-científicas que sempre estiveram atreladas e guardam uma relação impactante entre si.

A Arquivística, no entanto, tem buscado redefinir a sua relação com a História, já que o uso dos documentos de arquivo, nos últimos cinquenta anos, foi se modificando. As suas abordagens e a sua organização estiveram atreladas a essas mudanças, uma vez que o historiador não é o único usuário dos arquivos, pois há uma gama muito maior e mais complexa de instituições e pessoas que legitimam a constituição dos arquivos.

Apesar disso, a Arquivística não abandonará a sua filiação à História, pois o discurso arquivístico está calcado numa relação secular entre a sua prática e a historiografia. É claro que, a partir da década de 1950, a disciplina estabelecerá relações com outras áreas e ampliará seu campo de atuação e seu quadro teórico-metodológico. Contudo, enquanto espaço de construção teórica, a Historiografia permanece como uma base fundamental para ela. Prova disso é o próprio desenvolvimento da Arquivística pós-moderna de Nesmith e Cook.

Esses autores buscam fundamentalmente uma ressignificação do princípio da proveniência, como um princípio intelectual com múltiplos significados na dinâmica institucional, tendo como pano de fundo o pós-modernismo, com vista à desconstrução das relações práticas e teóricas tradicionais da área em relação, por exemplo, às artes plásticas.

Ao tomarem a jornada pós-modernista como base para a compreensão da Arquivística, pretendem dizer que a instituição arquivo será responsável por determinar o que deve ou não ser lembrado, avaliado e acessado, no que diz respeito aos documentos jurídico-administrativos, moldando, representando, simbolizando a relação entre esses documentos e a sociedade. Seu objetivo final é a desconstrução dos preceitos e dos sentidos clássicos presentes na teoria arquivística, buscando a ampliação das responsabilidades dos arquivistas.

O sentido e o significado dos documentos é mutável, e eles assumem novos valores ao longo do tempo. Um documento do banco de investimento Lehman Brother, por exemplo, foi atirado do edifício Word Trade Center durante os atentados de 11 de setembro e recu-

perado por um pedestre que assistia ao ocorrido. Para essa pessoa, esse documento terá um sentido completamente diferente daquele para o qual foi produzido. Isso mostra que o sentido e os significados dos documentos modificam-se, em suas metanarrativas, de acordo com Cook (2001).

Do mesmo modo, os motivos para a produção de documentos não são estáticos nem neutros, e este é um dos fundamentos básicos dessa nova perspectiva, o que alguns autores chamam de "redescoberta da proveniência" (Millar, 2002; Yeo, 2012; Nesmith, 2004).

É possível ainda, especialmente na tradição australiana e na franco-canadense, uma ampliação da compreensão do papel do arquivista, visto que o universo organizacional das instituições desses locais é diferente. Nota-se, por parte dos arquivistas, uma busca constante por mudanças de postura frente a suas técnicas e práticas, bem como ao papel das instituições privadas e públicas coletoras de arquivos.

Outro aspecto fundamental dessa reconfiguração e redefinição foi o aparecimento, desde a década de 1980, de estudos sobre a ética em relação a diversos níveis da profissão e à atividade arquivística. Uma vez que o posicionamento teórico vem sendo revisto, o arquivista também precisa reavaliar o seu posicionamento e as suas responsabilidades. Nesse aspecto, destacam-se autores como Richard J. Cox, Verne Harris e David Horn.

No Brasil, a área também vem passando por uma ampliação da sua institucionalização profissional e científica, acompanhando, de certo modo, o desenvolvimento global. Prova disso é o aumento no número de cursos de graduação em Arquivologia em todo o país e a maior atuação dos arquivistas nos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação, História, Comunicação e áreas afins, em nível de mestrado e doutorado, pois a área busca discutir e estabelecer-se como uma disciplina científica no país, iniciando, assim, um longo processo de sedimentação.

A ampliação institucional tem algum reflexo no âmbito teórico, mas ele ocorre de maneira mais profunda no universo da atuação, uma vez que tem crescido exponencialmente o número de profis-

sionais da área. Percebe-se ainda um incremento na produção de artigos científicos, dissertações e teses que abordam a Arquivística. Nota-se também a participação mais ativa de arquivistas em eventos das áreas de História, Ciência da Informação e Administração, tradicionalmente correlacionadas à Arquivística.

Em uma busca sobre o assunto no banco de teses e dissertações da Capes (2013), foram encontradas 219 teses ou dissertações envolvendo a Arquivística defendidas no país desde 1987, o que sinaliza uma ampliação de tópicos voltados às suas práticas e teorias.

Constata-se também o início de uma internacionalização dos eventos profissionais da área que ocorrem no país, pois a disciplina busca respostas e exemplos no exterior aplicáveis à realidade brasileira.

Apesar desse novo panorama, a Arquivística no Brasil passa por um processo de sedimentação no que diz respeito a questões teóricas e profissionais, principalmente por sua recente institucionalização universitária e pelo instrumental teórico desenvolvido no país na atualidade.

A redefinição e reconfiguração teórico-prática da Arquivística ocorrem não só em países anglo-saxões, mas também em outros, como Espanha e França, em que se destacam nomes importantes, como Alberto Tamayo, José Ramón Cruz Mundet, M. Paz Martín-Pozuelo Campillos, Ramon Alberch Fugueras, Michel Duchein e Bruno Delmas. Considerados por alguns autores como neojenkinsonianos,[1] são responsáveis por uma revisão e sedimentação do pensamento tradicional da área, buscando em seu núcleo tradicional as respostas para os problemas arquivísticos contemporâneos.

Percebe-se, no levantamento dos marcos históricos aqui apresentados, que a Arquivística carece de estudos voltados para uma relação epistêmica entre seus métodos e suas teorias, uma vez que existem problemas de ordem terminológica e conceitual, os quais,

1 Luciana Duranti, José Ramón Cruz Mundet, Carol Couture, dentre outros, podem ser considerados adeptos dessa linha de pensamento.

muitas vezes, são identificados, mas não discutidos no bojo da Arquivística, tanto em sua vertente teórica, por meio de artigos científicos, manuais e anais de eventos, quanto em sua vertente prática. Nas próprias políticas de instituições arquivísticas, percebe-se a necessidade de definição para essas questões de ordem terminológica e conceitual.

No trabalho que originou este livro, com o auxílio da análise do discurso francesa, especialmente as apropriações estabelecidas entre Michel Pêcheux e Michel Foucault, construiu-se um estudo histórico-discursivo das teorias e práticas arquivísticas, buscando, em sua episteme, as relações de poder/saber nela presentes.

A própria dificuldade para a definição e o estabelecimento de balizas para o que se analisa, e também para o modo como se analisa, diz algo a respeito do *status* científico da Arquivística. Quando a nossa pesquisa se iniciou, em 2010, objetivava-se estudar os conceitos de classificação e avaliação conjuntamente com aqueles oriundos da descrição. Seriam necessárias várias teses para contemplar tudo o que foi proposto quando se elaborou o projeto.

Com o passar do tempo e o início da elaboração do texto do trabalho do qual derivou este livro, percebeu-se a necessidade de readequação e redefinição dos nortes dados à pesquisa.

Em primeiro lugar, é necessário dizer que a descrição e a classificação, pelas suas características conceituais e práticas, são atividades essenciais para a teoria e a prática arquivísticas, uma vez que, desde o uso da Diplomática como base para a representação dos documentos, são as funções que respondem ao que leva à construção e constituição de arquivos em primeira instância.

A partir de uma abordagem crítica, neste livro será apresentada uma discussão sobre a prática e a teoria arquivísticas, segundo um viés histórico-discursivo, em busca de elementos que possam contribuir para esclarecer alguns movimentos fundamentais que dão suporte à Arquivística.

Nele será construído um panorama histórico da Arquivística, em busca de esclarecer alguns dos fundamentos teórico-discursivos da área, ou seja, com um objetivo fundamentalmente epistemológico.

A discussão crítica se estabelecerá no contexto da Arquivística na atualidade e responde a uma constatada carência de sistematizações conceituais, como já demonstrado pelos estudos de Hurley (1993; 1995), Cook (2001a; 2001b) e Fredriksson (2003).

Diante da constatação da falta de reflexões críticas sobre os fundamentos básicos que regem a Arquivística na atualidade, propõe-se uma análise da representação arquivística, visando estabelecer e ressaltar as relações entre os discursos institucional e acadêmico na área, uma vez que a descrição/classificação são funções fundamentais no universo dos arquivos.

O percurso percorrido será o histórico-conceitual, o qual circunda a noção de representação arquivística, das suas práticas no Brasil, no Canadá e na Espanha. Será observado como elas acontecem nas instituições arquivísticas desses países. No caso da teoria, a análise dos conceitos acompanhará o percurso histórico e se baseará nele, identificando-se os autores representativos dessas tradições:

- Terry Cook e Hugh Taylor (Arquivística pós-moderna/funcional), do Canadá;
- Antonia Heredia Herrera e José Ramón Cruz Mundet (Arquivística moderna), da Espanha;
- Heloísa Belloto e José Maria Jardim (Arquivística moderna X Arquivística para além da moderna), do Brasil.

Visando oferecer elementos sobre a discursividade da disciplina no âmbito institucional, foram selecionados três arquivos: Library and Archives, pertencente ao Canadá; Archivo Histórico Nacional, da Espanha; e Arquivo Nacional, do Brasil. Ressalte-se que a coleta de dados para a pesquisa apresentada neste livro ocorreu *in loco* e digitalmente, por intermédio do próprio website dessas instituições e de contato por e-mail com alguns de seus diretores.

É importante destacar que as tradições canadense e espanhola foram escolhidas devido à sua influência na formação do pensamento arquivístico brasileiro. A corrente canadense, por exemplo, influenciou pesquisadores como Luis Carlos Lopes (UFF), enquanto a corrente espanhola forneceu subsídios para pesquisadores como Heloísa Bellotto (USP).

Os arquivos escolhidos para o *corpus* de análise reúnem instituições que produzem e estabelecem políticas relacionadas à representação, utilizadas por arquivos estaduais e provinciais ou até mesmo municipais. Por essa razão, ofereceriam estratos de análise significativos com o menor conjunto institucional possível.

No caso dos autores, a seleção ocorreu com base no próprio percurso da Arquivística nos países, na medida em que esses autores representam, de algum modo, enunciados fundamentais para o desenvolvimento da Arquivística nas tradições/perceptivas estudadas.

Uma vez definido o *corpus* de análise, isto é, as instituições que abrigam ou produzem os materiais analisados na nossa pesquisa, os dados foram coletados por meio de revisão bibliográfica das obras consideradas fundamentais no que concerne à representação de arquivos.

Como método da análise, foram utilizados os próprios princípios de análise do discurso de matriz francesa, enquanto aporte metodológico.

A Arquivística, enquanto parte de formações discursivas ou produto delas, foi o terreno escolhido para a análise, a partir da apropriação da "análise arqueológica" enunciada por Foucault em *Arqueologia do saber*, construída e evidenciada ao longo de sua obra.

A análise arqueológica é uma apropriação feita pela análise do discurso, a partir de 1975, que buscou ampliar seus preceitos de estudo e a compreensão do discurso, fixando-se em princípios menos fechados do que aqueles utilizados nos anos anteriores. Uma análise dessa perspectiva, a historicidade discursiva, ganhou grande importância, e o uso do conceito de formação discursiva ampliou os horizontes de discussão, sobretudo ao se lidar com discursos disciplinares.

Foucault demonstra que as "verdades" constituídas por meio do conhecimento científico dependem de noções, suposições ou de um conjunto de princípios baseados na época em que foram criados, ou seja, sob a sua perspectiva, pode-se alcançar um entendimento renovado de determinado princípio ou conceito contextualizado

sob sua própria construção histórica e suas relações disciplinares e sociais.

Neste livro, adotaram-se as perspectivas de Pêcheux e Foucault, pelas características das obras estudadas, que apresentam uma formalização e um *status* institucional contundente e permitem uma busca pelos pontos de ruptura conceitual e ideológica.

Portanto, é necessário tipificar os autores, a abordagem e os conceitos, já que se pode chegar a diferentes análises e discursos. Neste caso, a tônica do trabalho foi dada pela tendência francesa de Análise do Discurso, enfocando sobretudo as noções postuladas por Pêcheux e Foucault e seus contemporâneos, pois entende-se que essa tendência oferece mais subsídios teóricos para a compreensão do discurso proposto no nosso estudo.

Parafraseando Orlandi (1999), pode-se dizer que compreender é saber que o sentido pode ser outro. Na tese apresentada neste livro, realizou-se um estudo do discurso produzido na Arquivística em uma esfera ampla, a partir de produções linguísticas heterogêneas, buscando sentidos para os conceitos e as práticas da disciplina. Assim, compreende-se a Arquivística como uma instância significativa e passível dessa análise. Busca-se, resgatando o seu passado, compreender o atual momento de transição no qual ela se encontra.

Partindo do pressuposto de que a Arquivística possui formações discursivas e que estas se valeram de instâncias político-ideológicas dese o seu aparecimento e ao longo do seu desenvolvimento, na forma de aplicação das funções fundamentais, formulamos a hipótesde de que é possível construir um percurso histórico-conceitual da Arquivística, por meio da Análise do Discurso, em suas esferas teórico-institucionais.

A formação discursiva é um conceito que se relaciona com um conjunto de enunciados, a partir de uma posição político-ideológica, de um lugar real e de sujeitos específicos. Nesse sentido, o desenvolvimento teórico, o percurso histórico e os pressupostos técnicos da área partem de posições institucionais endossadas por uma relação político-ideológica e enunciadas por sujeitos específicos, em conjunturas determinadas.

Assim, admitiu-se no trabalho aqui apresentado que a Arquivística é nutrida por determinadas formações discursivas nos percursos estudados. Encará-la como tal é perceber que o conjunto de suas técnicas, seus saberes, seus sujeitos está relacionado com os enunciados que produz. Estes enunciados, por sua vez, relacionam-se com uma conjuntura política e ideológica, com o poder, em um jogo social estabelecido no espaço–tempo, cheio de conflitos.

Dessa forma, a Arquivística, enquanto espaço discursivo nunca finalizado, é passível de mudanças e possui os apagamentos provocados pela própria ação da ideologia e pela naturalização dessas relações teórico-práticas.

Para Foucault (1997), analisar formações discursivas é analisar os objetos de saber que surgem como acontecimentos disciplinares, buscando suporte histórico, institucional e a materialidade enunciativa que proíbe ou permite sua enunciação, o *status* científico dado ao objeto construído.

> Em cada formação, conceitos são dispostos de certa forma e utilizados conforme o campo de saber e o modo como ele se relaciona, se diferencia, se associa ou não a outros campos de saber. O mesmo se dá com os temas, eles são investidos por estratégias que qualificam ou não instituições, técnicas, grupos sociais, obedecendo a conceitos e usos que a própria prática discursiva provê. Como tal enunciado é usado e que efeitos produz, como tal discurso é controlado, qual é excluído e qual é beneficiado e prestigiado? Em função do quê? (Araújo, 2007, p.9)

Por esses motivos, no estudo apresentado neste livro foi abordado o discurso da Arquivística em dois níveis: no nível teórico, amparado principalmente por artigos científicos, manuais e ensaios, atribuindo *status* histórico-conceitual à Arquivística; no nível da instituição arquivística, nas políticas supostamente desenvolvidas a partir dos preceitos teóricos. Procurou-se compreender por que são escolhidas determinadas posições, e não outras, em relação aos principais objetos teórico-metodológicos da disciplina.

No Capítulo 1, "Por uma teoria do discurso: reconsiderações histórico-conceituais", são descritos aspectos históricos da disciplina do discurso, anteriores às suas formulações e posteriores a ela, visando delimitar historicamente a disciplina do discurso, uma vez que a nossa pesquisa buscou aportes interdisciplinares, tornando fundamental demarcar para o leitor aspectos introdutórios da disciplina e evitar equívocos causados pela leitura de textos da Análise do Discurso de maneira paralela, problema recorrente nos estudos do discurso no Brasil.

No Capítulo 2, "Por uma metodologia do discurso: noções e métodos para uma análise discursiva", são apresentadas definições e princípios metodológicos da Análise do Discurso, visando um delineamento do método para a sua aplicação em estudos de Arquivística e Ciência da Informação.

No Capítulo 3, "Arquivística espanhola, canadense e brasileira: elementos históricos e conceituais", são delimitados os aspectos gerais da disciplina no universo de análise proposto e discutem-se aspectos conceituais e epistemológicos dela, buscando conhecer como se desenvolveu na Espanha e no Brasil. Acompanha-se ainda o percurso dos arquivos e da Arquivística no Canadá, focando aspectos históricos e historiográficos da formação do país e sua relação com os arquivos, o papel da historiografia na construção arquivística do país e o posterior desenvolvimento dos métodos e princípios que se tornaram referência para a área na atualidade, visando demarcar o espaço prático e teórico da Arquivística no passado e no presente no país e demarcando as relações que estabeleceu e mantém com os Estados Unidos, o Reino Unido e a Austrália.

No Capítulo 4, "Uma Análise Arqueológica do Discurso: a representação arquivística na Espanha, no Canadá e no Brasil", são apresentadas as análises, com base no percurso histórico previamente construído, e aborda-se a Arquivística sob o viés discursivo, visando estabelecer a interdiscursividade da disciplina e suas relações teórico-práticas.

1
Por uma teoria do discurso: reconsiderações histórico-conceituais

Enquanto aporte metodológico, a Análise do Discurso é muitas vezes compreendida de maneira inadequada na área da Ciência da Informação, em especial no que diz respeito a como e por que utilizar seu método para o estudo das produções textuais (orais e escritas) provenientes dessa área específica, no campo teórico e prático, na medida em que o discurso é a materialidade da ideologia.

Portanto, é necessária não só a descrição dos métodos e dos conceitos necessários para uma análise do discurso, mas também circunscrever o histórico e os diferentes momentos pelos quais a teoria do discurso passou nos últimos quarenta anos.

Entende-se também que, ao chegar ao Brasil, a Análise do Discurso já não era a mesma do momento da sua implantação, no início da década de 1980. A ordem dos textos de Pêcheux e de seu grupo, lidos no Brasil, não correspondeu ao percurso gradual e militante realizado na França entre os anos de 1969 e 1983.

Textos da década de 1980 eram e continuam sendo lidos antes ou paralelamente a textos do final da década de 1960, num processo de prolongamento/complementação que muitas vezes dificulta o entendimento e coloca pensamentos díspares em um mesmo

arcabouço conceitual, de autores como Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau.

Esta reconsideração é importante não só pelas mudanças ocorridas ao longo do percurso da Análise do Discurso no Brasil, mas também devido a à série de reformulações pelas quais passou a escola francesa, empreendidas pelo seu principal fundador, Michel Pêcheux, como explicitado por ele próprio em artigo no qual descreve as "três épocas da análise do discurso" (1997c).

Assim, neste percurso, não objetivamos desvendar, muito menos reescrever a historiografia da Análise do Discurso e os momentos que antecederam sua formulação, mas sim demarcar seu espaço e evitar os equívocos decorrentes de sua complexidade, presentes no uso e no estudo da disciplina no Brasil, dentro ou fora da Ciência da Informação.

O campo de estudo da linguagem é bastante variado, na medida em que o seu próprio objeto – a linguagem – contempla abordagens diversas, como as da Literatura, da Filosofia, da Gramática, da Filologia e outras.

Elaborar uma historiografia dos estudos em linguagem demandaria um ou mais de um extenso estudo. Contudo, é necessário delimitar o campo de atuação da Linguística e, mais ainda, o espaço que a Análise do Discurso ocupa no amplo cenário das discussões sobre linguagem.

Mostra-se necessário buscar a história das formulações conceituais. Por meio delas, "temos a possibilidade de resgatar a espessura polêmica dos conceitos e, revolvendo-a, encontrar a tessitura das formulações teóricas que lhes está subjacente" (Gregolin, 2006, p.12). Assim, é possível compreender de maneira mais profunda as formulações, além de usar com maior facilidade essas teorias enquanto objeto metodológico.

Também objetivamos contribuir para a discussão dos usos da Análise do Discurso enquanto princípio metodológico a ser utilizado em pesquisas em Ciência da Informação.

A ciência piloto do estruturalismo: aspectos anteriores à Análise do Discurso

Durante a primeira metade do século XX, os estudos linguísticos foram balizados pela problemática colocada pela oposição língua/fala, que impôs uma "linguística da língua", até certo ponto limitada pelo estudo interno da língua, não dando conta de seu objeto enquanto elemento produzido por e em um contexto assujeitado pela ideologia (Althusser, 1985) exterior e relacionada à própria produção linguística.

Contudo, a Linguística moderna, desde seu marco disciplinar inicial, com a publicação do *Curso de Linguística Geral* (1916), de Ferdinand Saussure, foi fundamental para a construção de todas as áreas de pesquisa que buscam estudar a linguagem enquanto objeto científico. Além disso, desde o seu início ela esteve associada ao estruturalismo, antes mesmo do auge desse movimento intelectual do final dos anos de 1950.

Assim, muitas vezes, a obra de Saussure é considerada um dos gestos fundadores do estruturalismo, como entendem autores como Dosse (1993), Gregolin (2006), Benveniste (1976) e Pêcheux (1998a).

Nesse sentido, a Linguística tende a tornar-se científica por "não apenas insistir sobre uma necessidade de rigor, comum a todas as disciplinas. Trata-se, em primeiro lugar, de uma mudança de atitude em relação ao objeto, que se definirá por um esforço para formalizá-lo" (Benveniste, 1976, p.7).

> O rigor sistêmico, mais tarde compreendido e apresentado como estrutural por Saussure, irá influenciar o estruturalismo, em especial as disciplinas que permaneciam em estado de estruturação, por volta das décadas de 1940 e 1950, como argumentado por Dosse (2001). Os setores mais afetados pelo contágio linguístico foram disciplinas que se encontravam numa situação ainda precária no plano institucional, ou que estavam em busca de uma identidade, marcada por contradições internas entre suas pretensões à positividade científica e sua relação com o plano político. (p.296)

O método de Saussure pode ser definido, em relação a um ponto fundamental, como sistêmico. Ampliado durante a década de 1950 pelos próprios estruturalistas, com a noção de estrutura, esse preceito permeou a corrente intelectual de diferentes áreas até o final da década de 1970. Dito isso, é necessário, primeiramente, buscar compreender o significado exato desse sistema e o próprio conceito de "estrutura".

A Linguística demonstra, essencialmente, que a língua é um sistema arbitrário de signos, vista, então, não como um sistema de valores ideológicos constituídos por conteúdos ou produtos de uma experiência, mas por diferenças, totalmente arbitrárias e fechadas em si mesmas. Portanto, a língua é passível de estudos com um rigor matemático.

Saussure (2006) exemplifica essa acepção da seguinte maneira: "a ideia de mar não está ligada por relação alguma à sequência de sons m-a-r [...] poderia ser representada igualmente bem por outra sequência" (p.72).

Com base nessa acepção, é possível perceber que existe uma dualidade que se impõe à língua pela teoria saussuriana e pela própria linguagem, na medida em que constitui-se num sistema que só conhece a sua própria ordem por uma relação entre duas dicotomias: a da língua (*langue*)/fala (*parole*), do significante (imagem acústica), e a do significado (conceito), estabelecendo, assim, uma dualidade fundamental entre o sistema de signos (*langue*) e a esfera semântica e discursiva de seu uso (*parole*).

"Nesta determinação mútua, o que conta não são os termos, considerados individualmente, mas os afastamentos diferenciais; são as diferenças de som e de sentido e as relações entre ambos que constituem o sistema de signos de uma língua" (Ricoeur, 1970, p.159).

Essas acepções afastam os estudos de linguagem de uma fundamentação predominantemente histórica e evolutiva, na medida em essas dualidades irão funcionar como leis para os estudos de linguagem, como expõe Benveniste (1976):

- dualidade articulatória/acústica;
- dualidade do som e do sentido;

- dualidade do indivíduo e da sociedade;
- dualidade da língua e da fala;
- dualidade material e do não substancial;
- dualidade do "memorial" (paradigmático) e do sintagmático;
- dualidade da identidade e da oposição;
- dualidade do sincrônico e do diacrônico. (p.43)

Essas dualidades estão estritamente relacionadas com a dicotomia imposta por Saussure. Outro ponto de fundamentação que permeia essas posições teóricas, como se apontou anteriormente, são as noções de sistema e estrutura, vinculadas às disciplinas científicas desde o final do século XIX, em especial à Biologia, buscando uma relação entre os objetos de estudo, até então analisados em separado.

> Ora, o deslocamento conceitual introduzido por Saussure consiste precisamente em separar essa homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da linguagem: a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um *sistema,* deixa de ser compreendida como tendo *função* de exprimir sentido; ela torna-se um objeto do qual uma ciência pode descrever o *funcionamento.* [...] diremos que não se deve procurar o que cada parte *significa, mas quais são as regras que tornam possível qualquer parte que* se realize ou não. (Pêcheux, 1998a, p.62)

Orlandi (2007) comenta que "Saussure exemplifica isso com o jogo de xadrez, em que uma peça (o cavalo, por exemplo) tira sua identidade não do material de que é feito [...] e nem mesmo de sua figura aparente [...], mas da relação de oposição que tem com as outras peças e da sua posição em relação ao todo" (p.23).

Nesse sentido, Saussure pôs-se a pensar contra seu tempo, rompendo com uma série de definições pré-linguísticas no que diz respeito à origem da língua e às determinações lógicas, biológicas e sócio-históricas (Pêcheux, 1998a). Até então, existiam empreendimentos que buscavam uma gramática universal, por exemplo, o estudo do indo-europeu, ou mesmo as gramáticas comparadas e a relação entre a língua e a vida dos povos e indivíduos.

Os preceitos saussurianos servirão de instrumento epistêmico para o estruturalismo, de maneira generalizada, nas diferentes adaptações das várias disciplinas. A abordagem predominantemente sincrônica e sistêmica afastará a Linguística da perspectiva histórico-evolutiva corrente no século XIX, favorecendo sua automação enquanto ciência e permitindo a perspectiva de que uma língua não muda do mesmo modo que a sociedade nem se submete às mesmas leis. Para Saussure, a história de uma palavra não dava conta de sua significação atual.

As ideias de Saussure se expandirão de modo exponencial. De um primeiro momento, restrito a pequenos círculos, em especial o de Moscou (onde são introduzidas a partir de 1915 por Jakobson), até o Círculo de Praga, que contava com a participação de Lévi-Strauss e Roman Jakobson, essas ideias chegaram aos estruturalistas na França, no início dos anos de 1950.

Nesse percurso, vários lugares atribuíram diferentes interpretações sociológicas, lógicas ou psicológicas aos pressupostos saussurianos. Por exemplo, Lévi-Strauss é referenciado por Dosse (1993) como o primeiro a transferir os modelos linguísticos para o estudo da Antropologia, influenciando o uso das ideias linguísticas como subsídios para as demais disciplinas das Ciências Humanas, dando à linguística saussuriana *status* fundamental para a renovação dos estudos sobre Sociologia, Psicanálise, Filosofia, Antropologia, História e, por fim, a própria Linguística.

Gregolin (2006) informa que a incorporação dos conceitos saussurianos irá acontecer primeiramente na Antropologia e na Sociologia. Só anos mais tarde, já na década de 1960, as ideias irão atingir a Linguística francesa, com a publicação de artigos de pesquisadores como Greimas e a abertura da Sorbonne para tais ideias, uma vez que, no ambiente universitário dos anos de 1950, continuava a preocupação com questões filológicas e gramaticais.

Orlandi (2009) observa: "[...] Lévi-Strauss tem certamente repercussões significativas para a epistemologia e a filosofia/história da ciência, assim como é inegável que sua posição no estruturalismo

teve impacto decisivo no âmbito das Ciências Humanas, inclusive na Linguística" (p.1).

Portanto, a apropriação da linguística saussuriana por Lévi--Strauss foi uma das iniciativas fundadoras, no sentido de incorporar a abordagem estruturante e sistêmica como epistemologia para a análise dos fenômenos sociais e culturais.

No estruturalismo, inicialmente, impôs-se a questão do "sentido", como ele constrói e se comporta: "Trata-se, a meu ver, da questão do sentido colocada fora do idealismo subjetivista e do objetivismo abstrato" (Orlandi, 2009, p.1).

O idealismo em questão é a própria construção do conhecimento científico, que, até aquele momento, apoiava-se nas questões positivistas, que viam a construção do conhecimento científico com uma questão à parte ou à margem das questões do real. Os estudos científicos, inclusive nas Ciências Humanas e na linguagem, baseavam-se na capacidade de abstração objetiva e na busca de padrões e regras gerais que poderiam ser aplicados de maneira universal.

O real das disciplinas de interpretação é um real diferente daquele das disciplinas exatas, na medida em que é "possível supor também um outro tipo de saber que não se reduz à ordem das 'coisas-a-saber' ou a um tecido de tais coisas" (Orlandi, 2009, p.1).

Nesse sentido, esclarece Pêcheux (2009) a respeito do estruturalismo:

> O movimento intelectual que recebeu o nome de estruturalismo (tal como se desenvolveu na França, nos anos 1960, em torno da Linguística, da Antropologia, da Filosofia, da Política, da Psicanálise) pode ser considerado, desse ponto de vista, como uma tentativa antipositivista visando a levar em conta esse tipo de real, sobre o qual o pensamento vem dar, no entrecruzamento da linguagem e da História. (p.1)

Assim, o estruturalismo é o início de uma ruptura importante no percurso das Ciências Humanas e Sociais, que levará à busca de teorias que assumam e demarquem a presença, nos textos e nas

situações sociais, de marcas não subjetivas do sujeito, ou seja, da construção das Ciências Humanas, baseando-se em situações reais, como é o caso da Análise do Discurso, que se fixará no estudo da língua em uso.

A apropriação, por parte da Linguística francesa, dessa epistemologia estrutural demorará a ocorrer. Dosse (1993) esclarece que mesmo autores como Jean Dubois seriam fundamentais para o desenvolvimento das teorias de enunciação, na década de 1960, já que só teriam contato com a obra de Saussure no final da década de 1950.

Portanto, a Linguística moderna, apesar de disciplina central no projeto estruturalista, demorará a efetivamente provocar mudanças em seu próprio núcleo e, mais ainda, a se institucionalizar no ambiente universitário, em especial no cenário francês.

O projeto estruturalista era profundamente amplo e complexo, devido a suas ligações com uma série de campos científicos, tornando difícil sua definição ou organização em sentido restrito. Um de seus pontos fundamentais é a Linguística, com a busca pela superação ou ressignificação do positivismo moderno.

Foucault, em *Les mots et les choses* (1966), ajuda a clarear o feixe complexo das relações construídas ao longo do desenvolvimento do projeto estruturalista. Essa obra pode ser compreendida como uma busca de construção de um quadro teórico-metodológico para o estudo das Ciências Humanas e desenvolve-se ao redor da noção de *episteme*, argumentando que as condições discursivas modificam-se ao longo do tempo, passando de uma episteme clássica para uma episteme moderna. Trata em paralelo os campos da Biologia, Economia e Linguagem-Linguística, enquanto uma instância que evidencia essa passagem epistemológica, podendo ser entendida como um prelúdio para o aprofundamento dessas noções em *L'archélogie du savoir* (1969).

Nesse esforço por mudanças epistêmicas nas áreas, ao longo dos séculos, ele chega a interessantes conclusões a respeito do pensamento clássico (a ciência dos séculos XVII-XVIII), em contraposição ao pensamento moderno (a ciência do século XIX).

> Nesse sentido, pode-se dizer que, para o pensamento clássico, os sistemas da História natural e as teorias da moeda ou do comércio têm as mesmas condições de possibilidade que a própria linguagem. O que quer dizer duas coisas: primeiro, que a ordem na natureza e a ordem nas riquezas têm, para a experiência clássica, o mesmo modo de ser que a ordem das representações tal como é manifestada pelas palavras; em seguida, que as palavras formam um sistema de signos suficientemente privilegiado, quando se trata de fazer aparecer à ordem das coisas, para que a História natural, se bem-feita, e para que a moeda, se bem regulada, funcionem à maneira da linguagem. (Foucault, 1999, p.223)

O autor busca estabelecer, ao comparar a Economia e a Biologia, uma radiografia das epistemes do percurso científico, por meio da estrutura representada na linguagem, uma vez que existe uma relação do "[...] *continuum* da representação e do ser, uma ontologia definida negativamente como ausência do nada, uma representabilidade geral do ser e o ser manifestado pela presença da representação – tudo isso faz parte da configuração de conjunto da *epistéme* clássica" (Foucault, 1999, p.226).

Foucault buscava compreender como essas duas áreas estabeleciam sua própria linguagem científica, como a Economia e a Biologia construíam seus conceitos, suas representações abstratas no universo do pensamento clássico e moderno, como ocorria a passagem de uma episteme a outra.

Apresentado o empreendimento estruturalista, nesse momento, como uma ampliação epistêmica dos moldes modernos de fazer ciência, segundo o autor existia um problema essencial no modo clássico de agir, em comparação com o modelo do século XIX.

> O problema essencial do pensamento clássico se alojava nas relações entre o *nome* e a *ordem:* descobrir uma *nomenclatura* que fosse uma *taxinomia,* ou, ainda, instaurar um sistema de signos que fosse transparente à continuidade do ser. O que o pensamento moderno vai colocar fundamentalmente em questão é a relação do

> sentido com a forma da verdade e a forma do ser: no céu de nossa reflexão, reina um discurso — um discurso talvez inacessível — que seria a um tempo uma ontologia e uma semântica. O estruturalismo não é um método novo; é a consciência desperta e inquieta do saber moderno. (Foucault, 1999, p.228)

Nesse momento, para Foucault, o estruturalismo seria uma resposta contemporânea, um projeto sistêmico de busca do modo como se constrói, organiza e estabelece sentido à ciência, a qual desperta para a sua própria episteme e para o fato de que ocorrem mudanças com o decorrer do tempo. Os modelos conceituais sofrem de "um discurso", em um eixo entre o que objeto realmente é e como ele é representado. Esses eixos encontram-se em constante conflito, levando a ciência de "estagnação" a momentos de ruptura. O que irá unir esses autores é o projeto ora de alargamento, ora de restrição do campo do signo.

Nesse sentido, portanto, existirá uma hegemonia do estruturalismo como um paradigma central de vários campos do saber na segunda metade do século XX. Nas descrições de Pêcheux e Foucault, é possível compreender a amplitude do projeto estruturalista, ora como uma ruptura, ora como uma ampliação. Esse movimento intelectual se deu entre a metade da década de 1950 e o final da década de 1970, sendo responsável por reconfigurações e pelo aparecimento de uma série de teorias e frentes de pesquisa que buscavam uma consolidação e um *status* científico para as várias disciplinas das Ciências Humanas.

Pavel (2006), num esforço para sistematizar as diferentes abordagens existentes no estruturalismo, estabelece três grandes tendências:

> a) **O estruturalismo moderado**, cujos estudiosos tinham o desejo de formalização, para fugir ao impressionismo e ao subjetivismo analítico, buscando conceitos e métodos na linguística estrutural. Entretanto, realizaram apenas aproximações com esses conceitos e métodos, como se pode verificar nos trabalhos de Todorov, Genette, Bremond.

b) **O estruturalismo cientificista**, cujos pesquisadores acreditavam que a Linguística oferecia a metodologia mais avançada às Ciências Humanas, a partir de Saussure, Hjelmslev, Jakobson; realizaram aplicações formalizadas e taxionômicas em Antropologia, Narratologia, Semiologia. Inserem-se nessa tendência, por exemplo, alguns trabalhos de Barthes do início dos anos 60; o projeto semiótico de Greimas; a Antropologia estrutural de Lévi-Strauss.

c) **O estruturalismo especulativo**: incluem-se nessa classificação trabalhos com fortes matrizes ideológicas e filosóficas, reincorporando às teses estruturalistas problemáticas de Freud e de Marx, em relação ao sujeito à História, com por exemplo Foucault, Derrida, Althusser, Lacan [e Michel Pêcheux]. (p.24-5)

Essa classificação do "grupo" estruturalista revela-se bastante interessante, na medida em que divide o estruturalismo em três momentos razoavelmente bem marcados. Num primeiro momento, existe o esforço de superação positivista, buscando-se fugir do subjetivismo analítico, calcando-se na Linguística saussuriana. Em um segundo momento, há a busca por "cientificidade" por parte dos pesquisadores, que acreditavam que a Linguística era a ciência piloto para a construção científica das Ciências Humanas, rompendo com o positivismo histórico. O terceiro é um retorno às bases e a busca por uma teoria não subjetiva do sujeito, incluindo as renovações psicanalíticas de Lacan e seu "retorno a Freud", além do estudo fundamental e profundo da noção de ideologia de Althusser.

As desconstruções históricas de Derrida, o projeto histórico-analítico de Foucault, nesse terceiro momento apresentado por Pavel, representam a superação do próprio projeto estruturalista, na medida em que a noção de estrutura, de organização, não suprirá todas as necessidades científicas das Ciências Humanas, cabendo a esses autores a apropriação de outras ideias e mesmo o retorno a autores pouco estudados pelo projeto estruturalista.

Sobre essa terceira via do estruturalismo, Henry (1997) observa: "na mesma ocasião em que a Filosofia estruturalista era elaborada,

pessoas como Lacan, mas também Althusser, Derrida ou Foucault, estavam rejeitando [...] radicalmente a concepção de sujeito e aquela de 'Ciências Humanas', que aí se enquadram" (p.28).

Esses autores serão responsáveis por rupturas profundas em contraposição à visão, por exemplo, de Lévi-Strauss, e, justamente por isso, não podemos chamá-los de estruturalistas *per se.*

Porém, é curioso perceber que, nessa busca classificatória, evidencia-se a Linguística saussuriana como parte do núcleo que constituía a matéria estruturalista.

Começa, ao final da década de 1960, o estabelecimento de uma relação tensional com os conceitos da Linguística saussuriana, devido ao corte da língua/fala, que ainda assim ocupa um papel importante para a construção das Ciências Humanas, mas percebe-se a necessidade do estudo do sujeito e da História.

Se, no início, a Linguística era a "ciência-piloto", nesse momento começa a surgir uma releitura de outros dois grandes fundadores das Ciências Humanas: Freud e Marx, formando, junto com Saussure, o que Pêcheux (1998b) chamou de "a tríplice aliança".

"Da articulação entre propostas de Saussure, Marx e Freud surgirão novos conceitos (sujeito, História, língua) e deles vai derivar o objeto 'discurso'" (Gregolin, 2006, p.26), em choque com o "esquema funcional da comunicação linguística" (Pechêux, 1998a, p.16).

Existirá, a partir daqui, uma mudança importante no norte dos estudos estruturalistas, quando a linguagem passou a ser a referência central. No momento em que tudo passou a ser discurso, foi necessário pensar o que seria a "estruturalidade das estruturas", como coloca Derrida (1972), tornando fundamental a descentralização.

Na medida em que se estabelece e se sinaliza quais são as estruturas e as relações significativas entre os signos e seus significados, ocorre um deslocamento dessa estrutura, cabendo também às Ciências Humanas o estudo desse deslocamento, provado pela própria ação da língua.

O estudo da estrutura se apresentava por conta de um desejo sistêmico-funcional (biológico, neurofisiológico, cibernético e in-

formático), mas não possuía embasamento teórico claro. Existia apenas enquanto projeto para uma teoria.

De acordo com Pêcheux (1998a), esse período caracteriza-se especialmente, no cenário francês, por uma reestruturação total das afinidades disciplinares em torno da Linguística, em oposição à fenomenologia filosófica e ao existencialismo, redistribuindo as relações entre as ciências e as letras.

A Análise do Discurso fundamenta-se de maneira profunda nas releituras de três grandes autores, uma vez que busca avaliar as estruturas profundas e subjacentes que se ocultam por trás dos fenômenos: Marx, no que se relaciona à estrutura econômica; Freud, nas interpretações do subconsciente; e Saussure, com a Linguística estrutural.

Esse movimento desencadeará a fundação da Análise do Discurso (1969) de Michel Pêcheux, com reinterpretação da noção de ideologia e do materialismo histórico na Sociologia, com Luis Althusser. Marca também a fundação de uma nova História, com a obra de Michel Foucault, e uma reestruturação da Psicanálise, com os escritos de Jaques Lacan.

Pode-se dizer que, entre metade da década de 1960 e meados dos anos de 1970, inicia-se um movimento responsável por um novo momento do estruturalismo. É nesse cenário que surge a Análise do Discurso "como disciplina transversal fortemente marcada por essa conjuntura epistemológica" (Gregolin, 2006, p.32).

Ao final da década de 1970, a problemática revolucionária estruturalista começa a desmoronar, com a crise do marxismo e do próprio estruturalismo, levando a Análise do Discurso a uma reconfiguração de seu dispositivo teórico. Essas mudanças políticas e teóricas influenciarão os trabalhos de Pêcheux e o percurso de construção da disciplina do discurso.

Se o estruturalismo é o movimento marcador da formulação dos conceitos iniciais de Análise do Discurso, ela começa a atingir *status* de disciplina de entremeio justamente com a crise e a dissolução do projeto estruturalista, uma vez que se inicia o desenvolvimento dos conceitos e métodos nela utilizados nos dias atuais.

Antes do discurso, a ideologia: o prelúdio para uma Análise do Discurso

A preocupação da Linguística com o "além da frase" – não uma linguística da língua, mas uma linguística do *sentido* – inicia-se antes mesmo da formulação dos conceitos da Análise do Discurso, no final da década de 1960. Essa preocupação advinha já das preocupações semânticas de Noam Chomsky e da gramática gerativa transformacional (GGT), contudo, a preocupação da Análise do Discurso apoia-se em conceitos e métodos diferentes.

Como colocado por Pêcheux (1998a): "Diante da subversão teórica da tríplice aliança estruturalista [Marx–Freud–Saussure], que colocava a Antropologia, História, Política, escrita literária e a poesia ao lado da Linguística e da Psicanálise, as minuciosas argumentações da GGT não tinham peso [...]" (p.12).

Com base na descrição apresentada dos preceitos iniciais da Linguística, é possível dizer que esta sempre esteve relacionada a práticas teóricas para além de seu domínio, devido a relações com outras disciplinas; o campo dos signos é um entremeio. As noções e os conceitos desenvolvidos nas Ciências Humanas e Sociais devolvem novas perguntas a esses campos científicos.

Nesse sentido, a Análise do Discurso, por conta das suas características teórico-metodológicas, é uma resposta da Linguística às solicitações constantes para fora do seu domínio, uma vez que as instâncias históricas e subjetivas encontram espaço material na produção discursiva. Assim, busca evidenciar aspectos históricos e ideológicos nas produções textuais, em uma relação filtrada de determinada posição histórica.

Se, para o estruturalismo, a tríplice aliança funcionava como parte do embasamento teórico, para a Análise do Discurso não era diferente. Althusser, em sua releitura de Marx, e Lacan, em sua releitura de Freud, são tão importantes para essa disciplina como qualquer outra corrente ou disciplina que emergiu da efervescência do estruturalismo.

No caso da Análise do Discurso de tradição francesa, três autores são fundamentais para a sua construção: Michel Pêcheux, Michel Foucault e Jean Dubois. Contudo, a contribuição de Pêcheux foi mais direta, uma vez que ele foi responsável por boa parte do arcabouço teórico e da materialidade metodológica da disciplina, em especial em suas duas primeiras fases.

Para Pêcheux, em seu projeto de formulação dos conceitos e métodos da Análise do Discurso, Marx e Freud eram figuras fundamentais, assim como era a Linguística de Saussure. Justamente por isso, por aliar o recorte linguístico com os pensamentos de Freud e Marx, sua contribuição para a disciplina é mais profunda. Como D. Maildider (1994a) expõe: "Pêcheux era um filósofo que se tornou linguista sem deixar de ser filósofo" (p.16).

Portanto, se a Análise do Discurso foi formulada pela tríplice aliança, outros dois pontos foram fundamentais para a sua formulação teórica. Além da Linguística de Saussure, tem-se as problemáticas trazidas pela leitura de Marx, em especial no que diz respeito ao materialismo histórico, e a teoria do inconsciente, relacionada a Freud.

O materialismo histórico é levado ao centro da discussão da Análise do Discurso, pois o discurso é compreendido como uma das instâncias materiais em que a ideologia se inscreve. Assim, a interpretação de Pêcheux e de seu grupo, reflexo do deslocamento do "marxismo maduro" de Althusser, torna fundamental a compreensão das ideias básicas deste, uma vez que, sobretudo no início, a ideologia ocupava lugar central no quadro teórico geral da Análise do Discurso, com espaço privilegiado na obra de Pêcheux.

Esse mesmo autor (1997a) sugere o tipo de relacionamento existente entre o materialismo filosófico de Marx e a Linguística:

> Como devemos, então, conceber a intervenção da filosofia materialista no domínio da ciência linguística? [...] essa intervenção consiste, sobretudo, em abrir campos de questões, em dar trabalho à Linguística em seu próprio domínio e sobre seus próprios

> "objetos", por meio de sua relação com objetos de outro domínio científico: a ciência das formações sociais. (p.89-90)

Portanto, a Análise do Discurso é uma disciplina que se alia à Sociologia e à História, relaciona-se de maneira transversal com a Linguística para compreender e estudar um objeto que é próprio desta, o discurso, enquanto materialidade da ideologia, de conceitos e práticas sociais inscritas no espaço–tempo.

É o próprio Pêcheux (1997a) que esclarece como a noção de ideologia é compreendida na Análise do Discurso, na medida em que estabelece o que ela não é, em relação principalmente com o trabalho a respeito do aparelho ideológico do Estado de Althusser:

> 1. A ideologia não se reproduz sob a forma geral de um Zeitgeist (isto é, o espírito do tempo, a "mentalidade" da época, os "costumes de pensamento" etc.) que se imporia de maneira igual e homogênea à "sociedade", como espaço anterior à luta de classes; "os aparelhos ideológicos de Estado não são a realização de ideologia em geral...";
> 2. "nem mesmo a realização sem conflitos da ideologia da classe dominante", o que significa que é impossível atribuir a cada classe sua ideologia, como se cada uma delas vivesse "previamente à luta de classes", em seu próprio campo, com suas próprias condições de existência e suas instituições específicas, sendo a luta de classes ideológica o encontro de dois mundos distintos e preexistentes [...];
> 3. "mas os aparelhos ideológicos de Estado não são, apesar disso, puros instrumentos da classe dominante, máquinas ideológicas que produzem pura e simplesmente as relações de produção existentes...". Este estabelecimento [dos aparelhos ideológicos de Estado] não se dá por si só, é, ao contrário, o palco de uma dura e ininterrupta luta de classes. (p.144)

A partir das constatações de Pêcheux a respeito da ideologia, é possível dizer que ela se estabelece nas práticas sociais, não de ma-

neira homogênea e tranquila. A sociedade é um palco de conflitos e de luta de classes, nas quais se demonstra a ideologia. Na Análise do Discurso, é possível, por meio da ideologia, perceber a luta de classes nas produções textuais.

Em Althusser, ideologia é compreendia sob o prisma da releitura e reinterpretação marxista. A noção de sujeito e a relação do sujeito na ideologia apresenta-se fundamental para a compreensão de sua perspectiva. É exatamente neste ponto que Pêcheux procurará compreender esses conceitos.

Segundo Althusser (1985): "A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência [...] tem uma existência material" (p.77). O autor entende ideologia como representações simbólicas presentes na sociedade, estabelecendo conexões entre as instituições e as pessoas.

A noção de Althusser (1985) está intrinsecamente relacionada à de sujeito, aspecto demonstrado através de duas teses: "só há prática através de e sob uma ideologia"; "só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito", as quais levam à formulação central: "a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos" (p.93).

A ideologia religiosa, por exemplo, é parte de uma concepção de mundo particular, em que o sujeito estabelece uma relação íntima, apoiada em um conjunto de práticas sociais, com arcabouço complexo de ideias, que são representadas por símbolos significantes deste mundo: a indumentária, os rituais, uma percepção particular das coisas. Essa ideologia religiosa é percebida no interior da luta de classes, conforme é institucionalizada nas igrejas, nas instituições que a controlam e difundem.

A ideologia funciona como uma lente translúcida que interpela a vida em sociedade, mas, para Althusser, essa lente não é exterior à própria condição social do indivíduo. O sujeito em sociedade encontra-se interpelado pela ideologia.

Os aparelhos ideológicos do Estado são a instância de inscrição da ideologia, seja ela moral, jurídica ou política. Eles asseguram-se "por sua subordinação à ideologia dominante. [...] Uma ideologia existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas. Esta

é existência material" (Althusser, 1985, p.88-9). Essa existência se traduz nos agrupamentos menores de ideologia, que irão estabelecer os aparelhos de controle, ora ideológico, ora repressivo, do Estado.

Tal perspectiva ideológica será transferida para a Análise do Discurso, permitindo entender a ideologia relacionada a uma existência material. O mesmo autor critica o uso do estruturalismo da Linguística, uma vez que existe um "jogo dos efeitos ideológicos em todos os discursos" (p.94). O discurso era uma das formas de realização e representação ideológica, e a disciplina buscará apropriar-se dessa noção.

Eagleton (1997), crítico marxista, tem uma posição interessante a respeito da linguagem da ideologia, que ajuda a compreender melhor essa relação:

> Se toda linguagem articula interesses específicos, então, aparentemente, toda linguagem seria ideológica. Mas, como já vimos, o conceito clássico de ideologia não se limita, de maneira nenhuma, ao "discurso interessado" ou à produção de efeitos persuasivos. Refere-se ao modo pelo qual os interesses de certo tipo são mascarados, racionalizados, naturalizados, universalizados, legitimados em nome de certas formas de poder político, e há muito a perder politicamente quando essas estratégias discursivas vitais são dissolvidas em alguma categoria indiferenciada e amorfa de "interesses". (p.178)

A ideologia tem uma relação fundamental com a linguagem e é um dos reflexos de sua atuação. Para a Análise do Discurso, essa atuação é passível de análise, uma vez que se inscreve discursivamente nas produções textuais, e os aparelhos do Estado atravessam os sujeitos e suas produções textuais.

O próprio percurso teórico de Pêcheux descreve suas ambições em relação ao papel que a Análise do Discurso poderia desempenhar nas Ciências Sociais. Henry (1997) coloca que, para Pêcheux, "o estado das Ciências Sociais era um tanto pré-científico. O estabelecimento de uma ciência necessita de instrumentos" (p.15).

Assim, nos dois primeiros textos assinados com o pseudônimo de Thomas Herbert, Pêcheux busca explicitamente descrever a problemática das Ciências Sociais sob a ótica do materialismo histórico e da Psicanálise, relacionando a prática científica aos seus objetos, aos usos que as ciências fazem deles e ao "caráter contraditório da combinação de forças produtivas e das relações sociais de produção de uma sociedade dividida em classes" (Henry, 1997, p.15).

Nos textos iniciais, Pêcheux busca estabelecer como se desenvolve a ciência no interior das práticas científicas. Para o autor, ela é produzida por uma ideologia com a qual rompe e da qual não é um objeto empírico, mas uma construção e, para tal, necessita de objetos instrumentais, além de instrumentos metodológicos. E a Análise do Discurso, em seu estágio inicial, busca ser isso, ou seja, um instrumento teórico-metodológico para a transformação das Ciências Sociais.

Esse instrumento necessitava de empréstimos, mas eles precisavam ser reconfigurados. A intenção de Pêcheux era contribuir para a transformação das Ciências Sociais em uma prática verdadeiramente científica. Orlandi (1994) pondera a esse respeito:

> Isto [a interpretação e compreensão pelo discurso], em meu trabalho, reverte para minha afirmação de que, na Análise do Discurso, a noção de ideologia é outra, a noção de História é outra, a noção de social é outra e assim por diante. Ou seja, a Análise do Discurso inaugura uma região teórica própria tanto em relação à Linguística como em relação às Ciências Sociais. (p.9)

A Análise do Discurso inaugurará, então, uma nova interseção entre as Ciências Sociais e a Linguística, na medida em que procurará representar a historicidade, o social, a ideologia de um modo particular, como uma disciplina de entremeio.

Pêcheux escolheu intervir nas Ciências Sociais com a teoria do discurso construindo um dispositivo experimental, a Análise Automática do Discurso, e por meio dela instaurou uma região teórica que converge para a Linguística e para as Ciências Sociais.

A principal mudança promovida por ele é a relação que se estabelece entre a política e o discurso. Segundo Henry (1997), a linguagem era entendida como um instrumento de comunicação de significados que poderiam ser definidos de maneira independente, calcada na Linguística saussuriana. Essa teoria, para Pêcheux, funcionava como uma ideologia cujas funções, nas Ciências Humanas e Sociais, são justamente mascarar a ligação da linguagem com a prática política, obscurecendo-a sob o dispositivo teórico, e relacioná-la como um prolongamento das Ciências Naturais.

A ideologia ocupa um papel fundamental nos momentos iniciais da Análise do Discurso, porque Pêcheux, diferente dos outros discípulos de Althusser, usa integralmente o arcabouço teórico estabelecido por este durante a década de 1960.

Pêcheux (1997a) compreende, baseando-se nos estudos de Althusser, que toda teoria é uma ideologia, na medida em que é provisória e possui mais ou menos verdade na relação entre as teorias, e não simplesmente verdade em si mesma.

Assim, compreendendo ideologicamente todas as instâncias institucionais da sociedade, chega-se também ao entendimento da noção de sujeito desse momento próxima àquela da ideologia. Para Pêcheux, como também para Althusser, "o sujeito é o sujeito da ideologia".

Assim, na Análise do Discurso em estágio inicial, o discurso é colocado entre a linguagem (com base na acepção de *langue* de Saussure) e a ideologia, ou seja, é uma instância da linguagem em que a ideologia se inscreve.

A ideologia pode então ser compreendida como uma relação imaginária que os homens mantêm com suas condições reais de existência. A difusão e a luta de uma ideologia é assegurada pelos aparelhos ideológicos do Estado, pelo religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical etc. (Althusser, 1985).

Por fim, o campo da ideologia e o da Análise do Discurso estão intimamente relacionados, na medida em que é assim que aquela se instaura enquanto região teórica das Ciências Sociais e da Linguística.

Buscou-se, nesta parte, abordar aspectos anteriores à formulação dos conceitos da Análise do Discurso e uma percepção do seu autor central nos momentos que antecedem a publicação de seu livro *A Análise Automática do Discurso*.

Desenhado o quadro teórico e o momento histórico de formulação dos conceitos da disciplina, é necessária, agora, uma discussão mais nuclear não dos seus conceitos, mas do percurso que a disciplina perfaz entre o final da década de 1960 e os dias de hoje.

A fundação da Análise do Discurso: Michel Pêcheux e Jean Dubois

A Análise do Discurso vem modificar a visão estruturante de Linguística, visando à compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrada apenas na língua, sistema neutro em termos ideológicos, mas num nível também situado fora do estritamente linguístico. Por meio dela, pode-se concluir que nenhum estudo da linguagem pode deixar de levar em conta aspectos da sociedade que a produz, uma vez que os processos que constituem a linguagem são histórico-sociais. Ferreira (2007) complementa:

> Do ponto de vista político, a Análise do Discurso (AD) nasce, assim, na perspectiva de uma intervenção, de uma ação transformadora, que visa combater o excessivo formalismo linguístico então vigente, visto como uma nova facção do tipo burguês. Ao lado dessa tendência revolucionária, a AD busca desautomatizar a relação com a linguagem, donde sua relação crítica com a Linguística. A rigor, o que a AD faz de mais corrosivo é abrir um campo de questões no interior da própria Linguística, operando um sensível deslocamento de terreno na área, sobretudo nos conceitos de língua, historicidade e sujeito, deixados à margem pelas correntes em voga na época. (p.14)

A Análise do Discurso é uma mudança de paradigma, uma ruptura no campo dos estudos linguísticos, relacionando-se com a His-

tória e as Ciências Sociais, visando a estudar a língua em situações de uso, relacionada a discursos científicos e doutrinários e, mais tarde, a discursos cotidianos e publicitários.

A Linguística, a partir dos anos 1960, preocupava-se com a análise de um objeto além da frase, ou seja, começava-se a exigir a abordagem da articulação entre o material linguístico e seu exterior, como tratado na seção anterior. Porém, o momento inicial da Análise do Discurso não é menos importante do que o "último estágio" dessa disciplina, pelo contrário, é o solo sobre o qual se detém para enxergar a construção do edifício teórico.

É possível perceber, pelos autores lidos, que a grande ruptura provocada pela Análise do Discurso, primeiramente na Linguística, depois nas Ciências Sociais, é a compreensão particular do conceito de sujeito calcado na obra de Althusser, ou seja, o sujeito ideológico, com a compreensão lacaniana de inconsciente percebida na materialidade da linguagem.

Dois autores são referenciados por Maldidier (1994a) como os fundadores da Análise do Discurso na França: Michel Pêcheux e seu texto *Analyse Automatique du Discours* (1969), e Jean Dubois, com *Lexicologie et l'Analyse de l'Énonceé* (1969).

Anteriormente à publicação desses dois textos, no início de 1969, publica-se, na recém-criada revista *Langages,* a tradução francesa de um texto da década de 1950, do linguista americano Z. S. Harris, intitulado *Discourse Analysis,* descrevendo procedimentos metodológicos para uma análise (do discurso) usando o método distribucional além da frase,[2] a paráfrase impulsionando o aparecimento de uma nova disciplina, denominando-a de Análise do Discurso.

> A Análise do Discurso dá uma multiplicidade de ensinamentos sobre a estrutura de um texto ou de um tipo de texto, ou sobre o papel

---

2 Nesse momento, o uso das teorias de Harris na Análise Automática do Discurso de 1969 ainda é periférico, contudo Pêcheux reconhece a importância do autor para o desenvolvimento de seu sistema teórico, e Jean Dubois também busca aproximar-se das teorias do americano.

> de cada elemento nessa estrutura. A Linguística descritiva descreve apenas o papel de cada elemento na estrutura da frase que contém. A AD ensina, além disso, como um discurso pode ser construído para satisfazer diversas especificações, exatamente como a Linguística descritiva constrói refinados raciocínios sobre os modos segundo os quais os sistemas linguísticos podem ser construídos para satisfazer diversas especificações. (Harris, apud Mazière, 2007, p.7)

O trajeto de Jean Dubois assemelha-se ao da maioria dos linguistas das décadas de 1950-1960. Parte dos estudos literários para a gramática depois passa para a Linguística saussuriana, já na década de 1960. Na época da publicação do artigo, ele já era um lexicólogo de renome. Do outro lado, tem-se Pêcheux, preocupado com questões epistemológicas e políticas, especialmente relacionadas com os instrumentos da ciência ligada às instituições reguladoras e produtoras de ideologia e com o papel do sujeito na ideologia.

Ambos partilhavam os momentos do estruturalismo da época do "canto do cisne" (Dosse, 1994), ou seja, o tempo de maior efervescência das ideias estruturalistas e, apesar das diferenças profundas entre eles, ambos compartilharam ideias a respeito de marxismo e política. "Deste modo, marxismo e Linguística presidem o nascimento da Análise do Discurso na conjuntura teórica, bem determinada, da França dos anos 1968-70" (Maldidier, 1994a, p.18).

Com trajetórias diferentes, os projetos desses autores para a Análise do Discurso também eram diferentes. No texto de Dubois (1994), ela é pensada dentro da continuidade da Lexicologia, que estuda as palavras, e estudará, então, os enunciados. Será compreendida como um prolongamento da Linguística e, mais ainda, da Lexicologia.

Já para Pêcheux (1997c), a Análise do Discurso é pensada como uma ruptura na relação das Ciências Humanas e Sociais com a Linguística, instaurando uma nova região disciplinar. "O objeto discurso, que reformula a fala saussuriana na relação com a língua, implica, de acordo com a fórmula althusseriana, uma mudança de terreno" (Maldidier, 1994a, p.19).

A diferença fundamental entre os autores está intimamente relacionada com o entendimento da Linguística. Dubois pensa a análise do discurso como uma "evolução" daquela, à medida que agrega à teoria linguística as noções de enunciado e discurso. Pêcheux compreende que é necessário um esforço teórico profundo, não só de superação do corte saussuriano, mas para estabelecer um sistema teórico formal.

Como coloca Bonnafous (1983):

> A Análise Automática do Discurso é concebida para manifestar os pontos de ruptura da ideologia entre diferentes textos estudados. [...] A Lexicometria, ao contrário, não penetra na profundidade da argumentação, permanecendo sempre no nível mais superficial, o qualitativo. Consequentemente, presta-se mais ao estudo das "atitudes" e dos "comportamentos" do que ao da temática. (p.107, tradução nossa)

Essa diferença no método é fundamental, porque alcançam-se resultados diferenciados, um mais "superficial" do que o outro. No nosso estudo, adotamos a perspectiva de Pêcheux e de Foucault, pelas características das obras estudadas, que possuem uma formalização e um *status* institucional contundente, ou seja, buscamos os pontos de ruptura conceitual e ideológica.

Após a publicação dos trabalhos mencionados, independente das distintas posições de Pêcheux e Dubois, a intenção era a mesma, ou seja, a inauguração de uma disciplina transversal que guarda profundas relações com a Linguística e com as Ciências Sociais.

A contribuição fundamental de Pêcheux, neste momento, é o esforço em relacionar a produção linguística com a teoria althusseriana. Em Dubois, a Análise do Discurso já integra a dimensão da enunciação, que se tornará fundamental para a análise das formações discursivas e, por isso, será posteriormente retomada por Pêcheux, no desenvolver de seu projeto de Análise do Discurso.

Contudo, é claro que, na atualidade da disciplina, essa visão teórica descrita na Análise Automática do Discurso de 1969 será

substituída por releituras do próprio grupo de Pêcheux, na medida em que o discurso é um objeto dinâmico e de fronteira. A isso será agregada uma série de conceitos, em dois momentos de ampliação bem marcados.

Segundo Robin (1985), "nem disciplina autônoma, nem disciplina auxiliar" (p.86). A Análise do Discurso irá apresentar-se como uma interseção de quatro disciplinas (História, Ciências Sociais, Psicologia e Linguística), com conceitos delas provindos, mas com usos distintos.

A primeira Análise do Discurso instaurou-se já com algumas fissuras em suas formulações, uma vez que a teoria, nesse momento, é exposta de maneira bastante compactada. É por essa razão que, a partir da década de 1970, começa um movimento de "descompactação" da teoria, com a revisão da Análise Automática do Discurso (1975), com o livro *Les vérités de La Palice*[3] (1975) e as reformulações feitas por Pêcheux e seu grupo[4] durante toda a década de 1970. Assim, chega-se ao que, na década de 1980, ficaria conhecido como as "três épocas" da Análise do Discurso.

As três épocas da Análise do Discurso

O desenvolvimento teórico da Análise do Discurso ocorre em três momentos bem marcados. O primeiro relaciona-se às publicações de J. Dubois e Michel Pêcheux, entre 1968 e 1975, e ao auge do uso da Análise Automática do Discurso. O segundo momento corresponde à aproximação de Pêcheux e seu grupo com as obras de Michel Foucault e ao início de uma revisão da Análise Automá-

---

3 *Semântica e discurso:* uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

4 Como referenciado por Gregolin (2006), os seguintes autores, em maior ou menor grau, sempre estiveram relacionados ao objetivos teóricos de Pêcheux para a Análise do Discurso: P. Henry, M. Plon, F. Gadet, C. Fuchs, J. Leon, A. Badiou, J. J. Courtine, C. Normand e D. Maldidier.

tica e dos conceitos, de modo geral, da disciplina, agregando-lhe novos sentidos, complementando noções como a de enunciado e de formação discursiva, que transformam teoricamente a Análise Automática. Um terceiro momento, mais atual, a partir da década de 1980, contempla as releituras feitas a partir da obra do linguista russo Mikhail Bakhtin e a aproximação da Análise do Discurso da Semiologia, para além da própria obra de Pêcheux.

Pêcheux (2008), em um artigo publicado na França na década de 1980, é quem enumera esses três quadros teóricos complementares da Análise do Discurso. O primeiro é calcado no estruturalismo e no ideário de ideologia de Althusser; um segundo pensa as relações entre o discurso e o sujeito, utilizando a noção de formação discursiva de Foucault, quando se introduz o conceito de interdiscurso, uma vez que se percebem os atravessamentos que acontecem com o sujeito no nível ideológico e no discursivo; o terceiro momento, ainda recente na época da publicação do texto, fruto de uma flexibilização conceitual, devido ao uso da noção de interdiscurso, visava a "uma construção dos objetos discursivos e dos acontecimentos, e também dos 'pontos de vista' e 'lugares enunciativos no fio intradiscursivo'" (Pêcheux, 2008, p.316). Nesse terceiro momento, o discurso está aberto para a compreensão do outro, como afirma Orlandi (1999): "Compreender, eu diria, é saber que o sentido pode ser outro" (p.12), ou seja, nesse momento, a Análise do Discurso, pela noção de interdiscurso, amplia a gama de compreensão a respeito do discurso.

A disciplina irá, ao longo de seu percurso histórico, calcar-se em três preceitos fundamentais:

> 1. Materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações;
> 2. A Linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
> 3. A teoria do discurso, como teoria da terminação histórica dos processos semânticos. (Orlandi, 1999, p.19)

O que se modifica, ao longo do tempo, é a forma como a Análise do Discurso interpretará essas relações, porém, essa base estará presente na disciplina em todos os momentos de seu desenvolvimento.

A primeira época (1968-1975)

A primeira época (entre 1968 e 1975) corresponde à fundamentação da Análise do Discurso 1. Baseia-se na Análise Automática do Discurso, preocupa-se com discursos doutrinários, políticos etc., ou seja, discursos nos quais a ideologia atua de maneira mais latente. A base teórica é a obra de Althusser.

De início, Pêcheux procura separar os métodos de análise de textos, demarcando o campo para a formulação dos conceitos da Análise do Discurso. Visa filiar-se aos estudos que buscam provocar uma reviravolta nas Ciências Sociais, como destaca Henry (1997), e a Análise do Discurso de 1969 foi sua primeira resposta a esse cenário, funcionando como instrumento científico para as Ciências Sociais.

É o momento da posição estruturante, com relações com o estruturalismo, mas não sendo ainda estruturalista de fato. Anos mais tarde, fazendo um balanço sobre esse período, Pêcheux (1997c) pondera: "*corpus* fechado de sequências discursivas, selecionadas [...] num espaço discursivo supostamente dominado por condições estáveis e homogêneas" (p.312).

A Análise do Discurso 1 é um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente em torno da máquina discursiva, elaborada por meio de palavras-chave que remetem a um tema, buscando construir paráfrases sequenciais que, de algum modo, refletem um sujeito ideológico.

Segundo Henry (1997), Pêcheux buscava provocar uma ruptura no campo ideológico das "Ciências Sociais", visando, com a teoria discursiva, intervir teoricamente e construir um dispositivo capaz de auxiliar nos estudos dos fenômenos delas: a Análise Automática do Discurso.

A releitura feita por Pêcheux da Linguística saussuriana é muito evidente, como já fora a do materialismo histórico althusseriano. As bases na Análise do Discurso de 1969 refletirão em todas as épocas da disciplina, na medida em que ele busca, no texto daquela de 1969, explicar aspectos do sistema de línguas e contextualizar o lugar do discurso na Linguística, conforme recoloca o sujeito, que nesse momento é ideológico, na dinâmica do significado, aproximando a instância "discurso" da *parole* de Saussure de seu projeto instrumental para as Ciências Sociais.

> Mesmo que explicitamente ele [Saussure] não o tenha desejado, um fato que esta oposição autoriza a reaparição triunfal do sujeito falante como *subjetividade em ato* [na medida em que existe uma relação antagônica entre a linguagem e a fala], unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios colocados a sua disposição; em outros termos, tudo se passa como se a Linguística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como avesso indispensável, o correlato necessário do sistema. (Pêcheux, 1997d, p.71)

Pêcheux percebe que a teoria saussuriana deixa uma lacuna, permitindo compreender que o sujeito falante atua de uma maneira independente e que existe o "sujeitamento" do ato da fala, o que, na verdade, é parte da posição da própria atuação da ideologia na teoria saussuriana, ou seja, leva a crer que existe uma independência subjetiva no ato da fala.

Nesse sentido, Henry (1997) elucida, no momento em que escreve sobre a Análise Automática do Discurso: "Pêcheux segue mais Althusser que Lacan, Derrida ou Foucault. [...] A preocupação principal de Pêcheux referia-se à ligação entre o discurso e a prática política" (p.30).

Assim, a Análise do Discurso de Pêcheux, nesse momento, procurará desautomatizar a análise, apoiando-se em Althusser e buscando uma teoria não subjetiva do sujeito, na medida em que não existe subjetividade no ato da fala, calcando-se extensivamente no

sujeito enquanto um efeito ideológico fundamental. Dito de outro modo, enquanto sujeito, a pessoa é interpelada a ocupar determinada posição/lugar no sistema de produção.

Existirá, para Pêcheux, uma instância política no ato da fala que é obscurecida pela própria atuação da ideologia. Isso fica claro quando o autor (1997d) analisa como Saussure compreende as instituições: "[...] Saussure faz apelo a propriedades funcionais das outras instituições com uma evidência; em outros termos, é porque Saussure continua a pensar as instituições em geral como meios adaptados" (p.76).

Ainda na visão do filósofo francês (1997d), as instituições da sociedade, os costumes, a cultura não são uma evidência: "as normas dos comportamentos sociais não são mais transparentes a seus autores do que as normas da língua o são para o seu locutor" (p.76). Uma vez que os sujeitos não são senhores de seus discursos, são, na verdade, assujeitados pela ideologia, o que chama a atenção para a existência da instância político-discursiva no campo da linguagem. Assim, posições são repetidas por instituições/sujeitos produtores de discursos/ideologia no interior da "máquina discursiva".

A fim de elucidar esse jogo da linguagem, Pêcheux (1997d) utiliza como exemplo o discurso de um deputado na Câmara:

> [...] Do estrito ponto de vista saussuriano, o discurso é, enquanto tal, a ordem da fala, na qual se manifesta a "liberdade do locutor" ainda que, bem entendido, seja proveniente da *língua* enquanto sequência sintaticamente correta. Mas o mesmo discurso é tomado pelo sociológico como uma *parte* de um mecanismo em funcionamento, isto é, como pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo *lugar* no interior de uma formação social dada. (p.76)

Um discurso sempre é "pronunciado a partir de condições de produção dadas" (Pêcheux, 1997d, p.77). Os processos discursivos irão remeter a relações de sentido – revestidas pelo ato linguístico –

entre o sujeito do discurso, o sujeito possível da ideologia e o sujeito da psicanálise (a noção de inconsciente).

Assim, a análise ocorre entre o sujeito da linguagem e o sujeito da ideologia, que será o problema central da Análise do Discurso, não só em seu primeiro momento, mas durante todo o seu percurso de formulação e reformulação. Portanto, a percepção da linguagem e do sujeito alcança, na disciplina, uma posição de ruptura em relação aos estudos linguísticos e das Ciências Sociais.

Outro ponto fundamental da teoria do discurso, nesse momento, é a crítica que Pêcheux faz à compreensão de Saussure em relação à sistêmica da linguagem. Se as posições tomadas por sujeitos são ideológicas, então, elas são parte do silêncio, da luta de classes e da institucionalização da ideologia. Percebe-se que a posição de Saussure é estreita, na medida em que "considera as instituições em geral como funções com finalidade explícita" (Pêcheux, 1997d, p.76), quando, na verdade, essa constatação é parte da mecânica do discurso de que o sentido do texto é explícito, e não silenciado, pela atuação da ideologia.

Nesse momento, o discurso, para Pêcheux, funciona como uma máquina geradora de discursos calcados na vida social e na língua, gerando um efeito metafórico passível de ser codificado e estudado por meio de uma álgebra discursiva estabelecida por ele. Caberia ao analista, fundamentalmente, a análise e a busca da ideologia, da repetição e reverberação por meio do "efeito metafórico".

Na segunda parte do artigo "Análise Automática do Discurso", é possível perceber a intenção de utilizar a sua teoria como um instrumento para a ciência que buscava automatizar a análise, destacando a presença de cálculos matemáticos e algoritmos que descrevem o dispositivo de análise automatizada do processo discursivo, realizado por meio da ajuda de recursos informáticos para o processamento de grandes quantidades de textos e dados. Isso só foi publicado anos mais tarde no Brasil, causando uma lacuna teórica profunda na prática de análise brasileira do final da década de 1980.

O marco de transição da primeira para a segunda época é o livro *Les vérités de La Palice*, publicado em 1975, que constitui uma

crítica à semântica formal, reiterando as teses de Althusser, e a questão do "sujeito assujeitado". É como uma reconsideração de Pêcheux ao período de 1969 a 1974, e, por isso, *Les vérités* representa uma obra de enunciação da nova época, uma vez que o autor busca rever aspectos de sua teoria e reiterar certas posições tomadas em textos anteriores.

A segunda época: a aproximação com Foucault (1975-1980)

A segunda época inicia-se à medida que Pêcheux e seu grupo estabelecem uma relação que trará para o palco teórico da Análise do Discurso as discussões de Michel Foucault, com a publicação do texto "A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas", em 1975, e do livro *Les vérités de La Palice*. Como comenta Maldidier (1994a):

> [...] desde o meio do decênio, ele [Foucault] se encontra envolvido nos debates teóricos que se desenvolveram na rua Ulm, em torno do marxismo, da psicanálise, da epistemologia [...] Ele situa-se, de início, no terreno da história das ciências.[...] Uma figura essencial aqui, que desempenhará posteriormente um papel importante no pensamento de Pêcheux, é a de Michel Foucault. (p.17)

Ao final da década de 1960, principalmente depois de maio de 1968, mudanças profundas começam a acontecer no núcleo do estruturalismo. Grande parte delas é provocada pela publicação de *L'archeologie du savoir,* de Michel Foucault. Sobre esse período, Dosse (1994) faz o seguinte comentário:

> A grande balbúrdia que precede maio de 1968 e prossegue para além dele favorece a explosão do estruturalismo. Michel Foucault procura com essa obra [*Arqueologia do saber*] o meio de conceituar sua postura e, ao mesmo tempo, colocar-se a uma certa distância de suas posições estruturalistas de ontem, [...] ao sugerir uma nova

> aliança surpreendente com os historiadores, os da nova História, com os herdeiros dos *Annales*. (p.267)

Ao final da década de 1960, o estruturalismo, anteriormente calcado na Linguística, na Sociologia e na Antropologia, aproxima-se, em Foucault, da História. *L'archeologie* vem sanar um problema que, muitas vezes, pode ser percebido nas obras anteriores de Foucault: a ausência de um quadro metodológico explicitado, que vem a ser o objeto de reflexão dessa obra. No núcleo desse quadro, instaura-se a linha de pensamento foucaultiana de Análise do Discurso, responsável pela formulação de uma série de conceitos fundamentais para a estruturação metodológica da disciplina, emprestada a ela por Pêcheux a partir de 1975.

Na obra, Foucault aproxima a esfera discursiva tradicional, presente no método estruturalista, do ideário baseado no marxismo, presente nos seguidores de Althusser. Contudo, é iniciado um deslocamento, com a formulação de conceitos como de prática discursiva, formação discursiva e formação ideológica. Para Pêcheux, nesse momento, o sujeito do discurso sempre está relacionado entre a posição sujeito da ideologia/sujeito da linguagem, mas o campo de análise é reconfigurado.

Em *L'archeologie*, Foucault utiliza esse método para compreender a "história da História", visando a sua desconstrução. O método que ele utiliza para efetuar tal desconstrução é sua contribuição para a Análise do Discurso.

> Em nenhum caso quis Foucault arvorar-se em defensor de uma positividade qualquer da ciência histórica, por mais nova que fosse. O que lhe interessa é abrir as estruturas para as descontinuidades temporais, para os desequilíbrios e inversões que regulam os deslocamentos de um jogo incessante de práticas discursivas. (Dosse, 1994, p.270)

Portanto, Foucault busca enunciar que a ciência da História, e as Ciências Humanas de modo geral, possuem desequilíbrios e

inversões regulados pelos sujeitos conscientes, atuantes nas produções textuais e orais, mas também regulados pela ideologia e pelo poder, ou seja, o sentido oculto presente naquele espaço discursivo que analisa.

São iniciadas, a partir das considerações de Pêcheux a respeito de Foucault, algumas reformulações da teoria da Análise do Discurso, em especial com a formulação de Pêcheux da noção de formação discursiva.

Porém, a contribuição foucaultiana para a disciplina é mais periférica, pois, em Foucault, o objeto de estudo é a ciência e sua discursividade e, em Pêcheux, ela faz parte de um projeto epistemológico completo, encarada como uma ruptura com os preceitos linguísticos clássicos.

A esse respeito, Maldidier (1994a) faz a seguinte avaliação:

> [...] A Análise do Discurso é pensada como ruptura epistemológica com a ideologia que domina nas Ciências Humanas (especialmente a Psicologia). O objeto do discurso, que reformula a fala saussuriana na relação com a língua, implica, de acordo com a fórmula althusseriana, uma mudança de terreno. [...] o objeto teórico articula a questão do discurso àquelas do sujeito e da ideologia. A análise (do discurso) só pode ser pensada em relação a uma teoria (do discurso). (p.19)

O texto fundamental, "A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas", publicado na revista *Langages* 37, é o resultado de todo o processo de uso da Análise Automática de 1969 e atualiza e reestrutura o quadro epistemológico geral, na articulação entre o materialismo histórico, a Linguística e a teoria discursiva.

Pêcheux e Fuchs (1997e) fazem a seguinte ponderação a respeito dos primeiros momentos da Análise Automática do Discurso:

> Nestes últimos anos, a "Análise Automática do Discurso" [...] produziu um certo número de publicações, tanto no nível teórico quanto no das aplicações experimentais. Parece-nos que as obser-

> vações, interpretações, críticas ou mesmo deformações suscitadas nestes dois níveis precisam de uma reformulação de conjunto visando a eliminar certas ambiguidades, retificar certos erros, constatar certas dificuldades não resolvidas e, ao mesmo tempo, indicar as bases para uma nova formulação da questão. (p.163)

Portanto, esse é o momento das reconsiderações a respeito dos primeiros sete anos da disciplina, e os autores buscam retificar e renovar algumas abordagens dela. A noção de formação discursiva acaba por fazer exatamente isso: deslocar a compreensão da máquina produtora de discursos, desconstruindo-a, uma vez que a formação discursiva,[5] em uma relação paradoxal com seu exterior, mais tarde levará a noção de interdiscurso e memória discursiva, importante no atual estágio da Análise do Discurso. Desencadeia-se, assim, a sua aproximação com a História, atingindo o seu *status* consagrado como disciplina de entremeio em uma intersecção entre a Linguística, a História e a Sociologia.

"Diferentemente do intervalo, a ideia de entremeio refere a espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias" (Orlandi, 2002, p.1).

Os próprios autores enumeram os entremeios da Análise do Discurso:

> 1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; 2. a Linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). (Pêcheux; Fuchs, 1997e, p.163-4)

---

5 "[...] determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes" (Pêcheux; Fuchs, 1997e, p.166-7).

Com base nessa acepção, é possível perceber o que os autores chamam de quadro epistemológico geral da Análise do Discurso, que lhes dá um *status* disciplinar mais claro do que aquele presente naquela de 1969.

A ideologia, o materialismo histórico e a Linguística já estavam presentes na Análise Automática do Discurso de 1969. Agora, os autores estabelecem a teoria do discurso como uma instância própria dessa disciplina de entremeio, cabendo ao analista identificar as relações histórico-ideológicas do discurso. A luta de classes ainda é fundamental para uma análise discursiva, contudo, o efeito de sentido – a relação entre a ideologia e a língua – começa a ser conceituado.

> [...] a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a "matriz do sentido". Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique este efeito. (Pêcheux; Fuchs, 1997e, p.169)

A Análise do Discurso começa, nesse período, a dissociar-se dos discursos profundamente doutrinários como objeto de análise e de uma teoria que acaba por buscar uma maneira ideal de análise do discurso que delimita o campo de atuação da teoria. Contudo, os esforços teóricos desse período sedimentaram uma relação que foi e continua sendo fundamental para a construção da teoria e do uso da Análise do Discurso: a relação, muitas vezes intranquila, entre a teoria de Pêcheux e o pensamento de Foucault.

A terceira época: Michael Bakhtin e uma (possível) semiologia

A partir da década de 1980, a Análise do Discurso começa a dividir-se em uma série de frentes de pesquisa diferentes. Para alguns estudiosos (Gregolin, 2006; Pêcheux, 1997c), esse período se estende até os dias de hoje, visto que Pêcheux, seu principal autor,

morre tragicamente no ano de 1983. Um dos seus últimos trabalhos importantes, nesse período, é o texto *Discurso:* estrutura ou acontecimento (1997), traduzido para o português como livro.

As principais mudanças nos textos da década de 1980 da Análise do Discurso acontecem em relação à posição do sujeito, antes ideológico por excelência, agora paradoxalmente colocado em um limite teórico entre o outro (o inconsciente) sob o mesmo.

No livro citado, Pêcheux começa a ampliar os horizontes de abordagem da Análise do Discurso, resgatando outras materialidades da linguagem tomadas também como objetos passíveis de análise, como as falas do cotidiano e as imagens.

Com isso, a Análise do Discurso, que é uma teoria semântica, aproxima-se de uma semiologia, cuja finalidade é possibilitar-lhe outros tipos de produções textuais, incluindo aquelas de cunho jornalístico.

O gênero discursivo, baseando-se em Bakhtin, ganha campo para a tipificação dos discursos.

Outra frente de pesquisa aberta a partir desse período é o estudo dos textos de Michael Bakhtin e Michel Foucault de maneira mais efetiva, com o uso da Análise Arqueológica do Discurso foucaultiano e o estudo da heterogeneidade discursiva bakhtiniano. Também nesse momento, começa um movimento de substituição do conceito de formação discursiva pelo conceito de interdiscursividade e memória discursiva.

A memória discursiva tem relação com a memória constitutiva de dois planos: o da textualidade e o da História, isto é, o discurso constrói-se em uma relação do texto com seu interior – suas estruturas internas, os tempos verbais, conectores, as pressuposições e as anáforas[6] – e do texto com sua interdiscursividade – sua relação com outros textos. Assemelha-se ao conceito de formação discursiva (FD), contudo, é apresentado na teoria como algo mais amplo.

---

6 "A anáfora pode ser definida como o relacionamento interpretativo, em um enunciado ou sequência de enunciados, de ao menos duas sequências, sendo que a primeira tem a função de guiar a interpretação da outra ou das outras (Maingueneau; Charaudeau, 2004, p.36).

Análise do Discurso francesa e a normalização disciplinar

A partir da década de 1980, ao mesmo tempo que a teoria do discurso começa a dividir-se, inicia-se um movimento disciplinar nas universidades francesas e um apagamento de seus marcos históricos, a ponto de alguns autores construírem a Análise do Discurso como um movimento de continuidade e não de ruptura, como é visto em Pêcheux e seu grupo.

O surgimento da Análise do Discurso, em Maingueneau (1997), é comentado da seguinte maneira: "Na França, e de forma geral na Europa, é tradição associar fundamentalmente reflexão sobre textos e História" (p.9). Para o autor, essa tradição é o encontro de uma conjuntura intelectual e uma prática escolar. Essa conjuntura intelectual, o cenário de ascensão do estruturalismo, teve reflexo direto no solo fértil das décadas de 1950 a 1970.

Ainda para Maingueneau (1997, p. 9), a Análise do Discurso, como o próprio estruturalismo, nasce de uma conjuntura da tradição histórica francesa e de três áreas: a Linguística de Saussure, a Sociologia de Althusser (depois da década de 1970) e Marx e a Psicanálise de Freud e Lacan.

Essa visão é diferente da de Pêcheux, por exemplo (1998):

> [A Análise do Discurso] é, antes de tudo – e isso desde 1965, aproximadamente –, assunto de *linguistas* (referindo-se inicialmente ao Distribucionalismo Harrissiano, na sequência dos trabalhos de J. Dubois), mas também de *historiadores* (na maior parte das vezes, especialistas no século XVIII e na Revolução Francesa), e de alguns *psicólogos* (especialistas em Psicologia Social, em ruptura crítica com essa disciplina). (p.45)

Em Pêcheux, a Análise do Discurso é compreendida em um entremeio, em uma relação de áreas que buscam criar uma nova disciplina. Esse fato leva a uma multiplicidade de significados e de atores atuantes no seu desenvolvimento. Deve-se levar em conta,

ainda, que a disciplina é relativamente recente, por isso as definições do que vem ser a Análise do Discurso, em sentido restrito, podem ocasionar uma série de equívocos, como este, em que o autor continua buscando uma continuidade relacionada a uma prática escolar. Maingueneau (1997) comenta:

> [...] A prática escolar referida é a "explicação de textos", presente sob múltiplas formas em todo o aparelho de ensino da escola à Universidade. Essa relação entre o sucesso da Análise do Discurso na França e a prática escolar foi frequentemente sublinhada. A. Culioli, por exemplo, observa que "a França é um país onde a literatura desempenha um grande papel, sendo possível questionar se Análise do Discurso não seria uma maneira de substituir a explicação de textos como forma de exercício escolar". (p.10)

Parece que existe, aqui, um equívoco no entendimento da História da Análise do Discurso. Pode-se afirmar, é claro, que existem práticas gramaticais e filológicas de interpretação de textos, mas dizer que a Análise do Discurso é uma mudança "tranquila" de um *status quo* científico-ideológico para algo novo é um aparente contrassenso.

Há a concepção recorrente na literatura de que, a partir da década de 1960, vão se construindo teorias sem uma ligação fixa, com base nas releituras de Freud, Marx e Saussure e de sua efervescência teórica e metodológica. A Análise do Discurso não parte de um percurso evolutivo contínuo, e essa percepção, em voga na década de 1980, é fruto da "normalização" universitária que começa a ocorrer.

Pêcheux (1998b) alerta para esse aspecto tomado por autores como Maingueneau:

> Historiografia documental não tematizava, portanto, a discursividade do documento, sua língua, seu estilo ou sua escrita, o que não a impedia, aliás, se fosse o caso, de levar isso em conta implicitamente, a título de indícios espontâneos que guiam a leitura e a escrita enquanto prática "literária" implicada pela profissão de historiador. (p.48)

Demarcado o campo de atuação histórico e teórico da Análise do Discurso, é necessário também discorrer a respeito da "abordagem", que, devido ao apagamento do percurso da disciplina, acabou por criar nela algumas diferenças de abordagem e de caminhos tomados.

Dentro da Análise do Discurso, como em todas as disciplinas e ciências existentes no universo do conhecimento, há tendências de análise e de estudo, possibilidades teóricas que decidem "por onde se caminhará" e "como se caminhará".

Maingueneau (1997) faz a seguinte ponderação a esse respeito:

> O "discurso" modifica-se de acordo com as referências que se faz à Psicologia, à História, à Lógica etc., e, no interior destes campos, a esta ou àquela escola: uma "análise do discurso" pode, por exemplo, retirar boa parte de seus conceitos da Psicologia, mas tomará uma configuração diferente segundo se trate de Psicologia cognitiva ou Psicanálise e, no interior da Psicanálise, por filiar-se a esta ou àquela escola. (p.12)

Portanto, é necessário tipificar os autores, a abordagem e os conceitos, já que se pode chegar a diferentes análises e discursos. Nesse caso, a tônica deste livro se dará pela tendência francesa de análise do discurso, enfocando mais as noções postuladas por Pêcheux, Foucault e seus contemporâneos, pois se entende que essa tendência oferece mais subsídios teóricos para a compreensão do discurso a que nos propomos. Trata-se da escola francesa da Análise do Discurso, como foi chamada no final da década de 1980, devido ao ato disciplinar. Courtine (2007) claramente considera essa terminologia reducionista: "Gostaria de dizer aqui que nem Michel Pêcheux, nem aqueles que estavam com ele na origem do projeto da Análise do Discurso jamais empregaram esse termo" (p.27).

Contudo, na atualidade, existem autores que a estabelecem como tal para fazer uma contraposição, de certa maneira, àquela que se desenvolve nos países de tradição anglo-saxã. Assim, enquanto a Análise do Discurso francesa se fixa no discurso escrito,

doutrinário, e em uma posição transversal entre a língua e a ideologia, a anglo-saxã examina o discurso oral da conversação cotidiana e comum. Essa afirmação apoia-se nas leituras dos textos de Maingueneau (1997), que buscam, nessa visão reducionista da própria Análise do Discurso de Michel Pêcheux, demarcar a atual.

Dessa forma, a corrente francesa apresenta uma preocupação com os propósitos textuais, com a explicação das formas narradas e com o discurso construído. Já a anglo-saxã concentra-se nos propósitos da comunicação e no seu caráter descritivo, através do uso imanente da linguagem, trabalhando com temas que envolvem conflitos ideológicos latentes, como violência sexual, racismo e outros.

O método francês é o de entremeio, interagindo com a Linguística, a História e a Sociologia, devolvendo desafios aos discursos que analisa, como se procurou descrever ao longo deste capítulo. O anglo-saxão é interacionista, buscando apoio na Psicologia e na Sociologia. Essas afirmações baseiam-se no quadro proposto por Gadet, citado mais à frente.

Talvez a grande diferença entre as abordagens seja a maneira como se compreendem as relações teóricas com outros campos. No caso francês, a Análise do Discurso é entendida como uma ruptura e, no anglo-saxão, como uma ampliação do campo de atuação da Linguística.

São feitas críticas[7] a essa separação, às vezes arbitrária, de diferentes tendências de pensamento em Análise do Discurso, sobretudo no que diz respeito a uma escola francesa, porque atualmente existe uma série de pesquisas sem uma ligação teórica real com a Análise do Discurso que se descreveu até agora.

É possível encontrar, sob esse termo, estudos sobre Pragmática, Linguística textual, teoria da enunciação, Sociolinguística etc., que possuem pouca ou nenhuma ligação com a Análise do Discurso de Pêcheux. Isso é ponderado também por Orlandi (2007): "[...] este nome *escola de Análise do Discurso francesa* não recobre um con-

7 Podem-se encontrar duras críticas em textos de autores como Jean-Jaques Courtine, Michel Plon e Eni Orlandi.

junto de trabalhos que tenham uma consistência interna (teórica) e histórica" (p.75).

Portanto, quando se fala aqui de Análise do Discurso francesa, faz-se referência àquela formulada e estruturada por Pêcheux e seu grupo e seus desdobramentos posteriores, e não às atuais distorções conceituais que ocorrem sobretudo na França, identificadas anteriormente.

Gadet (apud Maingueneau, 1997) ilustra tal diferença entre a Análise do Discurso de Pêcheux e de Foucault e a anglo-saxã em um quadro interessante:

Quadro 1 – Quadro comparativo entre a Análise do Discurso francesa e anglo-saxã

	Análise do Discurso francesa	**Análise do Discurso anglo-saxã**
Tipo de discurso	Escrito Quadro institucional doutrinário	Oral Conversação cotidiana comum
Objetivos determinados	Propósitos textuais Explicação–forma Construção do objeto Relação ideologia/língua	Propósitos comunicacionais Descrição–uso Imanência do objeto
Método	Materialismo histórico Teoria do discurso	Interacionismo Psicologia e Sociologia
Objeto	Linguística	Antropologia

Fonte: adaptado de Maingueneau (1997).

Pelo quadro, pode-se perceber uma discrepância entre as abordagens. Tradicionalmente, a primeira pode ser entendida como mais teórica e aplicável a discursos com um nível de formalização maior; a segunda, mais metodológica e aplicável a situações do cotidiano.

Adaptou-se o quadro porque se entende que Análise do Discurso não possui um método estrutural em sentido estrito. Ela pode ter guardado relações com o estruturalismo, mas sua metodologia e seu uso extrapolam essa perspectiva, acabando por reduzir sua própria especificidade e metodologia de análise.

Sobre o método francês, Maingueneau (1997) observa:

> Há uma certa tradição intelectual europeia (e, sobretudo da França) acostumada a unir reflexão sobre o texto e sobre História. Nos anos 60, sob a égide do estruturalismo, a conjuntura intelectual francesa propiciou, em torno de uma reflexão sobre a "escritura", uma articulação entre a Linguística, o marxismo e a Psicanálise. A Análise do Discurso nasceu tendo como base a interdisciplinaridade, pois ela era preocupação não só de linguistas como de historiadores e de alguns psicólogos. (p.6)

Na Análise do Discurso francesa na atualidade, como colocado por Charaudeau e Maingueneau (2004), encontram-se tendências de análise[8] interpeladas por noções consideradas básicas no campo da Análise do Discurso à francesa:

> Os trabalhos que inscrevem o discurso no quadro de inserção social, os trabalhos que privilegiam o estudo das situações de comunicação linguageira e, portanto, o estudo dos gêneros do discurso; os trabalhos que articulam os funcionamentos discursivos com as condições de produção de conhecimentos ou com os posicionamentos ideológicos, os trabalhos que colocam em primeiro plano a organização textual ou a seleção de marcas de enunciação. (p.45)

O trabalho apresentado neste livro coloca-se nos funcionamentos discursivos de produção de conhecimentos, e para tal estudo é necessária uma análise profunda da disciplina, dos autores e dos enunciados que se propõe analisar. Mesmo com abordagens teóricas diferentes, em aspectos gerais, deve-se levar em conta que a Análise do Discurso é um desdobramento teórico do campo científico da Linguística, provocando rupturas profundas, especialmente

8 Para alguns autores, como Courtine (2007), não são Análises do Discurso em sentido estrito, uma vez que se confundem com outras disciplinas e estudos de outra ordem.

nas relações entre a linguagem e a ideologia, porque se preocupa com o além-texto, ou seja, em que medida a construção de um texto remete às esferas ideológicas.

O histórico, o assujeitamento ideológico torna-se algo importante para o entendimento da produção textual, constituindo-se como uma disciplina de entremeio em relação à Linguística, à História e à Sociologia. A Análise do Discurso trata as produções textuais como um objeto complexo, para cujo entendimento são necessários os subsídios teóricos do materialismo histórico, da teoria discursiva e da própria Linguística.

A (escola) Análise do Discurso no Brasil

Na prática francesa de Análise do Discurso, e na própria Linguística, o movimento teórico foi muitas vezes anterior à sua institucionalização nas universidades. Pêcheux, por exemplo, era pesquisador de Psicologia Social no Centre National de la Recherche Scientifique, e não um professor universitário no momento da publicação de seu texto Análise do Discurso de 1969.

Já a prática brasileira, nesse sentido, é bem diferente. Aqui, a Análise do Discurso inicia seu percurso já institucionalizada, em ambiente universitário, dando outros rumos para a prática de análise e para o desenvolvimento teórico. Quando se fala, portanto, da Análise do Discurso no Brasil, se fala de outra disciplina, dada a realidade e o momento histórico diferentes.

Orlandi (2002) endossa essa assertiva: "Há uma relação de consistência histórica entre o que se chama, no Brasil, [...] Análise do Discurso da escola francesa, e sua institucionalização. Na França, eu diria, que entre o 'nome' (análise do discurso) e a 'coisa' institucional há um lapso separando um momento do outro [...]" (p.38). Esse lapso causou algumas distorções históricas e teóricas, mas, no caso brasileiro, tal percurso foi totalmente diferente.

Contudo, como apontado na seção anterior, é preciso ponderar o uso que se faz da palavra "escola" nesse contexto. Estamos cha-

mando de "escola brasileira" o corpo teórico desenvolvido no Brasil, baseado em uma filiação específica, a Análise do Discurso de Michel Pêcheux, que se desenvolveu em torno da dinâmica imposta pela relação entre a língua e a ideologia.

Quando falamos de "escola brasileira", estamos comentando os desdobramentos teóricos da obra de Michel Pêcheux no território brasileiro, que, devido às suas características históricas, desenvolveu-se de maneira diferente daquela Análise do Discurso presente no território francês.

Devido ao percurso da Análise do Discurso brasileira, é possível dizer que "a morte do pai foi consumada. Apesar disso, ainda hoje se ouve falar muito no nome de Pêcheux. Onde? Aqui entre nós na América Latina, mas sobretudo no Brasil" (Ferreira, 2007, p.17).

A introdução da Análise do Discurso no Brasil sofreu grande influência do regime militar, que vigorou de 1964 até meados da década de 1980. Costuma-se dizer que, no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, a disciplina foi instaurada no Brasil – mais especificamente, na Unicamp, onde a professora Eni Orlandi ministrava os primeiros cursos –, devido ao enfraquecimento da ditadura militar nesse período.

A própria professora Orlandi (2007) pondera a respeito da disciplina no Brasil: "a Análise do Discurso institucionaliza-se amplamente – não sem algumas resistências, alguns antagonismos – e, com sua produção e alcance teórico, configura-se como uma disciplina de solo fértil, com muitas consequências tanto para a teoria como para a prática do saber linguístico" (p.81).

O principal ponto é que, diferente do que aconteceu na França e nos Estados Unidos, que acabaram por separar a análise dos textos – uma relacionada aos textos escritos, a outra preocupada com a oralidade –, no Brasil a Análise do Discurso manteve o interesse em ambos os tipos de produções, dando uma sustentação diferente ao seu método e ao seu uso.

A Unicamp irá, a partir da pós-graduação em Linguística e das linhas de pesquisas relacionadas à Análise do Discurso, propagar, ao longo da década de 1980 e durante a década de 1990, centros

de pesquisa em universidades como Unesp, UFRGS, UFMG, FURG, UFSC, UCB, Unisul, Unijui, UERGS, entre outras. A partir desses centros, iniciaram-se muitos outros estudos nos últimos dez anos.

Buscamos, na pesquisa apresentada neste livro, filiar-nos a essa trajetória, uma vez que é impossível qualquer teoria desligar-se do seu contexto discursivo e do seu momento no contínuo do espaço–tempo.

Ao longo deste capítulo, foram apresentados aspectos históricos e conceituais da Análise do Discurso, buscando contextualizar as práticas e teorias da disciplina, visando facilitar a compreensão de seus conceitos, que são metodológicos. No próximo capítulo, serão discutidas noções que até aqui foram apenas enunciadas e sinalizadas. Por meio dessas noções, será trabalhado o discurso da Arquivística e, mais ainda, demarcadas as nossas filiações teóricas, buscando não silenciar nenhum dos aspectos teóricos que contribuíram para a construção da Análise do Discurso filiada à obra de Michel Pêcheux.

2
Por uma metodologia do discurso: noções e métodos para uma análise discursiva

No capítulo anterior foram abordados aspectos mais gerais e históricos, e não especificamente conceituais, uma vez que a própria conceituação é um simulacro. À medida que se estabelece uma definição, de maneira restrita, perde-se a real abordagem daquela ideia. Buscamos demarcar, então, através dos próprios textos, pontos fundamentais da teoria do discurso.

Com as balizas teóricas sinalizadas, torna-se necessário discutir as noções, pois, por meio delas, e analisando o arcabouço de ideias e ideologias, buscamos descrever e identificar a Análise do Discurso no interior da prática e da teoria arquivística.

A Análise do Discurso de Michel Pêcheux teve uma série de mudanças no decorrer do seu percurso nos últimos quarenta anos. De início calcada majoritariamente na relação entre Linguística e Ciências Sociais, depois a disciplina estabeleceu uma relação de maior proximidade com a História, devido às características semânticas de seu método.

Para o conjunto de textos (e discursos) analisados, a abordagem do que Pêcheux chamou de Análise do Discurso 2 contribuiu de maneira fundamental para a nossa discussão, ou seja, para uma relação com a Análise Automática do Discurso. Há também uma relação com o conceito de Foucault de formação discursiva e, mais

ainda, com o que tradicionalmente é chamado de Análise Arqueológica do Discurso, baseado em uma apropriação e em uma ressignificação da Análise do Discurso discutida por Foucault em seu livro *Arqueologia do saber*, e não apenas em seus conceitos. Por fim, e mais importante para o que aqui pretendemos, é a leitura que J. J. Courtine faz da obra de Foucault, no contexto da Análise do Discurso desenvolvida por Pêcheux. Assim, para nosso uso do método do discurso, esses três autores permearam a nossa análise.

Nesse sentido, são relevantes as palavras de Freitas (2001): "Nosso ponto de entrada será a arqueologia foucaultiana. Iniciamos em Foucault [...] pelo fato de a própria gênese de um de seus conceitos centrais – formação discursiva – haver se dado em estudos sobre as condições históricas e discursivas nas quais se constituem campos de saber" (p.61).

A seguir, a fim de facilitar a compreensão do método desses autores, serão apresentadas primeiramente algumas ideias essenciais abordadas por eles e por outros autores, para noções que permeiam a teoria e o método de análise e também a própria descrição do método.

Os elementos da teoria discursiva: a noção de discurso e enunciado

Circunscrito o espaço de atuação e suas possíveis abordagens, é necessário especificar seu objeto. Embora a Análise do Discurso seja uma disciplina que trabalha permeada por outros campos do conhecimento – no caso, as Ciências Sociais e a Linguística –, seu objeto é único, uma vez que, parafraseando Pêcheux (2008), é pela atuação do sujeito que se constrói o discurso, e é só por meio da ideologia que se constrói o sujeito.

Em contraposição ao modelo informacional de Jakobson, Pêcheux (1997d) escreve: "a teoria da informação, subjacente a este esquema, leva a falar de mensagem como transmissão de informação: que implica que não se trata necessariamente de uma trans-

missão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um 'efeito de sentido' entre os pontos A e B" (p.82).

Assim, existe na Análise do Discurso um deslocamento dos estudos linguísticos, visando criar uma "unidade de análise [que] determina a necessidade de criar um corpo teórico-analítico que vise considerar a materialidade discursiva como objeto próprio" (Indusky, 1997, p.17).

Dessa forma, as relações com o objeto em Análise do Discurso funcionam na conexão língua–discurso–ideologia. A definição de discurso não tem nenhuma relação com a noção elementar de mensagem, entendimento comum na área da comunicação. O discurso seria o efeito de sentido entre interlocutores.

Sobre essas conceituações, Orlandi (2007) observa:

> Desse modo, diremos que [o discurso] não se trata da transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela História, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. (p.21)

Na Análise do Discurso, este é entendido como um espaço aberto, que parte da língua, é atravessado pela ideologia e circunscrito por sua própria história. Na literatura sobre Análise do Discurso. é possível encontrar, atrelada ao conceito de discurso, a metáfora que relaciona o discurso com uma rede de sentidos que se transformam em um tecido discursivo. Em Ferreira (2007), a relação metafórica é assim exposta:

> A rede, como um sistema, é um todo organizado, mas não fechado, porque tem os furos, e não estável, porque os sentidos podem passar e chegar por essas brechas a cada momento. Diríamos, então, que um discurso seria uma rede e como tal representaria o todo; só que esse todo comporta em si o não todo, esse sistema abre lugar para o não sistêmico e o não representável. (p.19)

Portanto, o discurso pode ser compreendido como uma rede nunca completa e concluída, sempre passível de mudanças provocadas pelas ideologias e pela história, além de mudanças na ordem do sentido e na ordem do próprio discurso.

O objeto da Análise do Discurso não é a língua em si ou suas produções. O discurso necessita dos elementos linguísticos, implica uma exterioridade à língua. Ele tem reflexo no texto, mas envolve questões que vão além do âmbito linguístico, como apontado no capítulo anterior: os aspectos ideológicos e sociais a que as palavras remetem quando são escritas ou faladas.

Por isso, pode-se dizer que o discurso é a "palavra em movimento, prática de linguagem" (Orlandi, 2007, p.15). A Análise do Discurso não se preocupará com o sentido do texto ou com o do discurso, mas com os modos como o texto e o discurso se relacionam na produção de sentidos ao longo do seu percurso histórico, como uma palavra que adquire sentidos em determinada conjuntura.

Complementando: "deve ser tomado como um conceito que não se confunde nem com o discurso empírico sustentado por um sujeito nem com o texto, um conceito que estoura qualquer concepção comunicacional da linguagem" (Maldidier, 2003, p.21).

O discurso e sua análise correm "refletindo sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua" (Orlandi, 2007, p.16).

Quando Pêcheux enuncia a Análise do Discurso no artigo "A Análise Automática do Discurso", ele estabelece o discurso com uma máquina discursiva fechada. Porém, a partir da Análise do Discurso 2, o conceito de discurso fechado é deslocado, na medida em que surgem os conceitos de formação discursiva e ideológica. Chegando à década de 1980, o conceito de discurso irá deslocar-se ainda mais, ampliando o *corpus* de pesquisa em Análise do Discurso. Será "o limite à crise da noção de máquina discursiva estrutural" (Pêcheux, 1997c, p.315).

Foucault também lança luz no que se refere à noção de discurso. O autor compreende que este é a forma como se compreende a lín-

gua. Ele faz parte de um processo de significação que se modifica a partir do momento ideológico e histórico, produzindo efeitos:

> O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si. (Foucault, 1997, p.49)

Foucault, que toma uma posição diferente em relação ao discurso, compreende-o como um espaço histórico, uma vez que os discursos produzidos só são possíveis em uma relação político-ideológica favorável ao seu aparecimento, permeados pelo sentido, que é ideológico e lhes é particular. O sentido é construído por uma relação entre o poder, o saber e a linguagem.

Um ponto primordial para a materialidade discursiva é o enunciado, uma vez que constitui o conjunto de sentidos mais elementar que pode ser particularizado dentro do discurso. Foucault (1997) assim esquematiza o que um enunciado requer:

> Examinando o enunciado, o que se descobriu foi uma função que se apoia em um conjunto de signos, que não se identifica nem com aceitabilidade gramatical, nem com a correção lógica, e que requer, para realizar, **um referencial** (que não é exatamente um tato, um estado de coisas, nem mesmo um objeto, mas um princípio de diferenciação); **um sujeito** (não a consciência que fala, não o autor da formulação, mas uma posição que pode ser ocupada, sob certas condições, por indivíduos indiferentes); **um campo associado** (que não é o contexto real da formulação, a situação na qual foi articulada, mas um domínio de coexistência para outros enunciados); **uma materialidade** (que não é apenas a substância ou o suporte da articulação, mas um *status*, regras de transcrição, possibilidade de uso ou de reutilização). (p.133)

O discurso pode ser entendido como uma ordem na qual se encontra um campo de experiência, ou seja, um referencial. O enunciado é a materialidade desse referencial, que possibilita a análise. Foucault entende o discurso como um sistema de dispersão, ou seja, cabe a quem o analisa descrever e compreender essa ligação entre os enunciados, seu conceito histórico e ideológico, fazendo parte de um discurso. Para o autor, a descrição dessa conexão arqueológica é uma das análises possíveis do discurso, um lugar no qual se circunscreve o campo da experiência e do saber possível, com um campo de experiências orientadas, contextualizadas, assumidas, conforme colocam Charaudeau e Maingueneau em seu *Dicionário de Análise do Discurso* (2004).

Outro conceito, que será desenvolvido no tópico seguinte, é o de formação discursiva, que, na obra de Foucault (1996), relaciona-se com o conceito de enunciado da seguinte maneira: "Um enunciado pertence a uma formação discursiva como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo" (p.135).

A metodologia de acordo com a qual Foucault apresenta seus conceitos torna a análise clara, uma vez que é possível particularizar os enunciados mais incisivos pertencentes à formação discursiva. Segundo Guespin (1971):

> O enunciado é a sucessão de frases emitidas entres dois bancos semânticos, duas pausas da comunicação; o discurso é o enunciado considerado do ponto de vista do mecanismo discursivo que o condiciona. Assim, olhar um texto sob a perspectiva de sua estruturação "em língua" permite tomá-lo como um enunciado; um estudo linguístico das condições de produção desse texto possibilita considerá-lo um discurso. (p.196)

A relação simbólica estabelecida entre o discurso e o enunciado permite a construção da análise, na medida em que, por meio dessa relação, demarca-se o *corpus,* visando o conjunto de relações entre os enunciados e a formação discursiva.

Os elementos da teoria discursiva: a formação discursiva e a formação ideológica

A noção de enunciado está relacionada com o conceito de formação discursiva, numa relação entre esta e a enunciação. Atravessando tal relação, tem-se o conceito de formação ideológica. O primeiro autor a discutir o assunto, pensando na noção de formação discursiva, foi Foucault. Posteriormente, essa noção torna-se parte da fundamentação para que se compreenda a disciplina, devido à sua ampliação conceitual na obra de Pêcheux e de J. J. Coutine.

A dupla paternidade do conceito gera, muitas vezes, uma série de confusões no que diz respeito à sua conceituação. Baronas (2011) comenta essa polêmica: "Michel Pêcheux teria emprestado o sintagma – formação discursiva – de *A arqueologia do saber*, de Michel Foucault, para, à luz do materialismo histórico, reconfigurá-lo, relacionando-o com o conceito althusseriano de ideologia" (p.89).

Courtine (2006) compreende a formação discursiva da seguinte maneira:

> O nível do enunciado: diz respeito ao sistema de formação dos enunciados que englobaria "um feixe complexo de relações" funcionando como regra. Enquanto regra, esse sistema determinaria "o que pode e deve ser dito" por um sujeito falante situado num dado lugar, num dada conjuntura, no interior de uma formação discursiva, sob a dependência do interdiscurso dessa última. Esse nível é o lugar da constituição da "matriz de sentido" de uma formação discursiva determinada no plano dos processos históricos de formação, reprodução e transformação dos enunciados. Esse nível se situa no plano das regularidades pré-terminais "aquém da coerência visível e horizontal dos elementos formados" [...]. O nível de formulação: refere-se ao "estado terminal do discurso" onde os enunciados manifestam certa "coerência visível horizontal". Trata-se do intradiscurso, em que a sequência discursiva existe como discurso concreto no interior do "feixe complexo de relações" de um sistema de formação. (p.41)

A formação discursiva é, pois, a relação entre os enunciados que determina o que pode ser dito, na medida em que eles se inscrevem historicamente, formando um conjunto de sentidos relacionados à ideologia na produção de sentidos.

Courtine separa a formação discursiva em dois níveis. Um relaciona-se com o enunciado e se estabelece de forma bastante "limitada", ocorrendo em dada conjuntura, em determinado lugar. Outro se filia a uma formação discursiva que irá determinar como e o que será dito, por uma formação ampla, que possui uma instância ideológica.

Henry (1997) escreve: "Existem muitos pontos de contato entre aquilo que Michel Foucault elaborou no que se refere ao discurso e aquilo que fez Michel Pêcheux, pelo menos no nível teórico. [...] Uma noção de 'formação discursiva' que tem alguns pontos em comum" (p.38).

Buscando deixar claro como se compreende esse conceito, fundamental para a análise, Maingueneau (1997) esclarece que não se trata de considerar a formação discursiva como algo produzido por um sujeito único e exclusivo, mas por uma posição circunscrita no espaço–tempo, que pode claramente se relacionar.

Em Foucault, a formação discursiva será parte de seu projeto arqueológico de construir um método que "procura compreender o funcionamento dos discursos que constituem as Ciências Humanas" (Baronas, 2011, p.92), entendendo-os não como um conjunto de signos e elementos dentro de um sistema e de uma estrutura, como os estruturalistas trabalhavam, "mas como um conjunto de práticas discursivas que instauram os objetos sobre os quais enunciam e circunscrevem os conceitos, legitimam os sujeitos enunciadores" (p.92).

Nesse sentido, a Arquivística filia-se a determinadas formações discursivas atravessadas por relações político-ideológicas. Enquanto formação, pode-se dizer que os arquivos são filiados ao Estado democrático, à História, à identidade, a um conjunto amplo de instituições e costumes que legitimam e fundamentam seu aparecimento.

Essa relação é bem marcada pela própria construção das Ciências Humanas e Sociais, das quais a Arquivística não escapa. É possível dizer, com base em Baronas (2011) e Foucault (1997), que processos discursivos que perpassam os conceitos e objetos da Arquivística possuem em sua discursividade uma liberdade condicionada, por terem passado pela regulação própria da atividade "política" do discurso das ciências, que legitima cada um dos discursos efetivamente ditos, determinando como e o que pode ser dito por um sujeito (compreendido com uma posição), com um método aceito, inserido na verdade de uma época.

Dito isso, fica fácil compreender por que, em determinados pontos de "conflito", a área toma rumos em um sentido e não em outro, por que, em determinado contexto, pode-se dizer que a "prova documental" é a "santidade" do documento de arquivo, enquanto, em outro momento, isso não é aceito como uma verdade para a teoria dos arquivos.

Por esses motivos, compreendemos que as formações discursivas das quais a Arquivística faz parte são fruto de um movimento exterior a elas inserem-se nele, mas não o contexto situacional, e sim as condições de produção do discurso, que são permitidas, e determinadas posições e rumos disciplinares.

Courtine (2009) falará, em sua tese, de memória discursiva em relação com a interdiscursividade. Existirá, porém, na produção enunciativo-discursiva, um apagamento e uma distorção, uma vez que aquilo é enunciado. Existe uma contradição latente ao próprio processo discursivo, o que Pêcheux (2009) chamará de enunciado dividido, na medida em que a formação discursiva é perseguida por essa memória.

Ainda sobre a formação discursiva, Orlandi (2007) esclarece o seu funcionamento:

> O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das

> formações discursivas em que se inscrevem. [...] Deste modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. (p.43)

A formação discursiva, portanto, é um conceito de conexão entre o enunciado, o sujeito e a ideologia. É o espaço entre o que pode ser dito, devido ao contexto ideológico e político. Este dito, permeado pela ideologia, revela que o sentido não está na palavra, na frase ou no texto, mas na discursividade, partindo da relação entre formação ideológica e formação discursiva–enunciado–sujeito.

A formação discursiva é o conjunto de enunciados relacionados a partir de uma posição ideológica, de um lugar real e de sujeitos específicos. Por exemplo, considera-se aqui a Arquivística como parte de formações discursivas. Encará-la como tal é perceber que seu conjunto de técnicas, saberes, sujeitos está relacionado aos enunciados que produz, e esses enunciados estão relacionados com uma conjuntura política e ideológica, com o poder, em um jogo social estabelecido no espaço–tempo cheio de conflitos. Dessa forma, a Arquivística, enquanto espaço discursivo, nunca está finalizada, é passível de mudanças e possui os apagamentos provocados pela própria ação da ideologia, naturalização dessas relações.

Assim, ao encará-la dessa maneira, pode-se perceber que os conceitos da disciplina estão sujeitos a um embate externo que desconstrói e modifica sua prática institucionalizada. Deve-se acrescentar, ainda, que os conceitos trabalhados na disciplina só são possíveis a partir da posição histórica em que foram construídos, e o significado de um mesmo conceito modifica-se à medida que a posição na formação discursiva altera-se ou a filiação ideológica diversifica-se no decorrer do tempo. A formação discursiva é a posição do discurso no espaço–tempo.

Palavras iguais podem significar coisas diferentes porque se inscrevem em formações discursivas diferentes, e esta diferença ocorre

porque se trata de sujeitos e contextos distintos. Cabe, então, ao analista do discurso observar as condições de produção dos textos e remeter aquele enunciado a determinada formação discursiva.

A formação discursiva é, portanto, o espaço em que a materialidade enunciativa tem a possibilidade de ser interpretada e compreendida, a partir da posição histórica e ideológica na qual o sujeito se encontra.

Sobre a formação ideológica em específico, Pêcheux (1997e) comenta:

> Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças, na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações. (p.166)

A formação ideológica são os elementos externos à própria formação discursiva. Aquela atravessa e modifica as relações que esta estabelece no nível político e no ideológico.

O conceito atrelado a essa formação é o da ideologia, discutida no capítulo anterior. Contudo, é interessante trabalhá-lo um pouco mais, uma vez que é um conceito crucial para essa formação.

A ideologia, enquanto conceito, surge primeiramente na obra de Marx e Engels. Para eles, o conceito de ideologia é bastante restritivo, por tratar-se de uma crítica ao sistema capitalista e ao pensamento burguês. Portanto, é o estudo de um fenômeno ideológico e não uma conceituação sobre o comportamento da ideologia enquanto noção estrutural das Ciências Humanas.

A formação ideológica é, de modo mais amplo, um conjunto de práticas e atitudes circunscritas no espaço–tempo, que atravessa várias formações discursivas e interliga a rede discursiva. Pêcheux e Fuchs (1997e) explicam a formação ideológica e sua ligação com as formações discursivas com o seguinte exemplo:

> [...] a formação ideológica religiosa constitui, no modo de produção feudal, a forma da ideologia dominante; ela realiza "a interpelação dos indivíduos em sujeitos" através do aparelho ideológico do Estado religioso "especializado" nas relações de Deus com os homens, sujeitos de Deus, na forma específica das cerimônias (ofícios, batismos, casamentos, enterros etc.) que, sob a figura da religião, intervém, em realidade, nas relações jurídicas e na produção econômica, portanto no próprio interior das relações de produção feudais. Na realização dessas relações ideológicas de classes, diversas formações discursivas intervêm enquanto componentes combinadas cada vez em formas específicas; por exemplo, e enquanto hipótese histórica a ser verificada: de um lado a pregação camponesa reproduzida pelo "baixo clero" no interior do campesinato, de outro o sermão do alto clero para os grandes da nobreza, logo duas formações discursivas [...]. (p.167)

Esse exemplo esclarece bem a conceituação de ideologia, enquanto formação ideológica no interior da teoria do discurso. Existe, no exemplo, uma única formação ideológica, a qual permeia outros dois exemplos de formação discursiva, mas que, dada a conjuntura apresentada, pode conter um número bem maior delas.

Pode-se ainda citar, por exemplo, a própria Arquivística. Como todas as disciplinas, ela está sujeita aos acontecimentos que a constituem e a institucionalizam, e os embates entre o político, o saber e a ideologia provocam mudanças em sua estrutura discursiva. Analisar o discurso é perceber esses atravessamentos e mostrá-los na análise.

Para se analisar um discurso, é necessária a construção de um *corpus* de análise. "O analista do discurso não é uma pessoa neutra. Nunca. [...] Ele deve, igualmente, construir um observatório para si" (Mazière, 2007, p.23).

Esse corpo de análise tem relações com as formações discursivas que nutrem o campo de estudo. Essa análise é mediada pela teoria do discurso. Mas, para identificar/compreender determinado discurso, é necessário estabelecer os pontos em que existem relações de

força entre os conceitos. Esses métodos são permeados por formações ideológicas e estão inscritos no espaço–tempo.

Pêcheux e Fuchs (1997e) observam que, para analisar o discurso, são necessários três campos articulados, determinando seu quadro epistemológico geral: materialismo histórico, Linguística e teoria do discurso. Além desses campos, é fundamental, como também colocado por Pêcheux, o campo do sujeito, de natureza psicanalítico-ideológica.

Deve-se pensar que o discurso é produto do texto contextualizado, mas, evidentemente, esse texto é produto de sujeitos, que não são pessoas, mas determinadas posições encaixadas institucionalmente, que refletem particularidades psicológicas relacionadas com seu contexto linguístico e histórico.

Pode-se considerar que o analista do discurso se apoia também em quatro preceitos básicos da análise: História–ideologia, língua–sentido (Alós, 2004). O sentido do discurso, na língua, corresponde ao que Pêcheux postulou como "a conjunção do sentido da ideologia e o sentido da linguagem".

Cabe aqui diferenciar as operações de um analista do discurso e de um linguista. O que ambos analisam é a mesma materialidade linguística, o dado linguístico é o mesmo, mas o ponto de vista é diverso. Enquanto o linguista observa o funcionamento de determinado enunciado, o analista examina o funcionamento do discurso dentro do enunciado e suas relações com a História e a ideologia. São relações de força, a "interpelação" contida no texto via marcas discursivas.

Sobre o sentido que o texto toma, contextualizado, Pêcheux e Fuchs (1997e) afirmam:

> O objeto da Linguística (o próprio da língua) aparece [...] atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normalizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer normal estabelecida *a priori*, de um trabalho de sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações. (p.204)

A grande diferença entre a Análise do Discurso e a Linguística clássica diz respeito ao centro das atenções. Enquanto esta se preocupa com as relações signo–sentido estáveis, passíveis de regras, aquela interessa-se pela língua usada. E quando a língua é utilizada, mutações são provocadas pelos sujeitos, pelas ideologias, enfim, pelas formações discursivas existentes (Indursky, 1997).

Para finalizar tal conceituação sobre a tessitura discursiva, pode-se afirmar que o discurso é passível de análise porque estabelece relações ideológicas. A essas relações dá-se o nome de "formação ideológica", a qual atravessa e interpela as formações discursivas, possuidoras de uma "historicidade" que as aproxima e interliga. O que as une é a sua materialidade/posição, são os enunciados nem inteiramente linguísticos, nem exclusivamente materiais.

Foucault (1997) esclarece esse jogo conceitual estabelecido no interior da produção discursiva:

> [...] O enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem; não se apoia nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua independência. Em seu modo de ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material), ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase correta (ou aceitável ou interpretável), se a proposição é legítima e bem constituída, se o ato está de acordo com os requisitos e se foi inteiramente realizado. Não é preciso procurar uma unidade longa ou breve, forte ou debilmente estruturada, mas tomada como as outras em um nexo lógico, gramatical ou locutório. [...] trata-se, antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas aí estão presentes ou não. (p.98)

Portanto, de um lado, há as formações discursivas estabelecidas em um nível mais geral e, do outro, ocorrem os enunciados que interagem na formação discursiva e que podem ser particularizados,

e, se assim o são, também podem ser estudados em suas funções enunciativas.

Deve-se estabelecer a correlação entre determinadas posições e determinados enunciados, a fim de estabelecer a materialidade presente nas produções textuais. Isso se exemplifica nas seguintes palavras: "Confrontada com uma miríade de informações polimorfas, suscetível de ser guardada em suportes cada vez mais diversificados" (Rousseau; Couture, 1998, p.23).

Nesse texto, percebe-se todo um jogo discursivo produzido pelos autores. Há aqui não um enunciado único, mas dois que se complementam: um relacionado à explosão de informações produzidas na sociedade a partir da década de 1950, outro concernente ao fato de essa explosão informacional acabar produzindo arquivos com uma pluralidade de suportes. Portanto, o enunciado pode ser estudado em sua historicidade e em sua relação político-ideológica, remetendo-se a determinadas conjunturas que possibilitam seu aparecimento.

Podemos fazer as seguintes perguntas em relação ao exemplo dado: Por que os autores assumem essa posição e não outra? Por que é recorrente nos textos da década de 1990 chamar a atenção para a "explosão informacional"? O que existe nesse momento que possibilitará essa constatação e não outras? Existe uma relação política e ideológica que permite essa constatação?

A Análise do Discurso possibilita o questionamento de determinadas posições atribuídas por determinados enunciados, em contraposição a outros. Por exemplo, uma de suas acepções fundamentais é o sujeito da linguagem e o sujeito da ideologia.

> O marxismo, que é uma referência durante os primeiros anos da Análise do Discurso, o sujeita. Foucault o dispersa na formação discursiva. A colaboração entre linguistas e psicanalistas o resgata do psicologismo. A colaboração com os historiadores introduz um sujeito da história. O peso da interdiscursividade organiza "a localização tendencial do sujeito enunciador" na materialidade dos enunciados, segundo uma fórmula de Pêcheux. As sofisticações

> da pragmática o reconfiguram em uma escala de ações e de coações enunciativas e semânticas no qual ele pode se multiplicar e se diluir. Nos casos mais simples, o sujeito é, no mínimo, dois: falante empírico e enunciador linguístico. (Mazière, 2007, p.22)

No caso dos enunciados apresentados anteriormente, os sujeitos "eu" assumem uma posição que, em uma análise discursiva, remeterá a outros enunciados que legitimam essa constatação.

Esse fato relaciona-se a um campo associado, no caso, o discurso produzido pela Arquivística, em sua literatura corrente, sobre a multiplicação dos suportes informacionais e da quantidade de informações de modo geral e sua materialidade enquanto texto estabelecido no tempo–espaço.

Se, de um lado, há a concepção de uma formação discursiva como um campo de enunciados homogêneos relacionados entre si, que lhe dão sustentação, de outro, a construção de uma formação discursiva está subsidiada ao conjunto de enunciados com que ela se relaciona. Foucault (1997), por exemplo, pensa em relacionar enunciados, no caso, científicos, sem utilizar a palavra "ciência" como tendo um sentido em si mesma. A própria ciência e os enunciados são estabelecidos no interior das formações discursivas.

Também esse campo de enunciados correlacionados é atravessado por outras formações discursivas, como coloca Foucault (1997):

> [...] Tal análise não tentaria isolar, para descrever sua estrutura interna, pequenas ilhas de coerência; não se disporia a suspeitas e trazer à luz os conflitos latentes; mas estudaria formas de repartição. Ou ainda, em lugar de reconstituir cadeias de inferência [...] em lugar de estabelecer quadro de diferenças, descreveria sistemas de dispersão. (p.43)

Portanto, a formação discursiva não é apenas uma formação particular daqueles discursos. Ela é atravessada por outras formações discursivas e pela própria formação ideológica, que a modifica

e estabelece novas formações discursivas. Proceder à análise, nesse caso, é entender esses atravessamentos discursivos, é mapear o sistema de dispersão no *corpus* delimitado. Seus funcionamentos, suas exclusões/inclusões e suas formas de processar evidências, no caso do nosso estudo, são as relações entre três lugares distintos que possuem pagamentos/dispersões em comum.

No estudo que originou este livro, observamos as relações enunciativas das formações discursivas estabelecidas no interior da Arquivística e percebemos a heterogeneidade do discurso. Sendo assim, uma formação discursiva possui dois ou mais discursos, já que ela é nutrida pela contradição, a qual é seu elemento constitutivo.

Compreendido o conceito de formação discursiva e de formação ideológica, abordaremos a seguir outro conceito fundamental para a Análise do Discurso, o de interdiscursividade, responsável, no momento de sua formulação, por grande mudança na estrutura da disciplina.

Em busca do método: a interdiscursividade

A noção de interdiscurso apresenta-se como uma ampliação do próprio conceito de discurso e uma renovação da própria Análise do Discurso, uma vez que dispersa o assujeitamento do sujeito pela ideologia e a análise calcada fundamentalmente no discurso político, possuindo uma relação com a noção de formação discursiva.

Segundo Gregolin (2006), a aproximação de Pêcheux (distanciando-se das posições de Althusser) com a nova História e com Foucault permitiu a abertura de novas perspectivas para a Análise do Discurso.

No livro *O discurso:* estrutura ou acontecimento (2008), Pêcheux trata o discurso como acontecimento. Afirma que pode desestruturar-se e reestruturar-se a partir das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele emerge.

Além disso, o discurso é o índice capaz de provocar uma inquietação nas filiações sócio-históricas de identificação, pois ele forma, simultaneamente, um efeito dessas filiações e um trabalho "(mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço", segundo Pêcheux (2008), que afirma que a identificação não se dá de forma linear, que não existe ligação sócio-histórica que não sofra, de uma forma ou de outra, o que ele denomina de "infelicidade" no sentido performativo do termo, levando a um desvio de pessoa, pois é em relação ao outro, objeto da identificação, que ocorre a variação.

Ao reconhecer o discurso como acontecimento, se não houvesse esse desvio de pessoa, existiria apenas "uma justaposição caótica (ou uma integração supraorgânica perfeita) de animais humanos em interação" (id., ibid., p.57).

Essa mudança no pensamento de Pêcheux, provocada pela interdiscursividade, é o momento final que distancia a Análise do Discurso do estruturalismo, uma vez que se percebe a existência não apenas de um sujeito assujeitado unicamente por seu contexto ideológico, mas sim a presença do outro no discurso, por meio de uma inter-relação entre as produções linguísticas e os sujeitos.

O uso mais corrente do conceito de formação discursiva modifica a estrutura de pensamento sobre o próprio fechamento do discurso e leva/levou a uma compreensão equivocada, uma vez que ele é um campo aberto.

A noção de interdiscurso possibilita uma compreensão melhor desse conceito, que não deve ser entendido como uma partição ou uma caixa fechada, mas como uma realidade "heterogênea por si mesma".

Em relação a tal aspecto, é possível perceber, no artigo "Problèmes d'analyse du discours. Essai de decription du discours français sur la Chine", de J. M. Marandin (1979), baseado nas reflexões da pesquisa de Courtine, o funcionamento do interdiscurso nos seguintes termos:

> O fechamento de uma formação discursiva é fundamentalmente instável, não se constituindo em um limite que, por ser traçado de modo definitivo, separa um interior e um exterior, mas inscrevendo-se entre diversas formações discursivas, como uma fronteira que se desloca em função dos embates de luta ideológica.

Portanto, o interdiscurso é um espaço de relação da ideologia com a formação discursiva, responsável pela constante reconfiguração dessa formação, devido aos embates entre a luta ideológica como espaço da constante reconfiguração e ressignificação do discurso.

Nas teorias aqui analisadas, é possível perceber reconfigurações e ressignificações de alguns conceitos e práticas profissionais relacionadas ao interdiscurso, mas este mantém sua base discursiva em um mesmo ponto, calcada em uma argumentação comum às obras teóricas e técnicas, existindo então uma relação entre as tradições. Estabelece-se uma interdiscursividade, à medida que os autores escolhem os mesmos termos para enunciar coisas diferentes, devido a posições e formações discursivas diferentes.

A noção de interdiscurso tem relação com uma memória discursiva constituída por enunciados e formulações que se repetem, são refutados e se transformam em outros significados. Essa memória não é compreendida como psicológica, mas está inscrita no enunciado. Assim, o interdiscurso apoia-se em dois eixos: "O 'vertical', do pré-construído, do domínio da memória, e o 'horizontal', da linearidade do discurso, que oculta o primeiro eixo" (Maingueneau, 1997, p.115).

A interdiscursividade é, portanto, a ampliação do entendimento da ideologia presente nas produções discursivas, relacionada com a memória discursiva. Seu aparecimento só é possível a partir do momento em que a materialidade linguística/materialidade histórica adquire sentido, ou seja, na Análise do Discurso o texto só é um texto a partir de sua historicidade.

Descritos alguns pontos fundamentais da Análise do Discurso, é necessário discutir um pouco mais seu método de análise.

Uma questão do método de análise: procedimentos metodológicos

Uma série de noções da Análise do Discurso possibilitam operar o discurso que nos propusemos analisar, contudo é preciso esclarecer seu uso, uma vez que a abordagem e as noções já foram trabalhadas.

O método de análise da Análise do Discurso, diferente de outras "metodologias" de pesquisa, tem princípios bastantes inovadores, calcados num jogo que se estabelece entre a produção linguística e a materialidade histórica, buscando as rupturas e os lapsos dos textos (orais e escritos), os quais não são inocentes, uma vez que a própria produção textual é a atuação da ideologia em sua relação com o inconsciente – o sujeito.

Enquanto metodologia de pesquisa, seu uso é diferente daquele de uma análise estatística ou de conteúdo, por exemplo, uma vez que rompe com o que tradicionalmente se chama de "procedimentos de pesquisa/metodológicos"[9] e, como análise, acontece de maneira diferente. O ponto fundamental do discurso, enquanto objeto de pesquisa, é a busca pela (re)construção do efeito de sentido nos textos.

Orlandi (2007) afirma: "O discurso não é um objeto dado" (p.66). Pressupõe, então, o trabalho de quem analisa de chegar até esse discurso. É preciso primeiramente entender a produção textual (oral e escrita) como uma materialidade linguística e converter tal materialidade em um objeto teórico.

Ao se relacionar diferentes textos de uma mesma formação discursiva e se recortar o universo de análise possível (no interior da formação discursiva), devido a certas posições do discurso a análise

---

9 Tendo a Análise do Discurso como base metodológica para a análise, é possível dizer, com base em todos os preceitos históricos e conceitos trabalhados, que a disciplina exige do pesquisador a construção de um *corpus* de análise de enunciados e, exatamente por isso, a análise é diferente, pois um enunciado remete a outros e a uma ou mais formações discursivas e busca-se descrever esse movimento na análise dos conceitos trabalhados, as relações histórico-conceituais entre eles.

deixou de ser materialmente linguística e tornou-se parte de um processo discursivo, produzindo um recorte, organizando o *corpus*. "Nosso ponto de partida é o de que a análise do discurso visa compreender como um objeto simbólico produz sentidos" (Orlandi, 2007, p.66). Tal objeto só produz sentidos a partir de sua posição histórica, de sua relação entre língua e ideologia.

Utiliza-se aqui essa terminologia fazendo uma ligação direta com a Análise Automática do Discurso de Pêcheux (Fuchs, 1997e), que descreve o caminho metodológico para tal análise da seguinte maneira:

- Superfície linguística: entendida no sentido de sequência oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior à frase. Trata-se aí de um "discurso" concreto, isto é, do objeto empírico afetado pelos esquecimentos 1 [inconsciente] e 2 [consciente], na medida mesmo em que é o lugar de sua realização, sob a forma, coerente e subjetivamente vivida como necessária de uma dupla ilusão;
- Objeto discursivo: entendido como o resultado de transformação da superfície linguística de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, em um objeto linguisticamente dessuperficializado, produzido por uma análise linguística que visa anular a ilusão nº 2;
- Processo discursivo: entendido como o resultado da relação regulada de objetos discursivos correspondentes a superfícies linguísticas que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas. Este acesso ao processo discursivo é obtido por uma dessintagmatização que incide na zona de ilusão–esquecimento nº 1. (p.180)

São, portanto, três níveis necessários para a análise. Um relaciona-se com a materialidade linguística; outro, com sua transformação em discurso; e o último, com o estado da discursividade, que é o processo discursivo resultante da relação entre as superfícies linguísticas e os objetos discursivos.

A discursividade acontece a partir da relação, e não da extensão do texto. A análise pode acontecer em uma obra completa ou

em um único enunciado oral, à medida que esse texto refira-se a alguma relação com a memória e a historicidade. É nesse sentido que se introduz a Análise Arqueológica do Discurso, instaurada a partir de leituras do livro *Arqueologia do saber* de Foucault. É arqueológica porque busca escrever uma história dos sistemas discursivos constitutivos das ciências, o estudo e as mudanças das práticas discursivas.

Essa análise necessita de uma construção de enunciados que convergem em uma conjuntura no espaço e no tempo e são chamados de arquivos. Assim, na nossa pesquisa, o conjunto de textos das tendências teóricas e práticas da Arquivística constitui o conjunto de arquivos.

Foucault (1997) escreve sobre o assunto: "Denominarei arquivo não a totalidade de textos que foram preservados por uma civilização [...], mas o jogo das regras que determina em uma cultura o surgimento e o desaparecimento dos enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal como acontecimento e como coisas" (p.143).

O arquivo, nesse sentido, "não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivo e configurações significantes" (Guilhaumou; Maldider, 1994, p.164). A noção de arquivo atrela-se à noção de formação discursiva. Se formação é o campo, o arquivo é a organização da memória desse campo.

Outro aspecto fundamental para o entendimento metodológico da Análise do Discurso é a questão da autoria. Nesse sentido, duas relações devem ser esclarecidas: se a materialidade do discurso é o texto, a materialidade do sujeito é o autor, e é no autor que se constrói a unidade de sujeito.

O autor, enquanto sujeito, não é uma figura única. É, na verdade, "considerado um princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como fulcro de coerência" (Orlandi, 2007, p.75). Ou seja, em toda produção discursiva, sendo ela coletiva ou determinada por algum comitê, instituição etc., possui uma autoria no sentido discursivo. Esta autoria exige coerência,

respeito às normas estabelecidas, explicação, clareza, conhecimento de regras textuais, originalidade, enquanto o analista, por meio do discurso, busca compreender os "furos" e as rupturas nessa rede textual.

Por meio dos conceitos e do percurso teórico-metodológico da Análise do Discurso, busca-se operar a análise utilizando as noções de representação arquivística como um recorte para a compreensão da discursividade estabelecida na Arquivística.

Como qualquer outra produção textual, essa análise encontra-se interpelada pelo poder, pela ideologia e por sua própria historicidade, afastando-se da aparente neutralidade e esterilidade a que o próprio discurso arquivístico tenta se prender.

O reconhecimento de uma dualidade constitutiva da linguagem, isto é, do seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado por entradas subjetivas, sociais e históricas, provoca um deslocamento nos estudos para fenômenos extralinguísticos.

É claro que esse descolamento dos estudos linguísticos só é possível na década de 1960, devido ao terreno favorável instaurado pela consolidação da Linguística moderna, responsável pela formulação dos conceitos que foram fundamentais para o aparecimento do estruturalismo e desencadearam o desenvolvimento da Análise do Discurso.

Descritos os preceitos fundamentais da Análise do Discurso, buscaremos, por meio dela, analisar o discurso da Arquivística no que diz respeito à representação, parte nuclear da disciplina.

3
Arquivística espanhola, canadense e brasileira: elementos históricos e conceituais

O estudo da Arquivística é o de uma teoria aplicada a uma profissão. Assim, o percurso da área sempre esteve atrelado a sua condição de existência. Então, a disciplina procurará responder a questões de ordem técnica e metodológica, visando contribuir para melhor organizar, disponibilizar e preservar os documentos jurídico-administrativos no interior de instituições públicas e privadas.

Quando se fala em teoria em arquivos, discute-se o conjunto de procedimentos técnicos necessários para atingir determinado objetivo funcional e social. O que se chama de prática é a aplicação efetiva desses preceitos em uma instituição arquivística/coletora de arquivos.

Pode-se complementar essa acepção da seguinte maneira:

> **A teoria arquivística**: compreende sua própria história, seu objeto ou âmbito de atuação e sua metodologia, para execução de seus fins.
>
> **A prática arquivística:** composta pelas técnicas e procedimentos empenhados para a conservação ativa dos documentos e para difusão da informação. (Cruz Mundet, 2011, p.17, tradução nossa)

Portanto, suas ligações disciplinares ocorreram de acordo com as condições políticas e ideológicas das sociedades em que essas instituições estão inseridas e são criadas. Em termos históricos e discursivos, a Arquivística refletirá, na teoria e na prática, essa realidade.

Os itens que se seguem estão relacionados à teoria da Arquivística nos países estudados. O viés histórico responde a uma das instâncias fundamentais de uma análise discursiva, ou seja, a construção de uma análise arqueológica da própria Arquivística.

A história do *corpus* já é parte da análise, ou seja, quando se descrevem historicamente os caminhos da disciplina e da descrição, faz-se uma análise discursiva.

A definição do *corpus* teórico da Arquivística não ocorre em si mesma. Não é pela definição em si que ela se constrói, mas nas relações com outras áreas e outras práticas profissionais. No caso espanhol, por exemplo, a Diplomática exerceu papel fundamental na elaboração de instrumentos de pesquisa durante os séculos XIX e XX, diferentemente do que ocorreu no Canadá.

A construção da Arquivística na realidade espanhola acompanha, de certo modo, o próprio aparecimento dos arquivos e da teoria moderna. Durante o século XIX, a importância dada ao aparecimento e percurso da historiografia europeia fundamenta e justifica a criação de arquivos enquanto instituições públicas, o desenvolvimento técnico e o aparecimento de profissionais, mais tarde conhecidos como "historiadores-arquivistas".

Nesse momento do século XIX, os arquivos, dentre outras instituições, fomentarão tecnicamente o desenvolvimento das Ciências Humanas, especialmente a História e as recentemente criadas Ciências Sociais.

A história da Arquivística está, então, muito ligada ao aparecimento dos arquivos institucionalizados. Pode-se afirmar que já existiam práticas arquivísticas antes da institucionalização propriamente dita, porém é precipitado dizer que já havia antes da Revolução Francesa. É somente a partir desta que se criam os arquivos nacionais e inicia-se o desenvolvimento técnico da Arquivística.

"A teoria arquivística desenvolveu-se em vários níveis de intencionalidade nos últimos 120 anos. Uma gama grande de arquivos e situações arquivísticas foi responsável pelas mais variadas abordagens para se manter os arquivos" (Ridener, 2009, p.2-3, tradução nossa).

Contudo, é possível dividir o percurso dos arquivos em dois momentos bem marcados: o pré-arquivístico e o arquivístico. O primeiro perpassa séculos de história, a ascensão e a queda de civilizações anteriores ao desenvolvimento dos princípios da proveniência e à ordem original; o segundo, mais recente, é aquele no qual os princípios e métodos arquivísticos começam a ser enunciados e trabalhados.

A esse respeito, Cook (1997) faz a seguinte ponderação: "[...] Desde tempos antigos, aqueles no poder decidiram a quem era permitido falar e aqueles que eram forçados a silenciar-se, em ambos, na vida pública e nos arquivos" (p.18, tradução nossa).

Assim, a Arquivística, enquanto teoria, é fruto da realidade moderna e de mudanças institucionais e políticas que ocorreram na Europa entre o final do século XVIII e o início do XIX, estando relacionada às práticas científicas desse período, em especial aquelas concernentes ao positivismo nas Ciências Humanas.

Ridener (2009) afirma que três coisas alteraram a estrutura conceitual da Arquivística ao longo de seu percurso histórico: as mudanças de paradigma, as mudanças provocadas pelo avanço tecnológico e, por fim, as mudanças ocorridas ao longo do desenvolvimento da historiografia. É importante acrescentar aqui as mudanças administrativas e os apagamentos e as ressignificações ocorridos nos arquivos em relação ao percurso político e social dos países focados neste livro.

Desse modo, com base nessas perspectivas, é possível dizer que os arquivos estão relacionados a uma gama político-ideológica própria do período de desenvolvimento das liberdades individuais e do direito de acesso dos cidadãos aos documentos públicos. Os arquivos e a Arquivística fazem parte das mudanças ocorridas nas sociedades europeias do século XIX.

Paralelamente, os arquivos são uma das instituições que regulam e legitimam a constituição de identidade, memória e registram a atuação do poder. Portanto, os profissionais que atuavam e atuam nessas instituições são responsáveis e legitimam as próprias instituições que representam.

Ocorre, desde o início, um apagamento da ação da ideologia nos arquivos, o que reflete em seu desenvolvimento teórico. É possível fazer essa afirmação a partir da própria compreensão do percurso da Arquivística sob um viés discursivo. Assim, no decorrer do percurso histórico e social do Ocidente, as citadas instituições sempre estiveram atreladas ao regime político no qual se inserem, ou seja, a prática administrativa e o acesso a determinado documento em um país democrático ocorrem de maneira diversa daquela que se observa em um país ditatorial.

A Revolução Francesa foi parte de uma mudança profunda na sociedade ocidental, visto que o Antigo Regime colonial e monárquico foi sendo substituído, a partir do aparecimento de um movimento revolucionário dos que buscavam a liberdade e a autonomia política.

Com a criação dos arquivos nacionais, começa uma busca por métodos e ferramentas para a organização dos arquivos. A partir do início do século XIX, além das mudanças já apontadas, esses métodos começam a servir de fonte para historiadores e de "celeiro" para o desenvolvimento das histórias nacionais.

Essas mudanças, evidentemente, são fruto do desenvolvimento da historiografia e das ciências. Em sentido lato, pode-se dizer que os arquivos, entre outras instituições, são responsáveis por dar poder às pessoas para gerar sentido e, a partir deste, gerar identidades que se relacionam com o mundo (Brothman, 1999).

Uma importante publicação desse período, referenciada por Ketelaar (2004) como um princípio teórico para a Arquivística, é o texto de Joseh Anton Oegg, de 1804: *Ideen einer Theorie der archiwissenshaft* (Ideias de uma teoria arquivística). Ketelaar tem uma posição interessante a respeito dessa obra:

> Do subtítulo de seu livro é possível dizer que possuía um foco prático: guiar o estabelecimento prático e o processamento de arquivos. Era conhecimento arquivístico empírico, descrito sistematicamente. O arquivista na Europa do Antigo Regime fazia um trabalho prático e era responsável por uma administração. O conhecimento de que ele precisava era o legal. (p.3, tradução nossa)

As transformações ocorridas na Europa ao longo do século XIX demarcarão o desenvolvimento da Arquivística – profundamente prática e ligada ao tratamento dos documentos anteriores à Revolução Francesa em seu estágio inicial.

A centralização dos documentos em arquivos nacionais, em países como França, Rússia, Áustria e Holanda, contribuiu para uma desarticulação dos sistemas tradicionais de arquivo, como aqueles defendidos por Oegg. Na França, a concentração de toda a documentação do Império, inclusive dos países dominados por Napoleão, ocasionou uma acumulação sem precedentes no Arquivo Nacional.

Paralelamente ao estabelecimento do Arquivo Nacional francês, Foscarini (2009) aponta o desenvolvimento de métodos para a organização de arquivos na Prússia no século XVIII. Os documentos eram organizados a partir de um mesmo assunto. Posteriormente à sua transação, atividade ou procedimento, eram agrupados em dossiês.

"O sistema ficou conhecido como *Registratursysteme*[1] – o primeiro exemplo de um método sistêmico para a classificação de documentos seguindo um programa amplo, baseando-se em assuntos e em funções *Aketenplan* [plano de arquivos]" (Foscarini, 2009, p.34, tradução nossa).

Esse sistema de organização por dossiês irá espalhar-se pela Europa, especialmente durante o período de ocupação napoleônica.

---

1 Descrição completa do sistema em Miller (2002).

Assim, a fim de resolver os problemas ocasionados pelo acúmulo de documentos nos arquivos franceses e pela desordem causada pela classificação temática, é promulgado em 1841 o princípio da proveniência (ou *respect des fonds*), definido pela primeira vez por Natalis de Wailly. Trata-se basicamente do princípio em que se estrutura o desenvolvimento metodológico da Arquivística. "Todos os documentos que vieram de uma instituição, estabelecimento, família ou indivíduo formam um fundo, que deve ser mantido em conjunto, diferentemente dos que apenas fazem referência a um estabelecimento, instituição ou família" (Desjardins, 1890, apud Duchein, 1992, p.12, tradução nossa).

Esse princípio será revisto, reescrito e reconfigurado na teoria e na prática atuais, em especial no que se entende hoje como proveniência múltipla/proveniência contextual. No entanto, é a partir do conceito original que se fundamentam todas as atividades arquivísticas.

A segunda metade do século XIX assiste a um aumento razoável de instituições voltas para o ensino da Diplomática, Paleografia e Arquivística em toda a Europa, inclusive na realidade espanhola.

A prática arquivística e a própria teoria dos arquivos têm seu ponto alto no final do século XIX, com a publicação do *Manual dos arquivistas holandeses*. Esta obra é responsável por reunir e sintetizar uma confluência de enunciados postulados anteriormente. Sua importância é consenso na área, já que foi a primeira e influenciou e continua influenciando arquivistas canadenses, brasileiros, espanhóis, portugueses e outros.

Como apontam Ketelaar, Horsman e Thomassen (2003) em artigo publicado por ocasião do centenário do manual holandês: "O *Manual de arranjo de descrição de arquivos* (1898) é geralmente referenciado como o ponto inicial da teoria arquivística e de sua metodologia" (p.249, tradução nossa).

Outras obras foram fundamentais para o amadurecimento da Arquivística. O manual de Hillary Jenkinson, de 1922 – espécie de atualização e reconsideração a respeito do livro de Feith, Muller e Furin –, e os trabalhos de Schellenberg relacionados a esse manual

são responsáveis, dentre outros, pela construção das noções de classificação, avaliação e descrição de arquivos, em diferentes níveis. Na atualidade, tais conceitos vêm sendo reconfigurados, redefinidos ou até mesmo refutados.

A Arquivística passa internacionalmente, a partir da década de 1950, por uma série de mudanças em sua teoria e prática, devido ao desenvolvimento administrativo e tecnológico que acontece nas organizações a partir do final da Segunda Guerra Mundial. A teoria e a prática na Espanha estão relacionadas a essa realidade, diferente daquela posteriormente apresentada no Brasil e no Canadá, configurando-se como um espaço privilegiado de discussão de conceitos e práticas voltados aos documentos medievais e à elaboração de instrumentos de pesquisa calcados, em sua maior parte, em preceitos da Diplomática e a uma compreensão física e estrutural dos princípios arquivísticos que incidem na classificação.

Fundamentos históricos da Arquivística espanhola

Na Espanha, a Arquivística apresenta-se calcada principalmente nos princípios da Paleografia e da Diplomática, uma vez que o conjunto de técnicas dessas disciplinas é utilizado para tratar os documentos no país em boa parte do século XIX, num movimento comparável à tradição de outros países europeus, como Itália, França e Portugal.

A Arquivística moderna é fruto do Estado moderno. Nesse sentido, a Revolução Francesa, as guerras napoleônicas e a reorganização do Estado europeu após o conflito servirão de base para o aparecimento dos arquivos e da Arquivística na configuração compreendida hoje.

Há uma profunda relação entre as liberdades individuais e a Arquivística. A Europa servirá, em primeira instância, como berço da Arquivística moderna. Assim, teorias e práticas discutidas ao longo deste capítulo terão reflexo e desdobramentos em outros países, inclusive no Canadá e no Brasil.

Jardim (1999) esclarece muito bem esse entendimento: "Se os arquivos configuram a escrita do Estado, a Arquivologia [Arquivística] é um saber do Estado. Aquilo que tem sido legitimado internacionalmente como Arquivologia permite-nos abordá-la como um saber do Estado" (p.46).

A Espanha será, durante todo o desenvolvimento moderno da Arquivística, um espaço privilegiado, na medida em que, no século XIX, surge uma série de arquivos para servir ao Estado espanhol.

Se o manual de Feith, Muller e Furin demarca o início do percurso histórico-conceitual da Arquivística, a Revolução Francesa, as guerras napoleônicas e a posterior organização do Estado fazem parte de sua condição de existência. Desse modo, esse período é arqueológico ao próprio discurso da Arquivística, e é necessário dar as condições de sua existência e institucionalização em território espanhol.

O início do século XIX representa um momento crucial na história da civilização espanhola, com início na invasão napoleônica e auge na Guerra Peninsular ou Guerra de Independência Espanhola, nos anos de 1808-1814. Esse período transformador leva a uma série de mudanças na organização do Estado espanhol, o qual buscava tornar-se moderno.

As pinturas de Francisco Goya ilustram esse sangrento conflito da história espanhola. De um lado da guerra, Espanha, Portugal e Reino Unido; do outro, a França bonapartista. Segundo Phillips e Phillips (2010), essa contenda, em seus anos finais (1812-1814), demarca um momento de reforma e renovação das instituições administrativas e políticas na Espanha.

Após as guerras napoleônicas, o Estado espanhol permanece bastante instável. Há a promulgação de uma série de constituições, como a de 1837 e a de 1845, o exílio da rainha Isabel II, em 1868, e a restauração da dinastia Burbon, em 1875. Porém, esse distúrbio estatal é próprio da necessidade de ruptura e substituição das antigas estruturas de poder e da criação de novos aparelhos de controle, baseados em um Estado liberal (Phillips; Phillips, 2010).

Dentre as modernizações ocorridas ao longo do século XIX, na perspectiva da Arquivística destaca-se a separação entre o Estado e a Igreja, levando à desamortização dos arquivos monásticos e à criação de uma série de arquivos.

Após o exílio de Isabel II, o governo provisório estabelecido, conhecido como Primeira República espanhola, procura descentralizar o Estado e estabelecer um governo representativo em nível local e regional. "Alguns deles, pelo menos, estavam furiosos com a interagência do estabelecimento religioso, tendo como objetivo a construção de um Estado secular, separado da Igreja Católica e, muitas vezes, hostil a ela" (Phillips; Phillips, 2010, p.236, tradução nossa). Complementando, segundo Cruz Herranz (1996; 1998), ao longo do século XIX houve uma desamortização dos arquivos e bibliotecas monásticos, levando à criação de arquivos públicos, devido a um rompimento com esses conflitos e com o Antigo Regime. Assim, as instituições espanholas sofreram uma série de mudanças. Alterações na administração do Estado e do Tesouro levam a reformas no aparato arquivístico e à retomada da centralização dos arquivos, iniciada com o Archivo Geral de Simancas, criado por Carlos V no século XVIII.

Com essas reformas, as leis desamortizadoras passaram aos ativos do Estado e às propriedades das instituições eclesiásticas, com toda a documentação de valor histórico incalculável neles preservada, dando aos espanhóis o direito de acesso aos documentos produzidos pelo Antigo Regime no país.

Por uma ordem real de 1850, a Igreja ficava obrigada a transferir toda a documentação de arquivos das ordens monásticas para a Academia Real de História, o primeiro depósito desses fundos eclesiásticos, que mais tarde serão a principal base de formação dos arquivos institucionalizados. Com isso, a Academia percebe enormes problemas para o controle e a organização dos documentos, constatando a necessidade de criação de centros especializados no tratamento e na gestão deles, como o Archivo Histórico Nacional, além do Archivo Central de Alcalá de Henares, Coronoa de Ara-

gón, Coruña, Palma de Mallorca, do Archivo Historico de Toledo, dentre outros.

Segundo Torreblanca López (1998), isso ocorreu devido "à supressão do regime polissinodal[2] dos conselhos, à separação dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e sua reorganização, à reordenação da propriedade pública e, por último, aos esforços do Estado para fomentar o desenvolvimento da propriedade privada" (p.71, tradução nossa).

Essas reformas geraram uma série de problemas para a organização dos documentos, pois na França e na Holanda desse período tratava-se, em grande parte, de documentos medievais de difícil leitura. O papel desses arquivos na sociedade moderna espanhola é o de escrita das históricas nacionais, fenômeno que irá alastrar-se por toda a Europa. Como observa Cruz Herranz (1998):

> [...] O século XIX é, do ponto de vista dos arquivos, de singular importância tanto na Espanha como na Europa. Durante esta época, levam-se a cabo a reorganização dos arquivos gerais, quando estes existiam, e a sua criação em uma nova perceptiva, quando não. [...] Sua criação acontece de certo modo imposta pelo auge dos nacionalismos, ansiosos de buscar suas raízes e identidades no passado mediante o estudo de fontes fidedignas, que são aquelas conservadas pelos arquivos. (p.157-8)

Essa mudança de terreno irá alterar a percepção do que é e de como se estabelece um arquivo, devido ao uso feito por pesquisadores do período, pelo qual a Arquivística passa a "consubstanciar, de forma paradigmática, uma visão de raiz historicista e custodial que, ao longo do século XX, ganhou novos contornos por força do desenvolvimento tecnológico" (Ribeiro, 2001, p.4).

---

2 Denomina-se "regime polissinodal" a organização política das monarquias absolutas dos reinos espanhóis durante o Antigo Regime (até 1789), com a Revolução Francesa (Gonzalez; Cortazar, 1997).

Nas primeiras décadas do XIX, é provável que não existisse uma formação específica para o trabalho nos arquivos espanhóis, o que criava inúmeras dificuldades para a organização e leitura dos documentos medievais. Apenas com a criação da Escuela Superior de Diplomática, em 1856, passou-se a estudar com maior profundidade a Diplomática e a Paleografia, visando à organização dos arquivos.

A formação dessa escola sem dúvida possui influência da École des Chartes francesa, criada alguns anos antes (1822), subsidiando uma série de ações voltadas para a organização dos arquivos medievais. Por sua grade de disciplinas, é possível perceber que, como na França e na Holanda, a Arquivística espanhola, no século XIX, também está voltada para os arquivos medievais.

O universo de ensino e atuação dos arquivistas-historiadores colocará a Diplomática como disciplina crucial para a elaboração de instrumentos de pesquisa, e os catálogos e inventários refletirão para além dos documentos medievais e a prática do século XIX.

> Sabemos muito pouco sobre a formação dos arquivistas no início do século XIX. Existiam alguns tratados paleográficos e arquivísticos, mas imagina-se que a aprendizagem era autodidata, ou melhor, dentro dos próprios arquivos onde os aprendizes e oficiais de baixo escalão recentemente contratados eram tutelados pelos funcionários mais experientes. (Torreblanca López, 1998, p.71, tradução nossa)

Durante os anos de 1830 e 1840, estabeleceu-se a cátedra de Paleografia, que iniciará o longo processo de formação e desenvolvimento de uma teoria e prática arquivística na Espanha.

> A cátedra de paleografia mostrou-se insuficiente, seu programa resultava-se pobre e limitado. [...] seus egressos não pareciam suficientemente preparados para ser os arquivistas que a sociedade demandava na época. Necessitava-se de pessoas com maior conhecimento diplomático e paleográfico. (Torreblanca López, 1998, p.79, tradução nossa)

A Escuela Superior de Diplomática substituiu a cátedra de Paleografia e responde por todo o desenvolvimento teórico e prático da Arquivística na Espanha até o ano de 1990, quando suas cadeiras são integradas à Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Central de Madrid (ver Romero, 2003).

Continuando com Torreblanca López (1998), é possível encontrar diversas importantes disciplinas em sua grade de formação: Latim e Romances dos Tempos Médios; Paleografia Geral e Crítica; Geografia Antiga e da Idade Média; Arqueologia Elementar; Numismática e Epigrafia; Belas-artes; Bibliografia e História Literária; Classificação e Arranjo dos Arquivos e Bibliotecas; e História das Instituições.

O modelo de organização dos arquivos espanhóis no período baseia-se em uma visão centralizadora, com influência clara das práticas francesas do período, copiando seus modelos e suas soluções.

Essas características demarcam o *status* conceitual da Arquivística em território espanhol, destacando a importância da Diplomática para a Arquivística local, e encontram-se na própria análise feita nos catálogos do início do século XX do Archivo Historico Nacional. Cria-se, dessa forma, uma identidade própria, em comparação com os catálogos do Arquivo Nacional Brasileiro da décadas de 1950-1960 ou aqueles da mesma época do National Archive canadense. No espanhol, os elementos da Diplomática dividem os instrumentos; nos outros dois, a informação possui uma estrutura menos rígida e notam-se informações de conteúdo complementadas com as de contexto.

A Arquivística na Espanha ficará atrelada à perspectiva medievalista por muito mais tempo, em comparação com outros países europeus, como França e Grã-Bretanha. A passagem de uma pré-Arquivística, calcada nos moldes da École des Chartes e nos estudos medievalistas, para a Arquivística administrativa, nos moldes de Schellenberg, demorará a ocorrer, iniciando-se em um período de crise de identidade da profissão, devido à dualidade arquivista-documentalista e arquivista-informático. A leitura das atas da Real Academia de la Historia (1852, apud Torreblanca López, 1999) demonstra essa característica eminentemente espanhola.

Outro acontecimento importante desse período, no interior da escola de Diplomática, é o surgimento do primeiro conceito para o termo "Archivologia", descrita como "a ciência que trata dos documentos que se custodiam nos arquivos, descrevendo-os e classificando-os" (id., ibid., p.79, tradução nossa).

O termo Archivologia será utilizado para denominar a disciplina na Espanha até o final da década de 1970, sendo substituído pelo termo Archivística, movimento entendido pelos autores espanhóis (Herredia Herrera, 1996; 1998; Cruz Mundet, 2003) como uma ruptura e uma passagem da disciplina para um novo *status* conceitual, a passagem de um estado empírico para um estado científico.

Uma das respostas para esse fenômeno pode estar no fato de a Espanha ter passado boa parte do século XX sob o regime ditatorial de Francisco Franco. Além disso, no período anterior à Segunda Guerra, ocorreu a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Segundo López Gómez (2007): "[...] a tomada de forma no século XIX e no início do século XX foi interrompida durante a Guerra Civil Espanhola" (p.248, tradução nossa). Herredia Herrera (1998), em uma perspectiva evolutiva, concorda que a Guerra Civil e a ditadura posterior a ela irão frear o desenvolvimento da Arquivística enquanto disciplina.

Os arquivos, os arquivistas e a Arquivística irão, enquanto instância discursiva, servir de Estado e para o Estado. O acesso irrestrito é estabelecido como um direito fundamental, sendo fruto de sociedades de algum modo democráticas. Dito de outro modo, países que passaram por regimes ditatoriais vivenciaram situações que irão definir os caminhos da disciplina.

Os anos de 1900 a 1931 representam a falha da monarquia constitucional espanhola, iniciando-se uma crise que levará à proclamação da Segunda República espanhola e, finalmente, à Guerra Civil.

Ainda segundo Herredia Herrera (1998), o período de 1936 a 1978 – do início da Guerra Civil até a Constituição de 1978 – representa um sistema que irá sistematicamente pôr fim às liberdades individuais, incidindo diretamente nos arquivos e nos arquivistas.

O século XIX representa, para a Arquivística europeia, incluindo a espanhola, o momento de consolidação, como pondera Ridener (2009). O século XX representará, especialmente no universo espanhol, a estagnação e o retrocesso do que fora construído em relação aos arquivos até então.

Apesar desse cenário alarmante, a geração da década de 1950 iniciará o processo de profissionalização e institucionalização do ensino e do movimento associativo, com a criação da Federación Española de Asociaciones de Archiveros, Bibliotecarios, Arqueólogos, Museólogos y Documentalistas (Anabad), em 1950. Nessa geração, destacam-se autores como Carmem Crespo, Natividad de Diego, Carmen Pescador, Vicenta Cortés e outros.

A Espanha e outros países europeus serão responsáveis pela consolidação da Arquivística enquanto prática profissional nutrida por uma técnica de organização de arquivos. Vários manuais foram constituídos entre o início do século XX e meados do século XX.

A partir da década de 1950, não só na Espanha, mas também no resto da Europa, inicia-se um processo de reconfiguração e redefinição de preceitos conceituais estabelecidos ao longo do século XIX, seja pelo estudo da Diplomática, seja pela publicação e pelo uso do manual dos preceitos estabelecidos no *Arquivistas holandeses* e em outros manuais consagrados na área.

A Guerra Civil significará um retrocesso para os arquivos estabelecidos na Espanha, pois é um período de grande confusão e de "mudanças profundas em todos os aspectos da vida privada e institucional no país" (Jaramilho Guerreiro, 1998, p.162, tradução nossa).

Estabelecem-se, nos dois lados da guerra – um republicano, o outro nacionalista –, formas de governo diferentes, dificultando a administração dos arquivos estabelecidos até então. Por conta do estado de guerra, há uma substituição da administração. "Nestes casos, trata-se da aparição de novos arquivos e de continuidade ou ruptura com outros" (Jaramilho Guerreiro, 1998, p.162, tradução nossa).

Os anos anteriores ao conflito, a Segunda República, de 1931 a 1936, representam o esforço da elite política republicana de subs-

tituição definitiva da estrutura de poder estabelecida não só na monarquia constitucional, mas no próprio regime absolutista. "O governo promulgou decretos versando sobre uma ampla gama de assuntos, incluindo reforma agrária e relacionamento do governo com o exército e a Igreja Católica Romana" (Phillips; Phillips, 2010, p.310, tradução nossa).

Essa ampla gama de mudanças também afeta os arquivos. A república monta uma estrutura administrativa que visava controlar o estado de conservação dos bens do patrimônio artístico monumental, bibliográfico e documental do país, criando uma junta nacional para protegê-los, transferindo uma série considerável de documentos para o Archivo Historico Nacional e outros arquivos mais gerais do "sistema" espanhol.

Já no início da Guerra Civil, a república intenta reorganizar os arquivos existentes no país. Em 1937, cria o Consejo Central de Archivos, Bibliotecas y Tesoro Artístico, a tentativa mais formal de um sistema de arquivos espanhóis.

Curiosamente, do lado nacionalista do conflito, também serão criados aparatos que visavam a conservação, coleta e custódia de bens culturais considerados relevantes, porém de forma menos estruturada do que do lado da república e, evidentemente, com outros propósitos, especialmente voltados para os interesses nacionais e fascistas (Tusell, 2011).

Ao término da Guerra Civil, os nacionalistas saíram vitoriosos, instaurando-se na Espanha o regime ditatorial de Francisco Franco. O primeiro período da ditadura, intitulado por Tusell (importante historiador espanhol) como "a tentativa de tornar a Espanha fascista", é profundamente conturbado e instável para o Estado espanhol, com o aparecimento de guerrilhas e outras forças contrárias à ditadura. Em relação aos arquivos, as políticas centralizadoras intensificam-se.

A tradição em arquivos na Espanha foi, no século XIX, profundamente centralizadora, prática acentuada a partir da Guerra Civil e da ditadura. Existiu, como se destacou anteriormente, a busca por um "sistema" de arquivos espanhóis fluido, sem dúvida, mas sempre buscando o controle e a centralidade. Essa característica tem

ligação direta com a forma como o Estado espanhol se desenvolveu ao longo do século XIX e com a intensificação do modelo, na ditadura franquista. "A administração de arquivos, entre 1939 e 1977, esteve vinculada ao Ministério de Educação e Ciência por meio de uma única Direção Central Geral de Arquivos e Bibliotecas" (Herredia Herrera, 1998, p.177-8, tradução nossa).

Essa ação buscava controlar e centralizar o patrimônio histórico e artístico do país, que funciona, em outros regimes ditatoriais, como palanque para exaltação da história e da memória nacional (Tusell, 2005).

As décadas de 1950 e 1960 representaram o ponto alto do regime franquista e, como pondera Tusell (2011), o auge da sua aceitação por parte da população. Atendendo a tal situação política, a Arquivística espanhola continua a focar principalmente os arquivos históricos e, nesse âmbito, aqueles relacionados com a administração central do Estado, servidos pelo Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos – principal centro de formação de arquivistas, após a extinção da Escuela Superior de Diplomática (López Gómez, 2007; Herredia Herrera, 1998).

A formação e a situação política do país fazem que a Arquivística, ao longo das décadas de 1950 e 1960, continue ainda bastante relacionada com os estudos de ordem paleográfica e diplomática, com um perfil institucional bastante historicista e positivista. O profissional de arquivos ainda é o historiador especializado no tratamento deles, visto como um erudito.

Existiu, durante a ditadura franquista, um hiato em relação aos arquivos. Nenhum manual relevante foi publicado no período. O único que guarda maior relação com arquivos é a *Cartilla de organización de archivos*, de Matilla Tasco, em 1960, que lida com temas gerais e terminologia da Arquivística. Também não houve, nessa época, nenhum indício de uma postura mais ativa do arquivista, ou a discussão de algum tipo de avaliação dos fundos documentais, apesar de as ideias de Schellenberg chegarem ao país na década de 1960. Como destaca Herredia Herrera (1996; 1998), em relação à seleção de documentos, conserva-se tudo ou destrói-se em abundância.

Nesse momento, poucas publicações têm algum impacto, com exceção do *Manual Archivistica*, de Eugênio Casanova, publicado em 1928, e da tradução italiana do arquivista alemão Brenneke, em 1968.

A falta de formação específica dificulta a organização dos arquivos por fundos ou a constituição de uma descrição/classificação contextual dos documentos produzidos pela Administração Central. A organização, em sua maior parte, é feita pelo critério temático, apoiada na construção de catálogos documentais. Ou seja, não se descrevem documentos de arquivo: eles são catalogados.

A Arquivística só começará a transformar-se ao final da ditadura. Durante os anos de crise, em boa parte da Europa, na década de 1930, a Espanha foi "o único exemplo de país em que a democracia foi destruída por guerra civil. [...] E, depois, nos anos de 1970, teve um papel decisivo na terceira onda de democratização que começou no Mediterrâneo, espalhou-se pela América Latina e finalmente atingiu o Leste europeu" (Tusell, 2011, p.270, tradução nossa).

Enquanto sociedade, a Espanha, a partir da década de 1970, começa a experimentar mudanças profundamente rápidas na ampliação dos direitos individuais, na descentralização da máquina estatal e em uma série de fatores internos ao país, que beneficiam, de maneira definitiva, a construção de uma tradição arquivística fundamentalmente espanhola.

O Estado democrático favorecerá, sem dúvida, uma série de instituições culturais, patrimoniais e artísticas. Nesse cenário, as práticas e teorias arquivísticas ampliam-se, em um país que rapidamente redemocratiza-se, a partir de 1975.

A democratização espanhola representa, para a Arquivística, terreno favorável para a ampliação teórica, o aprofundamento e a aplicação dessas teorias nos arquivos estatais. A mudança de regime ocorre de maneira efetiva em 1978. A nova Constituição modifica a estrutura política e administrativa do país, levando ao surgimento das Comunidades Autônomas. Estas, por sua vez, produzem uma nova realidade, porque as competências administrativas são descentralizadas, e os arquivos municipais e provinciais assumem importância no sistema de arquivos espanhóis.

> [...] Existe um aumento exponencial de arquivos e redes de informação, com esses sistemas de arquivos e subsistemas. Ainda, o número de profissionais trabalhando nesses arquivos cresce drasticamente, levando a um maior número de associações de arquivistas [...], com reflexão dessas visões em boletins informativos e periódicos. (López Gómez, 2007, p.247, tradução nossa)

Portanto, inicia-se a superação do modelo da Arquivística enquanto ciência auxiliar da História, para relacionar-se com as Ciências da Informação e da Documentação, especialmente a partir da década de 1980.

Nos anos de 1970-1990, destacam-se duas autoras para o pensamento espanhol: Vicenta Cortés e Antonia Herredia. A primeira aborda, de forma panorâmica, "o desenvolvimento da Arquivística na Espanha e na América espanhola" (López Gómez, 1998, p.193, tradução nossa); já a segunda constrói um "panorama da Arquivística em sua especialização municipal" (López Gómez, 1998, p.193, tradução nossa).

Ambas as autoras também se aprofundaram bastante no estudo da obra de Schellenberg. Cortés chegou a estudar com ele nos Estados Unidos, e seus estudos – unindo-se aos estudos mais recentes de Paola Carucci a respeito dos usos da Diplomática em documentos contemporâneos – darão alguma sustentação teórica à Arquivística espanhola, ainda que, apesar de versões atualizadas, as obras das autoras ainda figurem como manuais de Arquivística, como aqueles estabelecidos em outros países.

Para Cook (2009), a tradição espanhola coloca-se no seguinte universo teórico:

> [...] estaria demarcada dentro da tradição ítalo-hispânica, que englobaria também os países da América hispânica, que possuem laços históricos, similaridades na organização administrativa e, portanto, na produção documental, e, segundo análises de nossos arquivistas e responsáveis pelas políticas arquivísticas, problemas similares de acumulação de fundos documentais de caráter histó-

> rico, por uma falta de normalização das transferências e seleção, e uma ligação forte com o mundo das bibliotecas. (comentado por López Gómez, 1998, p.192, tradução nossa)

Esse quadro teórico-metodológico apresenta-se interessante para a análise, visto que se percebe alguma semelhança entre a trajetória teórica recente da Arquivística espanhola e aquela desenvolvida no Brasil e nos países latino-americanos, talvez em parte por esses países terem passado por regimes ditatoriais ao longo do século XX.

Com a apropriação da teoria de Schellenberg e de outros autores do pensamento americano, a Espanha se alinha ao que autores como Herredia Herrera (1991; 1998) e López Gomes (1998; 2007) chamam de "abordagem holística da organização arquivística", integrando aspectos administrativos e históricos. Reconhecendo que é possível e desejável a formação de especialistas em arquivos, a antiga formação comum de arquivistas, bibliotecários, documentalistas, dentre outros, começa a ser rejeitada, e a Arquivística passa a institucionalizar seu térreo acadêmico e profissional.

A Arquivística, então, incorpora-se aos estudos universitários com a oferta de especializações e cursos em nível de pós-graduação, especialmente em mestrados. É um período em que se iniciam a pesquisa em Arquivística em nível universitário e uma especialização maior por parte do corpo de arquivistas das instituições arquivísticas. Como escreve Martin Fuentes (2000):

> Graças os estudos de Biblioteconomia e Documentação, na aplicação da Lei n.11/1983 de agosto, a respeito da reforma universitária, a Arquivística converte-se em curso universitário, saindo das catacumbas acadêmicas da Espanha, e integra-se a uma titulação universitária, com o objetivo de formar bibliotecários, documentalistas e arquivistas. (p.700, tradução nossa)

No mesmo período de expansão universitária, os anos de 1979 a 1986 representam a explosão de manuais especializados nas temá-

ticas da Arquivística, a fim de estabelecer parâmetros mais claros para o tratamento dos arquivos. Severiano Hernandes (1991) destaca que um pequeno grupo de arquivistas filiados à federação impulsionará a publicação de uma série de manuais e obras técnicas voltadas para os tratamento dos arquivos.

Nesse sentido, percebe-se que a Arquivística espanhola, ainda que em grande expansão, permanece em um estágio de desenvolvimento profundamente técnico, na medida em que são realizadas pesquisas e publicados livros profundamente técnicos, enunciados e compreendidos como manuais, apresentados a seguir.

Vicenta Cortés escreveu três manuais: *Archivos de España y América. Materiales para un manual* (1979), *Manual de archivos municipals* (1982) e *Archivística. Estudios básicos* (1983). Antonia Herredia Herrera produziu o seu manual totalizante *Archivística general. Teoria y practica* (1986) e o *Manual de instrumentos de descripcion documental* (1982). Manuel Romero Tallafigo é autor de *Archivistica y archivos:* soportes, edificio y organización (1994).

Já se tratando de José Ramón Cruz Mundet, pode-se citar uma série de livros fundamentais surgidos ao longo das décadas de 1980 e 1990, como *Archívese:* los documentos del poder, el poder de los documentos, publicado conjuntamente com Ramon Alberch Fugeras, e seu completo *Manual de Archivística*, além de uma série de artigos relevantes para a cristalização da Arquivística na Espanha.

Tem-se ainda M. Paz Martín-Pozuelo Campillos, com sua importante contribuição para o *status* epistemológico do princípio de proveniência: o livro *La construccón teórica em Archivística:* el principio de procedencia. A autora produziu também vários artigos necessários à fundamentação teórica da Arquivística.

E, finalmente, destaca-se a obra de Ramon Alberch Fugeras, autor de uma série de livros fundamentais para a disciplina, como *Los archivos, entre la memória histórica y la sociedad del conocimento*.

Conforme destacado, os anos de 1980-1990 representam um incremento na publicação de obras voltadas ao tratamento dos arquivos, ocorrendo uma ampliação teórico-prática nos arquivos espanhóis.

Do ponto de vista discursivo, o percurso da Arquivística espanhola é bastante singular, uma vez que a disciplina tomará rumos profundamente relacionados a seu contexto histórico-ideológico.

A invasão napoleônica havia alterado a estrutura de poder e o modo de perceber os documentos de arquivo e sua importância na sociedade. A ditadura, evidentemente, provoca um apagamento ideológico. Os arquivos configuraram-se, portanto, como um dos aparelhos ideológicos do Estado (Althusser, 1982), e o desenvolvimento teórico relaciona-se a essa condição, ou seja, existe uma proliferação de obras técnicas graças à condição político-econômica favorável para o desenvolvimento teórico.

A ditadura franquista e o hiato no desenvolvimento de teoria arquivística, até a década de 1970, dizem muito sobre a própria teoria desenvolvida no país atualmente. O desenvolvimento técnico, evidentemente, levará a uma especialização do serviço arquivístico e das funções e atividades exercidas pelos arquivistas. Portanto, "como", "quando" e "por que" se dá acesso aos documentos está relacionado às instâncias e estruturas estatais, assim como a descrição dos arquivos e toda a gama de relações que se estabelecem para que esse acesso aconteça.

Ocorrem mudanças na elaboração de instrumentos de pesquisa e na construção de planos de classificação, por exemplo, porque é necessário que os arquivistas atendam às novas demandas de uma sociedade recém-democratizada. Por esse motivo, talvez ocorra essa ampliação de arquivos e obras técnicas voltadas para o tratamento deles.

Cabe agora, com base no percurso histórico feito até aqui, estabelecer uma relação com esse novo *status* dos arquivos e a compreensão das funções arquivísticas na Espanha recente.

Aspectos conceituais da Arquivística espanhola

O núcleo das funções arquivísticas na Espanha desenvolveu-se paralelamente ao estabelecimento dos arquivos institucionaliza-

dos, conforme se descreveu anteriormente, assim como, durante o século XIX, a Diplomática, a Paleografia, a Sigilografia, a Numismática e outras disciplinas correlacionadas ao campo das histórias nacionais. Essas disciplinas possuem até a atualidade, em menor ou maior grau, dependendo do país, relação com a Arquivística.

O aparecimento delas data do fim da Idade Média, com um desenvolvimento mais acentuado nos séculos XVI e XVII. As escolas mais antigas que ensinavam Arquivística como uma das disciplinas curriculares datam do século XIX, especialmente na Espanha, na França, na Holanda e, anos mais tarde, na Itália e na Grã-Bretanha. Desenvolveram-se como fruto de mudanças nas estruturas administrativa, econômica e política das instituições públicas, refletindo modificações do regime político e o desenvolvimento da historiografia no século XIX. Durante o primeiro estágio de desenvolvimento de teorias/funções para o tratamento dos arquivos, a Arquivística passar a ligar-se de maneira profunda às disciplinas citadas e ao trabalho arquivístico com documentos do Antigo Regime.

O tratamento, até meados da década de 1960, permanece o mesmo. Essa prática só começa a modificar-se a partir do final dos anos de 1970, para a construção do que alguns autores chamam de "tradição espanhola de tratamento de arquivos" (Pozuello Campillos, 2000), ainda que a ampliação técnica possua características profundamente conservadoras.

Nesse sentido, pode-se definir como uma tradição, como uma maneira particular de aplicar e criar normas e procedimentos para o tratamento técnico. Será necessária, para essa maneira particular, a institucionalização do ensino, da pesquisa e a especialização do arquivista, destacados da seguinte maneira:

> Os arquivos: a gênese dos fundos documentais, normas para sua organização e requisitos para acesso;
>
> A Arquivística: origem dos textos, procedência dos autores, teses que defendem, críticas que suscitam, influências que refletem;
>
> O profissional de arquivo: antecedentes, formação, origem das funções, aplicação em seu caso;

> Organização arquivística e política de arquivos: a partir do conhecimento dos sistemas político-administrativos, principais instituições e do lugar que os arquivos ocupam. (Pozuelo Campillos, 2000, p.3, tradução nossa)

Assim, a tradição espanhola desenvolve-se de maneira plena a partir de 1978, na medida em que surgiu uma infraestrutura institucional que privilegiava a criação de metodologias, sua discussão e sua aplicação em uma ampla gama de instituições arquivísticas.

A partir de 1980, pode-se dizer, a partir de Ridener (2009), a Arquivística constrói-se como um novo paradigma, na medida em que se alteram as tecnologias e a condição de existência dos arquivos. Em relação às suas funções principais no território espanhol, foram estabelecidas conforme se descreve a seguir.

A classificação de arquivos na Espanha

A classificação e a descrição foram as primeiras funções arquivísticas conceituadas ao final do século XIX. Na perspectiva espanhola, descrita ao longo do capítulo, as funções arquivísticas começaram a ser efetivamente discutidas e construídas a partir do final da década de 1970.

O conceito de classificação explicita-se do seguinte modo na literatura espanhola:

> Classificar é separar ou dividir um conjunto de elementos, estabelecendo classes ou grupos; ordenar/arranjar é unir todos os elementos de cada grupo seguindo uma unidade de ordem, que pode ser data, alfabeto, tamanho, ou um número. (Herredia Herrera 1995, p.263, tradução nossa)

Pelo texto e pela literatura corrente da área nas tradições espanholas, entende-se o ato de classificar como o processo intelectual de dividir os conjuntos documentais a partir dos princípios

de proveniência e ordem original, por meio do estudo da estrutura administrativa do fundo, ou pelos tipos/funções existentes. Já a ordenação é entendida como uma atividade fim desse processo intelectual, de ordenar os documentos em uma ordem alfabética, numérica etc.

Para Gallego Dominguez e López Gómez (1989), a classificação pode ser entendida como

> a operação de descrever e delimitar categorias e classes, sendo as mais comuns a série, seção, grupo, coleção ou conjunto de entidades que possuam ao menos uma característica em comum [...] formação de grupos ou classes de documentos, de acordo com a gênese ou filiação à instituição produtora e seus departamentos (seções, séries e coleções) e ao processo de identificação ou estabelecimento de séries, mas fazendo relação a uma estrutura geral. (p.86, tradução nossa)

A classificação, em relação às outras funções arquivísticas, é primordial, na medida em que é por meio dela que se determina o primeiro nível de organização do arquivo, com o estabelecimento da proveniência e da elaboração do quadro de classificação.

A compreensão dos princípios arquivísticos aplicados à classificação está relacionada ao estabelecimento de classes e estruturação do fundo de arquivo. A perspectiva espanhola somente a partir da década de 1970 irá efetivamente organizar e classificar os arquivos por fundo. Anteriormente, os catálogos e a catalogação dos arquivos eram predominantes.

A Arquivística espanhola, durante os anos de 1980 e 1990, permanecerá com uma perspectiva profundamente técnica e embasada em manuais e na sua aplicação à realidade dessa arquivística. A prática em classificação espanhola encontra-se em consonância com aquela aplicada nos arquivos brasileiros e com os preceitos tradicionais da disciplina, ou seja, a classificação por fundos e a busca incessante pela proveniência e pela ordem original.

A descrição de arquivos na Espanha: dos catálogos à descrição normalizada

A descrição, enquanto função, é provavelmente a tarefa de maior impacto nos arquivos, uma vez que constitui a ligação entre os documentos arquivísticos e os usuários dos arquivos. Nesse sentido, a prática espanhola esteve ligada de modo profundo à construção de guias e catálogos moldados segundo os preceitos diplomáticos, muito mais do que os outros países abordados neste livro.

Na Espanha, uma das maiores preocupações, em relação à descrição, relaciona-se à terminologia empregada nos diferentes instrumentos de pesquisa, que podem ser agrupados em três grandes conjuntos: guias, inventários e catálogos. A existência desses instrumentos não significa que haja uma uniformidade terminológica em relação a eles, à própria tarefa de descrição, ou mesmo às unidades e agrupamentos a serem descritos. Assim, existirá, ao longo da década de 1980, a necessidade de reconhecimento e delimitação dos tipos, bem como das prioridades, na elaboração dos instrumentos de pesquisa.

Nesse esforço delimitador, uma das autoras mais citadas é Herredia Herrera, que, desde o início dos anos de 1980, procura delimitar e diferenciar os vários tipos de instrumentos de pesquisa. Pode-se compreendê-los do seguinte modo:

- **Guia:** uma "visão panorâmica e genérica dos fundos e grupos documentais de um conjunto de arquivos, relacionados a um denominador comum, um arquivo ou uma seção ou uma série; acompanha tudo que pode iluminar seu valor e seu sentido" (Herredia Herrera, 1982, p.25-6). Há ainda dois tipos de guias complementares: os guias gerais e o guia especial. Os guias gerais, como o próprio nome diz, são mais genéricos e descrevem a instituição arquivística como um todo; já o guia especial se relaciona mais com os fundos documentais do que com o arquivo em si.
- **Inventário:** um instrumento de controle e de orientação para o investigador. Os elementos fundamentais que um inventá-

rio deve conter são: "nome dado e formato do fundo (livro, pasta), entrada descritiva (tipológica e tradição documental, autor, destinatário, assunto, se possível) e datas limite" (Herredia Herrera, 1982, p.30-1).

- **Catálogo:** "o objeto da descrição dever ser a peça documental, entendido como o documento solto, considerado documento principal (carta, escritura, testamento, escritura de venda), e a unidade arquivística ao qual se relaciona" (Herredia Herrera, 1982, p.78). O catálogo deve conter todos os dados fundamentais para identificação do documento: dados externos, assinaturas, autor, assunto, podendo ser cronológico e alfabético.
- **Instrumentos auxiliares de descrição:** podemos destacar os índices, tesouros e indexações relacionados à linguagem documental, concebidos como instrumentos facilitadores e especializados dentro do universo dos arquivos (Herredia Herrera, 1995).

Durante a década de 1980, surge uma pluralidade de interpretações e diferenças em relação aos tipos de instrumentos, mesmo que três conjuntos permaneçam como base para a elaboração. A própria nomeação dos diferentes instrumentos causa confusão, como percebido nos seguintes agrupamentos.

> 1. Os guias, dos quais se diferenciam: o guia-censo, o guia de fontes, o guia orgânico e o guia de arquivos.
> 2. Os inventários, dos quais se diferenciam o inventário analítico e o inventário sumário.
> 3. Os catálogos, dos quais se diferenciam o catálogo de documentos e o catálogo de expedientes. (Cruz Mundet, 2001, p.272-96, tradução nossa)

A multiplicidade de tipos de instrumentos dificulta não só sua elaboração, mas também o acesso aos documentos, uma vez que o usuário necessita de conhecimento prévio, e os tipos de instrumentos variam de uma instituição para outra.

Baseando-se nesses dois autores, pode-se dizer que, na tradição espanhola, privilegiam-se os guias, os inventários e os catálogos. Os

instrumentos mais importantes, nessa perceptiva, são os gerais, e não os específicos, uma vez que as relações entre os documentos no ambiente arquivístico acontecem por meio do contexto. A grande diferença ocorre quando se pensa na falta de parâmetro nos instrumentos auxiliares, com seu uso mudando ou não de uma instituição para outra.

Porém, assim como no resto do mundo ocidental, a partir da década de 1980 existirá, ainda que timidamente, um impulso por parte da comunidade arquivística espanhola em relação à normalização da descrição. Em comparação com Canadá, Reino Unido e Estados Unidos, a promulgação de alguma norma de descrição demora e só ocorre após a formulação das normas do Conselho Internacional de Arquivos (ICA – International Council on Archives). Tradicionalmente, compreende-se a função da seguinte maneira:

> A descrição é a análise realizada por um arquivista sobre os fundos e os documentos de arquivo agrupados natural ou artificialmente, a fim de sintetizar e condensar a informação nos conteúdos para os interessados. [...] A descrição é a ponte de comunicação entre os documentos e os usuários. Na cabeça da ponte, está o arquivista, que realiza uma tarefa de análise que supõe identificação, leitura, resumo e indicação, transmitindo ao usuário para que este inicie a recuperação em sentido inverso a partir dos índices. (Heredia Herrera, 1995, p.300, tradução nossa)

Com a analogia da descrição funcionando como uma ponte com usuários, a descrição mostra-se como um processo fundamental para a recuperação dos documentos arquivísticos, visando ao uso. Essa atividade é, portanto, de síntese e aproxima o trabalho arquivístico dos usuários de arquivo.

A primeira reunião formal para discussão dos princípios de descrição, buscando estabelecer parâmetros para a normalização, aconteceu em 1992, com a publicação pelo ICA e por outros membros participantes – dentre eles, Espanha, Canadá e Brasil – do documento intitulado Statament of Principles Regarding Archival

Description. Nesse documento, estabelece-se o "esqueleto" do que seria a descrição multinível proposta pelo ICA, baseado nas normas nacionais do Reino Unido e do Canadá.

Em 1994, surgiu a primeira versão da norma de descrição publicada pelo ICA: a Isad(G). A partir desse momento, inicia-se a difusão do uso dessa norma como parâmetro para a descrição, abrindo precedente para a revisão das práticas em descrição em uma série de países, dentre os quais se inclui a Espanha, levando à produção, na década seguinte, de versões nacionais da norma e de uma grande revisão dos instrumentos de pesquisa produzidos até então.

A partir da primeira versão, uma série de outras normas surgem ao longo dos anos de 1990 e 2000, até que, em 2007, inicia-se a formulação de uma norma nacional de descrição arquivística na Espanha, com a criação da Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística (Cneda). Trata-se do projeto Norma Española de Descripcion Archivistica (Neda), que se encontra na primeira versão e busca esquematizar para a realidade espanhola os campos já definidos pela Isad(G). A primeira versão da norma é de 2005 e, nos últimos três anos, ela tem sido revista, tendo recebido alterações em 2014, com a versão final do *Modelo conceptual de descripción archivística y requisitos de datos básicos de las descripciones de documentos de archivo, agentes y funciones*, que nada mais é do que a versão nacional da normas Isad(G) e Isaar(CPF) (Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística, 2011).

O percurso histórico da Arquivística espanhola mostra que a relação entre o contexto estatal e o aparelho ideológico dita as condições de existência da teoria e da prática arquivística.

As mudanças ocorridas no início do século XIX demarcaram o aparecimento dos arquivos modernos na Espanha. A influência francesa perpetua-se ao longo do século XIX, com o aparecimento da Escuela Superior de Diplomática incidindo diretamente no perfil dos arquivistas espanhóis, para além daquela época.

O século XX, demarcado por instabilidade econômica, política e pela ditadura franquista, vivenciará dificuldades na ampliação

conceitual da Arquivística no país. A situação só começa a alterar-se com a redemocratização, a partir do final da década de 1970.

Proliferam, ao longo dos anos de 1980 e 1990, manuais e obras voltados para a discussão dos parâmetros metodológicos e científicos da Arquivística, endossando a acepção de que a Arquivística espanhola, por sua condição de existência, estabelece-se de forma tecnicista e com foco em questões eminentemente histórico-culturais.

Assim, o discurso produzido pela Arquivística espanhola versará sobre um viés que apoia as questões metodológica e técnicas, em detrimento das questões conceituais e epistemológicas, ainda que venha produzindo, mais recentemente, textos voltados para a discussão de teorias.

A seguir serão discutidos os caminhos histórico-conceituais da Arquivística no Canadá, um universo bastante diferente do espanhol.

Arquivística canadense: trajetória de um campo em construção

O aparecimento e o desenvolvimento da teoria e da prática arquivística nos Estados Unidos, na Austrália e no Canadá acontecem em uma época e em uma situação muito diferentes daquelas da Espanha. Nesses países, a criação dos arquivos nacionais data do começo do século XX, com exceção do arquivo canadense.

Mesmo no caso canadense, sua organização nos moldes arquivísticos só ocorreria décadas mais tarde, com o trabalho pioneiro de Arthur Doughty, um dos primeiros arquivistas do domínio entre 1903 e 1935, responsável por uma série de medidas fundamentais, não só pela estruturação e institucionalização do Public Archives of Canada,[3] mas também por apoiar o crescimento contínuo e fundamental da historiografia canadense.

---

3 Um dos atos fundamentais desse período foi o estabelecimento do primeiro ato legislativo relacionado a arquivos no país, o Public Archives Act de 1912 (Atherton, 1979).

Apesar de seu trabalho fundador e fundamental em relação aos arquivos, sua abordagem da organização, aquisição e guarda dos documentos públicos ainda era bastante incipiente, em comparação com os europeus.

Apenas a partir da década de 1950, com os conceitos advindos da Arquivística contemporânea de Schellenberg e o trabalho exemplar e inovador de W. Kyle Lamb, a Arquivística irá iniciar seu crescimento teórico, prático e institucional no Canadá. Isso também ocorreu no caso australiano. É a partir do desenvolvimento teórico americano que irão se fundamentar os primeiros estágios da teoria e da prática da Arquivística nesses países.

Outro aspecto fundamental que irá influenciar o aparecimento e o desenvolvimento da teoria arquivística nesses países é o regime político, a historiografia e/ou as áreas relacionadas ao campo de atuação da Arquivística, a relação entre os arquivos e a sociedade. Não cabe aqui estabelecer um juízo de valor, mas demarcar que, sob uma perspectiva discursiva, o momento e o contexto histórico irão definir e estabelecer o como e o que será dito no âmbito da prática e da teoria arquivística. Portanto, paradigmas histórico-sociais diferentes geram prática e teoria também distintas.

Essa diferença pode ser constatada em autores importantes do período de ascensão da Arquivística canadense, como W. Kyle Lamb (1962), ao referir-se à construção da história e ao uso de documentos arquivísticos como fonte para sua escrita.

Os trabalhos de W. Kyle Lamb, de acordo com Cook (2005a), instauram um novo paradigma não só para a Arquivística canadense, mas também para a mundial, uma vez que ele irá rejeitar sistematicamente uma série de preceitos estabelecidos por Hillary Jenkinson, que foi, até a década 1950, o parâmetro basilar para todos os países anglófonos.

> Opiniões sobre o que é importante para ser notado poderão variar com os anos; a seleção dos fatos e interpretações colocadas neles podem variar; e os números e personagens dos fatos disponíveis para seleção e interpretação terão uma relação direta com os

> processos daqueles que no passado, incluindo nossos dias, arranjaram a coleção de arquivos. (Lambb, 1963, p.385, tradução nossa)

Na medida em que a construção dos arquivos americanos e canadenses acontece em situação social e realidade diferentes daquelas da Europa, a organização e criação dessas instituições serão também diversas. Um caso claro disso é a relação entre os arquivos canadenses, australianos e americanos e a avaliação de documentos. A partir da teoria e da prática desses países, a avaliação começa a ser vista como atividade fundamental e crítica geral da Arquivística.

Portanto, em primeira instância, deve-se discorrer a respeito do desenvolvimento teórico e prático da Arquivística na realidade norte-americana como um todo, uma vez que as preocupações e a construção das histórias desses países são diferentes daquelas da Europa. Em grande parte, seu desenvolvimento, assim como no Brasil, data do século XX, tendo, portanto, uma visão de história, identidade e organização bem diferentes daquelas presentes na realidade europeia, em meados do século XIX.

Parafraseando Nesmith (2004), o retorno ao "arquivo" da própria Arquivística é fundamental, na medida em que se amplia e renova a relevância social e o conhecimento profissional. Criticando e explorando o passado, o modo como a Arquivística fundamentou-se nesses países (Canadá, Austrália e Estados Unidos) reitera a importância da profissão não só para a construção da identidade ou da memória de determinado grupo ou nação, mas alerta sobre os percursos nem sempre tão claros da organização e da teoria relacionadas aos arquivos. Um arquivista que conhece a história de sua área está muito mais preparado para ampliar e redefinir aspectos de atuação.

A perspectiva histórica e a relação entre a Arquivística e a História, no decorrer do desenvolvimento da primeira, se fazem necessárias no percurso discursivo dos arquivos, visto que, em seu estágio inicial, baseava-se majoritariamente no instrumental de análise histórica, quer para a construção de catálogos, quer para

o "arranjo" dos documentos. Portanto, enquanto teoria e prática, em seu estágio inicial, a Arquivística irá buscar validação teórica na História. Tanto no período pré-manual de Muller, Faith e Furin quanto nos anos seguintes, o trabalho arquivístico sempre esteve atrelado a uma prática fundamentalmente histórica.

Nesmith (2004) reitera essa percepção: "Quanto mais a sociedade valoriza a informação histórica, melhor a posição do arquivista como um dos seus provedores fundamentais" (p.4, tradução nossa).

No presente, o conhecimento histórico faz-se fundamental para o arquivista, na medida em que, pelo histórico (entendido aqui em sentido amplo), ele relaciona o todo da sociedade, a produção de arquivos e seu uso, sua identidade (compreendida aqui não como a identidade em si mesma, mas como uma posição social convergente em um grupo de pessoas ou em uma sociedade) e a memória (não a lembrança, nem uma relação do presente com o passado, mas um substrato básico e latente à civilização ocidental que leva à institucionalização dessa atividade). Desse modo, o histórico e a História fazem parte do conteúdo nuclear da teoria e da prática da Arquivística, enquanto uma instância discursiva e ideológica, permeando todas as instâncias do percurso arquivístico, inclusive o retorno ao histórico defendido pelo autor.

Assim, antes de discutir os aspectos da história da Arquivística canadense e sua relação com aquela desenvolvida nos Estados Unidos, é necessário discorrer a respeito da historiografia canadense, tendo em vista que, no percurso arquivístico do Canadá, a História foi a primeira a desbravar e perceber a importância dos arquivos frente às necessidades de identidade de uma nação e da construção de sua narrativa.

Os aspectos fundamentais do percurso histórico da Arquivística canadense refletiriam, anos mais tarde, durante a década de 1980, nos estudos de Hugh Taylor, Terry Cook e Thomas Nesmith, que levarão ao desenvolvimento de perspectivas inovadoras em relação à avaliação e ao uso dos arquivos.

A teoria desenvolvida atualmente no Canadá reflete em todo o mundo, fundamentando-se em dois grandes eixos conceituais.

Um deles é a reflexão pós-moderna a respeito do uso, da avaliação, descrição e aquisição de arquivos. Trata-se de um pensamento epistêmico por excelência, produto do trabalho de alguns professores e arquivistas espalhados pelo país, com reflexo na África do Sul, Austrália, Nova Zelândia e Holanda. Já o outro eixo fixa-se em uma visão mais europeia e tradicional, buscando a integração, em teoria, entre os arquivistas e os gestores de documentos, na Diplomática e na gestão de documentos digitais, por meio dos preceitos jenkisonianos, centralizado na tradição franco-canadense e na escola mais antiga de Arquivística do país: na University of British Columbia.

Essa diferença demarca-se institucionalmente em dois dos principais arquivos do país: o Public Archives of Canada, até o final da década de 1980 (chamado posteriormente de National Archives of Canadá), e, atualmente, o Library and Archives Canadá (LAC), que atua como centro cultural e histórico do país, estabelecendo políticas e recomendações para os arquivos e as bibliotecas provinciais e municipais. A Bibliothèque et Archives Nationales du Québec (BAnQ) atua como o centro cultural francófono no que se relaciona aos arquivos e bibliotecas do Québec, na medida em que essa província faz parte da confederação, mas constituiu cultural e historicamente uma realidade diferente daquela do Canadá inglês.

O país conta ainda com duas associações profissionais: a Association of Canadian Archivists (ACA) e a Association des Archivistes du Québec (AAQ), responsáveis por um conjunto de publicações e congressos fundamentais para a difusão e a ampliação teórico-prática do local.

Neste capítulo serão discutidos e estabelecidos os parâmetros de construção do percurso da Arquivística canadense, por meio de autores e de áreas que, ao logo dos anos, atravessaram a formação discursiva da Arquivística e estabeleceram relações dialógicas com ela.

Fundamentos históricos da Arquivística canadense

Não é a história do Canadá em si que importa aqui, ou mesmo a dos demais países analisados, mas a escrita da História em si, na me-

dida em que essa disciplina irá refletir de modo profundo no aparecimento dos primeiros arquivos e no desenvolvimento da profissão, pois a Arquivística e a História estabelecem uma relação dialógica, como se percebeu no capítulo que tratou a Arquivística espanhola.

Pode-se acrescentar que a Arquivística estabelece outras relações dialógicas com outras áreas e profissões, como a Biblioteconomia. Contudo, no cenário canadense, a relação entre historiadores e arquivistas mostrou-se muito mais presente e importante nos primeiros estágios de criação dos arquivos e no seu posterior desenvolvimento.

No Canadá, assim como nos Estados Unidos, as primeiras reflexões a respeito do papel dos arquivos e do arquivista na construção da história do país provêm de periódicos e autores advindos do campo da História e das associações históricas regionais. À medida que se agregam valores, documentos e percepções à narrativa histórica, leva-se a uma especialização do estudo da História e à criação mais efetiva de instituições arquivísticas.

"A história intelectual da teoria arquivística é também a história intelectual de historiadores e da historiografia" (Ridener, 2009, p.14, tradução nossa).

Isso também acontece na esfera profissional: à medida que a História se especializa e se institucionaliza, surge uma associação nacional – a Canadian Historical Association – e periódicos, departamentos universitários e todo o aparato científico e institucional para a legitimação da História enquanto área de especialidade.

Esse processo influencia de maneira profunda o aparecimento dos primeiros arquivos no país, a tal ponto que a Association of Canadian Archivists, uma das mais importantes associações profissionais da área no Canadá, surgiu como uma seção da associação histórica e, conforme o campo cresceu e se estabeleceu como profissão, a associação de arquivistas tornou-se independente.

Nesmith (2004) relata:

> Apesar de o suporte para o estabelecimento da ACA, em 1975, ter vindo de muitos que questionavam o lugar central do conheci-

mento histórico no trabalho arquivístico, ironicamente, as novas prioridades, postas para a profissão, levaram-na para uma necessidade de mais conhecimento histórico para ajudar os arquivistas em seu trabalho mais do que antecipado nos anos de 1970. (p.5, tradução nossa)

Essa ligação fundamental entre a Arquivística e a História no Canadá influenciaria todas as metodologias e todos os parâmetros estabelecidos no país desde a década de 1960 até a atualidade. Isso se deve também ao fato de o país ter mantido a perspectiva do arquivista como um "historiador especializado", mais do que a maioria dos países ocidentais.

Assim, no caso canadense, o processo de construção de uma historiografia e o estabelecimento de arquivos estão intimamente relacionados, uma vez que os arquivos servem como uma das fontes primárias para a construção da história e, na medida em que a historiografia institucionaliza-se e profissionaliza-se, existe a necessidade de acesso e uso de documentos.

Ocorre, nos estágios iniciais da "História científica" canadense, uma acumulação latente de documentos com a intenção de construção da história nacional. Isso leva à publicação de documentos considerados importantes para a construção de uma "visão" histórica, uma atividade considerada fundamental não só para a História, mas para os arquivos, surgindo assim as primeiras coleções de arquivos.

Archer (1969) pondera que as primeiras iniciativas, em relação à coleta e guarda de documentos no Canadá, provêm, em grande parte, da atual província do Québec, nos séculos XVII e XVIII, devido às práticas francesas na colônia da Nova França. Porém, essa realidade será modificada após a guerra dos sete anos.[4] O sentido

4 A Guerra dos Sete Anos foi um conflito mundial e final entre a França e a Bretanha para o controle colonial e marítimo na América do Norte, Índia e outros territórios na Europa. Aconteceu entre 1756 e 1763, resultou na conquista da Nova França pelos britânicos e no início do governo britânico nos territórios franceses na América (Royal Warrant for Victualling the Forces in North America – Library and Archives Canada, 1760.)

e a importância dados a esses documentos também mudarão, na medida em que os franco-canadenses irão buscar neles sua reafirmação cultural e sua identidade durante todo o desenvolvimento dos arquivos e da historiografia franco-canadense.

A confederação[5] canadense, em 1867, foi fundamental para o início do percurso de criação do Canadá enquanto país soberano e independente. Por esse motivo, multiplicaram-se os estudos voltados à construção da história do país, com "o aumento de retrospectivas românticas e a multiplicação de sociedades históricas regionais" (Berger, 1986, p.2, tradução nossa).

Anteriormente ao estabelecimento da confederação, existiam sociedades históricas responsáveis, desde o início do século XIX, pela publicação e coleta de documentos considerados importantes a respeito da época do "descobrimento" e da história militar da colônia, sobretudo no baixo Canadá.[6] Contudo, com a unificação e o estabelecimento do Canadá enquanto domínio britânico, apresentou-se um novo momento na vida social e, portanto, na relação entre as pessoas e os documentos do período anterior à união.

A partir dos anos de 1870, inicia-se um processo de expansão dos estudos voltados à história do país, pois os canadenses precisavam conhecer seu passado para estreitar os laços e a autoconfiança no novo país. É o período dos grandes livros, que buscam englobar a história do país como um todo, munindo-se de fatos e documentos do período colonial.

Nesse período, os "escritores canadenses sentiam-se em desvantagem quando comparados a seus colegas que trabalhavam na

---

5 A confederação canadense foi um movimento que levou à unificação territorial e política entre a colônia chamada anteriormente de Canadá (dividida em Ontário e Québec) e as colônias de Nova Scotia e New Brunswick, por intermédio do primeiro British North America Act, nomeado posteriormente Constitution Act, que reconhece o Canadá como um domínio britânico e é considerado um dos primeiros passos do longo processo de sua autonomia perante o império britânico e o núcleo da Constituição canadense (Creighton, 2012; Moore, 1997).

6 O termo baixo Canadá refere-se à atual província de Québec.

Grã-Bretanha, onde o Public Record Office[7] recebia documentos de todos os departamentos do Estado e onde a Comissão Real em Manuscritos Históricos [atualmente Historical Manuscripts Commission], criada em 1869, pesquisava em documentos mantidos por pessoas e instituições públicas" (Berger, 1986, p.5, tradução nossa).

Em 1872, por pressão da Sociedade Histórica do Québec, uma das primeiras associações históricas do país, é criado o primeiro repositório destinado a arquivos na jurisdição do departamento de agricultura, nomeado na época simplesmente *archival branch*. A partir desse ato, tem início um longo processo de cópia e coleta de documentos considerados importantes para o desenvolvimento da historiografia canadense, com vistas constantes às instituições na Grã-Bretanha e na França, a fim de fundamentar a pesquisa histórica que aflorava no país. Esse conjunto documental irá formar um dos núcleos presentes até hoje na Library and Archives Canada.

Brymner (1872), o primeiro arquivista do domínio a relatar ao ministro da Agricultura, escreve:

> Senhor, eu tenho a honra de reportar que na petição apresentada ao Parlamento do Domínio, estabelecendo que autores e literatos encontram-se em uma posição de grande desvantagem neste país, em comparação com as pessoas da mesma classe na Grã-Bretanha, França e nos Estados Unidos, devido a serem praticamente impedidos de ter acesso a documentos públicos e a papéis oficiais em manuscritos, ilustrativos da História e progresso no Canadá, e orando para que ações sejam tomadas para a coleta dos arquivos canadenses. O parlamento aprovou um montante em sua última seção com a proposta de fazer uma investigação em relação ao assunto. (apud Harvey, 1943, p.34, tradução nossa)

7 O Public Record Office (PRO) foi o serviço nacional de arquivos da Grã-Bretranha de 1838 a 2003, quando fundiu-se com a Historical Manuscripts Commission para formar os Arquivos Nacionais.

Enquanto o arquivo é instituído e seu acervo começa a crescer, inicia-se também o processo de organização e catalogação desses documentos, especialmente daqueles relacionados à antiga província do Canadá.[8]

Em paralelo à contínua acumulação de documentos de arquivo e à multiplicação de livros sobre o passado dos canadenses, a historiografia no país inicia um processo de mudança paradigmática, visto que o darwinismo começa a afetar o seu estudo. A história, enquanto construção narrativa, passa a ser percebida como parte de um crescimento gradual e parte de um processo constante de evolução da sociedade ocidental.

"Uma analogia direta foi desenhada entre o processo de evolução orgânica e o desenvolvimento histórico, e a história começa a ser escrita a partir da revelação de padrões e uniformidades, não mais somente registrando uma série de episódios desconexos" (Berger, 1986, p.6, tradução nossa).

Portanto, é a partir de 1880 que se inicia o estudo da história canadense nas bases científicas do século XIX e da institucionalização universitária do campo e têm início as publicações científicas periódicas, ou seja, o estabelecimento da história enquanto profissão e atividade universitária.

---

8 A partir da década de 1830, inicia-se um processo de descontentamento e revolução por parte da elite política da América do Norte inglesa, buscando reformas políticas e sociais para as colônias (Baixo e Alto Canadá) e levando ao conflito armado em 1837. O movimento é derrotado, mas leva a reformas políticas e à unificação do Canadá em uma única província, buscando impor à população francesa um governo majoritariamente inglês, e ao *anglicizing* dos canadenses franceses, fazendo do inglês a língua oficial do Parlamento. O Act of Union sinalizara a proteção da cultura do Alto Canadá, o favorecimento político dos anglo-canadenses e a reafirmação do poder britânico perante a colônia Canadá, porém, sete anos depois, por conta de protestos e da pressão política francesa, o governo britânico é obrigado a reconhecer e aceitar o uso do francês como língua oficial. Portanto, os documentos desse período retratam e relatam um período fundamental para a construção da história nacional canadense e um momento de lutas profundas na sociedade canadense (Charland, 2007).

Nas duas últimas décadas do século XIX, acontece a profissionalização do historiador enquanto pesquisador que busca recriar os fatos históricos do passado como eles realmente aconteceram, com fundamentação no positivismo histórico de Leopold von Ranke e na confiança nas fontes primárias, dentre elas, os documentos de arquivo, como parte crucial da narrativa histórica. "A História científica veio significar um rígido factualismo e uma crítica analítica de documentos" (Berger, 1986, p.7, tradução nossa).

A Arquivística irá receber profunda influência dessa visão durante o século XIX, até a publicação do livro que irá consolidá-la: o manual holandês de Muller, Feith e Fruin.

"Os usuários predominantes dos arquivos, no período da consolidação [século XIX], eram os historiadores moldados por Ranke, que viam a escrita da história como o que 'tinha acontecido'" (Raider, 2009, p.145, tradução nossa).

Como bem colocou Taylor (1984): "o modelo de Ranke, como um protótipo, mina as ricas veias da prova documental e encontra uma das mais incríveis indústrias pesadas saindo da idade do vapor" (p.26, tradução nossa).

Dois autores, nos diferentes caminhos de suas obras, são citados pela literatura como fundamentais para a formalização e a profissionalização da História no Canadá e do auge da perspectiva positivista na História canadense enquanto tema de pesquisa: George Wrong e Adam Schortt (Hamell, 2009; Shore, 2002; Berger, 1986).

Wrong é considerado por Berger (1986) uma figura ambígua, que está entre as associações históricas amadoras do século XIX e o estabelecimento de uma disciplina histórica baseada e institucionalizada pela universidade. É nesse período, por volta do final da década de 1890, que se estabelecem os primeiros periódicos relacionados à História canadense, como *Review of Historical Publications Relating to Canada*.

No mesmo período, outro autor é referenciado por Berger (1986) e Hamell (2009) como fundamental para a construção da historiografia canadense: Adam Schortt. Calcado em uma base mais positivista, ou seja, mais relacionada com o desenvolvimento

científico do período, ele desenvolveu estudos e trabalhou como um mediador entre a narrativa histórica e a aquisição de documentos de arquivo.

Chegou a publicar uma série de estudos e documentos relacionados ao período colonial, por exemplo: *Documents relating to the constitutonal History of Canada 1759-1791*, *Documents on Currency, Finance and Exchange of Canada Under French Regime*, análises críticas de documentos do período colonial, dentre outras publicações, e a participação nos comitês relacionados à aquisição de documentos no arquivo público, ainda sob jurisdição do ministério da Agricultura.

É perceptível, portanto, à medida que o campo da historiografia começa a consolidar-se, a importância e o aparecimento dos arquivos inter-relacionados com a própria prática da narrativa histórica.

O arquivista e a Arquivística surgem como um subproduto da construção histórica. É por assim dizer uma "ciência auxiliar da História", mas em um molde bem diferente daquele da Europa e distante dos estudos medievalistas da École Nationale des Chartes, devido, em grande parte, aos moldes sociais e acadêmicos e, obviamente, à história recente de formação dos países na América do Norte.

Esse processo intensifica-se por volta das décadas de 1910-1940, período chamado pelos historiadores canadenses de a "renascença" histórica (Thomas, 1975), levando ao aumento consistente do uso de documentos e coleções no recém-criado Public Archives of Canada, como os trabalhos de A. L. Burt, entre outros.

A autonomia gradual e contínua do Canadá perante o império britânico, no mundo antes e após a Grande Guerra, influenciou a vida social no país de maneira profunda, na medida em que ele se tornou mais autônomo, como resposta ao apoio dado ao império durante a guerra. Tal fato leva à criação de um aparato institucional mais refinado para a administração do país, bem como a uma acentuação do desenvolvimento acadêmico e cultural.

Isso ocorreu em todas as colônias britânicas transformadas em domínios: Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Newfoundland, o

que foi decisivo para o esforço de guerra britânico e para a independência política e militar dessas colônias.

Nesse período, os historiadores canadenses buscam revisitar e renovar a visão do momento de fundação do país, ou seja, o seu percurso gradual e constante de autonomia durante o século XIX, tratando a experiência canadense como a ampliação das liberdades. Provavelmente, esse é o período da história mais investigado e documentado, uma vez que demarca a construção do Canadá enquanto nação (Berger, 1986).

Os historiadores desse período buscavam glorificar e exaltar a experiência política canadense, em contrapposição ao percurso de independência americano. O positivismo ainda apresentava-se como fundamento para a construção escrita da história. É a época dos grandes manuais e da observação da história canadense como um todo, ou seja, de uma história calcada em uma visão geral e idealizada de seu próprio passado. As minorias aborígines ou as lutas internas – inclusive os atritos históricos entre os franco-canadenses e os anglo-canadenses – são percebidas, compreendidas e abordadas como parte do contexto geral.

Com a criação da Canadian Historical Association (CHA),[9] em 1922, a História passa a contar com um núcleo para as discussões relacionadas à historiografia do país e a seus respectivos campos correlatos, inclusive criando, anos mais tarde, uma seção específica para a discussão dos arquivos. Esse núcleo associativo irá influenciar, nos anos seguintes, as políticas e atividades relacionadas aos arquivos e à construção da história canadense.

Na medida em que são criadas instituições legitimadoras da historiografia canadense, reflexo do crescimento econômico-social do país, também aparecem novas instituições arquivísticas nas províncias e nos principais municípios canadenses. Em consequência, cresce a demanda por profissionais especializados na organização e custódia dos documentos.

---

9 Ver em Canadian Historical Association Web Site (< http://www.cha-shc.ca/en>. Acesso em: 1 dez. 2012).

Após a Segunda Guerra Mundial, a historiografia canadense encontra-se em plena ascensão. É o período em que o anglo-canadense, enquanto sociedade, estabelece uma relação mais estreita com seu país. Um dos autores mais importantes desse período é Arthur Lower. Seu foco foi, em diversos momentos, desvendar e explicar por que o senso de nacionalidade no Canadá, em comparação com outras nações, demora a se desenvolver. Ou seja, Lower busca estabelecer parâmetros para identificar o processo de "identidade nacional" do país. Berger (1986) afirma que a "história, para Lower, torna-se uma busca pelo credo nacional" (p.11, tradução nossa).

É o momento em que o ideário de Hillary Jenkinson, em consonância com uma visão nacional e positiva da história, começa a ser aplicado na organização e na compreensão dos arquivos. É uma visão calcada principalmente na Arquivística europeia do século XIX e que irá perpetuar-se até a década de 1950.

Existe uma grande confusão com relação ao uso do termo "identidade nacional" e seu significado, o que pode acontecer pelo fato de ele possuir uma série de sentidos, a depender do contexto. Raney (2009) estabelece alguns parâmetros para tal conceito:

> Apesar de relacionados, "identidade nacional" não é o mesmo que "nacionalismo". Este é definido como o movimento ou crença de um grupo de pessoas, parte de uma comunidade política com instituições comuns, um único código de direitos e deveres, um espaço social em que os membros se definem (Smith 1991, 9), enquanto aquele se refere a um sentimento de pertencer, uma proximidade ou ligação a uma nação. "Identidade nacional" também possui um significado coletivo e individual: pode descrever os mitos compartilhados, os valores e as aspirações de um grupo nacional, e pode descrever uma ligação individual a uma nação. Por exemplo, o Canadá possui uma identidade nacional que está associada a certos mitos (é pacífico e um mosaico) e símbolos (a folha de bordo – *maple leaf* – ou o castor). Indivíduos também podem possuir uma identidade nacional, parte de um conjunto de identidades que consistem em sua identidade pessoal. (p.7, tradução nossa)

A construção de uma identidade nacional ocorre durante o pós-guerra, um dos instrumentos fundamentais para os historiadores do período e, de certo modo, os usos e o aumento da complexidade burocrática federal impulsionaram a manutenção e a criação de arquivos no país.

As décadas de 1930-1960 constituem um momento de profunda mudança na compreensão dessa "identidade nacional" no núcleo historiográfico canadense e um período de mudanças e apropriação de conceitos, reorientações teóricas em relação à história econômica, política e social do país, além da organização mais efetiva dos seus arquivos (cf. Berger, 1986).

O desenvolvimento historiográfico encontra-se em seu auge, com os trabalhos de grandes autores. Entre eles, Frank Underhill, Harold Innis, Arthur Lower, D. G. Creighton e Edgar McInns publicam diversos estudos sobre a sociedade canadense, e a História – enquanto profissão – começa a se especializar e a buscar um espaço distinto em relação às outras Ciências Sociais no universo acadêmico.

Ao final da década de 1950, Lamb (1958) sinalizava futuras mudanças no Public Archives of Canada e a transformação dos arquivos em um *public record office* maduro e equipado para receber todos os documentos históricos do governo, inclusive aqueles às vezes requeridos pelos departamentos. O autor referia-se à criação, em 1956, do Public Records Centre em Ottawa.

A criação desse centro foi parte de um longo processo de constituição dos arquivos públicos enquanto instituições, que se ligam à administração federal canadense e passam não somente a resguardar os documentos considerados "históricos", mas a receber documentos recentes de departamentos criados durante a Segunda Guerra Mundial e extintos após seu término (cf. Atherton, 1979).

É perceptível, como se descreveu ao longo desta parte, que a realidade historiográfica social do país era bem diferente daquela dos países europeus durante o século XIX e início do século XX. Essa realidade influenciou profundamente o modo como a teoria e a prática arquivística irão desenvolver-se nele.

A partir da criação do centro e diante de uma maior complexidade institucional, o Arquivo Público canadense iniciará um processo de especialização de seu trabalho, que se intensificará a partir da década de 1960, criando práticas e teorias relacionadas à organização dos seus arquivos.

É claro que existiam parâmetros anteriores ao período, mas é nesse momento que os arquivos começam a desvencilhar-se institucional e teoricamente do campo historiográfico. É também nesse período que as teorias aplicadas no National Archives e Records Administration (Nara), dos Estados Unidos, passam a ecoar no pensamento dos arquivistas canadenses.

Nessa época, o quarto arquivista do domínio, o historiador W. Kyle Lamb, irá publicar seu trabalhos mais importantes em relação aos arquivos, e esse processo de independência e profissionalização amplia-se ao longo da década de 1970.

A década de 1950 representou não só um *turning point* para os arquivos canadenses, mas uma mudança paradigmática na sociedade ocidental. Tal assertiva pode ser destacada no trabalho de boa parte da literatura arquivística do período. Lamb (1968), por exemplo, ao final de sua carreira, percebe a criação da Arquivística como uma nova profissão, na medida em que as mudanças administrativas e sociais irão refletir nos futuros arquivos.

Terry Cook (2005a), ao comentar a respeito da década de 1950, em relação aos arquivos norte-americanos, destaca:

> O foco mudou de um entusiástico semiantiquário responsável pela coleção de papéis pessoais de figuras heroicas de um passado distante ou pioneiro para uma abordagem mais sistemática e profissional, coletando documentos contemporâneos e, especialmente, administrando efetivamente os documentos relacionados aos governos que floresciam. (p.186, tradução nossa)

O viés predominantemente histórico – enquanto objeto central da organização dos arquivos – começa, a partir da década de 1950, a perder força, simplesmente em função das mudanças administrativas e sociais do período.

Os documentos produzidos durante o esforço de guerra não só no Canadá, mas em todos os países que participaram ativamente do conflito, eram agora uma quantidade considerável de documentos de órgãos muitas vezes extintos no pós-guerra.

Essa situação, mais especificamente no caso canadense, também representava uma mudança no modo como a sociedade lidava com sua própria história e com sua independência política e legislativa. Ao final da Segunda Guerra Mundial, o país era, em termos reais, senhor de seu próprio desenvolvimento político e social e, portanto, durante as décadas de 1960 e 1970, experimenta um aumento considerável em sua máquina administrativa, que irá refletir efetivamente na produção e guarda de documentos.

Sage (2012) busca esclarecer a questão da seguinte maneira: "É possível que, para o Canadá, a Segunda Guerra Mundial possa ter sido o que foi a derrota da Armada Espanhola para a Bretanha Elisabetana, liberando um genuíno e abrangente patriotismo, acompanhado de um avanço real em arte e literatura canadense e escrita da história local" (p.5, tradução nossa).

Archer (1969), no primeiro trabalho acadêmico em nível de PhD produzido a respeito da história dos arquivos no Canadá, destaca, logo na introdução, o quanto o pensamento em relação à teoria e prática arquivística estava atrelado ao ideário de Schellenberg, na medida em que o autor busca estabelecer balizas para o seu trabalho, citando e referenciando exemplos das obras de Schellenberg e dos trabalhos desenvolvidos nos arquivos nacionais americanos durante as décadas de 1940 e 1950.

"As tradições arquivísticas que mais influenciaram o Canadá foram inicialmente as da França e Grã-Bretanha e, mais tarde, as dos Estados Unidos" (Archer, 1969, p.17, tradução nossa). Busca ainda, como tantos outros autores do período, como Schellenberg, Posner, Lamb, Cortez e outros, estabelecer definições de cunho terminológico, a fim de construir balizas teóricas para a área.

Esse fenômeno é reflexo do aumento exponencial dos documentos produzidos pela administração pública e das transferências feitas para os arquivos, o que leva inegavelmente a uma reconfigu-

ração da área, aproximando-a de práticas e teorias relacionadas à administração e à gestão de organizações de modo geral.

Por outro lado, é nesse momento que a área começa, segundo Schellenberg (2003), Cook (2005a; 1997) e Archer (1969), a buscar fundamentar sua prática em alguma teoria. É, portanto, o início do período de profissionalização do arquivista, enquanto profissional técnico e especializado, que objetiva o tratamento, a disponibilização e a guarda dos acervos arquivísticos.

É também o momento no qual o tratamento de documentos, na América do Norte e na Austrália, começa a especializar-se, com o aparecimento dos *records centers*, que resultaram na criação de uma nova profissão, os chamados *records managers*, levando esses países, especialmente Estados Unidos e Canadá, a uma separação prática entre os documentos ativos e semiativos.

Os *records managers* são responsáveis pelos documentos em fase ativa, classificando-os e estabelecendo tabelas de disposição e retenção, e os arquivistas, pelos documentos semiativos e de valor histórico-cultural, buscando a descrição, o arranjo e a avaliação, visando possibilitar o acesso e auxiliando os pesquisadores.

Esse fenômeno de sedimentação e ampliação, perceptível em uma série de países, sinalizava um novo horizonte teórico e prático para os arquivos, ainda que arraigado no núcleo do pensamento arquivístico americano e canadense. Hillary Jenkinson (1922; 1980) começa a ser refutado em alguns preceitos, principalmente no que se relaciona à avaliação de documentos e a um papel mais ativo do arquivista em relação aos documentos que coleta e descreve.

Era impossível, devido ao aumento do acervo, manter o controle e a integridade dos arquivos sem nenhum tipo de procedimento de avaliação e seleção, "a fina arte da destruição", como enuncia Lamb (1962). É um período de ampliação teórica e revisão das antigas posições em relação aos arquivos. Schellenberg, o arquivista mais conhecido dessa perspectiva, segundo Ridener (2009), passa a ver os arquivos sob uma ótica mais relacionada à gestão – que, evidentemente, amplia aspectos práticos e teóricos da área, mas cria vários problemas de cunho terminológico, profissional e de identi-

dade, porém, inegavelmente, reconfigura as relações dialógicas da disciplina.

As instituições e profissões desenvolvem-se e modificam-se ao vento das mudanças políticas e sociais, mas também de alguns homens pioneiros, que não estão à frente do seu tempo, mas têm consciência das necessidades do presente e das exigências de crescimento de uma área.

W. Kaye Lamb, segundo Archer (1969), foi o primeiro arquivista frente ao Public Archives of Canada que não era especialista no "regime francês" ou na "era colonial". Era um bibliotecário experiente e um historiador capaz, familiarizado com os arquivos, por ter trabalhado, ao longo de sua carreira,[10] em uma série de outras bibliotecas e arquivos, e estava ligado à teoria da administração, como tantos outros arquivistas do período.

Ele enfrentou, durante a década de 1950, inúmeros problemas relacionados à falta de pessoal, falta de espaço para transferência e tratamento de documentos. Ainda assim, buscou, durante esse período, transformar a instituição em um arquivo público ativo e aberto não só à comunidade de acadêmicos interessados na história canadense, mas também ao cidadão comum, ampliando o uso e o acesso aos documentos.

A mudança de postura de Lamb em relação aos arquivos é uma mudança paradigmática, na medida em que, até aquele momento, os arquivistas eram "guardiões passivos de velhos tesouros preservados primariamente para historiadores acadêmicos" (Cook, 2005a, p.186, tradução nossa). Assim, Lamb toma para si e para o Public Archives of Canada uma posição mais ativa na sociedade e na administração federal, visando preservar e dar acesso à memória do país não só para os acadêmicos, mas para a população de modo geral.

---

10 W. Kaye Lamb foi arquivista e bibliotecário da província de British Columbia entre 1934 e 1940 e bibliotecário da University of British Columbia entre 1940 e 1948, antes de sua indicação a arquivista do domínio em 1948 (Archer, 1969).

Ao final da década de 1950, Schellenberg, com seu *Modern archives*: principles and techniques, irá mudar a profissão e o cenário teórico permanentemente. "O trabalho de Schellenberg em teoria arquivística e na profissão de arquivista teve grande impacto [...] especialmente sobre os profissionais da América do Norte" (Ridener, p.69, tradução nossa).

Jones (2002) destaca que, a partir desse livro e dessa perspectiva, cunha-se o termo "arquivos modernos" ou "Arquivística contemporânea", demarcando, evidentemente, uma nova profissão, como descrito por Lamb em artigo de 1968.

Essa postura começa a produzir mudanças profundas na percepção dos arquivistas sobre seu objeto e em relação à aquisição, disposição, descrição e avaliação de documentos. É um momento de definição, sedimentação e ampliação na área não só no Canadá, mas em boa parte do Ocidente.

A realidade documental canadense das décadas de 1950-1960, assim como aquela da Austrália e dos Estados Unidos, com as devidas proporções, está distante daquelas da Europa, pois não existem em quantidade considerável documentos medievais ou do Antigo Regime.

Os documentos, comforme Lamb (1962) e Schellenberg (2003), são em sua maior parte contemporâneos e produzidos em larga escala, como destaca Cook (1997): "O Arquivo Nacional em Washington, criado em 1934, herdou um *backlog*[11] de mais ou menos um milhão de metros de documentos federais, com um crescimento anual de mais de 60 mil metros" (p.4, tradução nossa).

No cenário canadense não foi muito diferente. Apesar do longo processo de criação e desenvolvimento dos arquivos canadenses, na década de 1950 e 1960 o país enfrentava os mesmo desafios que seus vizinhos, contudo a resposta canadense foi um pouco diferente. "[Lamb] partilhava, no mesmo período, muitos desses des-

11 1. Materiais recebidos por um repositório, mas ainda não processados. 2. Qualquer coisa atrasada à espera de alguma ação (Society of American Archivists, 2013).

dobramentos, e os emprestou de colegas do exterior, porém com significativos aperfeiçoamentos. [...] O resultado que ele costurou, contudo, foi algo unicamente canadense" (Cook, 2005a, p.187, tradução nossa).

A postura e o trabalho de Lamb irão fundamentar o que mais tarde ficará conhecido como *total archives,* e seu legado permanecerá na Arquivística canadense ao logo de muitas décadas. Apesar de interessado em aplicar à realidade canadense muito dos aspectos teóricos desenvolvidos nos Estados Unidos, especialmente a avaliação, sua perspectiva é diferente, pois a preocupação com a história permanece como central em sua perspectiva. *Keeping the past up to date* (1963) é para ele um dos objetivos fundamentais das instituições arquivísticas.

O *total archives* foi uma perspectiva inclusiva, nomeada após a década de 1970, contudo reflete uma prática que começou antes mesmo de Lamb.

O Public Archives of Canada foi, desde o início, fruto de aquisição e cópia em larga escala de documentos, inclusive de manuscritos privados. Uma das grandes mudanças, na época de Lamb, é que ele busca diversificar e ampliar o acervo com a aquisição de documentos pós-1867, inclusive na esfera privada, algo com que nenhum de seus antecessores se preocupou.

"Essa abordagem dos arquivos contrastava nitidamente com a de muitos países, como Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Austrália, entre outros, que coletavam somente documentos oficiais dos governos que os financiavam" (Cook, 2005a, p.197, tradução nossa).

O que explica essa diferença são os fatos históricos já mencionados: o Canadá carecia de um complexo sistema cultural nos primeiros anos de sua formação. O Public Archives of Canada foi uma das primeiras instituições criadas e, por conta disso, suas responsabilidades eram diferentes e mais amplas do que as de instituições de mesmo tipo em outros países.

Outro motivo que pode ter levado a essa prática é o fato de que, até o início da década de 1950, o país carecia de uma biblioteca

nacional, fazendo do Public Archives of Canada uma instituição centralizadora da memória e da cultura canadenses.

Com a criação da Biblioteca Nacional, em 1953, e de alguns museus, durante a década de 1950-1960 – como o Museu da Moeda e o Museu da Guerra –, o Public Archives of Canada começa a transferir seus documentos não arquivísticos para essas instituições e, ao final da década de 1960, poderia admitir que os documentos custodiados em seus depósitos eram praticamente só os ditos arquivísticos, levando a uma abordagem mais especializada e dinâmica dos acervos.

Apesar de presente desde os primórdios da criação da instituição, essa prática irá tornar-se, por meio de Lamb, um programa pujante, que coletará não só materiais públicos/governamentais e privados/pessoais, mas também mídias audiovisuais. "Para Lamb, a motivação não era apenas para a conveniência do pesquisador, mas ia ao encontro da natureza fundamental da História e da pesquisa histórica" (Cook, 2005a, p.198, tradução nossa). Diante disso, ele buscava coletar os documentos oficiais e estabelecer uma relação mais estreita entre as agências produtoras de documentos e as transferências para os arquivos, além de avaliá-los, seguindo os preceitos de Schellenberg e o ciclo vital dos documentos.

Durante os vinte anos nos quais esteve à frente do Public Archives of Canada, procurou coletar documentos de ministros e outros governantes do período pós-confederação, além de uma série de coleções relacionadas a negócios, organizações culturais, sociais e profissionais, cientistas e engenheiros, figuras militares, buscando eliminar lacunas e auxiliar no contínuo desenvolvimento da ciências no Canadá.

No artigo "Fine art of destruction" (1962) fica clara a posição do autor no que diz respeito à perspectiva jenkinsoniana de arquivos e da Arquivística:

> Até tempos recentes, os deveres de um arquivista eram essencialmente os de um guardião e curador. Ele tinha responsabilidade sobre os documentos sobreviventes do passado e fazia o máximo

> possível para preservá-los e salvaguardá-los. A discussão sobre o fato de eles deverem ou não ser preservados, ou se isso valia de fato, raramente surgia. Por contraste, a destruição de documentos, ou a autorização para e concordância com a sua destruição, agora é aceita como parte das responsabilidades do arquivista. Isso representa uma mudança fundamental nos seus deveres, e as implicações não estão totalmente aparentes. (p.50, tradução nossa)

A avaliação representou um recorte fundamental na teoria e na prática arquivística, pois, na época de Lamb e Schellenberg, pouco se tinha escrito ou se fazia a seu respeito. Lamb foi um pioneiro no desenvolvimento de práticas relacionadas ao uso nos *records centers* do Public Archives of Canada e no estabelecimento de princípios para os arquivos provinciais.

No mesmo artigo, calcado nas perspectivas de Schellenberg, ele busca sua compreensão particular dos níveis de valores estabelecidos pelo arquivista americano e sua visão do ciclo vital documental.

Destaca também que era papel do arquivista identificar ou suspeitar da existência de um valor histórico-cultural, o mais difícil de estabelecer, na época, e, por que não dizer, até a atualidade, na medida em que "existe uma série de valores não esperados desse tipo. [...] É seu negócio ter a visão de longo prazo. E sua experiência diária em auxiliar aqueles engajados na pesquisa deve dar-lhe conhecimento para fazer o juízo de valor e estabelecer a utilidade de um material que alguém está propondo descartar" (Lamb, 1962, p.53, tradução nossa).

Lamb pode ser conhecido como o construtor da Arquivística canadense, pois estabeleceu práticas, em consonância com o que ocorria no resto do mundo, mas manteve características que foram construídas historicamente na prática arquivística e na historiografia canadense.

Em sua produção bibliográfica, é possível perceber seu tom de crítica em relação aos antecessores e a uma visão mais estreita do papel e da avaliação de arquivos. Contudo, sua busca é o crescimento técnico e seu objetivo final é construir bases para o desen-

volvimento da Arquivística no Canadá, ainda que não intencional. Se Schellenberg é o pai da Arquivística moderna, Lamb é o pai da Arquivística à canadense.

A construção dos *records centers*, o estabelecimento, na perspectiva de Schellenberg, de um ciclo de vida documental, o início da avaliação documental no país, a discussão sobre a formação de arquivistas e bibliotecários, buscando sempre destacar e evidenciar a importância dos usos dos arquivos e dos pesquisadores, mudaram para sempre o rumo da Arquivística canadense.

Lamb tinha a visão de uma nova profissão para o arquivista, como destaca em seu artigo de (1968): não um historiador como no passado, nem como um *records manager*, nem um bibliotecário ou um curador de museus, mas um acadêmico especializado na história dos documentos, que tem seu objeto centrado no contexto e na avaliação dos registros de uma sociedade.

É claro que sua visão, apesar de pioneira, será anos mais tarde revista e rearranjada e até refutada, com o estabelecimento da *macroappraisal*, a "redescoberta da proveniência" e o abandono do conceito de Jenkinson de *record group* para o arranjo e a descrição de documentos, utilizado abertamente por Lamb. Mas seu papel foi fundamental, por rever velhas práticas e estabelecer o fundamento para uma nova profissão em território canadense.

Entre os anos de 1970 e 1980, a área passa no país por uma série de mudanças e inicia a construção de um campo mais amplo e próprio, levando a desdobramentos profundos não só para o Canadá, mas para o mundo. O universo arquivístico canadense encontrava-se em uma situação muito diferente daquela descrita e centralizada na figura de W. Kaye Lamb.

O aumento exponencial do acervo arquivístico e uma situação economicamente favorável deram ao Public Archives of Canada uma cômoda situação para a implantação do que começou a ser chamado de *total archives.*

Como descrito anteriormente, existiam, sim, princípios dessa prática de munir os arquivos públicos com documentos pessoais e privados antes mesmo do estabelecimento do *total archives*, como

uma noção embasada em discussão e em argumentos técnicos. Contudo, não se pode dizer que essa perspectiva existia enquanto um conceito formulado e aceito por um grupo de profissionais.

É só a partir da década de 1970, com o aumento da consolidação profissional e da institucionalização de mais arquivos e arquivistas, que a noção começa a ser estruturada.

Nesse mesmo período, a teoria e a prática arquivísticas começam a ter novos desdobramentos e seguir novos caminhos, que irão culminar, na década de 1980, no aparecimento da *macroappraisal* e da Arquivística pós-moderna, visionada por Hugh Taylor e difundida por Terry Cook e Thomas Nesmith.

Smith (1986) destaca que a prática de combinar documentos públicos e arquivos privados no mesmo repositório era considerada normal em vários arquivos provinciais e até mesmo em alguns arquivos nacionais, especialmente durante o século XIX.

Laura Millar (1998-1999) e Swift (1982-1983), em artigos que se relacionam, buscam reconhecer padrões e estabelecer parâmetros para o percurso e a "evolução" do conceito de *total archives* no Canadá, estabelecendo seus antecedentes até o período de formação dos arquivos no século XIX. Contudo, na medida em que a realidade social e o sentido dado à aquisição e à acumulação de arquivos eram diferentes, o próprio uso deles era outro.

Pode-se compreender que haja, obviamente, antecedentes para a aplicação e a criação desse conceito, porém não era objetivo dos arquivistas coletar arquivos públicos e privados de todas as camadas da sociedade canadense, mas sim os documentos relacionados fundamentalmente com o período colonial "pré-1867" do país.

Como observado por Smith (1986), os documentos privados "eram considerados um serviço secundário para historiadores. [...] O tratamento de documentos antigos tinha prioridade sobre os documentos recentes" (p.324, tradução nossa).

Porém, as transformações sociais ocorridas no país a partir da década de 1950 mudam os rumos da história e dos arquivos, levando à implantação do *total archives,* como uma política nacional de coleta e aquisição de arquivos públicos e privados.

A enunciação enquanto um conceito e um programa público de aquisição de documentos ocorreu no ano de 1972, em uma publicação motivada pelo centenário do Public Archives of Canada, intitulada *Archives: mirror of Canada past*, escrita por Wilfred Smith, o quinto arquivista do domínio, que escreve:

> Muitas das atividades e planos do arquivo público estão relacionados a dois conceitos que foram apresentados como desejáveis em uma conferência internacional sobre arquivos meses atrás [Conferência do ICA em 1970].[12] O primeiro é *total archives*. Isto envolve mais do que o desejo de preservar todos os tipos de materiais arquivísticos. Significa que o sistema de arquivos deve integrar ao seu controle a gestão dos documentos correntes, centros provisórios para os documentos dormentes e a central de operação do serviço de microfilmes, assim como as funções arquivísticas convencionais de aquisição e preservação, tornando os materiais permanentes disponíveis por seus valores culturais ou de herança nacional. O Public Archives of Canada é talvez o exemplo mais proeminente dos *total archives* na prática. (p.19-21, tradução nossa)

Nesses termos, é apresentado o programa que irá influenciar, durante a década de 1970, todas as atividades arquivísticas nos arquivos públicos canadenses, desenvolvendo-se como um preceito basilar da aquisição, do controle e da manutenção de documentos arquivísticos.

O autor estabelece quatro elementos para o conceito de *total archives*:

> 1. Todas as fontes de material arquivístico apropriadas à jurisdição dos arquivos são adquiridas em fontes públicas e privadas: dos departamentos do governo, de indivíduos apropriados, organizações e associações e cópias de material relevante de qualquer fonte, no país ou fora dele.

12 Ver Smith (1986).

> 2. Todos os tipos de materiais arquivísticos podem ser adquiridos, incluindo manuscritos, mapas, quadros, fotografias, gravações sonoras, filmes e outros materiais audiovisuais e materiais lidos por máquina; todos os documentos originados da mesma fonte devem ser adquiridos e preservados em sua totalidade, ao invés de serem divididos em vários repositórios.
> 3. *Todos os assuntos* de empenho humano devem ser cobertos pelo repositório, de acordo com a sua jurisdição territorial, ao invés de serem direcionados a diferentes repositórios na base de seus assuntos.
> 4. Ciclo de vida – deve existir um comprometimento por parte do criador de documentos e do arquivista para garantir uma gestão eficiente dos documentos durante seu ciclo de vida ou, para ser mais preciso, a autoridade arquivística deve estar preocupada com os documentos na época de sua criação, pelo menos, desde que os documentos sejam julgados dignos de preservação, sejam selecionados e transferidos aos arquivos. (Smith, 1986, p.341, tradução nossa)

Com base nesses elementos, é possível traçar um panorama interessante a respeito do conceito de *total archives.* Primeiramente, existe um entendimento da sua proveniência como princípio constituinte dos acervos arquivísticos. Contudo, o arquivo toma para si um papel que vai além do conceito em sentido estrito.

A aquisição torna-se a atividade mais importante, o que obviamente leva a uma especialização do tratamento, na medida em que o suporte configura-se como um parâmetro fundamental, pois estabelece, de certo modo, uma nova lógica de organização.

Segundo Millar (1998), cinco fatores contribuíram para a enunciação e o crescimento do conceito de *total archives* no Canadá:

> (1) Reconhecimento central do governo no empreendimento arquivístico. (2) Entendimento da necessidade de fomentar a identidade dos canadenses ingleses. (3) Aprovação para validar a aquisição e cópia de documentos do setor privado pelas instituições públicas. (4) Reconhecimento da importância da gestão de documentos, particularmente no setor público. (5) Reconhecimento da importância

de se preservar documentos em todos os suportes. (p.117, tradução nossa)

A ideia fundamental por trás da noção de *total archives* era que os arquivos, em sua maioria, eram mantidos pelo governo e que este tinha, portanto, a responsabilidade de controlar e disponibilizar os arquivos públicos durante seu ciclo, para propósitos administrativos e de pesquisa, e adquirir e preservar documentos privados avaliados como de valor histórico-cultural.

Esse conceito trata fundamentalmente de uma manifestação canadense, do desejo de preservar a memória documental, com vistas a fortalecer a identidade do país e, de certo modo, curar velhas feridas. "Todos os documentos, em todas as fontes, para todas as pessoas" (Millar, 1998, p.117, tradução nossa).

Smith (1986) destaca que, a partir do momento em que se estabeleceu um rótulo para essa prática, rapidamente passou a integrar a terminologia geral e o objeto de discussão profissional.

Entre o final da década de 1960 até os anos de 1980, observou-se uma expansão de recursos humanos e financeiros: "em pessoal, de 263 para mais de 800 (300%) em 1984; e em orçamento, de 2.267 mil para aproximadamente 40 milhões (1.800%)" (Smith, 1986, p.337, tradução nossa).

É um momento de centralização dos esforços relacionados a arquivos e da especialização dos arquivistas no que se relaciona à aquisição de documentos em todos os suportes, afastando-os cada vez mais de uma perspectiva histórica ou até mesmo de uma visão mais tradicional da organização e do uso dos arquivos.

Sem dúvida, tratava-se de um plano ambicioso e que gerou, durante a década de 1970, uma série de debates entre os arquivistas, sobretudo após a criação da associação e do periódico *Archivaria*, anteriormente chamado *Canadian Archivist*, mas publicado com menor periodicidade e com um viés mais técnico.

A década de 1970 demarcou, portanto, uma época de profícuas discussões e o início de uma independência institucional, ao menos no nível profissional, entre os arquivistas e os historiadores.

É nesse cenário que se inicia, a partir de 1972, o processo que irá levar à separação da Canadian Historical Association (CHA) e à criação da Association of Canadian Archivis (ACA).

Nesmith (2013) relata que a criação da ACA promoveu, em algumas situações, discussões acaloradas sobre o que define um arquivista no Canadá e o que ele precisa saber para ser o arquivista que deve ser; se o arquivista era (é agora) um profissional realmente distinto – não um dissidente da profissão de historiador; e o mais importante, o que faz dele um profissional distinto.

Eastwood (1985), em sua análise crítica do papel da associação, dez anos depois de sua fundação, aponta dois motivos principais para a dissociação do grupo dos historiadores. O primeiro era a necessidade de dar maior visibilidade aos arquivos na vida cultural canadense. A área teria, em primeira instância, uma voz que representaria a perspectiva arquivística em um grupo mais amplo de organizações e pessoas. "Os arquivos teriam seu lugar ao sol" (Eastwood, 1985 p.187, tradução nossa). O segundo motivo era o desejo dos membros da associação de criar a base para uma profissão e iniciar um debate mais efetivo no que se relacionava à formação de arquivistas no país.

É perceptível, nos relatórios da seção de arquivos nos eventos da Canadian Historical Association, no período de 1970 a 1972, o início do debate e o embate pela manutenção ou separação da Associação. Alguns arquivistas, em um primeiro momento, defendiam a separação, buscando uma aproximação com os *records managers*. Outros defendiam a manutenção da ligação com os historiadores, na medida em que eles passavam por situações analíticas semelhantes no período, e a CHA dava suporte financeiro e logístico à seção, diferente da Society of American Archivist, que enfrentava dificuldades financeiras na época.

Porém, à medida que a área vivenciava mudanças na esfera prática, com aumento expressivo da quantidade de arquivistas, surgiria a necessidade de ampliação e de institucionalização, movimento associativo que dava maior apoio às instituições arquivísticas e aos arquivistas, e o ponto final para a separação.

Como destaca Eastwood (1985), a necessidade cada vez maior de discutir a formação e o estabelecimento de cursos mais regulares a respeito da teoria arquivística só terá um reflexo mais efetivo na década de 1980, com o estabelecimento do primeiro Master em Archival Studies em 1981.

A criação da Associação foi, sem dúvida, um passo fundamental para a ampliação institucional do arquivista enquanto profissional e da Arquivística enquanto área especializada.

Os anos de 1979-1980 foram marcados por alguns artigos que levantaram a discussão sob a perceptiva positiva ou não do uso do *total archives* como uma noção norteadora da prática canadense, elevando o nível da discussão e difundindo seu uso na comunidade arquivística. Um dos críticos, na época, foi Terry Cook.

Segundo Cook (1979): "O princípio da proveniência estabelece que 'um arquivista não deve dispersar de um grupo ou subgrupo particular, entre assuntos e outros tipos de classes' [Schellenberg]. [...] E, ainda no Canadá, a proveniência está sendo corroída por outro ditado, aquele dos 'arquivos totais'" (p.141, tradução nossa).

Ainda segundo Cook (1979), os arquivos não devem coletar os documentos das pessoas ricas, poderosas e famosas, mas também do encanador, assim como do político, dos mineiros e também dos músicos. Apesar da abrangência da aquisição de documentos da proposta ambiciosa, os filtros político, histórico e social são mantidos. É necessário que o arquivista reconheça sua existência e assuma seu papel ético e sua responsabilidade.

As críticas do autor, na época, levaram ao desenvolvimento do próprio conceito, uma vez que surgiu uma série de dúvidas a respeito do caminho que a Arquivística canadense estava tomando naquele momento e as bases teóricas para a aplicação da noção.

Essa ação pode ser documentada em alguns artigos-resposta, como o artigo-carta assinado por Ernest J. Dick, Jacques Gagne, Josephine Langham, Richard Lochead e Jean-Paul Moreau (1980-1981): "[...] Terry Cook e Andy Birrell trocaram tiros em uma batalha pelo conceito de *total archives*. Essa discussão é um sinal

encorajador para aqueles preocupados com o destino da profissão arquivística" (p.224, tradução nossa).

Terry Cook (1979) estabelece que o uso do conceito de *total archives* instaura um paradigma problemático, na medida em que classifica os arquivos por suporte, e não pela sua proveniência. Na época, existiam duas visões, opostas em uma primeira análise. De um lado, os arquivistas responsáveis pelos documentos textuais produzidos pelo governo federal, que advogavam a respeito do uso da proveniência como o princípio norteador da constituição dos arquivos. De outro, aqueles que, por conta da prática do *total archives*, acabavam se especializando em determinado suporte e separando-os por conta disso, visão que para Cook configurava-se como profundamente problemática, visto que desvencilhava os documentos de seu contexto, independente do suporte.

Os defensores da perspectiva do suporte – por exemplo, os autores do artigo citado de Dick et al. (1980-1981) – percebiam o perigo dessa separação, mas destacavam a importância da aquisição de documentos tradicionalmente não associados a arquivos.

Os anos de 1980 foram marcados pela reconfiguração, revisão conceitual e descentralização administrativa e institucional e também pelo estabelecimento dos primeiros cursos universitários voltados à Arquivística. Porém, foi um momento de crise. Se o percurso da Arquivística canadense foi, até aqui, fundamentalmente positivo e calcado em uma visão de crescimento e de um projeto subsidiado à História, a década de 1980 foi de revisão e reconstrução de paradigmas. Um dos grandes responsáveis por essa alteração paradigmática, dentre outros autores, foi Hugh Taylor.

Taylor foi um arquivista inglês que migrou para o Canadá na década de 1960. Durante a década de 1970, foi um grande defensor da criação de uma Associação de Arquivistas Independentes. Cook (2005b) considera Taylor o "padrinho" da Association of Canadian Archivis.

Os anos 1980 representam, na realidade norte-americana, o início de uma crise profissional e teórica, na medida em que os do-

cumentos eletrônicos fazem que se inicie um processo de mudança na produção de documentos e na realidade das organizações.

Como bem coloca Berman (1989): "Ocasionalmente, uma revolução introduz novas formas de comunicação e, com elas, novas definições do conteúdo informacional que englobam" (p.55, tradução nossa).

É também não só um momento de rearranjo da relação entre os arquivos e a administração, mas também de reorganização da sua relação com a História. A realidade da historiografia já não era a mesma daquela vivida nas décadas de 1960 e 1970, o que levara a uma intensificação da crise.

Hugh Taylor tentará, em seu trabalho, reconhecer padrões e buscar, dentre outras coisas, uma integração maior e mais dinâmica entre a gestão de arquivos e os arquivos histórico-culturais. Ele vê problemas graves na gestão de documentos. "O sistema lida admiravelmente bem com a 'limpeza doméstica' e operacionalização dos documentos no nível da série, mas falha em controlar a correspondência dos altos níveis da administração" (Taylor, 1984, p.28, tradução nossa). Sua perspectiva era embasada nos estudos de McLuhan, o filósofo canadense da comunicação, que irá influenciá-lo em seu entendimento a respeito do conceito de informação.

Taylor (1984) aponta também a necessidade de maior aproximação entre os arquivistas e outros profissionais que trabalham com a aquisição e disseminação de documentos, citando bibliotecários e especialistas em informação. Destaca que o foco das Ciências Humanas e Sociais, das artes – ou seja, a gama de usuários que só se diversifica e amplia – não se encontra mais nos documentos históricos em si mesmos, mas na herança cultural multimídia.

Sua posição é crítica e ampliadora. Busca desmistificar preceitos estabelecidos nas décadas anteriores e encarar a incipiência dos modelos de avaliação e descrição, "nossos inventários que mal arranham a superfície das valiosas e recuperáveis informações sob nossa custódia" (Taylor, 1984, p.30, tradução nossa). Assim, Taylor desencadeará, a partir da década de 1980, um novo movimento de revisão, redefinição e rearranjo mais crítico das práticas arquivísticas.

O autor (1984; 1993) sugere também que não existe separação entre os documentos "correntes" e os "arquivísticos". Aponta a necessidade de treinamento e integração entre ambos, tendo em vista que os departamentos e os usuários gerais dos arquivos precisam compreender o sistema como um todo, o que ele chama de uma visão ecológica dos arquivos e da informação arquivística.

Para Taylor (1993), "enquanto o século XIX foi o centro da redescoberta da História como a conhecemos e os velhos guardiões de documentos provinham, na maioria, das fontes materiais, o século XX é o da redescoberta da complexidade da informação" (p.210, tradução nossa), mas pondera que o arquivista deve seguir seu próprio caminho, e não cair no mundo dos cientistas da informação: "Devemos ser cuidadosos com a sereia do hipertexto a nos atrair aos arrecifes da proveniência perdida" (p.210).

Considera que devem ser buscadas relações com outras profissões, mas que se mantenha a independência teórica da Arquivística. Se, de um lado, havia os cientistas da informação, que se encontravam em ascensão nos Estados Unidos na década de 1990, do outro, existiam os profissionais da cultura material, tão importantes para a realidade arquivística como a aplicação e a ligação com bases de dados e hipertextos.

Na medida em que a Association of Canadian Archivis apresenta-se como uma associação profissional e uma sociedade científica voltada aos estudos dos arquivos, inicia-se também o processo de separação entre os arquivistas e os historiadores. Essa percepção é possível ao longo da obra da Taylor (1983; 1993; 1997) e outros, como Eastwood (1985; 1986).

O estudo da História deixa de ser obrigatório e passa a ser desejável. A relação com o documento arquivístico passa a ser vista como distinta. De um lado, o historiador, voltado ao estudo das relações entre os documentos, buscando refletir sobre o passado no presente. Do outro, o arquivista, responsável por facilitar o acesso aos documentos, avaliá-los e descrevê-los, não só para os historiadores, mas para a sociedade.

Tyalor (1984), apesar de não defender o que chama de "profissionalização" do arquivista, como um profissional independente e fechado em si mesmo, admite que, cada vez mais, a abordagem histórica dos arquivos parece mais restritiva, o que causa problemas para a avaliação e a descrição, que deve contar com uma gama maior de conteúdos para a sua elaboração, uma abordagem mista entre o universo da gestão e o historiográfico.

Os anos de 1980 representam realmente uma mudança de foco da Arquivística no Canadá. Os focos começam a divergir, e diferentes profissionais vão buscar novas maneiras de tratar e possibilitar o acesso aos documentos. É ainda uma época em que cresce o débito federal e, a partir de 1985, o repasse de recursos ao Arquivo Público começa a diminuir (Millar, 1998; Taylor, 1984).

Os arquivos totais, enquanto política de aquisição de documentos, deixarão de ser o fundamento básico, pois sua aplicação demandava uma quantidade razoável de recursos humanos e financeiros. Isso pode ser constatado quando o Canadian Council of Archives – surgido em 1985 como parte da iniciativa de construção de uma rede de cooperação entre o Arquivo Público e os arquivos provinciais – cria comitês e relatórios[13] voltados a estabelecer parâmetros, buscando normalizar práticas de descrição, dentre outras atividades.

Os trabalhos desenvolvidos pelo conselho nem chegam a citar o conceito. Era o momento realmente de revisão e redefinição da prática, que produz reflexos latentes na teoria arquivística durante as décadas de 1980 e 1990.

Millar (1999) afirma que a política nacional, no que se refere aos arquivos, passa dos arquivos totais para a busca por um sistema nacional de arquivos, que, de certa forma, levará ao desenvolvimento de políticas, de maneira mais coordenada, entre os arquivos públicos do país.

---

13 Ver: Canadian Council of Archives (http://www.cdncouncilarchives.ca/intro.html. Acesso em: 20 jan. 2013).

Essas mudanças estruturais e conceituais na prática arquivística canadense devem-se também ao aumento irreversível da descentralização administrativa, o que provocou mudanças na maneira como as instituições públicas e privadas irão constituir-se. Para Taylor (1993), a tendência era essa descentralização intensificar-se nas décadas seguintes.

No mesmo período, mais precisamente, em 1986, será editada uma das primeiras normas internacionais para a descrição de documentos: a Rules for Archival Description (RAD), que servirá como uma das bases para a formulação da norma do International Council on Archives, na década de 1990.

A partir dos anos 1980, a teoria canadense bifurca-se e torna-se mais rica e complexa, na medida em que os fatores institucionais e organizacionais modificam-se. O desenvolvimento do conceito de *total archives*, a criação da Association of Canadian Archivis e a obra de Hugh Taylor, produzida nessa década, serviram de trampolim para novas práticas e novas maneiras de compreendê-las e traduzi-las em teoria.

Também a partir dessa década, as ações centralizadas em uma instituição ou em uma figura, em especial, não serão as responsáveis pelo estabelecimento e pela refutação de práticas e teorias, mas uma ampla gama de profissionais e instituições responderão pela enunciação e elaboração dos métodos arquivísticos.

Fundamentos conceituais da Arquivística canadense

Os anos de 1980 representam uma mudança profunda no cenário prático e teórico da Arquivística canadense. Os importantes desenvolvimentos dessa década irão levar a área a buscar renovações paradigmáticas no tratamento dos documentos e uma reconfiguração da relação com eles. Como dissemos anteriormente, Hugh Taylor e seu desafio por renovações na área levarão ao desenvolvimento da *macroappraisal* e da Arquivística pós-moderna ou funcional, fundamentais no atual cenário da disciplina.

Ridener (2009) atenta a esse fato, dizendo que os paradigmas arquivísticos não só estão em constante mudança, mas a partir das décadas de 1980 e 1990, o próprio conceito do que é um arquivo e como podemos concebê-lo será questionado.

É também o momento em que o esforço por uma normalização das atividades arquivísticas inicia-se, levando à publicação de uma das primeiras normas de descrição do mundo, a Rules for Archival Description.

A partir dos anos 1980, as atividades organizacionais fundamentais para o desenvolvimento e o amadurecimento teórico da Arquivística no Canadá passarão a caminhar juntas e correlacionadas, de algum modo.

Essa mesma década representa um momento crucial e de crise epistêmica dos modelos teóricos existentes até então. No núcleo teórico haverá uma inversão da relação com as áreas limite da Arquivística. O conhecimento histórico e o funcionalismo são tidos pela Arquivística pós-moderna como fundamentais para os desafios da disciplina advindos das mudanças paradigmáticas, tecnológicas e sociais.

Apresentando-se como uma perspectiva inovadora, a Arquivística funcional irá apoiar-se no estudo contextual, na "redescoberta" do princípio da proveniência e no conhecimento histórico como chave para o tratamento, a avaliação e o acesso aos documentos tradicionais e eletrônicos.

Nesmith (2004) destaca que "[...] o arquivista pode relacionar-se de maneira mais profunda com a informação e os interesses históricos, para desenvolver de maneira mais completa seu trabalho arquivístico e seu desafio como uma profissão distinta" (p.4, tradução nossa).

Assim, o autor, conjuntamente com Taylor (1987-1998), destaca que a informação contextual é fundamental não só para o tratamento dos documentos em papel, mas também para os documentos produzidos em meio eletrônico.

A proveniência apresentada por Cook (1997), Nesmith (1982; 2004) e Taylor (1987) representa um novo momento para a Ar-

quivística, podendo levar a uma visão mais ampla do processo de criação dos documentos, a uma avaliação mais criteriosa e a um processo descritivo mais bem definido.

Essa "nova" proveniência está relacionada ao conhecimento histórico e contextual dos documentos, compreendida não mais na forma estática apresentada ao longo dos primeiros manuais da área. Para autores como Luciana Duranti (1996), Antônia Herredia (1995) e Martín-Pozuelo (1996), ela está relacionada ao contexto de produção, portanto, à conjuntura histórico-ideológica e administrativa que produziu o documento.

Os acervos arquivísticos não são neutros nem passivos. Permitem, isto sim, ressignificações, reinterpretações, deslocamentos e apagamentos. Cabe assim ao arquivista, munido da informação contextual, moldar o que poderá ser lembrado. Ele deixa de ser um espectador do processo de construção histórica e social, tornando-se um dos atores, na medida em que organiza, descreve e avalia os documentos que irão permanecer.

Assim, a Arquivística funcional irá, segundo Cook (2001a), estabelecer-se baseada no seguinte preceito:

> O pós-modernismo desconfia do moderno e se rebela contra ele. As noções de verdade universal ou conhecimento objetivo, baseadas em princípios do racionalismo científico do Iluminismo, ou o emprego do método científico, ou a crítica textual clássica, são dispensados como quimeras. [Em referência ao pós-modernismo enquanto "movimento", com base em Derrida.] Usando a análise lógica sem remorsos, os pós-modernistas revelam o ilógico de textos alegadamente racionais. O contexto por trás do texto, as relações de poder que moldam a herança documental e, de fato, a estrutura do documento, o sistema residente de informação e convenções narrativas são mais importantes do que o objeto e seu conteúdo. Nada é neutro. Nada é imparcial. Nada é objetivo. Tudo é moldado, apresentado, representado, reapresentado, simbolizado, significado, assinado, construído. (p.7, tradução nossa)

O pós-modernismo caracteriza-se como um movimento cultural e filosófico. Não se estabelece como uma corrente teórica ou uma escola de pensamento. Suas pretensões eram a desconstrução e a desumanização das artes plásticas, da literatura, da "teoria" etc.

Em relação às artes plásticas, uma das áreas mais afetadas pelo conjunto de ideias pós-modernas, segundo Butler (2002), estabelece que o que será arte não será mais a peça, o movimento ou o manifesto, mas a instituição, os museus, as galerias, ou seja, o conjunto de instituições que legitimam essa atividade é que será responsável por dizer o que é e o que não é arte.

Assim, quando Nesmith e Cook falam da redescoberta da proveniência e filiam a Arquivística ao pós-modernismo, estão dizendo que a definição do que é ou não lembrado, avaliado e acessado – no que diz respeito aos documentos jurídico-administrativos – será determinada pela instituição arquivo, moldando, representando, simbolizando a relação entre esses documentos e a sociedade. Seu objetivo final é a desconstrução dos preceitos e sentidos clássicos presentes na teoria arquivística, buscando uma ampliação das responsabilidades dos arquivistas.

Cook buscou transferir o "modelo" filosófico de Derrida, de crítica à Linguística e ao modelo cartesiano de pensamento, para a teoria arquivística, revelando as relações para além do contexto unilateral da proveniência e da perspectiva simplista da avaliação documental de Schellenberg, baseada na dicotomia valor administrativo/valor histórico. Também é possível encontrar, ao longo de sua bibliografia, ainda que como um pano de fundo, a história social e a análise arqueológica foucaultiana.

Fundamentalmente, seu trabalho fixa-se no modo como um conceito ou uma prática irá modificar-se no decorrer do tempo e o que se pode compreender do que ocorre hoje com base no que aconteceu ontem, existindo, assim, uma relação arqueológica. Desse modo, a busca dos autores dessa perspectiva é a de superação dos moldes clássicos da disciplina e do modelo positivo de História.

Butler (2002), em uma *nutshell,* define o pós-modernismo como uma desconfiança em relação às metanarrativas, que, tra-

dicionalmente, servem para dar autoridade às práticas culturais e legitimá-las.

Nesse sentido, é fácil aceitar os preceitos enunciados por Cook. Fredriksson (2003) expõe de maneira clara: "Os arquivos são produzidos em uma sociedade. As atividades arquivísticas são executadas em uma sociedade" (p.178, tradução nossa).

Os arquivos constroem metanarrativas, ou seja, a estrutura institucional, a legitimação da prática arquivística enquanto profissão, o desenvolvimento de uma teoria são fruto de uma relação entre a sociedade e seus documentos. O arquivista, na abordagem pós-moderna, deve estudar essa relação com desconfiança e perceber a multiplicidade de contextos relacionados às produções documentais.

> A partir do foco no contexto por trás do conteúdo; nas relações de poder que moldam a herança documental; na estrutura do documento, seus sistemas de informação residentes e subsequentes; e nas convenções narrativas e de processo como sendo mais importantes do que seu conteúdo informacional. (Cook, 2001b, p.25, tradução nossa)

Existe, portanto, uma mudança no ponto referencial fundamental do trabalho arquivístico, que não parte mais dos documentos para as funções, mas das funções para os documentos. O contexto e a estrutura das relações sociais são mais importantes e fundamentais para o trabalho arquivístico do que o conteúdo dos documentos em si.

Dito isso, aparentemente ainda estamos falando da proveniência como é compreendida desde o século XIX, mas, na verdade, trata-se de uma abordagem diferente.

A proveniência pós-moderna é aquela na qual o arquivista desconfia da instituição produtora de documento, do sentido dado a ele em determinado contexto e do motivo para sua guarda e seu acesso.

O reflexo mais claro das teorias desenvolvidas no âmbito pós-moderno é percebido na avaliação, no método que ficou conhecido

como *macroappraisal* e na decomposição das relações documentais em funções. Ainda que essa metodologia esteja sendo revista na Library and Archives Canadá, permanece hoje, como uma política de avaliação e análise documental fundamental e pioneira no que se refere a relacionar o conhecimento histórico, a proveniência e a abordagem pós-moderna.

A partir dos preceitos da *macroappraisal* desenvolvidos por Cook (1991; 1992; 2002; 2005) e Brown (1991a; 1991b; 1995), sua aplicação atingiu vários países, como o Reino Unido, a Austrália e os Países Baixos.

Cook (2001b) irá estabelecer o modelo de *macroappraisal* do seguinte modo:

> O modelo de *macroappraisal* foi desenvolvido primeiramente para avaliar os documentos do governo canadense, por exemplo, encontrar sanções para determinar o valor do que pode ser destruído e do que permanece, não como configura o Estado, conforme é tradicionalmente feito, ou em seguir as últimas tendências da pesquisa histórica, como mais recentemente, mas buscar refletir valores da sociedade através da análise funcional das interações entre o Estado e o cidadão. (p.30, tradução nossa)

Existirá, na *macroappraisal*, uma complexa relação com a análise funcional. É possível elucidar seus objetivos, fundamentando-se na política de avaliação da Library and Archives Canada (2001), que enuncia:

> O objetivo da *macroappraisal* é selecionar documentos significativos e suficientes dos departamentos de interesse primordial. As provas devem ser sucintas e refletir, da melhor forma possível, o impacto de uma função ou programa nos canadenses e a relação do público com essa função ou programa. (Tradução nossa)

O objetivo final da *macroapprasial* é obter, no menor conjunto de documentos possível, as informações mais representativas de

determina atividade pública ou de interesse público. O método inicia-se a partir do momento em que o arquivista busca reconstituir o contexto desses documentos e as informações relevantes a respeito da situação de sua criação.

A análise funcional leva a um esquema primordial de classificação de determinada função, facilitando o desenvolvimento dos relatórios de avaliação, e a busca e condensação dessas informações representativas resultam no desenvolvimento de descrições mais precisas dos acervos considerados importantes para a identidade.

Podemos estabelecer um paralelo interessante no percurso descrito aqui com a relação entre os arquivos e a História.

O positivismo histórico leva ao desenvolvimento de princípios e métodos calcados na análise do assunto e no desenvolvimento de organizações passivas, sendo o arquivista visto como um "guardião dos documentos", estes considerados neutros e naturais. Os princípios de proveniência e ordem original são tomados como unilaterais e compreendidos em sentido estrito.

Essa visão, ainda que no passado da disciplina tenha proporcionado balizas e fundamentos para o desenvolvimento da prática arquivística, encontra-se distante das demandas e narrativas necessárias ao mundo contemporâneo.

Assim, a perspectiva pós-moderna, calcada em uma visão menos reducionista do papel e da importância do arquivo enquanto instituição e dos arquivistas enquanto profissionais, dá uma nova configuração ao panorama teórico e prático da disciplina.

O pós-modernismo de Cook, a chamada a novos parâmetros de Taylor e o conhecimento histórico aplicado à análise funcional de Nesmith configuram-se como um aporte fundamental para a atualidade da área, qualquer que seja a realidade arquivística e documental.

A Arquivística e a História foram, durante todo o período do desenvolvimento teórico-prático da área, fundamentais. Com base no arcabouço conceitual apresentado pela Arquivística no Canadá, é necessário dizer que essa relação permanece, provavelmente mais profícua do que nunca.

A metodologia por trás da política de *macroappraisal* é a análise funcional, que tem reflexos profundos na maneira como a classificação é efetuada, e esta possui uma relação de interdependência com a avaliação.

A classificação funcional na realidade canadense

Hoje, a classificação por funções é, ao mesmo tempo, o trunfo e o simulacro da Arquivística, no sentido de que, para alguns autores, é por esse olhar que se define a atividade. Shepherd e Yeo (2003), por exemplo, escrevem: "Esquemas de classificação são baseados na análise das funções, dos processos e das atividades" (tradução nossa).[14]

Essa citação apoia a afirmação anterior, uma vez que o processo de construção do plano de classificação está atrelado à análise das funções, ou seja, na literatura de *records management*. Quando se fala em classificação, subentende-se a decomposição das funções por meio de uma análise.

Também encontramos o mesmo tipo de definição na norma ISO 15489-1 (2001), que estabelece parâmetros gerais para a gestão de documentos e define: "Sistemas de classificação refletem as atividades da organização de que são derivados e normalmente são baseados na análise das atividades do negócio" (tradução nossa).

A classificação por funções foi parte de um movimento muito profundo de mudança na teoria arquivística, devido às padronizações administrativas e ao desenvolvimento da burocracia moderna, a partir do final de Segunda Guerra Mundial, levando a uma racionalização e, ao mesmo tempo, a um aumento exponencial da complexidade da produção e do uso dos documentos jurídico-administrativos. A classificação funcional foi, a partir da década de 1960, ainda que em estágio embrionário, uma das respostas da disciplina para as mudanças ocorridas na administração contemporânea.

14 O mesmo tipo de percepção a respeito da classificação pode ser encontrado, por exemplo, em: Heredia (1995) e Duranti (2002).

Essa observação baseia-se no estudo da própria biografia dos grandes responsáveis pelo seu aparecimento. No Canadá, o arquivista, bibliotecário e historiador W. K. Lamb; nos Estados Unidos, o historiador e arquivista Ernest Posner e o arquivista Theodore R. Schellenberg irão, em algum momento de suas carreiras, buscar aproximar seus estudos das teorias e práticas criadas pela administração, relacionadas à gestão de modo geral, que servirão de base para a análise funcional.

Paul Sabourin foi, durante os anos de 1990, um dos grandes defensores da classificação funcional, na seguinte conformidade:

> A função é (1) qualquer propósito de alto nível, responsabilidade, tarefa ou atividade endereçada a uma agenda de planejamento de uma instituição por legislação, política ou comitê; (2) tipicamente, funções comuns administrativas ou operacionais relacionadas ao desenvolvimento de programas, ou a entrega de bens e serviços; (3) um conjunto de séries de atividades (de maneira geral, um processo de negócio) que ocorre de acordo com uma sequência descrita, que resulta em uma instituição ou indivíduo, produzindo o resultado esperado em bens ou serviços para os quais foi planejado ou delegado a fazer. (Sabourin, 2001, p.144, tradução nossa)

O termo "função", para o autor, pode ser compreendido com base em uma relação entre os três pontos mencionados ou em apenas um, de acordo com o propósito com o qual é usado. Contudo, não foi a definição que foi utilizada, na prática, na elaboração do Business Activity Structure Classification System (BASCS), sistema de classificação utilizado pelo governo canadense que descreve as funções como um processo e cada processo como uma fórmula mecânica e sequencial que pode ser fixada passo a passo.

Na realidade, a classificação por funções é um dos tipos possíveis, dentre muitos outros. No passado, e ainda no presente da disciplina, é possível encontrar sistemas de classificação por assunto ou por estrutura. Muitos dos sistemas que se dizem estabelecidos

como funcionais em uma análise mais profunda são apenas um reflexo da estrutura interna de um órgão.

O que ocorre, muitas vezes, é um descompasso entre o que está fundamentado na teoria e o que é realizado na prática. Existe um embate latente entre elas, e é necessária uma inter-relação entre ambas, que são totalmente complementares. De tal modo que os países responsáveis pela enunciação da classificação funcional (Estados Unidos, Canadá e Austrália), durante as décadas de 1960-1970, só começaram efetivamente a implantá-la a partir da década de 1980, enquanto uma política bem desenvolvida.

Nesse sentido, é possível dizer que o consenso na área em relação aos procedimentos de análise funcional é a falta de uma metodologia definida. Orr (2005), por exemplo, observa: "Não existe um modelo comum de classificação baseada nas funções, quer seja no número de elementos, ou nos níveis, ou na nomeação das classes" (p.111, tradução nossa). Cris Hurley (1993), um dos grandes pesquisadores em classificação na atualidade, acrescenta: "Ainda foi escrito pouco sobre a ciência e a metodologia da análise funcional" (p.112, tradução nossa).

Existe uma problemática fundamental na classificação funcional, relacionada ao entendimento atual da Arquivística enquanto abordagem metodológica à organização de documentos. A análise por função é considerada uma maneira fundamental para a compreensão e a organização de documentos arquivísticos, ou seja, não só a classificação está calcada nela, mas a própria descrição e a *macroappraisal* baseiam-se na decomposição da administração em funções e atividades.

Autores como Eastwood (1994) e Duranti (1997) defendem que só os documentos em conjunto são registros e provas das atividades exercidas por uma instituição, ou seja, qualquer documento que não estiver organizado pela sua função, estabelecendo uma relação com sua proveniência e sua ordem original, não pode ser compreendido como documento de arquivo, restringindo não só a teoria, mas as implicações práticas da Arquivística como um todo. Uma perspectiva bastante diferente daquela que se observa na Arquivística pós-moderna.

O que não se pode negar é que a classificação por funções apresenta-se como um avanço em relação àquela estabelecida por estruturas, mas seu grande desafio, como método, é estabelecer-se como tal. Esse é, na verdade, o desafio das áreas relacionadas à Ciência da Informação e Documentação.

A dificuldade de estabelecer um método claro ocorre não só por causa da complexidade, mas da maneira como as pessoas se relacionam com os documentos de modo geral, muitas vezes tendo pouca ou nenhuma relação com a sua decomposição por funções.

Nesse sentido, a contribuição de Schellenberg para a classificação funcional-estrutural, pragmática em sua essência, torna-se mais fundamental e esclarece seu papel na teoria arquivística. O autor não busca tipificar ou esquematizar o que pode ser compreendido como documentos de arquivo, ou a necessidade de que um fundo seja orgânico em si mesmo. A classificação funcional facilita o acesso e a avaliação dos documentos.

A compreensão fundamentalmente pragmática da classificação de Schellenberg também auxiliou na criação da teoria da *macroappraisal,* que ajuda a compreender as grandes deficiências de um sistema de classificação por funções, especialmente quando se busca estabelecer parâmetros de avaliação dessa natureza em uma massa documental organizada por assuntos em tempos anteriores à análise funcional. Porém, ainda que uma Arquivística pós-moderna e a *macroappraisal* apresentem-se como uma renovação considerável nos campos teórico e prático, existem algumas limitações para a sua aplicação.

Catherine Bailey (1997) e Greg Bak (2012) descrevem os problemas encontrados durante o início do processo de avaliação na Library and Archives Canada (LAC). Assim como na realidade americana, muitos documentos estavam e ainda estão organizados por assunto, o que dificulta o uso de um método de avaliação fundamentado no estudo das funções. O trabalho de decomposição dos "assuntos" e a reinvenção funcional revelaram-se não só trabalhosos, mas esterilizantes para a aplicação do método preconizado pela *macroappraisal*.

No mesmo período de aplicação da *macroappraisal* na Library and Archives Canada, em meados da década de 1990, devido às dificuldades de realizar a avaliação, a instituição buscou esquematizar metodologicamente como os departamentos deveriam utilizar a classificação funcional em seus documentos, com a criação do sistema Business Activity Structure Classification System. São apontados os seguintes benefícios com a aplicação do sistema:

> Benefícios da classificação funcional para a gestão da informação, administradores, especialistas em informação e usuários:
> • permite que a instituição demonstre as relações entre as atividades empresariais e as provas dessas atividades de forma aberta e responsável;
> • estabelece ligações entre registros individuais que se combinam para proporcionar um registro contínuo da atividade institucional;
> • permite a identificação de registros ao longo do tempo, garantindo que sejam mapeados de forma consistente para atividades institucionais;
> • auxilia os usuários a navegar a partir de termos não preferenciais para termos de busca preferenciais;
> • faz recuperação de informação de modo mais eficaz;
> • determina proteção e níveis de acesso, ou permissões para utilização, apropriados para conjuntos específicos de documentos;
> • auxilia no gerenciamento de períodos de retenção e atividades de disposição de documentos;
> • transforma a informação em ativos reais, fornecendo a infraestrutura adequada para as pessoas encontrarem informações que as ajudem a fazer o seu trabalho;
> • permite melhores decisões do dia a dia em cada departamento, fornecendo sistemas aperfeiçoados de gestão da informação;
> • reduz os custos relacionados com a duplicação desnecessária e o armazenamento de registros;
> • elimina a necessidade de redesenhar sistemas de classificação baseados em estruturas de organização, introduzindo uma abordagem mais estável ao BASCS;

• torna mais fácil decidir por quanto tempo devem-se manter ou destruir documentos;
• permite encontrar informações úteis para apoiar o trabalho;
• torna mais fácil classificar os registros no ponto de criação, contribuindo para a instituição com informação de base;
• possibilita a recuperação de informações de maneira mais eficiente;
• facilita o compartilhamento de informações dentro de grupos de trabalho e através do governo do Canadá;
• facilita o acesso a ferramentas, modelos e melhores práticas de outros especialistas dentro de suas comunidades funcionais;
• oferece melhor controle sobre os documentos;
• permite aos usuários manter registros apenas enquanto são obrigados, a partir de um negócio ou ponto de vista legal;
• permite que cada funcionário seja contratado no gerenciamento de registros através de seu ciclo de vida. (Adaptado de Library and Archives Canada, 2012, tradução nossa)

A classificação por funções é vista como um grande avanço na racionalização e organização dos acervos arquivísticos. Contudo, caso se considere como as agências se relacionam e as mudanças que ocorreram nas administrações públicas e privadas a partir do aparecimento da produção eletrônica de documentos, o uso da classificação funcional provoca um gasto humano e de recursos elevado, pois é necessária a decomposição das competências administrativas em funções, provando-se, muitas vezes, uma tarefa difícil e desnecessária, uma vez que as pessoas não se relacionam com os documentos de modo "funcional".

Nesse sentido, Foscarini (2009) pondera:

> [...] em um ambiente real de trabalho, nem todas as transações administrativas necessariamente geram um processo, como é assumido na BASCS. Alguns escritórios podem achar conveniente, devido aos seus negócios, por exemplo, manter todos os documentos originados de um processo, ou até mesmo uma função completa, unidos em uma mesma pasta. [...] Nos locais onde o fluxo

> de trabalho é o objetivo principal para o design da classificação, ao invés da análise dos fluxos documentais ou das necessidades dos usuários, os níveis mais baixos do esquema tendem a tornar-se muito detalhados e causar uma fragmentação excessiva; como consequência, usuários podem achar a classificação complicada e os arquivistas podem considerar difícil mantê-la atualizada. (p.42, tradução nossa)

A classificação por funções foi uma resposta importante à realidade administrativa das décadas de 1990-2000. Entretanto, com o aumento da produção de documentos em meio eletrônico e, mais ainda, devido ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação, modificou-se a forma como as pessoas se relacionam com os documentos e houve mudanças na estrutura administrativa das instituições. Isso tem levado a Library and Archives Canada a buscar novas maneiras e métodos para a classificação e a avaliação de documentos.

A classificação por funções apresenta elementos fundamentais que permeiam todas as atividades arquivísticas, mas é necessário, na atualidade, complementá-la e redefini-la. Uma das respostas possíveis para isso é a classificação por séries e pelo item documental.

Descrição no Canadá: Rules for Archival Description e Series System

O Canadá esteve à frente das discussões a respeito da normalização da descrição arquivística muito antes de outros países. Normas são cruciais em qualquer cenário, pois estabelecem parâmetros para a produção de um elemento, definem práticas administrativas, especificações técnicas, em suma, estabelecem uma gama profunda de relações entre os produtos e a sociedade que os utiliza. "O que são normas? Em um sentido amplo, são guias preestabelecidos para ações ou aprovados por um comitê. [...] Em outras palavras, elas são o modo como indivíduos comparam e julgam. [...] São um meio para atingir um fim específico" (Weber, 1989, p.505, tradução nossa).

O Work Group on Archival Descriptive Standards, do Bureau of Canadian Archivists (BCA), o primeiro grupo de trabalho voltado para a descrição normalizada no Canadá, estabeleceu-se em 1985, com trabalhos contínuos, até a efetiva publicação de uma norma nacional de descrição arquivística. Uma das primeiras atividades do grupo foi a definição, ainda preliminar na época, do que era a descrição de arquivos: "Descrição é uma função principal no processamento de materiais arquivísticos, cujos produtos são instrumentos de pesquisa de vários tipos, dando aos administradores controle sobre o acervo e possibilitando aos usuários e arquivistas encontrar informações sobre tópicos específicos" (BCA, 1985, p.9, tradução nossa).

Dessa forma, a função primordial da descrição é possibilitar e auxiliar o acesso à informação na realidade institucional dos arquivos. A normalização dos modos de produção de instrumentos de pesquisa visa a melhorar e facilitar o acesso aos documentos de arquivo. É necessário um esforço, por parte da comunidade arquivística, para que se articulem e, efetivamente, para que se construam normas voltadas para esse fim.

Esse esforço de normalização por parte da comunidade arquivística tardou a ocorrer e, até a atualidade, existe resistência à normalização das funções arquivísticas, visto que "a unicidade dos documentos de arquivo serviu como desculpa para perpetuar nossas idiossincráticas práticas de descrição" (Weber, 1989, p.506, tradução nossa).

Apesar de toda a dificuldade enfrentada pelos arquivistas em todo o mundo no que diz respeito à normalização da descrição durante os anos de 1980-1990, Canadá e Grã-Bretanha saíram na frente, devido, em grande parte, à sua organização institucional.

A norma foi cunhada no final dos anos de 1980, como parte das atividades do grupo de trabalho em normas de descrição arquivística. Em 1990, sua primeira versão foi cunhada. Uma ponderação interessante é feita a respeito da "função descrição" na introdução da norma: "com exceção da avaliação, talvez nenhum outro aspecto do trabalho arquivístico demande tanta análise da teoria arquivística e

seus princípios como a descrição de arquivos" (Bureau of Canadian Archivists, 2008, p.XVII, tradução nossa).

A norma destaca as seguintes razões para se descrever arquivos:

> • prover acesso ao material arquivístico por meio de descritores confiáveis;
> • possibilitar a compreensão dos materiais arquivísticos, documentando seu conteúdo, seu contexto e sua estrutura;
> • estabelecer bases para a pressuposta autenticidade do material arquivístico, documentando a história de sua custódia, classificação e as circunstâncias de sua criação e seu uso. (p.XXII, tradução nossa)

As razões descritas na introdução da norma são profundamente salutares, na medida em que esclarecem os objetivos básicos da descrição arquivística. A partir disso, ela visa "[...] prover uma fundação comum para a descrição de materiais arquivísticos baseada nos tradicionais princípios arquivísticos. [...] Pode ser aplicada a descrição de fundos, séries, coleções e materiais distintos"[15] (Bureau of Canadian Archivists, 2008, p.0-1, tradução nossa).

A norma canadense visa aglutinar, em uma única publicação, todos os parâmetros para a descrição de arquivos, incluindo as normas complementares publicadas separadamente pelo Conselho Internacional de Arquivos. Nesse sentido, em comparação com outras normas nacionais e internacionais, a canadense é bastante completa e facilita a aplicação da norma em conjunto com a análise funcional, ou seja, em sua base teórica, a análise das funções constitui parte do processo.

Em meados da década de 1990, a Rules for Archival Description será a única norma de descrição a ser utilizada no Canadá, escondendo outras abordagens à descrição. Com a publicação das normas do

---

15 *Discrete items*, no orignal em inglês. Com base em dicionários e no contexto da norma, materiais distintos são os documentos audiovisuais, tradicionalmente coletados pelos arquivos canadenses, como descrito ao longo do capítulo.

Conselho, a descrição por fundos normalizada torna-se amplamente influente. Trata-se das "normas internacionais para descrever e organizar a unidade fundamental dos arquivos" (Horsman, 2002, p.2, tradução nossa).

A Rules for Archival Description irá estabelecer a descrição multinível como um modo de facilitar a tarefa para o arquivista e estabelecer pontos de acesso a serem transferidos à base de dados ou outros tipos de sistemas informatizados.

A norma estabelece um conjunto de regras para a descrição de documentos:

> 1) A descrição de arquivos deve ser considerada em atenção aos requerimentos de uso.
> 2) A descrição de materiais arquivísticos (por exemplo, fundos, séries, coleções e materiais distintos).
> 3) O respeito aos fundos é a base para a classificação e descrição de arquivos.
> 4) A descrição aplica-se a todos os materiais, não importando sua forma ou mídia.
> 5) Os produtores de materiais arquivísticos devem ser descritos.
> 6) A descrição é reflexo da classificação (por exemplo, níveis de descrição são determinados por níveis de arranjo) (Bureau of Canadian Archivists, 2008, p.XXIII-XXIV, tradução nossa)

Essas regras irão guiar todas as descrições desenvolvidas a partir da década de 1990. Porém, apesar do proeminente uso da Rules for Archival Description enquanto fundamento para a descrição, outra abordagem começa a ser explorada nesse período. Trata-se da abordagem do sistema de séries, que visava substituir a série como ponto primordial para a descrição e classificação de documentos, no lugar do fundo ou *record group*, que foi um conceito da prática arquivística do Reino Unido cunhado por Jenkinson (1922) e utilizado em larga escala nos Estados Unidos, no Canadá e na Austrália.

Peter Scott (1978; 1979; 1980a; 1980b; 1981), em seus cinco textos a respeito do sistema de série, considera a prática de relacionar os documentos arquivísticos a um único criador uma abordagem profundamente limitante e uma distorção da proveniência. Para o autor, uma série de desafios surge quando o arquivista lida com as instituições modernas. Ela ressalta que muitas instituições não funcionavam quando a proveniência era percebida apenas como um produtor, ou a instituição era compreendida como um único fundo, mantendo documentos que eram produto de ao menos duas ou mais produções ao longo do tempo.

Davies (2003) aponta o fato de que os documentos arquivísticos eram "transferidos para uma ou mais agências no curso das mudanças administrativas e, então, transferidos à custódia arquivística" (p.23, tradução nossa).

Poucas são as instituições que mantêm uma administração estável por um longo período. Nesse sentido, o sistema de série, segundo seu criador, apresenta-se com uma perceptiva mais contundente com a realidade dos documentos modernos.

Scott irá embasar-se no sistema de séries, ao invés de grupo (ou fundo), como um novo ponto focal para a classificação e descrição de arquivos. A característica fundamental do sistema de séries é a separação da "descrição das agências que produzem documentos da descrição dos documentos" (Davies, 2003, p.26, tradução nossa). A partir dessa perspectiva, tornou-se possível a descrição de distintas séries, seus conteúdos, seus tipos documentais, suas estruturas de arranjo etc. Assim, tornou-se possível a correlação entre as séries de várias instituições, das quais houve transferências ao longo das atividades por elas exercidas. Para Scott (1996), usando a série com a classe nuclear ou a "primeira unidade do documento de arquivo", os arquivistas poderiam "relacionar arquivos ao seu contexto com uma precisão muito maior" (p.502, tradução nossa).

Assim, a série poderia estar relacionada aos vários produtores de documentos, adicionando camadas do contexto administrativo de sua criação e ainda maior clareza à proveniência de determinadas séries.

A perspectiva de Scott, no final dos anos de 1970 e começo dos anos de 1980, será o primeiro passo em uma busca mais ampla por melhores formas de representar a informação arquivística nos sistemas de descrição.

Cris Hurley (1995) sugere que o conceito de proveniência dado por Scott necessite de um aprofundamento maior, o que ele chama de "contexto da proveniência", o qual molda a criação dos documentos, envolvendo a identificação adicional de entidades administrativas, atores significativos na criação de uma série particular de documentos de arquivos. As duas abordagens irão conviver em solo canadense, em um embate que se prolonga até a atualidade, em livros, artigos e trabalhos acadêmicos voltados para a discussão da representação.

Como se discutiu ao longo deste capítulo, o Canadá apresenta-se como um território fértil para a discussão e a aplicação de ideias inovadoras em seus arquivos, que permitem melhor representar e acessar os documentos de arquivos. A realidade do discurso pós-moderno defendido por Cook possui uma interpelação profunda com as discussões de Huerly e de outros autores a respeito do funcionalismo (ou não) das funções nucleares da Arquivística.

O panorama histórico-discursivo do Canadá apresenta-se de modo profundamente diferente daquele das realidades europeia e espanhola. Assim, a dinâmica institucional e ideológica estabelece pontos de "choque" com a realidade europeia, possibilitando uma análise discursiva interessante sobre como a máquina discursiva funciona na Arquivística.

Arquivística brasileira: campo de intersecção teórico e metodológico

A Arquivística brasileira constrói-se transitando entre as tradições europeia e americana. A formação dos profissionais, nas décadas de 1950-1970, reflete a influência que o país sofre dessas correntes. Atualmente, o Brasil busca uma linha de estudo pró-

xima à tradição espanhola, acrescentando conceitos da Diplomática de Luciana Duranti – também utilizados pelos espanhóis – e aproximando-se, mais recentemente, dos estudos dos arquivistas canadenses e australianos, com a participação de profissionais desses países nos encontros nacionais e com o aumento do interesse dos brasileiros pelas tradições norte-americana e australiana.

A teoria arquivística no Brasil encontra-se profundamente pulverizada. O apoio teórico, muitas vezes, muda de uma região para outra, de uma escola para outra. A carência de unificação profissional tende a gerar dificuldades de compreensão e troca de conceitos e até da própria identidade de uma Arquivística propriamente brasileira. Na prática, as diferenças termológicas ressaltam nos instrumentos de representação. Assim como nas realidades espanhola e canadense, a situação político-social brasileira irá incidir de modo profundo na organização e na institucionalização da Arquivística enquanto profissão e teoria.

Neste capítulo, serão discutidos aspectos conceituais, históricos e metodológicos do desenvolvimento da Arquivística brasileira, complementares e relacionados com a representação arquivística.

Fundamentos histórico da Arquivística brasileira

A formação da Arquivística no Brasil é bastante tortuosa. Ainda no início do século XX, percebe-se a preocupação com a criação de cursos voltados para as áreas de tratamento documental, subsidiados pela Biblioteca Nacional e pelo Arquivo Nacional. Contudo, o seu desenvolvimento real só acontece a partir da década de 1950, graças ao Arquivo Nacional, que começa a criar uma série de cursos realizados eventualmente e relacionados ao tratamento dos acervos.

Arquivos serão criados no país nos séculos XVIII e XIX, porém, em boa parte desse período e no início do século XX, a organização deles permanecerá bastante incipiente e pouco se discutirá a sua efetiva organização.

Os momentos históricos tão importantes e cruciais do país foram registrados e custodiados por longos períodos, mas poucos

documentos desses períodos serão efetivamente acessados e utilizados. Se no caso espanhol e no canadense o desenvolvimento de uma historiografia e mudanças na constituição do Estado ditaram a condição de existência dos arquivos, no Brasil a organização deles acompanhará o desenvolvimento de uma historiografia nacional.

No caso brasileiro, o século XIX representa o aparecimento tímido de organizações voltadas ao estudo da história, ainda que arquivos sejam criados nesse período. É durante o século XX que uma infraestrutura universitária e, portanto, uma historiografia brasileira, irá ser criada e institucionalizada.

Marques (2007; 2011), em extensa pesquisa a respeito do desenvolvimento histórico da Arquivística no Brasil, encontra incentivos à formação de arquivistas no país já na década de 1910. Contudo, o movimento ainda é bastante rudimentar e não há nada formalizado. Nessa época, inicia-se a criação de um curso eventual de Diplomática, efetivamente formalizado apenas com a criação do Curso Permanente de Arquivos (CPA), na década de 1960, o primeiro curso fixo de Arquivística, viabilizado pelo Arquivo Nacional. Por conta desse curso, numerosas ações vão sendo desenvolvidas na organização dos acervos custodiados pelos arquivos estabelecidos no país.

O Conselho Federal de Educação, no início da década de 1970, aprova a criação do primeiro curso de Arquivística em nível universitário, cumprindo a recomendação do I Congresso Brasileiro de Arquivística (cf. Castro, 1972).

A partir do exposto, pode-se dizer que, até a década de 1970, não existia uma preocupação, no âmbito institucional, em dar lugar à Arquivística enquanto disciplina e ao arquivista como profissional. Havia algumas ações, por parte do Arquivo Nacional, no intuito de conseguir subsídios para a organização de seus acervos, predominantemente coloniais e imperiais, entre os anos de 1950 e 1960.

Com a vinda de T. R. Schellenberg para o Brasil e a publicação no país de algumas de suas obras, viabilizou-se o estabelecimento de técnicas da teoria arquivística na organização dos arquivos.

Até o início da década de 1960, não existia a tradução de clássicos, como o manual de Muller, Feith e Fruin, membros da Associa-

ção dos Arquivistas Holandeses, ou o manual de Hillary Jenkinson (1992), ou obras tradicionais da Diplomática e Paleografia. Essas obras, na perspectiva europeia, eram fundamentais para a organização de arquivos. A bibliografia em português era praticamente inexistente, o que fazia que os poucos arquivistas brasileiros se especializassem fora do país.

Nesse sentido, o Arquivo Nacional edita uma série de resoluções, com vistas a uma maior gerência das ações administrativas e históricas do governo federal e do seu próprio acervo, que, além das péssimas condições de conservação, possuía na época uma forma incipiente de organização.

Por trás dessas medidas encontrava-se o ilustre historiador e diretor do Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues (1959), que esclarece a realidade do instituto nesse período: "O problema técnico resumia-se à ausência completa de políticas de recolhimento, procedimentos de seleção e eliminação de documentos, organização e arranjo do acervo, elaboração de instrumentos, registro e inventário" (p.9).

Portanto, não existia, até essa época, nenhum tipo de ação visando à organização dos arquivos nacionais, apesar do surgimento do Arquivo Nacional no século XIX. As ideias de Schellenberg tornaram-se conhecidas a partir da publicação, em 1959, do *Manual de arquivos*, baseado no material que ele utilizava em suas aulas na American University of Washington, e da tradução do livro *Documentos públicos e privados*: arranjo e descrição, em 1963.

Entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, começa um processo de ascensão da área e de reconhecimento da disciplina, com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), responsável por uma série de ações visando à institucionalização da Arquivística. E, em 1972, cria-se o primeiro periódico especializado em Arquivística: *Arquivo e Administração.* A fundação da associação é um marco para o desenvolvimento da disciplina no país.

A relação entre a Associação dos Arquivistas Brasileiros e o Arquivo Nacional torna-se bastante profícua. A sede da associação chega a ser levada para as dependências do Arquivo, iniciando-se uma longa relação entre as duas instituições.

No mesmo ano, é realizado o primeiro congresso em nível nacional sobre a Arquivística, no qual foram discutidas, entre outros assuntos, a formação dos arquivistas e a situação alarmante dos arquivos no país.

Como já mencionado, o desenvolvimento da Arquivística no Brasil era, no início dos anos de 1970, incipiente. Somente nessa década ela de fato se desenvolve institucionalmente. Em termos teóricos, porém, ainda era pouco profícua, em comparação com a europeia e a americana. Com a aprovação do primeiro curso de Arquivística, em 1972, essa situação começa a modificar-se. Dois anos depois, é aprovado o primeiro currículo mínimo em Arquivística. Segundo Castro, ele deveria possuir a seguinte grade de disciplinas (1972, p.77):

- Técnica e Ciência dos Arquivos
- História do Brasil
- Geografia Geral e Cartografia
- História do Direito e das Instituições Brasileira e Portuguesa
- Notariado
- Organização Administrativa e Constitucional Brasileira
- Bibliografia
- Genealogia e Heráldica
- Paleografia, Diplomática e Sigilografia
- Noções de Estatística
- Noções de Contabilidade Geral e Pública
- Francês e Inglês
- Conservação de Documentos
- Reprodução de Documentos
- Informática

Porém, ao fim da discussão,[16] eis o quadro de disciplinas realmente aprovado, segundo Jardim (1999):

---

16 A discussão sobre o currículo mínimo do curso de Arquivologia ocorreu durante o I Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1972.

- Introdução ao Estudo da História
- Noções de Contabilidade
- Noções de Estatística
- Arquivo I–IV
- Documentação
- Introdução à Administração
- História Administrativa, Econômica e Social do Brasil
- Paleografia e Diplomática
- Introdução à Comunicação
- Notariado
- Uma Língua Estrangeira Moderna (p.31)

Analisando as duas grades apresentadas, é possível compreender o momento em que a Arquivística começa a ser pensada no Brasil, em razão de sua recente institucionalização. Na primeira grade, encontra-se um conjunto de disciplinas que possuíam alguma relação com aquelas ministradas no século XIX, com cursos voltados à formação de profissionais ligados aos arquivos medievais: a Genealogia, a Heráldica, a Sigilografia. Trata-se de uma abordagem profundamente anacrônica, levando-se em conta não só as necessidades, mas também a realidade dos arquivos brasileiros.

No quadro de disciplinas realmente aprovadas, percebe-se uma abordagem menos conservadora e mais aplicável à realidade documental do país, relacionando a Arquivística com a documentação, além de um núcleo maior de disciplinas provavelmente ligadas à classificação, ao arranjo e à descrição dos arquivos, com o título Arquivo I–IV.

Em 1977, a Federação de Escolas Isoladas do Rio de Janeiro (Fefierj), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), absorveu o Curso Permanente de Arquivo do Arquivo Nacional, que se transformou no Curso de Arquivística. No mesmo ano, foi criado o curso da Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e, em 1978, o curso da Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro.

Ainda em 1978, em 4 de julho, a profissão em nível universitário é regulamentada pela Lei n. 6.546, única legislação que versa a respeito do profissional de arquivo até a atualidade, uma vez que a profissão ainda não possui nenhum tipo de conselho ou representação nacional validado por toda a comunidade profissional.

Nas décadas de 1950 e 1960, acentuou-se a industrialização no país. Houve o desenvolvimento de uma série de áreas do conhecimento, a partir da criação de sociedades científicas, universidades federais e o aparato de fomento à pesquisa que o país possui até a atualidade. Num desses movimentos de ampliação dos institutos de pesquisa, cria-se, no início dos anos de 1960, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), na Universidade de São Paulo.

O Instituto é fruto de uma política de modernização da USP e do Brasil. Atividades de pesquisa iniciam-se no ano seguinte, com a perspectiva interdisciplinar. Ele reuniu estudiosos de várias áreas das Ciências Humanas para estudar os fenômenos culturais brasileiros relacionados à Crítica Literária, História, Sociologia, Antropologia e outras áreas.

No período anterior à criação do Instituto, a modernização ocorrida no governo JK, na década de 1950, com obras de infraestrutura, modificou a composição econômica do país e incentivou a ampliação e diversificação das indústrias, tendo início no Brasil a fabricação de automóveis.

Também nesse período foi criado o sistema de fomento à pesquisa, com o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e as instituições estaduais, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). É um momento de significativas mudanças na sociedade brasileira. Com a ideologia populista do governo, calcada no desenvolvimento industrial e na maior abertura do país à economia mundial, ocorre o crescimento científico, econômico e cultural.

Nesse universo, surge o Instituto de Estudos Brasileiros, que busca novas maneiras de compreender os fenômenos brasileiros, como colocado por Caldeira (2002). O IEB abordaria, através dos

métodos científicos possíveis, um único objeto: a realidade brasileira, seus aspectos sociais, culturais e ideológicos.

As características únicas de fundação e o caráter multidisciplinar levaram o IEB a desenvolver atividades inéditas, a partir da institucionalização dos arquivos pessoais, visando ao estudo de suas histórias. Percebe-se a necessidade de estudá-los e organizá-los de maneira que seu papel para a memória e a literatura seja inteligível e pesquisável, fazendo que as pessoas envolvidas – por exemplo, a professora doutora Heloisa Liberalli Bellotto, pesquisadora do Instituto – pudessem especializar-se em Arquivística.

O IEB é de grande importância para a Arquivística, já que, desde 1986, existe o curso de especialização em organização de arquivos, criado devido à necessidade de "formar" arquivistas no estado de São Paulo. O curso recebe apoio da Associação de Arquivistas de São Paulo.

Bellotto atuou na formação do currículo mínimo de Arquivística na década de 1970 e foi professora, ao longo dos anos, em uma série de cursos da área. Seu livro *Arquivos permanentes*: tratamento documental é uma publicação importante para a formação da Arquivística no Brasil e transformou-se em um dos pilares do pensamento da disciplina no país.

A proximidade do pensamento da autora com a tradição espanhola é bastante visível, até pela sua formação, já que se especializou pela Escuela de Documentalistas de Madrid, em 1977, cuja teoria, que ali já possuía parâmetros e substância, influenciou sobremaneira sua obra.

A consonância entre as ideias de Bellotto e a dos espanhóis é tal que o prefácio de seu livro foi escrito por Vicenta Cortes Alonso. A primeira edição data de 1991, anterior às normas de descrição e à aproximação da Arquivística brasileira com as teorias anglo-saxãs.

Como já foi ressaltado, a institucionalização da Arquivística enquanto disciplina e profissão no Brasil foi bastante tortuosa e recente.

Se nos Estados Unidos, desde 1950, pensava-se em métodos de avaliação, mesmo que desvinculando os arquivos administrativos

dos arquivos históricos, no Brasil, ainda na década de 1980, com a redemocratização do país, a situação dos arquivos era crítica.

Nesse período, e até a atualidade, poucas instituições podem ser nomeadas como "de excelência" no Brasil. O Arquivo Nacional, a partir da década de 1980, começa a tomar para si o papel que já era seu por direito: o de Arquivo Central de um Sistema Nacional de Arquivos. Começa, nessa mesma época, o projeto para enunciação de uma lei nacional[17] de arquivos (Santos, 2008).

Na mesma época, outro importante passo é dado com a criação do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), em 1994. Trata-se de um órgão consultivo da administração federal, responsável por emitir pareceres e recomendações referentes à política nacional de arquivos. Apesar de não funcionar como órgão fiscalizador, já representa um passo importante em direção ao sistema de arquivos da administração pública federal.

Destaca-se ainda o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC – FGV), instituição pioneira na organização de arquivos, em especial os pessoais, desde a década de 1970, e o Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, também pioneiro nos anos de 1970, além das posteriores ações da própria universidade, visando à organização de seus arquivos.[18]

Somam-se a essas instituições o Arquivo Público Mineiro, o Arquivo Público do Estado de São Paulo, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, a Casa de Rui Barbosa e outras instituições públicas e privadas a custodiar acervos arquivísticos que apresentam, em maior ou menor grau, algum nível de organização e acesso aos documentos calcados na teoria arquivística.

Portanto, deve-se notar que as instituições públicas mencionadas começaram a procurar, a partir da década de 1980, com uma

---

17 Lei n. 8.159 de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

18 Ver: <www.ifch.unicamp.br/ael/>. Acesso em: 21 out. 2011.

estrutura acadêmica mínima, ingerências nas ações administrativas de seus governos, devido a uma série de problemas. Segundo Jardim (1995), o principal problema era este:

> A vocação autoritária do Estado brasileiro tem sustentado a precária sobrevivência das diversas instituições públicas voltadas para o patrimônio documental. Como equipamento governamental, os arquivos públicos brasileiros subsistem como instituições voltadas quase exclusivamente para a guarda de documentos considerados, na maior parte das vezes, sem critérios científicos, como de valor histórico. (p.74)

Prova disso é o lento processo de desenvolvimento da disciplina no Brasil. Até a década de 1980, mesmo os arquivos permanentes não possuíam uma política arquivística clara para a classificação e descrição de documentos. Jardim (1995) complementa:

> Privilegia-se, neste sentido, a dicotomia valor histórico/valor administrativo dos acervos arquivísticos. Como tal, a monumentalização dos documentos e a negligência de seus aspectos informacionais têm norteado, com exceções produzidas a partir dos anos 80, a maioria das nossas instituições arquivísticas públicas. Suas relações com o conjunto da administração pública são pouco frequentes. (p.74)

A partir da década de 1980-1990, multiplicam-se os periódicos e as obras relacionados à teoria e à prática arquivísticas, entre eles, a publicação *Arquivos permanentes:* tratamento documental, de Heloisa Bellotto. Essa obra se apresenta como uma das respostas possíveis para as instituições arquivísticas carentes de recursos técnicos e financeiros. Mesmo seus acervos, aparentemente históricos, não contavam com muitos dos parâmetros necessários para uma organização efetiva.

Como se pode observar, o desenvolvimento de uma bibliografia nacional demora a acontecer, e, na época da publicação citada, não

existiam muitos manuais que abrangessem a disciplina como um todo e seus reflexos na organização.

No periódico *Arquivo e Administração* e na revista *Acervo*, do Arquivo Nacional, é possível encontrar trabalhos importantes, na década de 1980, para um início do pensamento arquivístico brasileiro. Um dos primeiros artigos a tratar de gestão de documentos no Brasil é o famoso *O conceito e a prática da gestão de documentos*, de José Maria Jardim (1987). Este autor foi responsável também, já na década de 1990, pela publicação de *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil* (1994) e, mais tarde, pelo livro *Transparência e opacidade do Estado no Brasil:* usos e desusos da informação governamental (1999).

Nesse período, destaca-se também a autora Marilena Leite Paes, com a publicação *Arquivo:* teoria e prática, livro decisivo para a prática em Arquivística no Brasil, mais do que para o desenvolvimento de uma teoria nacional.

Ainda na década de 1990, outra autora de destaque para a Arquivística brasileira é Maria Odila Kahl Fonseca. Dentre suas publicações, a mais importante é a versão em livro de sua tese de doutorado, intitulada *Arquivologia e Ciência da Informação:* construção de marcos interdisciplinares. Como o próprio título deixa claro, a obra buscou uma aproximação entre a Arquivística e a Ciência da Informação. Apesar de ser ainda um estudo preliminar, representa algum avanço para a disciplina no Brasil.

Cita-se ainda, dentre os autores mais relevantes, Luis Carlos Lopes, um dos primeiros a aproximar o pensamento dos arquivistas canadenses da realidade brasileira, através dos livros *A imagem e a sombra da Arquivística* e *A gestão da informação:* as organizações, os arquivos e a informática aplicada.

A partir dos anos 2000, a área experimenta o que se pode chamar de um *boom* de desenvolvimento, com a proliferação de graduações em Arquivologia em vários estados. Mais do que o crescimento "desordenado" de cursos universitários, esse ano marca o início da estabilidade política e a ampliação da atuação de arquivistas em

universidades e instituições públicas, uma vez que as instituições democráticas começam a estabilizar-se.

Hoje, o país conta com as seguintes graduações: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Universidade Federal do Rio Grande (Furg) e Universidade Federal do Pará (UFPA). Um fenômeno curioso, nesse caso, é o fato de serem públicas todas essas instituições, uma vez que o maior interesse no profissional de arquivo continua sendo das instituições governamentais.

Nos últimos dez anos, observou-se também a acentuação do processo de normalização da Arquivística, que, por conta dos documentos digitalizados e da sua produção eletrônica, tem exigido da área um esforço normalizador, devido em grande parte à necessidade de comutação de registros entre as instituições arquivísticas.

Advinda desse fenômeno, há a publicação de uma série de normas de descrição, que, assim como na realidade espanhola, ganham versões nacionais: Isaar (CPF) – norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias; Isad-G – norma geral internacional de descrição arquivística; sua respectiva versão brasileira Nobrade – Norma Brasileira de Descrição Arquivística; ISDF – norma internacional para descrição de funções; e Isdiah – norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico.

Outra mudança recente, importante para o atual cenário da classificação e, portanto, da Arquivística, é a publicação da norma ISO (ISO/TR 26.122), que normaliza alguns aspectos administrativos

das organizações, refletindo no desenvolvimento dos planos de classificação, ou seja, na análise funcional (decomposição das funções administrativas em processos) e na análise sequencial (investigação dos fluxos documentais e suas atividades).

O desenvolvimento teórico da Arquivística no Brasil, como em outros países, intensificou-se nos últimos trinta anos. Contudo, a dificuldade para o desenvolvimento no país é fruto da ausência, em maior ou menor grau, a depender do momento em análise, de políticas e incentivos voltados para a área de gestão e custódia de documentos de arquivo.

Fundamentos conceituais da Arquivística brasileira

O desenvolvimento teórico da Arquivística brasileira caminha entre as tradições norte-americana e europeia, em maior ou menor grau, dependendo da época e do contexto discutidos, e para uma pulverização conceitual.

É possível dizer que, se comparado o desenvolvimento de áreas como Biblioteconomia com a da Arquivística, esta é ainda mais recente. Enquanto campo profissional moderno, as bibliotecas iniciaram seu percurso universitário ainda no começo do século XX, mais precisamente, no ano de 1911. A Arquivística, diferentemente, enquanto área profissional e carreira universitária, foi deixada de lado, devido em grande parte às características antidemocráticas e autoritárias do governo brasileiro, como aponta Jardim (1995; 1999) ao longo de sua bibliografia, que culminaram com uma falta de incentivo político e financeiro. Ou seja, assim como na Espanha, o Estado ditatorial brasileiro incide de maneira profunda no não acesso aos documentos arquivísticos.

Pode-se dizer que o desenvolvimento teórico da Arquivística brasileira acontece em ondas, a maioria delas provocada por políticas ou incentivos advindos do Arquivo Nacional, sobretudo em seu estágio inicial, com a visita de pesquisadores internacionais, seja para emitir pareceres a respeito da situação dos acervos, seja para ministrar cursos voltados para a teoria e a prática arquivística.

Com base em Marques (2011), podemos citar, em ordem cronológica da data de suas visitas ao país, os historiadores, bibliotecários e arquivistas que vieram para cá com a intenção de contribuir para o aparecimento e, depois, para o crescimento da área no Brasil: Charles Lyon Chandler, historiador norte-americano (1944); Rocoe Hill e Allan K. Mancherster (1954); John P. Harrison, do Arquivo Nacional americano (1955 e 1956); Henri Boullier Branche, um dos primeiros professores, responsável pelo que mais tarde seria formalizado como o Curso Permanente de Arquivos (1959); Theodore Roosevelt Schellenberg, que representou uma das mais profícuas visitas de pesquisadores estrangeiros, com a publicação de materiais de aula, de livros, ministrou cursos e orientou as práticas do Arquivo Nacional (1960); René Maheu, diretor da Unesco (1971); Elio Lodolini, pesquisador diplomaticista da Itália (1971 e 1972); Vicenta Cortés Alonso, arquivista espanhola (1972 e 1975); Michel Duchein, importante pesquisador e professor francês de Arquivística (1978, 1979 e 1987); e, por fim, Aurelio Tanodi, arquivista e professor da Escuela de Archiveros de Córdoba (1979).

Nos últimos anos, entre 1995 e 2012, nota-se uma aproximação com a corrente teórica anglo-saxã, com a vinda de pesquisadores para proferir cursos, palestras e realizar outras atividades acadêmicas e com a realização de estágios de professores/pesquisadores brasileiros em território canadense. Dentre os principais nomes dessa corrente, podemos destacar Terry Cook, Tom Nesmith, Laura Millar, Terry Eastwood, Luciana Duranti e outros pesquisadores advindos da teoria e prática canadenses, além da recente visita de Bruno Delmas e da organização de um livro com textos do autor intitulado *Arquivos para quê?* Boa parte dessas iniciativas provém do trabalho da Associação de Arquivistas Brasileiros.

Então, compreender o percurso da Arquivística no Brasil é compreender como os pesquisadores da área se relacionam e interpretam essas diferentes tradições de estudo e pesquisa aplicadas ao cenário brasileiro.

Mas a pergunta fundamental neste momento é: Existe, na atualidade, uma tradição de Arquivística brasileira?

Diferentemente das tradições espanhola e canadense, a realidade brasileira é bastante diversa. Se, ainda que de maneira medievalista, os arquivos espanhóis iniciaram sua organização ao longo do século XIX e o desenvolvimento de uma historiografia pujante, ainda no início do século XX, privilegiou o aparecimento e a criação de arquivos no Canadá, no Brasil as ações institucionalizadas não correspondem efetivamente ao desenvolvimento teórico e institucional.

Como foi dito no início deste capítulo, as abordagens variam de um estado para outro e de uma escola para outra, uma vez que a área possui um percurso teórico muito recente, em comparação com o dos países europeus, além de contar com recursos muito menores do que aqueles que os países norte-americanos possuíam em seu passado recente.

Pode-se dizer que a teoria arquivística no Brasil é múltipla e pulverizada, o que dificulta a percepção de uma única tradição. Isso é percebido devido à pluralidade de abordagens utilizadas na organização dos arquivos, ou até mesmo na nomeação das funções, por exemplo: arranjo, conservação, classificação, descrição, difusão ou acesso e, por fim, identificação.

Cada termo parte de um diferente pressuposto. No caso da difusão e da identificação, por exemplo, as perspectivas são majoritariamente europeias; a descrição e a classificação, porém, variam de arquivo para arquivo e de instituição para instituição.

Prova disso é a própria política de classificação elaborada pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), intitulada *Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo, relativos às atividades-meio da administração pública* (2001), construindo um plano de classificação que pouco aplica a teoria arquivística na organização de arquivos.

Marques (2011) e Batista (2012) apontam essa pluralidade e dificuldade de conceituação da realidade brasileira. Muitas vezes, ainda que pesquisadores assumam a existência de novas tendências de pesquisa e atuação nos arquivos, a sinalização ainda corre mais no nível da tessitura discursiva do que na perspectiva canadense

de desenvolvimento de metodologias e abordagens e de aplicação dessas abordagens.

A multiplicidade é um enunciado que se repete em textos de ordem mais teórica no Brasil, porém não passa de um apagamento do próprio discurso da área, que carece, na verdade, de trabalhos voltados para sua história e sua epistemologia.

Pode-se dizer, então, que a Arquivística no Brasil, por falta de melhor definição e por uma série de relações com outras tradições, busca, em uma realidade social diversa daquela presente na Europa e na América do Norte, corresponder às expectativas da sociedade. Portanto, não se trata de uma única tradição *per se*, mas de indícios que podem levar a uma tradição de pesquisa e de desenvolvimento teórico.

Complementando a questão, convém delimitar o que se pode entender por Arquivística, para então buscar compreender se existe ou não uma teoria (ou teorias) aplicada à realidade brasileira.

Foi apresentado um breve histórico da disciplina na realidade brasileira, sem a intenção de se chegar a uma definição estrita do que é a Arquivística, porque não foi esse o objetivo do estudo apresentado neste livro. De maneira geral, vale a seguinte definição: "A palavra 'Arquivística' designa, ao mesmo tempo, uma ciência e um conjunto de métodos e técnicas de constituição, guarda e exploração dos documentos de arquivo" (Delmas, 2010, p.79).

Assim, uma Arquivística brasileira seria o reflexo desses métodos e dessas técnicas de tratamento de documentos de modo arquivístico na realidade administrativa do país. Assim, a disciplina, longe da estabilidade governamental europeia ou da cisão profissional americana, buscaria trabalhar com a totalidade dos documentos.

Essa ponderação é referendada por Lopes (1994). Quando, em 1992, em um evento da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi aventada a possibilidade de a prática arquivística na América Latina espelhar-se naquela presente na realidade norte-americana – na qual a profissão de arquivista foi desmembrada em duas: *archivists*, para arquivos permanentes, e *record manager*, para arquivos correntes e intermediários –, os pesquisadores, de

forma unânime, se opuseram, pois, para eles, os arquivistas devem trabalhar com os documentos em todas as fases.

Portanto, essa postura, adotada por alguns pesquisadores brasileiros, modifica a estrutura e o desenvolvimento do pensamento arquivístico no país, causando certa ruptura em relação a outros países. Além disso, as realidades documental e administrativa do país refletem de maneira profunda no desenvolvimento dos produtos das atividades arquivísticas.

A fim de tipificar teoricamente uma (possível) Arquivística brasileira, é necessário descrever os produtos dessa teoria, ou seja, como se desenvolvem as atividades relacionadas a classificação, descrição e avaliação no país.

Classificação arquivística: reflexos na realidade brasileira

Ao mesmo tempo que a disciplina avança de maneira profunda, a partir da década de 1950 ocorre uma ruptura que irá perpetuar-se até a atualidade. Trata-se da separação de certas atividades e conceitos determinada pela fase em que os documentos se encontram. Schellenberg é um dos primeiros a separar a classificação e o arranjo, e este é o início de uma ruptura sistemática na disciplina. Observe-se que, anteriormente, não existia diferença entre essas funções. O uso mais corrente era do termo "arranjo" para designar coisas que, para a Arquivística americana depois de década de 1950, são diferentes.

Eastwood (2000) faz uma ponderação fundamental a respeito desse problema terminológico-conceitual:

> A escolha da palavra "arranjo" como nome desse processo é infeliz. Denota colocar coisas de um modo aceitável, em uma ordem conveniente, como arranjar livros em uma prateleira. A palavra "classificação" não é mais satisfatória. Neste caso, denota o arranjo ou a ordenação de coisas por classes e é um termo mais adequado, na Arquivística, para o processo de organizar documentos ativos. (p.93, tradução nossa)

Por essa citação, é possível perceber que vários problemas terminológicos e conceituais surgiram a partir da década de 1950. Até certo ponto, um dos grandes responsáveis por isso é Schellenberg.

Contudo, na atualidade, é possível encontrar autores que colocam o arranjo e a classificação como sinônimos ou como coisas diferentes, a depender do ponto em que o sujeito se coloca dentro da teoria arquivística.

Essa separação acontece porque inicia-se uma divisão entre as atividades típicas dos arquivos administrativos contemporâneos e os arquivos histórico-culturais, principalmente nos Estados Unidos. A classificação estaria, para Schellenberg, relacionada com os arquivos administrativos, e o arranjo, com os arquivos históricos.

Apesar da ruptura provocada pela aproximação entre a Arquivística nos Estados Unidos e as técnicas da administração, surge, no palco teórico da área, a construção de planos de classificação funcionais. Assim, a classificação deverá refletir o conjunto de atividades, e não mais apenas a estrutura do órgão, como se pode perceber no texto a seguir:

> Na criação de um esquema de classificação para documentos oficiais, então, a função, tomada no sentido anteriormente definido, deve ser levada em consideração, dividindo-se os documentos sucessivamente em classes e subclasses. As maiores classes ou classes principais podem ser criadas tomando-se por base as maiores funções do órgão. As classes secundárias, as atividades e as classes mais detalhadas compreendem uma ou mais unidades de arquivamento, criadas em função de atos relativos a pessoas, entidades, lugares ou assuntos. (Schellenberg, 2003, p.58, tradução nossa)

A classificação moldada nesses parâmetros é utilizada até a atualidade, por refletir as características que, muitas vezes, não podem ser encontradas nos estudos da estrutura de uma instituição, imbuindo o plano de classificação com uma característica profundamente gerencial.

Schellenberg esclarece que, neste momento, a produção de documentos e a complexidade das instituições são tão grandes que só é possível o uso de um esquema de classificação estrutural se a administração mostra-se estável. Caso contrário, esse esquema não representaria a prática administrativa, dificultando a avaliação e a destinação dos documentos, bem como sua organização.

A cisão conceitual e profissional que se inicia na década de 1950 gera uma série de dificuldades para separar classificação e arranjo. Para Schellenberg, são ações distintas: a classificação está relacionada com uma única agência governamental e funciona como um parâmetro de organização gerencial, visando a auxiliar a administração; o arranjo é uma função relacionada com os arquivos semiativos e inativos que provêm de uma série de agências, formando grandes grupos, regida pelos princípios da proveniência e da ordem original.

> Os princípios de arranjo que são aplicados nas instituições diferem daqueles aplicados nas agências governamentais de várias maneiras. O arquivista não está apenas preocupado com o arranjo de documentos de uma agência particular, como um *record officer*. Ele está preocupado em arranjar todos os documentos sob sua custódia, que podem pertencer a muitas agências, muitas subdivisões administrativas, e muita documentação pessoal. Ele arranja seus documentos para uso corrente e não corrente, e o faz seguindo certos princípios básicos, não de acordo com princípios de classificação predeterminados ou formulários. (Schellenberg, 2003, p.169, tradução nossa)

É possível, então, perceber a diferença entre a classificação e o arranjo na obra de Schellenberg. A classificação é gerencial e localizada. O arranjo é geral, seu objeto final é o uso social, seu princípio norteador não são as atividades e funções administrativas, mas a relação que os documentos possuem entre si. Os níveis de arranjo, que refletem até certo ponto na prática de classificação, foram definidos anos mais tarde, com base na obra de Schellenberg.

Até os anos de 1950, o desenvolvimento da classificação e da Arquivística é fruto, em maior ou menor grau, do trabalho de um conjunto de autores e de suas reflexões. Com base nesse arcabouço, será (ou não) construída uma corrente de pensamento.

A classificação, enquanto atividade no Brasil, ainda é pouco explorada na prática e na teoria, devido, em grande parte, ao fato de os acervos tratados por arquivistas serem de arquivos permanentes.

Contudo, destaca-se o trabalho de pesquisadores como Renato Tarciso Barbosa Sousa, que tem trabalhado com a definição e delimitação do campo teórico da classificação. Também ressalta a contribuição de Heloisa Bellotto, que buscou demarcar as diferenças e os sentidos da classificação no caso brasileiro.

No Brasil, como observado anteriormente, por falta de um estudo aprofundado das funções e atividades de organização arquivística, convencionou-se tratar as atividades de arranjo e classificação como sinônimas.

Sousa (2006), com base em Bellotto (2004), ao abordar esse tema, esclarece que, na terminologia arquivística brasileira, tornou-se comum a utilização do termo "arranjo", traduzido do inglês "arrangement". Mas o receio de que se entendesse "arranjo" e "classificação" como operações distintas levou à compreensão de que o termo "classificação" era aplicável tanto aos arquivos correntes quanto aos permanentes.

Apesar disso, a confusão entre as duas atividades permanece. Com uma busca rápida no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (Arquivo Nacional, 2005) pode-se perceber isso:

> Arranjo – Sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo (1) ou coleção, de acordo com um *plano ou quadro* previamente estabelecido. [...]
>
> Classificação – 1. Organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou *quadro de arranjo*. 2. Análise e identificação do conteúdo de documentos, seleção da categoria de assunto sob a qual sejam recuperados, podendo-se-lhes atribuir códigos. 3. Atri-

> buição a documentos, ou às informações neles contidas, de graus de sigilo, conforme legislação específica. Também chamada classificação de segurança. (p.37 e 49, grifo nosso)

A comparação das definições evidencia a fragilidade do entendimento dos conceitos. O arranjo é percebido como uma atividade de organização de arquivos, e a classificação, como uma atividade de organização a partir de um plano de classificação. Como se vê, atribuem-se mais sentidos a esta do que ao arranjo, o que nos leva a pensar que se trata de uma terminologia mais completa. No entanto, ambas as definições apresentam-se como um simulacro pouco relevante do que a atividade de arranjar/classificar documentos realmente significa.

Existe um jogo discursivo-conceitual muito profundo nesses dois termos. Por eles mesmos, estabelece-se uma matriz de sentido que remete a toda uma construção histórico-social da atividade de classificar/arranjar documentos.

Teoricamente, a classificação à brasileira apresenta a mesma dificuldade de definição que a classificação como um todo revela, na medida em que a Arquivística busca resposta apenas na sua frágil estrutura científica.

Nas áreas de Ciência da Informação e Organização do Conhecimento, na atualidade, ocorre uma discussão teórico-científica que extrapola a mera definição ou o estudo da linguagem e dos sistemas de classificação. O estudo da classificação apresenta-se como um esquema epistêmico central de sua construção científica. A sua importância teórica e prática deverá crescer no próximo ciclo do percurso da Arquivística.

Descrição arquivística: teoria e normalização no Brasil

A descrição e a classificação foram as primeiras atividades de organização de arquivos a serem conceituadas, devido, em grande parte, às características dos acervos constituídos durante o século XIX, fundamentalmente medievais e organizados para fins de consulta histórico-científica.

Os primeiros indícios de construção de um modelo de descrição estão inscritos no manual de Muller, Feith e Furin (1973): "O que se tem em mira, na descrição do arquivo, é que o inventário sirva simplesmente como um guia. Deve, portanto, fornecer um esquema do conteúdo do arquivo e não o conteúdo dos documentos" (p.79).

A descrição ainda encontra-se em um estágio inicial, mas a função básica de fornecer subsídios ao acesso aos documentos já está presente. Os arquivos medievais ditam a tônica do objetivo da atividade de descrição:

> Na descrição do arquivo, há que ter em mente que os documentos mais antigos são de maior importância que os recentes. É mister, pois, entrar em maiores minúcias na especificação dos primeiros. Para tal diferença de tratamento, convém adotar pontos precisos de divisão e mencioná-los no prefácio do inventário. (Muller; Feith; Fruin, 1973, p.82)

Assim, os acervos medievais identificados por meio da crítica diplomática são, nesse momento, os documentos mais relevantes enquanto objeto da descrição, concepção que permanecerá por algumas décadas.

Já no século XX, outro momento salutar do percurso da descrição é a publicação do livro de Hillary Jenkison. Em sua visão, a descrição era parte de um conjunto de atividades complementares na organização dos arquivos e dividia-se em dois tipos de instrumentos: os guias e os *descriptive indexes*, estes últimos divididos em *repertories* e *calendars*.

"Vamos supor, então, que a conclusão, momentânea, de todos os trabalhos essenciais dos arquivos deixa o arquivista livre para atender aos requisitos especiais dos estudantes" (1922, p.108, tradução nossa). Portanto, para o autor, a descrição é uma atividade secundária. Seu pensamento a esse respeito é bastante contraditório, uma vez que ele trata a transcrição como uma atividade descritiva e complementar – a própria descrição, obviamente, devido à ausência de aparelhos reprográficos.

Sobre seus instrumentos de pesquisa, primeiramente, o guia apresenta uma descrição geral dos inventários contidos nos arquivos e dos descritivos. Trata-se das transcrições dos documentos para seus usuários, colocando-os da seguinte maneira:

> a) O guia. O primeiro requerimento pode ser provavelmente determinado para ser um guia geral dos conteúdos do depósito. Isto será um problema pequeno se o sistema de classificação defendido acima for seguido, pois consistirá em uma combinação de todas as instruções e notas de todos os inventários, condensados da maneira possível, com um pouco de informação sobre o corpo do inventário, como as datas e (em alguns casos) as quantidades.
> b) Índices e repositórios. Depois do guia, serão trabalhados em alguma classe ou série dos arquivos selecionados por conta do interesse público. Podem ser requeridos a um arquivista que dedique seu trabalho a documentos de períodos antigos, porque essas matérias são escassas e mais difíceis de serem entendidas sem os modernos meios de referência. Implicam um trabalho sistemático e não esporádico. [...]
> c) Lista ordenada. Mais um da classe de índices e repositórios. O manuscrito em uma estante na sala de consulta ou circulando impresso é de pouco uso sem o documento a que se refere. As formas favoráveis como uma regra são aquelas de um esquema do documento ou sua transcrição completa. (Jenkinson, 1922, p.108 e 110, tradução nossa)

Pelos instrumentos descritos, é possível perceber uma ampliação dos instrumentos de pesquisa, à medida que atendem a mais pesquisadores nas instituições arquivísticas. Os guias são descritores gerais que descrevem os fundos ou grupos de arquivos de maneira ampla, suas datas limite e a qualidade dos documentos. Esse tipo de instrumento de pesquisa será consagrado e utilizado até o início da descrição normalizada. Os índices e repositórios são instrumentos complementares ao guia e descrevem séries consultadas com maior frequência, visando a facilitar seu acesso. Já as listas

ordenadas tratam de uma descrição "peça a peça" e da transcrição total do documento, uma vez que, na época, ainda não existiam as modernas máquinas de fotocópia, microfilmagem e outras.

A descrição ainda permanece uma atividade periférica, mas ganha em qualidade e importância na obra de Jenkinson. Contudo, os acervos e a organização continuavam profundamente ligados aos documentos medievais e seu acesso, aos eruditos. O arquivista continua a ser compreendido como um guardião dos documentos.

Assim como na classificação, a obra de Schellenberg terá papel crucial para o desenvolvimento e a teorização da descrição. Seus escritos representaram uma ruptura e uma ampliação dos conceitos e das práticas da descrição. O autor divide a descrição em dois conjuntos de instrumentos de pesquisa: um deles relaciona-se com o princípio da proveniência, e o outro, com sua pertinência, como expresso na seguinte citação:

> O Arquivo Nacional descreve seus documentos com duas diferentes abordagens. Em uma delas, os documentos são descritos em sua relação com a origem funcional e organizacional – esta é a abordagem da proveniência. Na outra abordagem, os documentos são descritos em relação a seus assuntos – este é o aspecto da pertinência. (Schellenberg, 2003, p.306, tradução nossa)

A separação nesses conjuntos deve-se, em grande parte, à realidade documental que Schellenberg (2003) encontrou e trabalhou no Arquivo Nacional americano, visto que "os documentos, de modo geral, são documentos modernos; poucos deles originaram-se antes do século XIX. Não apresentam, portanto, problemas de identificação como os documentos medievais" (p.204, tradução nossa). E complementa: "Um conhecimento das ciências auxiliares da História e línguas medievais não é necessário para descrever suas fontes e seus conteúdos. Os documentos são modernos em forma" (p.204, tradução nossa). Assim, a própria mudança da estrutura e da formulação dos documentos modificará a organização e o acesso a eles, à medida que, administrativamente, são fruto de padronização e normalização.

Existe então, na obra de Schellenberg, uma mudança de foco em relação à atuação do profissional arquivista e de sua teoria. No caso da descrição, para ele, não é mais necessário o uso da Paleografia da crítica diplomática, dentre outras disciplinas, para a leitura e descrição dos documentos, uma vez que se trata de formulários, cópias etc.

A descrição e os instrumentos de pesquisa modificam suas características, porque ocorre uma mudança nos documentos custodiados nos arquivos americanos, a realidade documental é outra. "Para cada grupo, o Arquivo Nacional [americano] produz uma série de instrumentos de pesquisa, que vão do geral para o particular, tornando-se progressivamente mais detalhados à medida que os documentos são analisados em agrupamentos menores" (Schellenberg, 2003, p.207, tradução nossa).

Assim, a descrição é apresentada em níveis à medida que o instrumento se constrói. Por exemplo, o guia de registro dos grupos de arquivo (fundos), que irá descrever a totalidade dos fundos custodiados por determinada instituição; a partir delas, desenvolvem-se inventários no nível da série ou até mesmo de volumes e pastas, em uma lista detalhada.

Além dessa descrição por níveis, o autor estabelece uma relação com o princípio da proveniência como norte de construção e enumera três princípios: um no nível do grupo, outro no da série e um terceiro no do item documental.

A descrição é completamente diferente daquela apresentada em Jenkinson, porque a função desta atividade varia. Os instrumentos de pesquisa apresentados por Schellenberg assemelham-se, até certo ponto, àqueles níveis utilizados nas atuais normas de descrição internacionais. Admite-se o uso de instrumentos de pesquisa por assunto, uma vez que se percebe a dificuldade de trabalhar instrumentos de descrição temáticos no ambiente de arquivo.

"O tratamento pelo assunto é difícil, e justifica-se que o arquivista o adote somente quando servir para tornar a informação disponível a uma considerável classe de usuários, da forma que lhes for conveniente" (Schellenberg, 2003, p.211, tradução nossa). Assim,

o uso de instrumentos de pesquisa temáticos pode servir também para auxiliar a busca dos usuários e seu emprego.

Schellenberg (2003) considera "instrumento de pesquisa temático" o documento de referência informacional que constitui um catálogo de assuntos, em uma ficha geral de grupos de arquivos, relacionado à documentação anterior e posterior à Segunda Guerra Mundial. Cita ainda outro instrumento temático que se relaciona com a descrição no nível do item documental: a lista detalhada ou especial, que se trata de uma descrição temática.

Assim como a classificação, esse conjunto de obras estabelece a fundação do que podemos compreender por descrição. Na atualidade, provavelmente, é a atividade mais trabalhada em termos teóricos e mais normalizada da Arquivística, o que resolve alguns problemas fundamentais, mas cria outros tantos.

A história da normalização da descrição conta um pouco da trajetória de construção da descrição no Brasil. A partir da década de 1980, por conta das mudanças provocadas pela ascensão das tecnologias de comunicação e informação, começa uma nova reconfiguração teórica e prática das atividades arquivísticas, nas quais a descrição é vista como principal e fundamental.

Alguns países tomam a frente na discussão dos caminhos que a descrição arquivística deveria seguir. Destacam-se os papéis fundamentais do Canadá e da Inglaterra no desenvolvimento de normalizações próprias e, entre os organismos internacionais, o International Council on Archives, uma vez que suas normas serviram de base para todas as outras. O *Manual of archival description*, inglês, que já está em sua terceira edição (a primeira é de 1986, a segunda de 1989 e a terceira de 2000), e a *Rules for archival description*, canadense, última versão revisada em 2008, são textos que serviram de base para toda a construção normativa da descrição em âmbito internacional. Adicionem-se às normas já mencionadas as seguintes:

- Isad(G) – International Standard for Archival Description (General), editada pelo Conselho Internacional de Arquivos em 2003.

- Isaar(CPF) – International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families, editada pelo Conselho Internacional de Arquivos em 2003.
- ISDF – International Standard for Describing Functions, editada pelo Conselho Internacional de Arquivos em 2007.
- Isdiah – International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings, editada pelo Conselho Internacional de Arquivos em 2008.
- EAD – Encoded Archival Description, uma norma organizada em regras semânticas e sintáticas na transcrição de descritores em SGML (Standardised General Markup Language) ou XML (eXtensible Markup Language), para auxiliar na descrição em web sites, visando o acesso e a comutação de dados, elaborada pela Biblioteca do Congresso americano, com o apoio da Society of American Archivists, última edição de 2002.
- Nobrade – Norma Brasileira de Descrição Arquivística, adaptação brasileira da Isad(G) e da Isaar(CPF), do Conselho Internacional de Arquivos, editada em 2006.
- APPM – Archives, Personal Papers, and Manuscripts, atualizada com o nome Describing Archives: a Content Standard (DACS), que se trata, atualmente, da versão americana da Isad(G), em conjunto com a Isaar(CPF), editada em 2008.

Com base nas normas apresentadas, é possível perceber que, na atualidade, em especial nos últimos dez anos, presencia-se uma profusão de normas relacionadas à descrição de arquivos. Elas constituem algumas das respostas possíveis à realidade documental, que tem se modificado exponencialmente, com uma produção majoritária de documentos em meio eletrônico.

Sobre a Nobrade, norma que cabe destacar neste momento, uma vez que as outras serão abordadas nos capítulos seguintes, pode-se afirmar que representa um avanço, ainda que modesto, na prática de descrição no país, na medida em que estabelece parâmetros para a troca de informação e o acesso aos arquivos de maneira simplifi-

cada, refletindo a necessidade descritiva das instituições arquivísticas públicas brasileiras.

Nesse sentido, a própria norma destaca, em sua introdução: "não é uma mera tradução das normas Isad(G) e Isaar(CPF) [...]. Seu objetivo, ao contrário, consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que a CDS/CIA considerava importantes, porém, de foro nacional" (Arquivo Nacional, p.9, 2006).

A Nobrade acrescenta uma área e alguns elementos de descrição, contudo, permanece bastante semelhante à Isad(G). O campo acrescentado é o de acesso: "Área de pontos de acesso e descrição de assuntos, onde se registram os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição" (Arquivo Nacional, 2006, p.18).

Esse campo trata-se de uma recuperação temática do documento, que se baseia, por exemplo, na construção de um vocabulário controlado ou outro tipo de classificação temática que irá auxiliar na descrição e recuperação dos documentos no nível de descrição.

Por essa relação direta com o acesso aos documentos, a descrição é uma das atividades principais nas instituições que possuem documentação permanente, centros de memória, arquivos pessoais, arquivos municipais. Provavelmente devido às características arquivísticas não só do Brasil, mas do mundo, é atividade que na época atual tem mais parâmetros para a construção dos instrumentos de pesquisa.

Porém, ao mesmo tempo que esses parâmetros resolvem alguns problemas pontuais, esterilizam muitas vezes as relações internas que existem entre os documentos, à medida que todo acervo arquivístico é único.

Compreendemos que a normas mais bem formuladas, e que atendem ao que os princípios arquivísticos preconizam, foram as primeiras, talvez porque refletiam mais a realidade documental das instituições arquivísticas. Elas estabeleceram não só uma norma, como também um espaço teórico-epistemológico.

4
Uma Análise Arqueológica do Discurso: a representação arquivística no Canadá, na Espanha e no Brasil

Nos capítulos anteriores, foram discutidos os preceitos históricos que levaram à institucionalização da Arquivística na Espanha, no Canadá e no Brasil. Por meio desse percurso, foi possível destacar elementos que auxiliaram na análise das teorias e práticas arquivísticas nos três países e nos conceitos relacionados à representação arquivística.

Neste capítulo, continua-se a compreender a Arquivística como um gesto de leitura, por meio da Análise do Discurso, disciplina de "entremeio" por meio da qual se guia essa leitura.

No percurso histórico, buscou-se perceber como a Arquivística instituiu-se enquanto prática de uma "teoria" e de uma "prática", ou seja, desenhou-se sua estrutura e sua arqueologia. Se o discurso é estrutura, buscou-se descrever a estrutura discursiva da Arquivística por meio de uma ação interpretativa de seu percurso. Porém, ele também é acontecimento, ou seja, genealogia, na medida em que se inscreve em algum lugar.

Não há a intenção de ater-se muito ao tema dos gêneros discursivos, sobre os quais se destacou a contribuição de Bakhtin (2003). Deve-se, no entanto, tipificar o gênero ora em estudo. O autor considera que existem gêneros primários e secundários ao discurso.

Os gêneros são heterogêneos no discurso. Nesse sentido, é difícil definir e tipificar determinado discurso. "Importa, neste ponto,

levar em consideração a diferença essencial existente entre o gênero do discurso primário (simples) e o gênero do discurso secundário (complexo)" (Bakhtin, 2003, p.281).

Tipificando os gêneros nesses dois grupos, Bakhtin (2003) exemplifica como secundários os romances, o teatro, o discurso científico e o discurso ideológico, os quais aparecem em situações culturais mais complexas, transformando e atribuindo significados distintos aos gêneros primários.

Um exemplo muito claro dessa "transmutação" do gênero discursivo, dado por Bakhtin (2003), é uma carta (gênero primário) enviada de uma pessoa a outra relatando determinados fatos. Essa mesma carta, em outra situação, foi utilizada por seu autor como produto de um personagem em um romance, ou seja, a relação discursiva daquele objeto tornou-se mais complexa.

Nesse sentido, deve-se dizer que a Arquivística, enquanto instância enunciativa, faz parte do segundo grupo de discursos, fundamentalmente relacionado com a complexidade do discurso científico, que se reinterpreta e redefine em diversas situações. Assim, "o enunciado situa-se no cruzamento excepcionalmente importante de uma problemática" (Bakhtin, 2003, p.282), e é por meio dele que se construirá a análise.

Outra ponderação fundamental a respeito do discurso científico é que ele é, acima de tudo, polifônico e representado. Quer dizer, as relações enunciativas serão profundamente complexas e irão se estabelecer em camadas.

A polifonia está associada ao nível do enunciado. Ducrot (1987) foi um dos principais linguistas a estabelecer um conceito de polifonia. Paralelamente, Bakhtin (2003) também desenvolveu uma noção para o mesmo fato. Pode-se compreender a polifonia como uma noção que se manifesta na interpretação do discurso, ou seja, percebe-se que existem várias "vozes", não unicamente a do autor no texto trabalhado. A polifonia, em Análise do Discurso, ocorre na fala, ou seja, possui uma sedimentação.

Tem-se no enunciado um locutor (autor), responsável pela enunciação. Porém, ele "conversa" com outros enunciadores, representantes de diferentes pontos de vista em relação àquele objeto.

Ou seja, é próprio do gênero científico ser polifônico, na medida em que os autores remetem a outras vozes para construir seu discurso.

Além de secundário e polifônico, o discurso científico é persuasivo, especialmente naqueles textos desenvolvidos na formação discursiva 1 (formação discursiva da Arquivística moderna), ou seja, o discurso tende a uma busca do convencimento em uma relação entre o autor e o leitor.

O que se entende por Arquivística e Arquivologia é uma construção que emergiu no século XIX, produto de uma época de transformações científicas e sociais e do aparecimento do Estado moderno no mundo ocidental. O foco dessa disciplina, em termos de teoria e prática, esteve relacionado à organização da instituição arquivo, voltada para a pesquisa e a construção das histórias nacionais, calcadas na perspectiva de Leopold von Ranke.

A representação Arquivística foi, desde o século XIX, o objeto central da disciplina, uma vez que o Manual de Muller, Feith e Furin é, antes de tudo, um manual para o arranjo e a descrição de arquivos.

Assumiu-se aqui que a representação da Arquivística é o núcleo fundamental do trabalho arquivístico e, nesse sentido, a análise da Arquivística, sob um viés histórico-discursivo, irá debruçar-se sobre esses conceitos nucleares. "Ainda hoje, para muitos, se não quase todos, arquivistas e instituições arquivísticas, a classificação/arranjo e descrição mantêm-se como núcleo prático e discursivo" (Duff; Harris, 2002, p.264, tradução nossa)

A teoria voltada ao estudo das funções relacionadas à representação em Arquivística esteve, em um primeiro momento, calcada em modelos diplomáticos e paleográficos para a construção de representações significativas dos documentos medievais. Com o passar dos anos e a modernização do Estado, a diplomática perde força e os arquivistas e suas instituições começam a buscar novos métodos para o processamento técnico dos documentos de arquivo.

Nos anos de 1980, não só na realidade canadense, mas também na espanhola e na brasileira, como foi demonstrado, modifica-se a perspectiva, levando a uma busca por redefinição, reconfiguração ou reafirmação da área. Esse fenômeno alastra-se por todas as es-

feras do discurso da teoria e prática arquivística. Essa disciplina, a partir do período apontado, desenvolve-se em duas vertentes bem marcadas, que constituem duas formações discursivas na área, uma relacionada ao arquivista e ao fato de os arquivos serem parte de um processo maior, outra que vê o arquivista como uma pequena parte resultante desse processo. Em outras palavras, o arquivista é visto como parte do processo de desvendar os significados dos documentos de arquivos, não como um participante ativo na construção de significados dos arquivos.

Para fins didáticos, essa formação discursiva será chamada de "moderna", calcada numa Arquivística que possui raízes na Diplomática, na Paleografia, na História (em sua perspectiva positivista) e na construção teórico-prática, por meio de manuais.

Do outro lado, tem-se uma formação discursiva que, em certos textos, especialmente naqueles de Terry Cook, Verne Harris, Brien Brothman, Hugh Tylor e outros, calca-se num estudo das Ciências Humanas e Sociais, chocando-se com essa perceptiva passiva do arquivo, do arquivista e da própria teoria dos arquivos. Esses autores estabelecem uma mudança profunda na Arquivística, instaurando uma nova formação discursiva, visto tratar-se de um deslocamento da fronteira da Arquivística.

Assim, quando se fala de representação dessas duas vertentes, que possuem alguma intersecção, remete-se a duas formações discursivas opostas que, em uma representação gráfica, apresentariam o seguinte modelo:
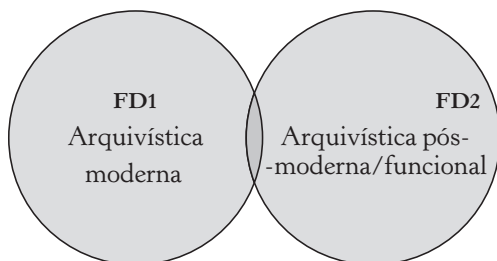
Figura 1 – Formações discursivas em Arquivística (elaborada pelo autor).

Assim, o discurso constrói-se em seus sentidos, porque tudo está inscrito em uma formação discursiva, ou seja, o sentido é dado pela condição de existência. Não é possível à Arquivística pós-moderna surgir antes do aparecimento do Estado moderno e das publicações do final do século XIX e começo do século XX. A formação discursiva arquivística moderna deriva das situações em que se inscreve, ou seja, de uma formação ideológica ampla pela qual passa a validação dos arquivos, da Arquivística e do arquivista.

É preciso voltar a Foucault (1997), em seu conceito de formação discursiva, compreendida como as relações que podem ser legitimamente descritas entre os enunciados. Ela não é fechada nem se constrói como uma máquina. Caso contrário, seriam impossíveis "furos" e deslocamentos. Trata-se, então, de um agrupamento provisório e visível. "O que é, então, a medicina, a gramática, a economia política? Será que não passam de um reagrupamento retrospectivo pelo qual as ciências contemporâneas se iludem sobre seu próprio passado?" (Foucault, 1997, p.35-6).

A formação discursiva é, portanto, uma construção de uma época e demarca o Estado dessa época, formando um conjunto, quando se refere a um mesmo objeto, no caso aqui estudado, os arquivos. A Arquivística moderna, baseada em Foucault (1997), constrói-se como um grupo de todos os enunciados que a estabelecem, redefinem, descrevem, explicam e contam o seu percurso histórico-conceitual, como descrito no início deste livro.

Na figura apresentada, destacaram-se as duas formações discursivas com uma intersecção, uma vez que elas se relacionam com as formações ideológicas que as circundam. Assim, o sentido é construído inclusive ideologicamente. Existe um traço ideológico que separa a Arquivística moderna da pós-moderna, mas isso não ocorre nas palavras ou nos conceitos, e sim na discursividade. Ou seja, só se pode dizer isso pelo histórico que foi construído ao longo do livro, o discurso é a materialidade desses traços histórico-conceituais demarcados pela atuação da ideologia. De um lado, o arquivista visto como um agente passivo, incluindo o processo de representação da informação. Do outro, o arquivista compreendido como um agente ativo do processo de organização e significação dos arquivos.

Demarca-se a atuação da ideologia na discursividade, analisando alguns enunciados fundadores nas tradições estudadas e fazendo um paralelo entre o enunciado como entendido pelos autores chave e aquele que foi aplicado na realidade da representação.

Em uma rede de discurso, podemos destacar as seguintes características da discursividade arquivística, uma vez que se percebem, no percurso histórico, duas formações discursivas que definem o discurso em "tradicionalista" e "reformista".

Em uma relação do arquivo da Arquivística, tipificamos as formações do seguinte modo:

- **Formação discursiva 1** – Os arquivos e os arquivistas são vistos como guardiões/custodiadores de documentos, ocorrendo apagamentos e buscas pela supressão, nesse discurso, da ação ideológica e da positividade teórica. A teoria e os arquivistas são percebidos enquanto agentes passivos da organização arquivística, discurso marcado pelo modo tecnicista e cientificista. Relações com a Ciência da Informação e Documentação, Administração e História. A Arquivística, os arquivos e o arquivista são vistos como parte de um desenvolvimento contínuo e evolucionário da prática. Naturalidade e neutralidade são os objetos centrais da metodologia de tratamento, organização e representação, ou seja, o arquivo/Arquivística enquanto parte do apagamento da ação da ideologia.
- **Formação discursiva 2** – Preocupações sociais e políticas. Os arquivos enquanto ações/estruturas cruciais para a cidadania e a transparência do Estado. Participação da sociedade no desenvolvimento e no acesso aos arquivos. Relações com as Ciências Humanas, a Filosofia e a informação/o conhecimento. Busca por rupturas e reformas conceituais no âmbito teórico e institucional arquivístico. Busca por relações interdisciplinares, a fim de dar à área o *status* de disciplina e ampliar seu horizonte teórico. As tecnologias enquanto um agente transformador da realidade arquivística. O arquivo enquanto ação de uma ideologia.

Em uma representação gráfica, as relações "disciplinares" de ambas as formações discursivas figurariam deste modo, formando um arquivo (o que pode ser dito) em Arquivística:
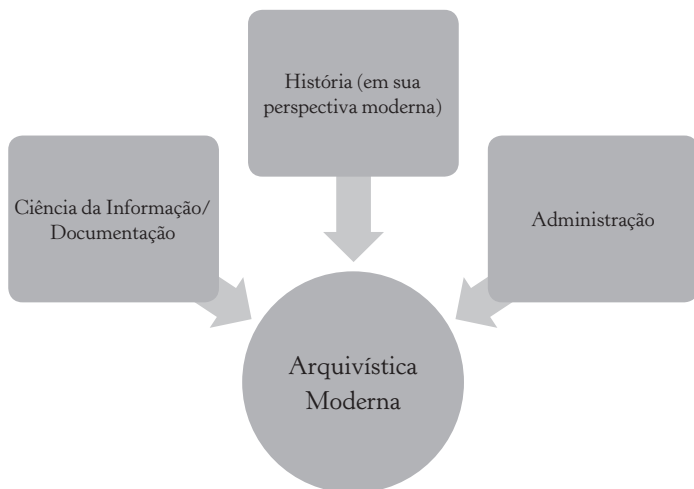
Figura 2 – Relações de arquivo da Arquivística moderna (elaborada pelo autor).
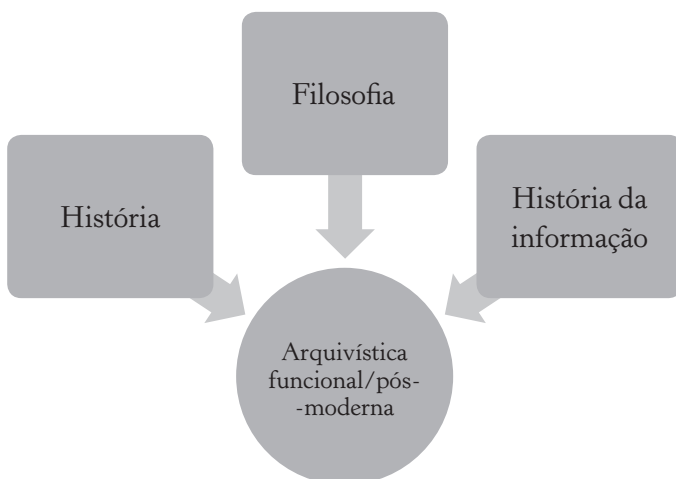
Figura 3 – Relações de arquivo da Arquivística funcional pós-moderna (elaborada pelo autor).

Portanto, percebe-se que essas duas formações discursivas relacionam-se com outras em rede, ou seja, são nutridas por outras formações que, em um tecido discursivo amplo, relacionam-se com a formação ideológica.

Os conceitos estão dispostos e são utilizados de formas diferentes. Assim, as formações discursivas associam-se aos campos de saber de formas distintas, os qualificadores e suas instâncias de legitimação diferem. A representação arquivística, por exemplo, surgirá em um contexto diferente em cada uma das formações discursivas; na primeira, privilegia-se a organização por fundos e descritores normalizados; a segunda, por sua vez, busca rearranjar e redefinir o princípio de proveniência, a fim de aplicar organizações como aquela por séries, ou seja, o efeito produzido nos enunciados é diferente e inscreve-se nos textos de forma díspar.

Assim, a Arquivística, enquanto instância discursiva, apresentará marcas em seus enunciados em ambos os lados, perspectiva que será discutida a seguir.

Representação arquivística: formações teóricas

Como abordado ao longo dos capítulos anteriores a respeito das tradições estudadas, a partir das décadas de 1970 e 1990 tem-se a sua ampliação e reconfiguração, e é nesse período que os autores selecionados publicaram suas obras.

Fundamentalmente, todos os autores selecionados para análise dos enunciados tiveram suas obras publicadas entre os anos de 1980 e 1990, demarcando de maneira indelével esse momento de mudança na teoria arquivística.

Em um primeiro momento, descreveremos nesta parte os enunciados dos autores mencionados a seguir em relação à representação. Construído nosso *corpus* de análise, passaremos às análises propriamente ditas. Evidentemente, Antonia Heredia Herrera e José Ramón Cruz Mundet foram selecionados porque representam um recorte significativo na disciplina ao longo das décadas de 1980

e 1990, ou seja, eles e suas obras demarcam a construção teórica da Arquivística na Espanha, Heredia Herrera durante a década de 1980, Cruz Mundet, na década de 1990. Obviamente, eles não são os únicos, porém, mais do que os enunciados ou as obras deste ou daquele autor, o objetivo é analisar o discurso, que remete para além do próprio texto.

A presença de determinadas posições, em diferentes contextos, é bem marcada pela própria construção das Ciências Humanas e Sociais, e a Arquivística não escapa delas. É possível dizer, com base em Baronas (2011) e Foucault (1997), que processos discursivos, os quais perpassam os conceitos e os objetos da Arquivística, possuem em sua discursividade uma liberdade condicionada, por terem passado pela regulação própria da atividade "política" do discurso das ciências, a qual legitima cada discurso efetivamente dito, determinando como e o que pode ser dito por um sujeito (compreendido com uma posição), com um método aceito, inserido na verdade de uma época.

A Arquivística espanhola tem se baseado, em maior grau, na construção por meio de manuais, ou seja, a teoria espanhola tem se fundamentado em "modos" de organizar arquivos. Nesse sentido, ambas as obras analisadas têm essa característica de manual, e no próprio histórico da tradição espanhola é possível perceber essa característica.

As obras desses autores que focamos foram: o primeiro manual de *Archivística Geral*, de Herredia Herrera, e o manual *Archivística*, de Cruz Mundet. Evidentemente, essas obras não constituem a totalidade da produção desses autores, porém representam um recorte significativo, na medida em que abordam boa parte dos temas centrais da Arquivística, nos momentos em que foram escritos ou atualizados.

Diferentemente dessa tradição espanhola, vê-se, no desenvolvimento teórico canadense, que os autores não visam a construir ou estabelecer obras com o intuito de dizer "tudo o que se pode saber" sobre Arquivística. Ao contrário, existe uma incompletude, e a teoria é estruturada ao longo da publicação de uma série de artigos, na maioria, em revistas profissionais.

Comentou-se, no capítulo a respeito da Arquivística canadense, que Hugh Taylor tenta reconhecer padrões e buscar, dentre outras coisas, uma integração maior e mais dinâmica entre a gestão de arquivos e os arquivos histórico-culturais. Nesmith (2014) e Cook (2013) dizem que o desenvolvimento da macroavaliação e da perspectiva pós-moderna não seria possível sem os artigos publicados por Hugh Taylor durante as décadas de 1980 e 1990. É justamente devido a essa percepção que se consideram seus artigos como parte fundamental do desenvolvimento teórico ocorrido no Canadá, para abertura dessa "nova" formação discursiva.

A dinâmica da obra do autor é crítica e ampliadora. Retomando o que foi dito anteriormente, ele busca desmistificar preceitos estabelecidos nas décadas anteriores e encarar a incipiência dos modelos de avaliação e descrição: "nossos inventários que mal arranham a superfície das valiosas e recuperáveis informações sob nossa custódia" (Taylor, 1984, p.30, tradução nossa).

De Taylor analisam-se artigos publicados no periódico *Archivaria* e *American Archivists*, do final da década de 1970 até começo dos anos de 1990, direta ou indiretamente, quais sejam: "The archivistis, the latter, and the spirit"; "Chip monks at the gate: the impact of technology on archives, libraries and the user"; "Documentary art and the role of the archivist"; "Information ecology and the archives of the 1980s"; "Recycling the future: the archivist in the age of ecology"; "Transformation in the archives: technological adjustment or paradigm shift".

Analisam-se também os artigos publicados por Terry Cook entre o início dos anos de 1980 e final dos anos 2000, publicados nos periódicos *Archivaria*, *Archival Science*, *American Archivists*, em geral relacionados à representação e descrição, visto que Cook é, nesse período, o autor que busca estabelecer algumas balizas teóricas a respeito dessa perspectiva pós-moderna/funcional. São eles: "From information to knowledge: an intellectual paradigm for archives"; "Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts"; "Fashionable nonsense or professional

rebirth"; "What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift"; "Media myopia".

Em relação à realidade brasileira, analisam-se dois autores comparativamente bastante diferentes: José Maria Jardim, com dois importantes livros: *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil* e *Transparência e opacidade do Estado no Brasil*: usos e desusos da informação governamental; Heloisa Belloto, de quem analisamos a obra *Arquivos permanentes:* tratamento documental.

No caso brasileiro, buscamos estabelecer em quais dessas formações discursivas percebem-se esses autores e quais são as suas filiações teóricas no tocante à representação, como parte nuclear da Arquivística.

Apesar de não ser o tema central dos livros de Jardim, seu trabalho é provavelmente o que mais se aproxima, na realidade brasileira, da segunda formação discursiva, tendo em vista que percebe a atuação do Estado na construção do valor dos arquivos e da Arquivística.

De início, será feita a análise de alguns enunciados que têm relação com a formação discursiva 1, na medida em que pressupõem um ato de formulação, de cujas funções relacionadas à representação constitui parte importante. "A classificação seguindo o princípio de proveniência precisa de seu planejamento material em um esquema ou quadro que não é outra coisa senão a estrutura para sistematizar cada fundo em suas seções e séries" (Herredia Herrera, 1995, p.267, tradução nossa).

"Classificar consiste em agrupar hierarquicamente os documentos de um fundo mediante grupos ou classes, dos mais amplos aos mais específicos, de acordo com os princípios de proveniência e ordem original" (Cruz Mundet, 2001, p.238, tradução nossa).

Por fim: "A descrição é uma tarefa típica dos arquivos permanentes. Ela não cabe nos arquivos correntes, onde seu correspondente é o estabelecimento dos códigos do plano de classificação – que acaba por servir de referência para a recuperação da informação –, assim como outras categorias de controle de vocabulário e indexação que se usem para o mesmo fim" (Bellotto, 2004, p.173).

É típico dos manuais de Arquivística buscar definir e preestabelecer fórmulas para as funções, fazendo ligação direta com a prática nos arquivos. O procedimento de enunciação se estabelece de forma estéril, quase dizendo que aquele é o único caminho para a organização e a representação arquivística. "A classificação, seguindo o princípio de proveniência, [...] não é outra coisa senão a sistematização por fundo", e ainda: "a descrição tem a função enunciativa de fundamentar a prática de classificação, justificando uma determinada posição e ação".

Em resumo, na medida em que se pressupõem os arquivos como naturais e neutros, as funções deverão, evidentemente, corresponder a essa expectativa, ou seja, existe uma legitimação, por parte da Arquivística. Há aqui uma relação intradiscursiva entre esses textos, escritos em períodos e situações distintas, na medida em que se inscrevem na mesma formação discursiva.

Pode-se estabelecer a seguinte oposição nos enunciados a seguir:

> Sabendo que a principal função dos arquivistas é proceder ao acesso aos documentos e que isso se dá por meio dos instrumentos de descrição, exigem-se, anteriormente, a classificação e a ordenação, sendo óbvia a importância fundamental das operações ou atividades que nos ocupam. (Herredia Herrera, 1995, p.254, tradução nossa)

> Qualquer que seja a orientação do trabalho histórico, o pesquisador necessita de que o texto seja colocado ao seu alcance. Cabe portanto, ao elaborador da descrição, apreender, identificar, condensar e, sem distorções, apresentar todas as possibilidades de uso e aplicação da documentação por ele descrita. (Bellotto, 2004, p.177-8)

> O trabalho do arquivista precisa revelar-se ao historiador desde o seu primeiro momento no arquivo; é esse trabalho que deve proporcionar o encontro satisfatório entre o pesquisador e o documento, através dos instrumentos de pesquisa. (Bellotto, 2004, p.176)

Os três enunciados expressam posições convergentes, na contemporaneidade, em relação ao que já foi dito sobre os arquivistas

e suas atividades no século XIX, ou seja, trata-se de um discurso que visa a reforçar o percurso da Arquivística, não permitindo o seu apagamento. A pergunta que se deve ter em mente é: A quem serve essa posição? O que se legitima a partir dela? O próprio enunciado responde: "Como os depósitos de arquivos, obviamente, nunca são de livre acesso, seu potencial de informações só chega ao usuário via instrumento de pesquisa" (Bellotto, 2004, p.179).

O arquivista, nesse caso, ainda é visto como o guardião de documentos, embora esse enunciado esteja de algum modo suprimido. Nesse sentido, o guardião de documentos é o não dito, perspectiva clássica na atualidade.

A função enunciativa permanecerá a mesma:

> Assim, em qualquer quadro, devemos distinguir sempre os níveis ou estados: o primeiro se identifica com a estrutura ou funcionamento da instituição (por exemplo, seu organograma: órgãos e funções) e corresponde às seções e subseções. O segundo nível equivale às séries documentais, dizendo os testemunhos de atividades derivadas daquela estrutura. (Herredia Herrera, 1995, p.268, tradução nossa)

> A descrição documental compreende não somente a análise dos documentos: seus tipos, tanto diplomáticos como jurídicos, seus conteúdos, seu lugar e a assinatura de sua redação e seus caracteres externos, como também seus dados para localização. A descrição é necessária tanto para um arquivo administrativo como para um arquivo histórico, embora sua prática possa representar algumas variantes. A descrição definitiva é o meio utilizado pelo arquivista para obter a informação contida nos documentos e facilitar o acesso a eles. (Herredia Herrera, 1995, p.300, tradução nossa)

> A descrição dos documentos consiste na parte culminante do trabalho arquivístico e vem coincidir exatamente com a finalidade da própria documentação: informar. Se está classificada, ordenada em definitivo, conservada, é porque contém informação. [...] É

> uma tarefa primordial do fazer arquivístico e uma consequência irredutível da organização dos fundos. (Cruz Mundet, 2001, p.255, tradução nossa)

Nesses enunciados, a posição é de convergência para a tipificação da descrição enquanto um processo que consiste "na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados" (Bellotto, 2004, p.179).

A descrição e o acesso são compreendidos como atividades finais. Evidentemente, esse acesso é visto como parte crucial da atividade arquivística, mas ainda entendido como um subproduto de todas as outras funções. Os textos, nessa perceptiva, constroem-se "passo a passo".

"Os instrumentos de pesquisa são vitais para o processo historiográfico. Escolhido um tema e aventadas as hipóteses de trabalho, o historiador passa ao como e ao onde. Diante de um sem-número de fontes utilizáveis, a primeira providência, pela própria essência do método histórico, é a localização dos testemunhos" (Bellotto, 2004, p.174).

Repetem-se certas posições em enunciados distintos:

> A elaboração dos instrumentos de pesquisa *deve ser* sucessiva, partindo do geral para o parcial. Dada a necessidade de se fornecer, antes de qualquer particularidade, uma visão geral dos fundos do arquivo, seus serviços e possibilidades de acesso, o primeiro instrumento a ser elaborado deve ser o guia. Os instrumentos parciais (referentes a fundos determinados ou partes deles), como inventários e catálogos, podem ser feitos concomitante ou sucessivamente. (Belloto, 2004, p.220, grifo nosso)

> Para se conseguir, a descrição *deve ser*:
>
> Exata, enquanto os documentos não são algo impreciso, são testemunhos únicos e concretos.
>
> Suficiente para a unidade que se está informando (arquivo, fundo, série ou documento), sem oferecer mais do que o necessário, por excesso ou por falta.

> Oportuna enquanto tem que refletir uma programação que marque a hierarquia da informação.
>
> (Herredia Herrera, 1995, p.301, tradução e grifo nossos)

No gesto de leitura, começamos a reconhecer padrões. Nesse caso, o texto explicita claramente que a descrição deve partir do geral e ir para o particular, deve ser exata, suficiente. O texto, antes de ser científico, é cientificista, ou seja, existe a intenção de tornar-se ciência, acima de qualquer circunstância. A descrição é compreendia de um modo único e unilateral. O acesso aos arquivos só é possível se há a descrição a partir de determinado preceito. Tudo na Arquivística moderna é passível de ser quantificado, descrito e definido. Trata-se de uma ciência em si mesma e, portanto, suas regras são universalmente aplicáveis.

Continuando:

> *Sem uma descrição adequada*, os arquivos são como uma cidade desconhecida sem um plano, como o cofre de um tesouro sem a chave,[...] o mesmo que uma viagem com um mapa inexato correndo o risco de perder-se. Assim, um instrumento de descrição errado ou imperfeito pode enganar gravemente o investigador, seja por falta de interpretação de outros dados, seja por falta de informações referentes à origem ou história dos documentos. (Cortes, apud Herredia Herrera, 1995, p.301, tradução e grifo nossos)

> *As premissas de caráter teórico* [para a descrição] podem ser resumidas nos seguintes pontos:
>
> 1. De acordo com o princípio da proveniência, a descrição se dispõe e exibe do geral para o particular.
> 2. Quando é necessária em todos os níveis do ciclo de vida, esses princípios são concebidos para os documentos selecionados e organizados, quer dizer, de conservação permanente.
> 3. A unidade de descrição mas ampla é o fundo, cujas partes constituem níveis subsequentes.
> 4. Estabelece-se um modelo hierárquico dos níveis de organização do fundo e das partes que o constituem, os quais são seus

> níveis de descrição. (Cruz Mundet, 2001, p.260, tradução e grifo nossos)

A descrição deve ser feita de modo adequado. Ela é a chave, a ponte, o plano para o acesso seguro aos documentos e aos instrumentos de pesquisa, pois eles não podem estar errados nem imperfeitos. Toda descrição deve ser feita seguindo as normas, e a base correta e fundamental para que assim seja é a compreensão da proveniência dos documentos de arquivo. A Arquivística moderna é assim: um simulacro conceitual da própria prática arquivística.

Considera-se que as formações discursivas funcionam em uma relação de arquivo, já que o arquivo da Arquivística moderna permite isso. Nas discussões sobre o percurso da disciplina nos contextos espanhol e brasileiro, por exemplo, percebe-se a legitimação profissional e técnica da Arquivística. Ou seja, a positividade, a cientificidade e a naturalização dos processos de tratamento servem, enquanto discursos, aos profissionais e às instituições arquivísticas.

> Em teoria, a normalização, para o profissional de arquivos, é a *piedra de toque* para seu trabalho, especialmente no que se refere à descrição, e não devido às ordenações. Ela veio para provar que o arquivista teria que fazer *da norma seu evangelho.* Ainda não foram rentabilizadas as possibilidades de trabalho arquivístico, e pretende-se incorporar agora o *milagre da informática* para salvar seu futuro. (Herredia Herrera, 1995, p.317, tradução nossa)

> Em resumo, a normalização é possível e necessária por razões de custo, cooperação, compreensão e comunicação. As normas descritivas são um cânone de comunicação entre criadores de documentos, gestores de informação e usuários. O seu desenvolvimento facilita a compreensão dos instrumentos, da natureza dos documentos e do seu conteúdo, dos benefícios econômicos que derivam da normalização e de outros âmbitos da atividade humana, além de favorecer o desenvolvimento arquivístico e, por fim, agilizar a cooperação entre os arquivistas, assim como entre os demais profissionais da informação. (Cruz Mundet, 2001, p.257, tradução nossa)

Ainda que, em seu discurso neutralizante e cientificista, a área tenha avançado e refinado técnicas funcionais para o tratamento dos arquivos, em termos conceituais e discursivos ainda se fala da mesma coisa. A naturalização, como aquela feita por Jenkinson, no início do século XX, permanece. A dinâmica por trás da descrição normalizada continua a mesma do fundo e da proveniência, mais um conceito físico do que um conceito virtual e dinâmico.

Compreende-se que a Arquivística está impregnada do que Foucault (1997) enuncia como positividade. Segundo o filósofo, positividades não configuram campos de saber, mas conjuntos enunciativos e de objetos que se configuram e se constroem buscando o saber científico e o *status* acadêmico que lhes é proporcionado. Arqueologicamente, desvendar essas posições é uma análise do discurso.

> [...] A Isad(G) é influenciada por três precedentes nacionais: o MAD2 [Manual for Archival Description 2 Edition] inglês, a RAD [Rules for Archival Description] canadense e o APPM [Archives, Personal Papers, and Manuscripts] norte-americano, os quais coincidem em considerar a proveniência e o fundo como bases para a descrição. O primeiro toma o conceito de descrição multinível, e todos coincidem nos elementos integradores, embora a distribuição seja diferente. A influência mais decisiva de todos os outros modelos é o conceito de encabeçamentos autorizados que a MAD2 não havia previsto, mas seus autores recomendam incluir. (Cruz Mundet, 2001, p.270, tradução nossa)

> [Sobre a Isaar(CPF)] O objetivo desta norma é oferecer regras gerais para o estabelecimento de registro de autoridades para entidades, pessoas e famílias; prevê ainda o futuro desenvolvimento de outras. Essas regras permitem estabelecer termos normalizados utilizados como pontos de acesso na descrição e, ao mesmo tempo, associar a esses termos informações que podem ajudar os usuários a compreender seu significado. As regras também servem para a criação de eixos entre os diferentes registros de autoridade. (Cruz Mundet, 2001, p.272, tradução nossa)

> A descrição é a parte da tarefa arquivística que engloba as diversas atividades empregadas pelo arquivista para elaborar instrumentos que facilitem o acesso aos fundos, isto é, os pontos de acesso. (Cruz Mundet, 2001, p.278, tradução nossa)

A descrição é uma função fundamental para a metodologia de tratamento dos arquivos. Não à toa, em sua perspectiva moderna, essa será a primeira função a ser normalizada. A normalização da descrição significa, em uma perspectiva do discurso positivo, um passo à frente rumo à sua cientificidade e à caracterização da Arquivística enquanto uma disciplina do saber.

Assim, o uso institucional das "metodologias" desenvolvidas teoricamente legitima-as, ou seja, quando o Arquivo Nacional brasileiro utiliza a Nobrade para descrever seus fundos, está legitimando e "experimentando" a norma desenvolvida no âmbito do planejamento e da teoria. Normalizar significa estabelecer parâmetros e pontos. Nas formulações enunciativas, interpreta-se como uma maneira de facilitar o acesso ao documentos de arquivo. Mesmo quando se discute a norma como uma "evolução" do tratamento arquivístico, ela ainda permanece como a única base, o único modo de conceber a descrição.

Apesar de, "teoricamente", falar-se de diferentes situações, em termos de discurso ainda se comenta a mesma coisa: uma área calcada em uma percepção estreita de seus próprios conceitos.

A Arquivística moderna serve, antes de tudo, ao próprio Estado no qual se fundamentou. Só se fala em Arquivística com o surgimento do Estado moderno. É dificícil falar de teoria arquivística antes desse momento, porque ela serve a esse Estado. Pode-se dizer que períodos anteriores a esse, em uma perspectiva foucaultiana, são a pré-história da Arquivística. O sentido atribuído aos conceitos é construído, discursiva e historicamente. As posições enunciativas confluem e remetem a posições anteriores, numa perspectiva de justificação, ou de superação. Possibilita-se o acesso aos documentos, mas enviesado. Existe sim, portanto, na teoria arquivística, a atuação do prisma do poder/da ideologia.

A positividade própria da Arquivística moderna serve ao Estado no qual ela foi criada, porém, esse Estado modificou-se, bem como a sociedade na qual os arquivos existem, ou ainda estamos falando do mesmo apagamento? O conceito de fundo é uma construção que, na Arquivística moderna, é vista como o único caminho possível para a organização de arquivos.

No percurso histórico efetuado anteriormente neste livro, considerou-se Hugh Taylor um dos precursores de uma "nova" Arquivística, visto que o autor pretende, em seu discurso, estabelecer que os modelos de sua época poderiam estar errados em relação à classificação/ao arranjo. Em sua visão interdisciplinar dos arquivos, o autor visa a alertar que os modelos de tratamento poderiam estar errados.

A percepção de textos quase da mesma época, porém de realidades diferentes, é exatamente contrária à de Taylor. No texto de Herredia, por exemplo, os moldes para a classificação e a compreensão do conceito de fundos permanecem inalterados. Percebe-se aqui o início de uma fissura e de uma mudança de terreno.

> O arquivista por muito tempo tem visto os documentos públicos como um quebra-cabeça correlacionado, com uma solução predestinada baseada na articulada derivação da burocracia industrial. A reconstrução é satisfatória (ou parece ser) e a resposta, correta. Os "fundos" e "ordens originais" são dados. A coleção manuscrita pode ser como um quebra-cabeça feito à mão, tão bem definido que várias peças são postas corretamente em diferentes lugares, seguindo um padrão. [...] A ordem final é mais idiossincrática, refletindo um arranjo/uma classificação dos diversos possíveis e, talvez, um arranjo distorcido. (Taylor, 1987-1988, p.19, tradução nossa)

Nesse enunciado, é visível uma mudança na tônica da conceituação a respeito da classificação, da cientificidade e do estabelecimento do modo de fazer dos textos anteriores, conceituação que não abria espaço para dúvidas ou para sugerir que os estudos arquivísticos deveriam tomar um rumo diferente.

Assim, a partir de Taylor e de outros autores contemporâneos, como o australiano Peter Scott, o discurso teórico arquivístico transforma-se em reformista e interdisciplinar. Esses autores constatam que o ferramental disponível aos arquivistas deixará de surtir efeito efetivamente.

> Talvez precisemos abandonar categorias antigas e hierarquias na criação dos documentos. Será relevante, talvez, que a controvérsia do grupo de arquivo/série documental que iniciou o processo de tornar o arranjo, a descrição e o acesso mais flexíveis tenha emergido na época em que os computadores começaram a desafiar os arquivistas, porém estes podem não ser a página impressa por máquina. A página impressa permaneceu quase a mesma por quinhentos anos e a conexão permaneceu a mesma do manuscrito antes disso. (Taylor, 1997-1998, p.20, tradução nossa)

Assim, o discurso relacionado ao uso de tecnologias para a produção de documentos transforma-se em tema recorrente nos textos de teoria arquivística e o início de uma busca por soluções torna-se objeto central dessa formação discursiva reformista na Arquivística.

Taylor percebe a imposição externa à Arquivística da dicotomia informação/conhecimento, tratando a situação do mundo, na década de 1980, como uma quebra de paradigma e chamando a atenção para a interdisciplinaridade.

> Hoje estamos enfrentando uma ruptura nesse tipo de "teoria do conhecimento" baseada em um ideal de autonomia científica e "nos conceitos fundamentais das naturezas das coisas". Todas as velhas categorias estão sendo corroídas. As atividades interdisciplinares, a ordem do dia e os dois significados de "ordem" tornam-se significativos. Todas essas mudanças estão tirando o pó dos arquivistas, no mesmo momento em que normas de descrição/arranjos arquivísticos estão surgindo, por meio dos requisitos da

> mesma automação, implodindo informação e auxiliando na quebra descrita. (Taylor, 1997-1998, p.14, tradução nossa)

A posição é diferente. Pode-se falar, portanto, de uma nova formação discursiva. As mudanças externas à teoria arquivística levam ao deslocamento da sua base para além dos manuais e para uma relação interdisciplinar, diferente daquela descrita na Arquivística moderna.

> O livro, ou, ao que importa, um corpo bem organizado de papéis, é um formato brilhantemente efetivo: a descrição do meio ideal de comunicação é quase a descrição de um livro. Este é um modo adequado de demonstrar suas propriedades de portabilidade, conveniência e simplicidade de acesso, e assim por diante: textos completos automáticos, resumos, tabelas, planilhas imitam o livro, e o "menu" relaciona-se diretamente à escolha culinária em um cartão familiar de um restaurante. Trabalhamos com coisas que já conhecemos; o arranjo alfabético e o extensivo uso de indexadores vieram na forma da paginação uniforme que a prensa tornou possível; o aparelho continua conosco nas telas de nossos terminais. Não devemos assumir essas formas, que admiravelmente servem ao livro e permanecerão para sempre. (Taylor, 1987-1988, p.20, tradução nossa)

O imperativo tecnológico é, no nível discursivo, a matriz da mudança de posição teórico-prática, levando à constatação das limitações da atuação dos instrumentos de pesquisa e sistemas de classificação. Desaparecem as definições conclusivas ou o uso de persuasão como base da construção textual. As paráfrases, metáforas e ironias tornam-se mais frequentes, e o texto desses autores tem sua relação polifônica alterada.

> Penso que devemos admitir que a maioria dos inventários são controles documentais *snapshots* dos volumes e caixas nas prateleiras com uma extensa descrição das características físicas dos

> documentos. O usuário é misericordiamente ignorante do *backlog* e estava contente em minar as correntes disponíveis de informação. Existia ainda um senso de grande satisfação em esbarrar em algum material sobre o qual os instrumentos de pesquisa mantinham-se em silêncio, um direito prioritário, ao menos por um tempo, em descobrir. O sucesso ocorria sem o arquivista, e isto fazia parte da graça. (Taylor, 1987-1988, p.22, tradução nossa)

A importância de Taylor para a Arquivística canadense reside justamente na percepção de que os modelos anteriores não funcionam e de que caberá ao arquivista "do futuro" responder a essas novas expectativas. Na busca por relações interdisciplinares, o autor pondera:

> Eu não tenho dúvidas de que o mundo dos bibliotecários é dividido pela escolha do método científico que deve tornar-se regra. Para nós, arquivistas, os bibliotecários dividem a multimídia *corpus* da informação registrada, e é tentador falar de Ciência Biblioteconômica e Arquivística, quando seria mais preciso falar de duas tecnologias e seus sistemas [...]. Contudo, a raiz da *scientia* é o conhecimento, não só a ciência, que vem de *sapientia*, "sabedoria". Mas tentamos cada vez mais adequar conhecimento e conhecimento científico, para a exclusão do conhecimento construir-se sobre a informação enquanto ideia. Wright, em uma extensa investigação a respeito da filosofia bibliotecária, ressalta: "Kaplan consistentemente argumentou que a Biblioteconomia é uma disciplina intelectual baseada no estudo das ideias, não uma disciplina empírica baseada no estudo científico dos fatos". Isso, em um sentido menor, aplica-se à Arquivística, preocupada com a relação dos fatos e das ações no mundo real, nas transações entre as partes. É relevante que os estudos da Arquivística em descrição e avaliação tenham focado o propósito do documento de arquivo, em sua atividade/função, ao invés de perder-se no conteúdo. [...] Arquivistas e bibliotecários estão lutando por suas vidas num mundo de símbolos, e a tecnologia oferece uma ajuda limitada.

> Devemos desenhar nossos próprios barcos, cheios de humanismo e de uma nova cosmologia [...]. O que os arquivistas e bibliotecários serão nessa situação? Penso no que aconteceria se os monges nunca fossem sacrificados para o esquilos. (Taylor, 1990-1991, p.117, tradução nossa)

Esse conjunto enunciativo reforça a posição de paridade entre os arquivistas e os bibliotecários no que diz respeito à mudança tecnológica. Na medida em que se constata que as "velhas" metodologias não funcionam, buscam-se novas relações e reconfigurações de relações. Ou seja, em Taylor o discurso arquivístico torna-se reformista e interdisciplinar. Porém, ele lança o desafio, mas não aponta soluções.

É preciso enunciar a mudança epistemológica antes de readequá-la conceitualmente.

> Aqui, tem-se alguma coisa que se reafirma sobre as prateleiras cheias de documentos do governo, e outras instituições aprovadas ou ao menos toleradas pela sociedade, conjuntamente com indivíduos que deixaram sua marca de uma maneira em geral aceitável. Acreditamos que havia um material sólido provando as ações e as atividades sob nosso controle ao serviço do usuário, apesar de nossos sistemas de recuperação idiossincráticos, de nosso conceito limitado de descrição e de nossa insaciável sede de aquisição. Nós somos, em maioria, "*pessoas a favor do sistema*", com um pensamento conservador, se comparado a outros, quando devemos decidir o que constitui nosso patrimônio documental. (Taylor, 1997, p.2, tradução nossa)

Nesses enunciados, chama-se a atenção em especial para "pessoas a favor do sistema". A oposição a isso seria "pessoas contra o sistema". Dado o contexto, percebe-se que o autor quis dizer que talvez a resistência do arquivista a mudanças tenha relação com a noção política à qual ele está afiliado, ou seja, uma vez conservador, assume certas posições, em detrimento de outras.

Ao sinalizar essa questão, Taylor (1979) chama novamente a atenção para a sua perceptiva discursiva de mudança e ampliação do *status quo* da Arquivística. Para finalizar, o autor dirá, ao final da década de 1970, que é tempo de discutir convenientemente sobre "os arquivistas, como Noé, recebendo documentos de todos os tipos e naturezas, descrevendo e classificando em suas arcas" (p.420, tradução nossa).

Retomando o que já foi discutido, Terry Cook representou, entre o final dos anos de 1970 e o início dos anos de 1980, uma voz contrária à visão de Arquivística então em voga no Canadá, o chamado *total archives*. Para o autor, esse tipo de ideia envolve concepções como a de proveniência e ordem original e acaba por descaracterizar conceitos fundamentais da Arquivística, uma vez que os arquivos eram compreendidos e organizados não pela proveniência ou pelo conjunto documental, mas pelos suportes, tendo em vista que recebiam todos os tipos de documentos, em todos os suportes.

Na época, o autor escreveu: "por nossa conta, a evolução e a transmissão de arquivos cumpriram alguma função. *Devemos deixar claro que a única base correta para o arranjo é a exposição dos objetivos para os quais os arquivos foram originalmente criados*" (Cook, 1981, p.157, tradução nossa).

Ressaltando que todos os arquivos deveriam ser organizados do modo "tradicional", o que leva esse autor a mudar sua posição em relação aos arquivos? Basicamente, a percepção de que a proveniência e o contexto têm, sim, lugar privilegiado na teoria e na prática da Arquivística. Era necessário, porém, mudar de posição.

Alguns anos mais tarde, Taylor, com seu discurso reformista, torna-se uma das vozes centrais da disciplina, e Cook, um dos seus maiores defensores. Mais do que falar de dois autores, comentam-se posições e acontecimentos. Ambos os pesquisadores só poderão tomar essas posições na década de 1980, porque se encontram em uma situação favorável.

Devido à conjuntura discursivo-histórica, essa mesma posição seria impossível, na mesma época, no Brasil ou mesmo na Espanha.

Retomando Foucault (1997), não são os autores em si, mas suas posições é que são convergentes e favoráveis.

Em 1985, o percurso para a "nova" formação discursiva encontrava-se no auge, com a criação dos primeiros mestrados em Arquivística no Canadá. Primeiramente, ocorre a revisão das relações com a História.

> Qual é a contribuição única do arquivista e como o conhecimento histórico e de metodologia é essencial para o seu sucesso? Essa contribuição pode ser encontrada em três grandes áreas: no estudo dos documentos em contexto; na avaliação, na descrição e no cuidadoso conhecimento do valor informativo encontrado em documentos individuais; e no desenvolvimento da teoria arquivística dentro de um campo mais amplo das Humanidades e das Ciências Sociais. (Cook, 1984-1985, p.40, tradução nossa)

A Arquivística, no Canadá, discute, durante boa parte da década de 1980, a formação do arquivista, as disciplinas e relações importantes, o papel da história e de disciplinas correlatas à Arquivística. Os autores, devido ao percurso da disciplina no país, sempre retomam ou redefinem as relações entre ambas. A história do documento de arquivo será sempre parte nuclear da Arquivística canadense.

> Sem o conhecimento histórico, o trabalho em Arquivologia, o conhecimento arquivístico da história e da natureza dos documentos de arquivo, a aquisição, a seleção, o arranjo e a descrição, assim como o serviço arquivístico, seriam profundamente superficiais. Sem esses conhecimentos, os arquivistas se transformariam em operadores de estoque, movendo caixas, fitas, armários e discos, em termos relativos, como nenhuma compreensão dos seus conteúdos ou dos seus contextos. (Cook, 1984-1985, p.42, tradução nossa)

Essa acepção reforça a importância dada às relações com a História, e o histórico, na Arquivística canadense, proporciona a condição

para o aparecimento e a discussão da Arquivística pós-moderna/funcional.

Em síntese, são essas as características que levam ao aparecimento da Arquivística funcional: a predominância de estudos históricos e de uma relação estreita entre a historiografia e a Arquivística; a obra de Taylor e sua chamada a questões que vão além da visão tradicional de arquivos; a tendência canadense de investimento e manutenção de arquivos públicos; as características liberais e democráticas do Estado.

A década de 1990 representou, como dito anteriormente, um novo estágio para a Arquivística no Canadá e na Austrália, com o aparecimento do que Cook (2001), Hurley (2002), Harris (2000) e Raider (2009) chamam de um "novo paradigma", o que se pode chamar de "funcionalização" da Arquivística.

> Um século atrás, os princípios arquivísticos eram derivados das análises diplomáticas de documentos individuais ou de regras que tipificavam e dividiam o arranjo e a descrição de grupos ou séries fechadas por arquivistas de uma instituição de hierarquia estável. Uma perspectiva bem diferente agora é requerida. Por conta das inúmeras séries de documentos de arquivo produzidos em meios multimídia, da avaliação em organizações instáveis, porque elas com frequência devem ocorrer em sistemas computacionais, desenhados antes mesmo de um único documento ter sido criado, a moderna avaliação foca as funções e transações do criador de documentos, ao invés de documentos individuais ou seus usos potenciais. (Cook, 1997, p.45, tradução nossa)

É recorrente, então, no discurso reformista, que o imperativo tecnológico surja como o fundamento e o motivo para a busca e a redefinição conceitual. A análise funcional sistematicamente influenciará todas as funções arquivísticas, o contexto de proveniência, ao invés do fundo. A ordem original perde sentido, as descrições por fundo perdem sua utilidade. "O arranjo/classificação se concentrará menos nas entidades físicas e no suporte do documento de ar-

quivo, e mais em desenvolver sistemas de informação enriquecidos com o entendimento contextual de múltiplas instituições e pessoas que criam documentos de arquivos e sistemas de documentação e metadados computacionais" (Cook, 1997, p.47, tradução nossa).

A redefinição ocorre com todos os conceitos, e a função e a virtualidade conceitual tornam-se a base para o tratamento de arquivos. Os arquivistas não podem ignorar nem deixar de tratar os documentos eletrônicos, assim como esse tipo de conjunto de enunciados fará parte da formação discursiva recém-criada.

Dois textos são fundamentais nessa perspectiva pós-moderna, que sinalizam de forma clara, em comparação com os preceitos modernos.

> O papel da Arquivística num mundo pós-moderno desafia arquivistas em toda parte a repensar a sua disciplina e a sua prática. Uma profissão enraizada no positivismo do século XIX, muito mais do que em estudos anteriores ligados à Diplomática, resultou em estratégias e metodologias que já não são viáveis num mundo pós-moderno e computadorizado. (Cook, 2001, p.3, tradução nossa)

É assim que o autor inicia o texto intitulado *Archival science and Postmodernism:* new formulations for old concepts, o qual, juntamente com o texto *Fashionable nonsense or professional rebirth?*, irá, com todas as características discursivas possíveis, instaurar uma nova formação discursiva em Arquivística.

> O pós-modernismo, por implicação, questiona certas reivindicações centrais da profissão. Os arquivistas são neutros, guardiões imparciais da "verdade", como Jenkinson coloca; os arquivos, como documentos arquivísticos, são imparciais subprodutos de ações administrativas; a proveniência está enraizada no escritório ou no lugar de origem, mais do que no processo e no discurso de criação; a "ordem" e a linguagem impostas nos documentos através do arranjo e da descrição do arquivo são recriações sem julgamento de valor de alguma realidade anterior; nossa orientação fixada,

> física, focada na estrutura não precisa mudar quando confrontada com um mundo pós-moderno desestabilizado, virtual, descentralizado. A menos que a Arquivística possa se adaptar às realidades pós-modernas, a menos que ela possa se centrar numa teoria social e numa contextualidade histórica, a sua relevância para a profissão será cada vez mais remota. (Cook, 2001, p.17, tradução nossa)

Cook destaca o pós-modernismo como a base para o desenvolvimento de uma nova Arquivística, cujos fundamentos discursivos estão todos presentes nesse conjunto de enunciados, na busca pela superação da visão neutra e imparcial dos arquivistas, esses guardiões imparciais da verdade. O arquivo enquanto resíduo da atividade administrativa. A mudança de terreno é geral em relação às funções. É necessário, nesse novo contexto, adaptar a Arquivística a uma nova realidade discursiva e social. É o deslocamento e a promessa de uma (nova) formação discursiva.

Para essa nova formação discursiva, o arranjo/a classificação e a descrição funcionariam do seguinte modo:

> Arranjo e descrição: estarão menos concentrados em instituições e grupos de documentos físicos, que nada significam para os documentos eletrônicos, de qualquer maneira. Em vez disso, desenvolverão (e compartilharão com os usuários) entendimentos contextuais enriquecidos pelos múltiplos inter-relacionamentos e usos do meio social de sua criação, bem como a incorporação de um sistema de documentação arquivística relacional e metadados funcionais. (Cook, 2001, p.22, tradução nossa)

Comprova-se a mudança de terreno da Arquivística moderna para a Arquivística pós-moderna/funcional. Critica-se a "teoria arquivística". Porém, a Arquivística parece mais frequentemente equiparada por esses autores ao que os norte-americanos consideram a "teoria arquivística" e, de modo mais específico, aos conceitos relativos à disposição e à descrição de arquivos para proteger sua proveniência ou integridade contextual (Cook, 2001, p.12).

Nessa reinvenção das funções arquivísticas, é necessário redefinir a descrição e a classificação de documentos. Como a disciplina deve representar seu conteúdos de modos distintos, o uso da análise funcional, descrita anteriormente, modifica a estrutura de classificação e a lógica descritiva, na medida em que foca não o fundo (ou seja, a proveniência estática), mas o contexto e as funções. A descrição dever ser "continuamente reinventada e reconstruída, renascida" (Cook, 2002, p.34, tradução nossa).

Assim, o sistema de séries apresenta-se como uma saída para a Arquivística funcional.

> O sistema australiano é fundamentalmente a descrição da criação dos documentos de arquivo e dos processos de custódia, mais do que a descrição do documento de arquivo em si. A descrição pós-moderna irá, de maneira similar, refletir todas as sutilezas das novas estruturas funcionais das práticas de macroavaliação [...] destacando nos descritores a natureza complexa de governança e a marginalidade encontrada (ou não encontrada) nos documentos agora descritos. (Cook, 2002, p.33, tradução nossa)

A necessidade maior, mais do que de mudança de terreno, devido às novas características tecnológicas, é nas relações entre cidadão e Estado. Países como a Austrália e o Canadá buscam demonstrar, em suas avaliações, as descrições e classificações às camadas marginalizadas da sociedade. Assim, o discurso arquivístico transforma-se num discurso da liberdade e do Estado democrático.

> Como os arquivistas compreendem melhor o complexo arranjo dos documentos modernos, a cultura organizacional que os produziu, os sistemas pós-modernos de descrição irão mover-se para além do legado monolítico do passado da teoria arquivística. Da abordagem da "velha moda", "uma coisa, uma entrada", se eles querem satisfazer os pesquisadores é necessário compreender o contexto histórico dos documentos, das atividades que os geraram, da informação que eles contêm. Graças aos *insights* pós-modernos,

> esses contextos e aquelas atividades podem ser muito mais complexos do que os arquivistas em geral admitem. (Cook, 2002, p.32, tradução nossa)

Finalizando a análise da formação discursiva 2, pode-se dizer que, em uma relação de arquivo, essa formação guarda relações com a memória discursiva da Arquivística surgida nos países desenvolvidos e construída sob os pilares de um Estado democrático liberal. Ou seja, o terreno foi, durante as décadas de 1980-2000, favorável à instauração de um estado de crise e redefinição teórica da Arquivística.

Em comparação com a formação discursiva 1, o formato das enunciações difere. Enquanto uma busca reformar, outra procura construir; enquanto uma visa o *status* disciplinar, a outra almeja o *status* interdisciplinar. Porém, elas não são excludentes, ou uma representa um estágio mais elevado de desenvolvimento do que a outra. Ao contrário, tudo depende da posição histórico-discursiva, já que esta existe porque há uma conjuntura institucional, ideológica para a sua criação.

Nesse sentido, a obra de Jardim, ainda que não tenha sido dito, parece sinalizar não só o discurso reformista, mas também dá indícios de sua necessidade, na medida em que percebe a atuação do Estado, do poder e da ideologia no desenvolvimento (ou não) de políticas voltadas aos arquivos na realidade brasileira. Trata-se de uma obra mais geral e menos específica. Nos dois livros, não se identificam os termos pelos quais guiou-se o gesto de leitura dos autores anteriores. Porém, em termos discursivos, sua posição vai além da formação discursiva 1.

Desse modo, a "nova" realidade está presente em seu discurso, como na seguinte enunciação:

> Situada em polo diametralmente oposto ao da opacidade e construída por oposição a ela, a noção de transparência permitiria ancorar e fixar a representação de uma administração diferente, capaz de renovar profundamente o sentido das suas relações com a

> sociedade. A transparência torna-se o conceito chave para exprimir a dinâmica de evolução que afeta sistemas administrativos europeus e norte-americanos após os anos 70, gerando importantes reformas. A esse conceito estão associadas noções como "casa de vidro", "terceira geração de direitos do homem" e "democracia administrativa". Essa situação coincide com uma difusão mais global da transparência, um valor em ascensão nas sociedades contemporâneas. (Jardim, 1999, p.56)

A memória discursiva, sua relação de arquivo, evidentemente, não é a mesma daquela que descrevemos em Cook e Taylor, porém a posição do Estado é semelhante enquanto parte do problema para a elaboração de políticas arquivísticas. Percebe-se que a Arquivística aqui não está relacionada à mesma posição formativa que aquela descrita nos autores espanhóis, ou na obra de Bellotto. Para Jardim, em seu discurso, a opacidade do Estado brasileiro diz muito a respeito do incentivo dado aos arquivos e à Arquivística.

A falta de conhecimento, de recursos e profissionais diz algo a respeito da situação político-ideológica desse Estado, das suas características antidemocráticas, enfim, de uma gama de relações complexas e profundas externas à própria formação arquivística.

A quem serve a Arquivística passiva na realidade brasileira? Serve ao próprio Estado opaco que a criou.

> O tema da transparência adquire seu lugar de destaque no discurso administrativo em países da Europa ocidental, Estados Unidos e Canadá, tornando-se um dos valores essenciais aos quais a administração pública pós-70 é convidada a se referir. Por outro lado, configura-se um eixo privilegiado do reformismo administrativo que fez da transparência, o princípio, e do segredo, a exceção. (Jardim, 1999, p.55)

Qual a finalidade de um estudo que aborda a transparência num país recentemente democrático? É perceber as engrenagens do Estado, uma vez que, "sem uma mudança profunda nas estru-

turas administrativas, a noção de transparência não teria logrado a supressão dos princípios geradores de opacidade" (Jardim, p.66, tradução nossa).

Jardim busca fazer com a realidade brasileira o que Verne Harris fez com a realidade sul-africana e, por essas características, sua obra pode relacionar-se com a formação discursiva 2, uma vez que formações discursivas não constituem espaços fechados, como se pode constatar no seguinte texto:

> As reflexões quanto ao insulamento burocrático remetem-nos a um dos elementos fundamentais à compreensão do Estado contemporâneo no Brasil. [...] o insulamento burocrático, juntamente com o clientelismo, o corporativismo e o universalismo de procedimentos, formam quatro padrões institucionalizados de relações entre Estado e sociedade civil no Brasil. Clientelismo e insulamento burocrático constituem um binômio cuja configuração mostra-se intrínseca ao Estado brasileiro, inclusive com profundas repercussões na construção da sua opacidade. (Jardim, 1999, p.88)
>
> Atores sociais como o *administrador* e o *profissional da informação* – membros do *corpus* burocrático do aparelho de Estado – protagonizam e coadjuvam a construção e a permanência da opacidade informacional do Estado brasileiro ao longo do ciclo da informação arquivística. (id., ibid., p.171)

Sua posição parte da Arquivística moderna, mas vai além dela, focando no estudo do Estado brasileiro e em suas características. Entende-se, da bibliografia mais recente, com base em nossa análise discursiva, que é um dos autores que se afastam da Arquivística moderna.

Ao longo desta parte, analisamos os caminhos do discurso na Arquivística pós-moderna e na moderna, tipificando relações e diferenças no que se relaciona a discursos e abordagens em relação à representação arquivística e além dela.

O capítulo iniciou-se com as formações discursivas e suas relações de arquivos, e foram demonstradas tais acepções com a análise

dos enunciados selecionados. O *corpus* consituiu um recorte, no universo teórico da Arquivística, porém representa discursos que se repetem e remetem a outros numa relação entre os textos e seus contextos, ou seja, existirão outros textos, no conjunto teórico da Arquivística, que irão se repetir e se referenciar em uma relação polifônica e de paráfrases, própria do discurso científico.

Qual é o reflexo desses discursos no nível institucional? É o que vamos discutir a seguir.

A representação arquivística: formações institucionais

Seguindo a ordem adotada nos capítulos anteriores, nesta parte discorreremos a respeito da representação arquivística no contexto institucional, primeiramente no arquivo espanhol selecionado. Entende-se que existe uma semelhança entre o discurso institucional, no nível das políticas, e aquele construído no nível teórico.

O Archivo Histórico Nacional, arquivo público criado no século XIX, foi fruto das mudanças estatais ocorridas na Espanha, já destacadas anteriormente. Analisando seu plano de classificação, consultado em visita técnica à instituição (Archivo Histórico Nacional, 2013), é possível perceber quais são seus fundos desde a época de sua criação. O Arquivo ficou responsável, desde o final do século XIX, por documentos do antigo Santo Ofício e da Inquisição espanhola, bem como de ordem jurídico-administrativa, do Antigo Regime monárquico, em especial aqueles do Concelho de Castilla, Aragon e outros reinos católicos ibéricos da Idade Média, fundos de instituições eclesiásticas e mais tarde documentos do Antigo Regime absolutista espanhol. Evidentemente, vamos nos ater ao período recente, uma vez que a análise não é cronológica nem descritiva, mas sim discursiva.

Se o nível prático é o espelho do real, na primeira análise a representação arquivística acontece de forma similar àquela descrita

na teoria e no percurso histórico do país, ou seja, as práticas no Archivo Histórico Nacional têm uma impressão do desenvolvimento teórico-discursivo da Arquivística espanhola.

As primeiras organizações de seus fundos irão ocorrer por volta de 1871.[19] Trata-se de um guia de fundos que descreve de forma bastante geral os documentos custodiados pelo Arquivo. Percebeu-se que a realidade técnica, ou seja, os estudos de ordem diplomática e paleográfica, influenciaram bastante a organização da instituição.

Nesse guia, a terminologia empregada para os fundos é "seção", e "séries" e "classes" para as subdivisões. Essa era, de início, sua organização classificatória. Nesse mesmo documento, há 266 séries, descritas de maneira resumida, utilizando os preceitos da análise diplomática como subsídio para a descrição.[20]

O final do século XIX e o início do XX assistem ao crescimento e recebimento de mais documentos do Antigo Regime e a novos incrementos de seções, como destaca Cruz Herranz (1996). Por volta de 1920, era esta a sua organização classificatória: 1) Archivos de las Ordenes Monásticas; 2) Archivos de las Órdenes Militares; 3) Archivos del Clero Secular ; 4) Archivo de las Universidades y Colegios; 5)· Archivos de Corporaciones y Particulares; 6) Archivos Judiciales; 7) Archivos Pubernativos; 8) Códices y Cartularios; 9) Papeles del Estado; 10) Heráldica; 11) Sigilografía; 12) Vários.

Com algumas poucas mudanças, os fundos permanecerão os mesmos até meados da década de 1960, no período franquista. Como se pôde constatar analisando os guias e catálogos *in loco*, pouca alteração sofreu essa organização inicial. A grande diferença é que as classes vão se tornando mais genéricas, e nos inventários, ao se descreverem de modo genérico as séries e os catálogos, peça a peça, permanecem, de maneira fundamental, o arranjo e a descrição dos arquivos, respectivamente.

19 Archivo Histórico Nacional. *Inventários del Archivo Histórico Nacional*. Madrid, 1871.

20 *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos I*, n.2, 1871.

Ao longo do século XX, são feitas novas pequenas transferências e reorganizações, com o início de transferências de documentos mais recentes, sobretudo do século XVIII.

Com esse guia, Sanchez Belda (1958) buscou rearranjar o acervo do seguinte modo: 1) Clero Secular y Regular; 2) Ordenes Militares; 3) Estado; 4) Juros; 5) Universidades y Colegios; 6) Sigilografía; 7) Inquisición; 8) Consejos Suprimidos; 9) Códices y Cartularios; 10) Ultramar; 11) Osuna; 12) Diversos.

A atual organização classificatória dos fundos arquivísticos é reflexo do trabalho de Cortés Alonso, que esteve à frente do Archivo Histórico Nacional por muitos anos. O autor propôs a seguinte organização no final da década de 1980:

> 1º Administración del Antiguo Régimen: Consejo y Cámara de Castila, Consejo y Cámara de Aragón, Consejo de Indias, Consejo de Hacienda, Consejo de Cruzada, Estado e Juros
> 2º Administración del Nuevo Régimen:
> Poder Ejecutivo: Ministerios
> Poder Judicial: Audiencias, Tribunal Supremo, Causa General
> Ultramar
> 3º Archivos de Instituciones: Órdenes Militares, Inquisición, Universidades y Colegios y otras instituciones
> 4ª Archivos privados: Clero, Jesuitas, Osuna, archivos particulares
> 5ª Colecciones: Códices y Cartularios. Sigilografía, Microfilm, Diversos, Bibliotecas y Mapas y Planos. (Cortés Alonso, 1987, p.16)

Essa organização refletiu a atual organização do arquivo:

1. Instituciones del antiguo régimen
2. Instituciones contemporáneas
3. Instituciones eclesiásticas
4. Archivos privados
5. Colecciones
6. Reprografía de complemento

(Archivo Historico Nacional, 2013)

Mais recentemente, percebeu-se que são tratados em separado documentos de ordem permanente dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Analisando seu plano de classificação atual, percebe-se uma política de classificação evidentemente ainda voltada para o tratamento e o acesso aos documentos do Antigo Regime.

A organização dos arquivos é feita única e exclusivamente por fundos e coleções, sendo possível visualizar seções e peças documentais. Os catálogos, construídos ao longo dos séculos XIX e XX, servem como base para as descrições utilizando a Isad(G), que possui estrutura semelhante àquela da Norma Española de Descripcion Archivistica, que vem sendo utilizada nos últimos cinco anos.

Os fundos estão classificados em fundos de primeira divisão e de segunda divisão, seguindo-se as séries. A descrição é multinível e vai do geral ao específico, utilizando a Neda. Quer se trate de fundos medievais ou contemporâneos, ou seja, no âmbito do desenvolvimento de políticas de descrição, a norma transformou-se na base para a descrição e a representação arquivística no contexto espanhol.

Assim, percebe-se que a prática, no caso dessa instituição espanhola, tem laços profundos com o desenvolvimento metodológico. Ou seja, no nível institucional, o discurso é semelhante àquele apresentado no nível teórico.

Em comparação com o arquivo canadense, a realidade é bastante diferente, na medida em que, ainda que se trate de uma instituição antiga para os padrões americanos, sua organização, como se descreveu, irá ocorrer apenas a partir da década 1960, com os trabalhos de W. K. Lamb. Nos anos de 1970 e 1980, os arquivos totais, já descritos, fizeram parte da política de aquisição e custódia dos documentos de arquivo.

Essa política, que possuiu reflexos na construção do acervo do Arquivo Nacional canadense, irá perder força nos anos de 1980, época em que não só o Arquivo Nacional, mas toda a classe arquivística começam a se organizar de forma mais ampla no país.

Em uma análise feita em visita técnica e acessando as políticas da instituição, percebeu-se que a Library and Archives Canada

(LAC) hoje tem em seu bojo um conjunto de relações discursivas bastante complexas, na medida em que convivem, em um mesmo centro, uma perspectiva funcional e pós-moderna na macroavaliação, um sistema de política de classificação para análise funcional (Business Activity Structure Classification System – BASCS) e uma descrição construída por meio das Rules for Archival Description (RAD), baseada em fundos. Assim a Library apresenta, em seu universo institucional, a efervescência discursiva que ocorreu e continua ocorrendo no Canadá.

Em termos institucionais, percebe-se uma divisão entre a naturalização presente no discurso "tradicionalista" da Arquivística e o discurso "reformista", ou seja, os novos rumos dados pela Arquivística funcional e pelas políticas de macroavaliação e análise funcional.

O Public Archives, depois National Archives e finalmente Library and Archives Canada, por muito tempo demarcou a atuação dos arquivistas e dos demais arquivos da realidade canadense. Ou seja, em nosso gesto de leitura, o percurso histórico e teórico-discursivo construído encontrou-se com o percurso da instituição mais de uma vez.

A macroavaliação, antes de tornar-se um norte teórico para uma série de pesquisas nos anos 2000, foi desenvolvida e aplicada nos arquivos da Library durante a década de 1990. A análise funcional foi desenvolvida a partir do sistema de gestão documental do Arquivo Nacional australiano, e ela foi uma das primeiras instituições a aplicar a descrição normalizada por meio da Rules for Archival Description.

Dito isso, boa parte da nossa análise e do nosso gesto já aconteceu ao longo do livro, devido à influência da Library no percurso histórico da Arquivística canadense e na construção de políticas que se transformam em abordagens teóricas.

Assim, existe uma paridade discursiva entre o teórico e o institucional, ainda que, no nível da Library, as mudanças ocorram de maneira muito mais rápida e efêmera do que na situação descrita do arquivo espanhol.

Ainda que o discurso da formação discursiva 2 tenha penetrado e partido da Library, existem resistências perceptíveis, uma vez que, por exemplo, a descrição é feita com base nas Rules for Archival Description, e não no Series System defendido por Nesmith, Cook e aplicado em alguns arquivos provinciais, como o de Manitoba.[21]

A junção, em 2004, do National Archives com a National Library representou uma mudança ainda mais acentuada de terreno, na medida em que buscou integrar os serviços em uma única instituição.

A criação da Library levara à criação de uma instituição mista, porém dividida, que acabou por tornar as relações teórico-práticas ainda mais complexas.

Por outro lado, o discurso do Arquivo Nacional brasileiro, como se descreveu ao longo do texto sobre a Arquivística brasileira, reflete, na atualidade, uma perspectiva dividida entre a Arquivística tradicional e a que clama por reformas e revisões.

A sua efetiva organização só começa a ocorrer a partir da década de 1970, ainda que a instituição tenha sido criada no século XIX. Prova disso é o primeiro indício de um sistema nacional de arquivos no final dos anos de 1970 (Jardim, 1995). O Arquivo Nacional funcionou como órgão central do suposto sistema composto por instituições da administração federal. Criou-se nesse mesmo período uma Comissão Nacional de Arquivos (Conarg), com o objetivo de servir como conselho a esse sistema de arquivos.

Com a redemocratização do Brasil, na década de 1980, e a promulgação da Lei n. 8.159, que versou sobre a política nacional de arquivos, foram estabelecidos os poderes e deveres ao Arquivo Nacional enquanto instituição central para o sistema nacional de arquivos.

A lei assegura ao Arquivo Nacional "a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo

21 Provincial Archives of Manitoba. Disponível em: <http://www.gov.mb.ca/chc/archives/>. Acesso em: 15 fev. 2014.

Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos" (Brasil, 1991, Art. 18).

Nos anos de 1990, como se destacou anteriormente, os arquivos e a Arquivística brasileira viveram um momento de consolidação teórico-prática. Essa consolidação, evidentemente, ocorreu embasada na ótica "tradicionalista".

Assim, o Arquivo Nacional alia-se ao discurso presente na teoria arquivística do país.

Neste capítulo, abordamos o percurso discursivo da Arquivística nas tradições estudadas, desvendaram-se certas posições e padrões próprios do discurso produzido no interior da Arquivística, marcado pelas relações entre o Estado e os arquivos.

Na análise, perceberam-se duas formações discursivas que sustentam as práticas arquivísticas e seu desenvolvimento teórico, posições que só foram possíveis devido ao contexto no qual os textos foram criados. Por meio da análise enunciativa, foram exemplificadas as posições do discurso arquivístico.

Considerações finais

O percurso histórico-discursivo da Arquivística é fundamental, uma vez que fornece bases para os estudos de ordem teórico-epistemológica na área. A Arquivística, em seu caráter teórico, é bastante discutida, porém pouco fundamentada em termos históricos e conceituais. Procuramos tratá-la enquanto um domínio com possiblidades científicas, ainda que determinadas pela condição de existência dos arquivos institucionalizados.

Os estudos históricos em Arquivística tendem ao cronológico e descritivo, em um universo particular à própria disciplina. Ou seja, a contextualização histórica não é uma prática comum aos estudos teórico-epistemológicos das disciplinas relacionadas à informação e aos documentos. No caso da Arquivística, esses estudos são bastante escassos, sobretudo em língua portuguesa.

Esforços dessa ordem tendem à naturalização e ao *status* disciplinar da Arquivística, isto é, tratam a teoria de modo evolutivo e contínuo, e a disciplina, como um espaço aberto, passível de interpretação não só no que se refere à sua teoria, mas também ao seu lugar conceitual e histórico. Assim, o espaço aqui discutido não se encontra fechado.

Identificaram-se duas vertentes no núcleo da disciplina Arquivística, uma preocupada com a manutenção e replicação de conceitos

previamente estabelecidos, com características profissionalizantes. Ainda que a nomenclatura se modifique, o conceito e a compreensão permanecem os mesmos. Existe uma mudança aparente e discursiva, porém não constitui uma modificação de terreno real. Por outro lado, tem-se uma perspectiva que irá inovar a partir da década de 1980, aplicando a análise funcional e contextual como prática central em todas as funções arquivísticas. Essa abordagem demonstra, no seu centro, características democráticas, a busca pela socialização dos arquivos e pela superação dos modelos preestabelecidos e da compreensão física dos conceitos arquivísticos, pois os documentos passam a ser produzidos e geridos eletronicamente.

A discussão do percurso espanhol mostrou alguns caminhos da Arquivística local, circunscrevendo seu campo de atuação e o âmbito no qual os arquivos são tratados. Um país com relação direta com os países latino-americanos e com o Brasil, em que a conexão entre o contexto estatal e o aparelho ideológico dita as condições de existência da teoria e da prática arquivística.

As mudanças ocorridas no início do século XIX demarcaram o aparecimento dos arquivos modernos na Espanha. A influência francesa perpetua-se ao longo do século XIX, com o aparecimento da Escuela Superior de Diplomática, incidindo diretamente no perfil dos arquivistas espanhóis, para além daquela época.

O século XX, marcado por instabilidades político-econômicas e pela ditadura franquista, vivenciará dificuldades na ampliação conceitual da Arquivística no país. A situação só começa a alterar-se com a redemocratização, a partir do final da década de 1970.

O discurso produzido pela Arquivística espanhola versará por um viés que apoia as questões metodológicas e técnicas, em detrimento das questões conceituais e epistemológicas, ainda que tenha produzido, mais recentemente, textos voltados para a discussão de teorias.

Proliferam, ao longo dos anos de 1980 e 1990, manuais e obras voltados para a discussão dos parâmetros metodológicos e científicos da Arquivística, endossando a acepção de que a disciplina, na Espanha, por sua condição de existência, estabelece-se de forma

tecnicista e voltada para questões eminentemente histórico-culturais, reflexos de uma prática arquivística iniciada no século XIX.

Como foi discutido ao longo do Capítulo 4, o Canadá apresentou-se como um território fértil para a discussão e a aplicação de ideias inovadoras em seus arquivos, visando melhor representar e permitir o acesso aos documentos de arquivos.

O modo como a Arquivística foi construída no país, com a proximidade com a História e com a importância dada pelos governos locais aos documentos de arquivo, provou-se benéfico para o desenvolvimento teórico da disciplina, ainda que esta só inicie seu percurso teórico de maneira ascendente a partir dos anos de 1960. As décadas seguintes representam o crescimento de uma profissão, em primeira instância, e de um universo de discussão teórico-prática, em segunda instância.

A realidade do discurso pós-moderno/funcional defendido por Cook e Nesmith e outros autores, para além das fronteiras canadenses, apresenta uma interpelação profunda com as discussões de Hurley e outros a respeito do funcionalismo ou não das funções nucleares da Arquivística. A função e a análise funcional assumem, na prática e na teoria canadense, outro patamar, tratando-se de uma mudança de terreno da disciplina. As relações entre Canadá, Austrália e, mais recentemente, África do Sul têm se mostrado campo fértil para a discussão de metodologias para o tratamento de arquivos.

O panorama histórico-discursivo do Canadá apresenta-se de modo profundamente diferente daquele da realidade espanhola. Assim, a dinâmica institucional e ideológica estabelece pontos de "choque" com a realidade europeia, possibilitando uma análise discursivo-histórica interessante sobre como a máquina discursiva funciona na Arquivística.

No que diz respeito ao cenário brasileiro, observou-se maior desenvolvimento da disciplina nos últimos dez anos. Foi apresentado um panorama da teoria arquivística e como ela foi ou não agregada à teoria e à prática brasileira. Assim, intentou-se demarcar o campo histórico-conceitual da Arquivística no Brasil, pois por ele estabelece-se a discursividade da disciplina.

Objetivou-se, na pesquisa que originou este livro, filiar-se a essa trajetória, uma vez que é improvável qualquer teoria desligar-se do seu contexto discursivo e de seu momento no contínuo do espaço–tempo.

Ainda, ao longo dos dois capítulos iniciais, foram abordados aspectos históricos e conceituais da Análise do Discurso, intentando contextualizar as práticas e as teorias da disciplina, para com isso facilitar a compreensão de seus conceitos, que são metodológicos. Por meio dessas noções, trabalhou-se o discurso da Arquivística. Além disso, demarcadas as filiações teóricas, procurou-se não silenciar em relação a nenhum dos aspectos teóricos que contribuíram para a construção da Análise do Discurso filiada à obra de Michel Pêcheux.

Através dos conceitos e do percurso teórico-metodológico da Análise do Discurso, foram realizadas as análises, utilizando a noção de representação arquivística como um recorte para a compreensão da discursividade estabelecida na Arquivística.

Como qualquer outra produção textual, essa análise encontra-se interpelada pelo poder, pela ideologia e por sua própria historicidade, afastando-se da aparente neutralidade e esterilidade/naturalização a que o próprio discurso do gênero científico tenta se prender.

O reconhecimento de uma dualidade constitutiva da linguagem, isto é, do seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado por entradas subjetivas, sociais e históricas, provoca um deslocamento nos estudos de fenômenos extralinguísticos, levando às análises discursivas.

Quando se procedeu à análise, tendo como base o recorte conceitual e o recorte geográfico, percebeu-se uma disciplina em construção, com características comuns a outras áreas, em especial a das Ciências Sociais.

Percebeu-se também que o discurso teórico tem reflexo direto no desenvolvimento (ou não) de práticas voltadas para o tratamento dos arquivos, e estabeleceu-se um percurso histórico e conceitual da Arquivística nos contextos estudados.

A Arquivística, ainda que constitua uma área recente, apresentou, em seu estágio inicial e no desenvolvimento posterior, saltos teóricos e práticos, à medida que ocorriam mudanças institucionais, sociais ou paradigmáticas, que começam a acontecer a partir da década de 1980, uma vez que o campo entra em crise, seja pela descentralização administrativa, seja pela produção eletrônica de documentos.

Os rearranjos metodológicos e o desenvolvimento de novas políticas, como no caso da macroavaliação, buscam preservar de maneira mais eficiente documentos considerados essenciais, para os direitos e deveres fundamentais de determinada sociedade, sem cair na dicotomia reducionista dos valores primários/secundários.

Se em algum momento da história da área a proveniência era compreendida de maneira restrita e o papel do arquivista resumia-se ao de guardião documental, hoje, ainda que a "santidade" da prova paire sob algumas políticas advindas de países europeus, a realidade é que a Arquivística precisa caminhar para além de sua perspectiva moderna.

Foram feitas considerações, com um viés histórico-dicursivo, a respeito do percurso da Arquivística. Essa é uma das características fundamentais da Análise do Discurso, que pode contribuir para desvendar e demonstrar relações que se estabelecem entre áreas do saber, posições ideológicas ocupadas em determinada conjuntura. Também permite focar determinada instituição ou política, ou determinado grupo social que percebe o arquivista ou o descreve.

Em nosso gesto de leitura, buscamos reconhecer padrões, desvendar posições e, no estudo do arquivo da própria Arquivística, reconhecer a disciplina em termos teóricos e institucionais. Um arquivista ou estudioso de Arquivística que conhece a história da sua área está muito mais bem preparado para ampliar e redefinir aspectos de sua atuação, e é só por meio de estudos históricos que se podem provocar mudanças e ampliações em seu campo teórico.

O espaço discursivo nunca é fechado, sempre é passível de novas análises e novas percepções. Estudos de ordem epistemológica são fundamentais para a Arquivística, filiada à Ciência da Informa-

ção, à História e outras disciplinas, porém, sem perder seu caráter específico.

Percebeu-se que existe um caminho reformista na área, e talvez seja esse o caminho para a teoria arquivística. A reforma e a redefinição encontram-se, em maior ou menor grau, em todas as tradições, porém sem uma sistematização ou estudos que identifiquem as diferenças e semelhanças entre as diferentes abordagens reformistas. Assim, estudos futuros poderão ampliar o horizonte de análise e focar especificamente como se dá, em quais lugares e situações o "reformismo" ocorre na Arquivística.

Referências bibliográficas

ADKINS, E. The development of business archives in the United States: an overview and a personal perspective. *American Archivist,* v.60, n.1, p.8-33, 1997.

ALBERCH FUGUERAS, R. *Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento*. Barcelona: Editorial UOC, 2003.

______; CRUZ MUNDET, J. R. *Archivese:* los documentos del poder, el poder de los documentos. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

AlTHUSSER, L. P. *Aparelhos ideológicos de Estado.* 7.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 198p.

ALLEN, H. C. *História dos Estados Unidos da América.* Rio de Janeiro: Forense, 1964. 400p.

ARAUJO, L. I. Formação discursiva como conceito chave para a arqueo-genealogia de Foucault. *Revista Aulas,* v.3, p.1-24, 2007.

ARCHER, J. *A study of archival institutions in Canada.* Kingston, 1969. 600p. Ph.DThesis – Queen's University.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 231p.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

ATHERTON, J. The origins of the public archives records centre, 1897-1956. *Archivaria,* v. 8, p.35-52, 1979.

BARONAS, R. L. *Ensaios em Análise do Discurso*: questões analítico-teóricas. São Carlos: EdUFScar, 2011.

BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes*: tratamento documental. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BARRITT, M. R. Archival training in the land of Muller, Feith, and Fruin: the Dutch National Archives School. *American Archivist*, v.51, n.3, p.336-44, 1988.

BARROS, T. H. B. *A construção discursiva em Arquivística*: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição. Marília, 2010. 132f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciência da informação, Universidade Estadual Paulista.

______; MORAES, J. B. E. A formação discursiva do documento de arquivo: uma análise do discurso. In: VIII CONGRESSO DO MERCOSUL DE ARQUIVOLOGIA. *Anais*... Vinha del Mar, 2007.

______. A construção discursiva em Arquivologia: aspectos conceituais. In: III CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA. *Anais*... Rio de Janeiro, 2008.

______; TOGNOLI, N. B. A tipologia documental e a formação discursiva. In: I FÓRUM INTERNACIONAL DE ARQUIVOLOGIA. *Anais*... 2008.

______; MORAES, J. B. E. A construção discursiva em Arquivística: aspectos culturais e ideológicos. In: ROMERO, N. L. (Org.). *Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento*. 1.ed. Valência: Ed. Universidad Politécnica de Valencia, 2009. v.1, p.499-512.

______. From archives to archival science: elements for a discursive construction. In: GNOLLI, C.; MAZZOCCHI, F. (Orgs.). *Paradigms and conceptual systems in knowledge organization*. Würzburg: Ergon, 2010, p.398-404.

BAK, G. Continuos classification: capturing dynamic relationship among information resources. *Archival Science* 12, n.2, 2012 (Preprint).

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. São Paulo: Ed. da USP, 1976.

BERGER, C. *The writing of canadian history:* aspects of English-Canadian historical writing since 1900. Toronto: University of Toronto Press, 1986.

BEARMAN, D. *Automated systems for archives and museums*: acquisition and implementation. Pittsburgh: Archives & Museum Informatics, 1989.

BONNAFOUS, S. Processus discursifs et structures lexicale: le congrès de Metz (1979) du parti socialiste. *Langages*, n.62, set. 1983.

BRANDÃO, N. H. H. *Introdução à Análise do Discurso*. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

______. *Subjetividade, argumentação, polifonia*: a propaganda da Petrobras. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.

BROTHMAN, B. Declining Derrida*:* integrity*,* tensegrity and the preservation of archives from deconstruction. *Archivaria,* n.48, p.64-85, 1999.

______. Archives, life cycles, and death wishes: a helical model of record formation. *Archivaria*, n.61, p.235-69, 2006.

______. Afterglow: conceptions of record and evidence in archival discourse. *Archival Science*, v.2, n.3-4, p.311-42, 2002.

BROWN, R. Reassessing the "Historical Shunt". *Archivaria*, n.21, p.5-7, 1985-1986.

______. The value of "narrativity" in the appraisal of historical documents: foundation for a theory of archival hermeneutics. *Archivaria*, n.32, p.152-6, 1991.

______. Records acquisition strategy and its theoretical foundation: the case for a concept of archival hermeneutics. *Archivaria*, n.33, p.34-56, 1991-1992.

______. Macro-appraisal theory and the context of the public records Creator. *Archivaria*, n.40, p.40-74, 1995.

BUTLER, C. *Postmodernism*: a very shot introduction. New York: Oxford University Press, 2002.

BURANT, J. Doughty's Dream: a visual reminiscence of the public archives. *Archivaria,* v.48, p.117-30, 1999.

CALDEIRA, J. R. C. *IEB*: origem e significados: uma análise do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CANADA. Library and Archives Canada. Royal warrant for victualling the forces in North America 1752-1760. Disponivel em: <http://collectionscanada.gc.ca/pam_archives/index.php?fuseaction=genitem.displayItem&lang=eng&rec_nbr=101256&rec_nbr_list=2388853,2388855,2388854,2388856,101256,122562,99903,183814,102280,2388831>. Acesso em: 10 ago. 2012.

______. Library and Archives Canada. Business Activity Structure Classification System (BASCS). Disponível em: <http://www.collectionscanada.gc.ca/007/002/007002-2089-e.html>. Acesso em: 1 jun. 2012.

______. Library and Archives Canada. *Appraisal methodology*: macro--appraisal and functional analysis, 2001. Disponível em: <http://www.collectionscanada.gc.ca/government/disposition/007007-1035-e.html>. Acesso em: 1 set. 2012.

CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES. *The Canadian Archival System:* a Report on the Needs and Priorities of Archives. Ottawa: National Archives, 1989.

CARROLL, C. David parker: the "father" of archival arrangement at the public archives of Canada. *Archivaria*, v.16, p.50-4, 1983.

CASTRO, A. M. M. A formação e a profissão do arquivista no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, I. *Anais*... Associação dos Arquivistas Brasileiros. Rio de Janeiro, 1972. Brasília, 1979.

CHARLAND, J.-P. *Une histoire du Canada contemporain de 1850 à nos jours*. Montreal: Presses Universitaries Septentrion, 2007.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004. 500p.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Nobrade:* Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Banco de teses e dissertações. Disponível em: < http://capesdw.capes.gov.br/capesdw>. Acesso em: 2 maio 2013.

COOK, T. Archives yesterday: a glimpse at the enthusiasms and tribulations of sir Arthur Doughty. *Archivaria*, n.1, p.113-5, 1975.

______. The tyranny of the medium: a comment on "Total archives". *Archivaria*, n.9, p.10-6, 1979.

______. From information to knowledge: an intellectual paradigm for archives. *Archivaria*, n.19, p.28-49, 1984.

______. Shadows in the Canadian archival zeitgeist: the jeremiad of terry eastwood reconsidered. *Archivaria*, n.22, p.156-62, 1986.

______.Introduction archival legacy of the department of the interior. *Archivaria*, v.25, p.73-83, 1987.

______. Many are called but few are chosen: Appraisal Guidelines for Sampling and Selecting Case Files. *Archivaria*, v.32, p.25-50, 1991.

______. Documentation strategy. *Archivaria*, v.34, p.181-91, 1992.

______. The concept of the archival fonds in the post-custodial era: theory, problems and solutions. *Archivaria*, v.35, p.24-37, 1993.

______. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, v.43, p.18-63, 1997.

______. Fashionable nonsense or professional rebirth: postmodernism and practices of archives. *Archivaria*, v.51, p.14-35, 2001a.

______. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science*, v.1, n.1, p.3-24, 2001b.

______. The english report' and archives: a critical appreciation. *Archivaria*, n.53, p.115-21, 2002.

______. An archival revolution: W. Kaye Lamb and the transformation of the archival profession. *Archivaria,* n.60, p.186-234, 2005a.

______. Hugh A. Taylor, 1920-2005. *Archivaria*, n.60, p.285-72, 2005b.

______. *Hugh Taylor contribution to macroaprassial* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <sean.vogel@gmail.com > em 20 de setembro 2013.

COX, R. J. American archival history: its development, needs, and opportunities. *American Archivist*, v.46, n.1, p.31-41, 1983.

______. *American archival analysis:* the recent development of the archival profession in the United States. Scarecrow Press: Lanham, 1990.

______. Lester J. Cappon and the relationship of history, archives, and scholarship in the golden age of archival theory. *The American Archivist*, v.68, n.1, p.74-112, 2005.

______. The Federal Government's interest in Archives of the United States. In: BUCCI, O. (Ed.). *Archival Science on the Threshold of the Year 2000*. Macerata: Ed. Universita degli studi di Macerata, 1992.

______. *Archival anxiety and the vocational*. Calling Litwin Books: Duluth, 2012.

DUCROT, C. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

CORTÁZAR, F. G.; VESGA, J. M. G. *História de Espanha*: uma breve história. Barcarena: Editorial Presença, 1997.

CORTÉS ALONSO, V. La documentación del Consejo de Indias en el Archivo Histórico Nacional, Madrid. *Revista de Indias*, v.47, n.179, p.13-37, 1987.

COURTINE, J. J. A estranha memória da Análise do Discurso. In: FERREIRA, M. C. L.; INDURSKY, F. (Orgs.). *Michel Pêcheux e a Análise do Discurso*: uma relação de nunca acabar. 2.ed. São Carlos: Claraluz, 2007. p.25-50.

______. *Análise do discurso político*: o discurso comunista. São Carlos, EdUFSCar, 2009.

______. *Metamorfoses do discurso político. Derivas da fala pública.* São Carlos: Claraluz, 2006.

COUTURE, C. Taking stock: the evolution of archival science in Québec. *Archivaria,* n.59, p.27-39, 2005.

______; ROUSSEAU, J. Y. *Fundamentos da disciplina Arquivística.* Lisboa: Dom Quixote, 1998.

CREIGHTON, D.; WRIGHT, D. Canada's First Century. Ottawa: Oxford Universtiy Press, 2012.

CRUZ HERRANZ, L. M. de La. Panorama de los archivos españoles durante el siglo XIX y primer tercio del siglo XX. In: GENERELO, J. J.; LÓPEZ, A. M. *Historia de los Archivos e de la Archivistica en España*. Valladolid: Ed. Universidad de Vallavolid, 1998. p.119-60.

______. La organización de los fondos del Archivo Histórico Nacional (1866-1989). *Boletin Anabad*, Madrid, v.XLVI, n.1, p.63-95, jun. 1996.

CRUZ MUNDET, J. M. Archivística: gestión de documentos y administración de archivos. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

______. *Manual de Archivística*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2001

______. Princípios, términos y conceptos fundamentales. In: MUNDET, J. R. C. *Administración de documentos y archivos:* textos fundamentales. Madrid: Guillomía Comunicación Gráfica, 2011. p.15-35.

DAVIES, D. *Thinking outside the box:* re-imagining archival description with the "series" system. Winnipeg, 2003. 110f. Dissertação (Mestrado) – Master of Arts on Archival Studies, Departament of History, University of Manitoba. Disponível em: <http://www.collectionscanada.gc.ca/obj/s4/f2/dsk4/etd/MQ91217.PDF>. Acesso em: 20 jan. 2013.

DELMAS, B. *Arquivos para quê?* São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DERRIDA, J. Estrutura, signo e jogo no discurso das Ciências Humanas. In: MACKSEY, R.; DONATO, E. (Eds.). *A controvérsia estruturalista:* as linguagens da crítica e as ciências do homem. São Paulo: Cultrix, 1972.

DICK, J. E. et. al. Total archives come apart. *Archivaria*, v.11, p.224-7, 1980-1981.

DOSSE, F. *História do estruturalismo.* Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. v.1.

______. *História do estruturalismo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994. v.2.

______. *A história à prova do tempo*: da história de migalhas ao resgates dos sentidos. São Paulo: Ed. da Unesp, 2001.

DRYDEN, J. A tower of Babel: standardizing archival terminology. *Archival Science*, v.5, p.1-16, 2005.

DUCHEIN, M. The History of European archives and the development of the archival profession in Europe. *American Archivist*, Chicago, v.55, p.14-25, 1992. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/40293621?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21103468649113>. Acesso em: 1 out. 2013.

DUFF, W.; HARRIS, V. Stories and names: Archival description as narrating records and constructing meanings. *Archival Science*, n.2, p.263-85, 2002.

DURANTI, L. *Diplomática*: usos nuevos para una antigua ciencia. Trad. Manuel Vázquez. Carmona: Sevilla, 1996.

______. *The international research on permanent authentic records in electronic systems (InterPares).* Disponível em: <http://www.interpares.org/>. Acesso em: 5 set. 2009.

DURANTI, L. et al. *Preservation of the integrity of electronic records*. Boston: Kluwer Academic Publishers, 2002.

EAGLETON, T. *Ideologia:* uma introdução. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

EASTWOOD, T. Jenkinson's writings on some enduring archival themes. *American Archivist* , v.67, p.31-44, 2004.

______. Putting the parts of the whole together: systematic arrangement of archives. *Archivaria*, v.2, n.50, p.93-116, 2000.

______. What is archival theory and why is it important? *Archivaria*, v.37, p.122-30, 1994.

______; GOSNELL, E. O. S. Scolefield and the founding of the provincial archives of British Columbia, 1894-1919. *BC Studies*, n.54, p.38-62, 1982.

______. Attempts at national planning for archives in Canada, 1975-1985. *The Public Historian*, v.8, n.3, p.74-91, 1986.

______. Going nowhere in particular: the association of Canadian archivists ten years after. *Archivaria*, v.21, p.186-90, 1985-1986.

FERREIRA, M. C. L. O quadro atual da Análise do Discurso no Brasil – um breve perâmbulo. In: FERREIRA, M. C. L.; INDURSKY, F. (Orgs.). *Michel Pêcheux e a Análise do Discurso:* uma relação de nunca acabar. 2.ed. São Carlos: Claraluz, 2007. p.13-22.

FISCHER, R. M. B. A Análise do Discurso: para além de palavras e coisas. *Educação & Realidade*, v.20, n.2, p.18-37, jul.-dez. 1995.

FONSECA, M. O. K. *A Arquivologia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

FOSCARINI, F. Records classification and functions: an archival perspective. *Knowl. Org.*, v.33, n.4, p.188-98, 2006.

______. *Functional-based classification systems:* an exploratory study of records management practices in central banks. Vancouver, 2009. 349f. Phd Thesis (Doctor of Philosophy) – Library, Archival and Information Studies Course, University of British Columbia.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 3.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

______. *Arqueologia do saber*. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

______. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREDRIKSSON, B. Postmodernistic Archival Science: rethinking the methodology of a science. *Archival Science*, n.3, p.177-97, 2003.

FREITAS, L. S. *Na teia dos sentidos:* Análise do Discurso da Ciência da Informação sobre a atual condição da informação. São Paulo, 2001. 245f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciência da Comunicação, Universidade de São Paulo.

FUERTES, J. A. M. La evolución de la Archivística como disciplina en España (años 1975-2000). In: PRIMER CONGRESO UNIVERSITARIO DE CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN, 1. *Anais...* Madrid: Ed. Universidad Complutentese de Madrid, 2000. p.697-707.

GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso:* uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

GALLEGO DOMINGUEZ; LOPEZ GÓMES. *Clasificación de fondos de los archivos históricos provincials.* Madrid: Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes, Archivos y Bibliotecas, Subdirección General de Archivos, 1989.

GALLOWAY, P. Archives, power and history: dunbar rowland and the beginning of the State Archives of Mississippi. *American Archivist*, v.69, 2006.

GENERELO, J. J.; MORENO LÓPES, A. (Coords.). *Historia de los archivos y de la Archivística em España*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, Universidad de Valladolid, 1998.

GREGOLIN, M. R. *Foucault e Pêcheux*: na Análise do Discurso – diálogos & duelos. São Carlos: Claraluz, 2006.

______. *Análise do Discurso:* história, epistemologia, exercícios analíticos. Araraquara, 2008. Texto crítico de livre-docência em Análise do Discurso. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

GUESPIN, L. Problematique des travaux sur le discourse politique. *Langages*, v.23, p.3-24, 1971.

HARRIS, Z.S. Discourse Analysis: a sample text. *Langage,* v.28, n.4, 1952.

HAMEL, J. *Brief history of the writing (and re-writing) of Canadian National History*. Saskatchatoon, 2009. 197f. Dissertação. (Mestrado) – The College of Graduate Studies and Research, University of Saskatchewan.

HARVEY, D. C. Douglas Brymner, 1823-1902. *Canadian Historical Review*, v.24, n.3, p.249-52, 1943.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da "Análise Automática do Discurso" de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma Análise Automática do Discurso:* uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p.13-36.

HEREDIA HERRERA, A. *Manual de instrumentos de descripción documental*. Sevilla: Diputación Provincial, 1982.

______. *Archivística General:* teoría y práctica. 7.ed. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1995.

______. Archivos y archiveros entre la Guerra Civil y la España de las Autonomias. In: GENERELO, J. J.; LÓPEZ, A. M. *Historia de los Archivos e de la Archivistica en España.* Valladolid: Ed. Universidad de Vallavolid, 1998. p.175-89.

HOLMES, O. W. Archival arrangement: five different operations at five different levels. *American Archivist*, Chicago, v.3, n.27, p.21-41, 1964.

HORSMAN, P.; KETELAAR, E.; THOMASSEN, T. New respect for the old order: the context of the dutch manual. *American Archivistic*, n.66, p.249-70, 2003.

HURLEY, C. What, if anything, is a function? *Archives and Manuscripts*, v.21, n.2, p.208-20, 1993.

______. Ambient functions: abandoned children to zoos. *Archivaria* 40, p.21-39, 1995.

______. Problems witch Provenance. *Archives and Manuscripts*, v.23, n.2, p.234-59. Disponível em: <http://www.infotech.monash.edu.au/

research/groups/rcrg/publications/provenance.html>. Acesso em: 10 jul. 2012.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e outras vozes.* Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. 15489-1 Information and documentation: records management, 2001.

JARAMILLO GUERREIRA, M. A. Los archivos y la Guerra Civil (1936-1939). In: GENERELO, J. J.; LÓPEZ, A. M. *Historia de los Archivos e de la Archivistica en España.* Valladolid: Ed. Universidad de Vallavolid, 1998. p.161-74.

JARDIM, J. M. O conceito e a prática da gestão de documentos. *Acervo,* v.2, n.2 p.35-42, 1987.

______. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil.* Niterói: Ed. da UFF, 1995.

______. *Transparência e opacidade do Estado no Brasil:* usos e desusos da informação governamental. Niterói: Ed. da UFF, 1999.

______; FONSECA, O. M. *A formação do arquivista no Brasil.* Niterói: Ed. da UFF, 1999.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia.* 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

JENKINSON, H. *Selected writings of Sir Hilary Jenkinson.* Gloucester: Alan Sutton, 1980.

______. *A manual of archive administration:* including the problems of war archives and archive making. Oxford: The Clarendon Press, 1922.

KETELAAR, E. Archivist research saving the profession. *American Archivist*, n.63, p.322-40, 2000.

______.Time future contained in time past: archival science in the 21st century. *Journal od the Japan Society for Archival Science*, v.1, p.20-35, 2004. Disponível em: <http://fketelaa.home.xs4all.nl/publication.html>. Acesso em: 1 jul. 2013.

______ et al. Archival theory and the dutch manual. *Archivaria,* n.41, p.31-40, 2003.

LAMB, K. W. Presidential address. *Canadian Historical Association,* Report, 1958.

______. The fine art of destruction. In: HOLLAENDER, A. *Essays in Memory of Sir Hilary Jenkinson*. Chicago: SAA, 1962.

______. The archivist and the historian. *The American Historical Review,* v.68, n.2, p.385-91, 1963.

______. The changing role of the archivist. *American Archivist*, v.29, n.1, p.1-8, 1966.

______. The modern archivist: formally trained or self-educated. *American Archivist,* v.21, n.2, p.175-85, 1968.

LÓPES GOMES, P. La Archivística española en la actualidad: sy evikycuib entre 1975 y 1995. In: GENERELO, J. J.; LÓPEZ, A. M. *Historia de los Archivos e de la Archivistica en España.* Valladolid: Ed. Universidad de Vallavolid, 1998. p.191-240.

______. Archival science in Spain between 1975 and 2005: a review. *Archival Science*, n.7, p.254-87, 2007.

LOPES, L. C. A quadratura do círculo: a informação e algumas questões arquivísticas brasileiras. *Ciência da Informação*, Brasília, v.23, n.3, p.359-69, 1994.

______*A informação e os arquivos:* teorias e práticas. Niterói: EdUFF; São Carlos, EdUFSCar, 1996.

______. *A gestão da informação:* as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: Aperj, 1997.

______. *A imagem e a sombra da Arquivística*. Rio de Janeiro: Aperj, 1998.

MALDIDIER, D. Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. In: ORLANDI, E. P. *Gestos de leitura:* da história no discurso. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994. p.15-28.

______. *A inquietação do discurso*: (re)ler Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

______; GUILHAUMOU, J. Efeitos de arquivo Análise do Discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. P. *Gestos de leitura:* da história no discurso. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994. p.163-83.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

______. *Análise de textos de comunicação.* Tradução Cecília P. de Souza-e--Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2005.

MARANDIN, J. M. Problèmes d'analyse du discours. Essai de decription du discours français sur la Chine. *Langage*, v.55, p.17-88, 1979.

MARQUES, A. A. C. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil*. Brasília, 2007. 298f. Dissertação (Mestrado em Ciência da informação) – Universidade de Brasília.

______. *Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no brasil*. Brasília, 2011. 399f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília.

MARTÍN-POZUELO, M. P. *La construcción teórica en Archivística*: el pricipio de procedencia. Madrid: Ed. Universidad Carlos III, 1996.

______. Hacia la formalización de la teoria archivista: el principio de procedencia. In: GENERELO, J. J.; LÓPEZ, A. M. *Historia de los Archivos e de la Archivistica en España.* Valladolid: Ed. Universidad de Vallavolid, 1998. p.43-70.

______. *En torno a una tradicción archivística ibérica y sus consecuencias en el uso de los archivos*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS DE TRADIÇÃO IBÉRICA, 1., 2000, Rio de Janeiro. *Anais*... Rio de Janeiro: Conarq, 2000. v.1, p.1-16. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/en_torno_a_una_tradiccin_archivstica_ibrica.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2014.

MILLAR, L. Discharging our debt: the evolution of the total archives concept in English Canada. *Archivaria*, n.46, p.103-46, 1998.

______.The death of the fonds and the resurrection of provenance: archival context in space and time. *Archivaria*, v.53, p.1-15, 2002.

MILLER, T. The German registry: the evolution of a recordkeeping model. *Archival Science*, v.3, n.1, p.43-63, 2002.

MOORE, C. *The loyalists*: revolution, exile, settlement. Toronto: University of Toronto Press, 1997.

MINISTÉRIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DESPORTO. *Modelo Conceptual de Descripción Archivística y Requisitos de Datos Básicos de las Descripciones de Documentos de Archivo, Agentes y Funciones.* Sevilha: Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística, 2012.

NESMITH, T. Archives from the bottom up: social history and archival scholarship. *Archivaria*, v.14, p.5-26, 1985.

______. Archivaria after ten years. *Archivaria*, n.20, 1985.

______. Toward the Discipline of Archives. *Archivaria*, n.19, 1984-1985.

______. The archival perspective. *Archivaria*, n.22, 1986.

______. Still fuzzy, but more accurate: some thoughts on the "Ghosts" of Archival Theory. *Archivaria*, v.47, 1999.

______. Seeing archives: postmodernism and the changing intellectual place of archives. *American Archivist*, v.50, p. 90-132, 2002.

______. What's history got to do with it? Reconsidering the place of historical knowledge in archival work. *Archivaria*, 57, 2004.

______. *The foundation of ACA*. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <thiagobarros@shaw.ca> em 10 jan. 2013.

______. *Hugh Taylor contribution* [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <sean.vogel@gmail.com > em 10 de janeiro de 2014

ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura:* da história no discurso. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

______. *Discurso e leitura*. 5.ed. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1999.

______. A Análise do Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: FERREIRA, M. C. L.; INDURSKY, F. (Orgs.). *Michel Pêcheux e a Análise do Discurso:* uma relação de nunca acabar. 2.ed. São Carlos: Claraluz, 2007. p.75-88.

______. *Análise de Discurso:* princípios e procedimentos. 2.ed. Campinas: Pontes, 2007.

______. A Análise de Discurso e seus entremeios: notas a sua história no Brasil. *Caderno de Estudos Linguísticos,* n.42, p.21-40, jan.-jun. 2002.

______. Claude Lévi-Strauss, Michel Pêcheux e o estruturalismo. *ComCiência,* v.108, p.1-3, 2009.

ORMSBY, W. The public archives of Canada, 1948-1968. *Archivaria,* n.15, p.36-46, 1982-1983.

ORR, S. A. *Functional-based classification of records:* is it functional? Newclaste, 2005. 170f. MA Thesis (Mestrado) – Master of Science in Records Management Course, Northumbria University.

PAVEL, T. *A miragem linguística*. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões e deslocamentos. Tradução José Horta Nunes. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas: IEL/Unicamp, n.19, p.7-24, jul.-dez. 1990.

______. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura:* da história no discurso. Tradução B. Mariani et al. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994. p.55-66.

______. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997a.

______. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997b. p.293-304.

______. A Análise de Discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma Análise Automática do Discurso:* uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997c, p.311-8.

______. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma Análise Automática do Discurso*: uma introdução à

obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997d, p.61-151.

______. Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas. *Escritos*, n.4, p.7-16, 1998a.

______. Sobre os contextos epistemológicos da Análise do Discurso. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre: UFRGS, v.1, n.1, p.47-55, nov. 1998b.

______. *Discurso:* estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2008.

______. O estranho espelho da Análise do Discurso. In: COURTINE, J.-J. *Análise do discurso político:* o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFScar, 2009.

______; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma Análise Automática do Discurso:* uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997e, p.163-252.

PHILLIPS, W. D.; PHILLIPS, C. R. *A concise history of spain*. 3.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

POSNER, E. et al. In memoriam. *Americam Archivistic,* v.33, n.2, p.190-202, 1970.

POZUELO CAMPILLOS, M. P. M. En torno a una tradicción archivística ibérica y sus consecuencias en el uso de los archivos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS DE TRADIÇÃO IBÉRICA, 1., 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Conarq, 2000. v.1, p.1-16. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/en_torno_a_una_tradiccin_archivstica_ibrica.pdf. Acesso em: 2 jan. 2014.

PUBLIC ARCHIVES OF CANADA. *Archives:* mirror of Canada past. Toronto: Public Archives of Canda, 1972.

RANEY, T. As Canadian as possible... under what circumstances? Public opinion on national identity in Canada outside Quebec. *Journal of Canadian Studies/Revue d'Études Canadiennes*, v.43, n.3, p.5-29, 2009.

RECOEUR, P. Estrutura e hermenêutica. In: LIMA, L. C. (Org.). O estruturalismo de Lévi-Strauss. Petrópolis: Vozes, 1970.

RODRIGUES, J. H. *A situação do Arquivo Nacional.* Rio de Janeiro: Ministério de Justiça e Negócios Interiores, 1959.

RIBEIRO, F. *Os arquivos na era pós-custodial*: reflexões sobre a mudança que urge operar. In: ENCONTROS DO OUTONO – MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO – BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS, 4.,Vila Nova de Familiação, Casa das Artes, 2001. Dis-

ponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10091.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2013.

ROMERO, R. M. La biblioteca de la Escuela Superior de Diplomática: la presencia de la Historia Antigua en la enseñanza española del siglo XIX a través de sus fondos. *Gerión*, v.1, n.23, p.345-70, 2003.

ROBIN, R. *História e Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1997.

SABOURIN, P. Constructing a funcional-bases recrods classification system: business activity sctructure classification system. *Archivaria*, v.51, p.137-54, 2001.

SAGE, W. *Sir George Arthur and his admin, of upper Canada*. Toronto: Forgotten Books, 2012.

SÁNCHEZ BELDA, L. *Guía del Archivo Histórico Nacional*. Valencia: Tipografía Moderna, 1958.

SANTOS, P. R. E. *A Arquivística no laboratório*: história, teoria e métodos de uma disciplina. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCOTT, P. J. The record group concept: a case for abandonment. *American Archivist*, v.9, p.493-504, 1966.

______; FINLAY, G. Archives and administrative change: some methods and approaches. Part I. *Archives and Manuscripts*, v.7, n.3, p.115-27, 1978.

______ et al. Archives and administrative change: some methods and approaches. Part 2. *Archives and Manuscripts*, v.7, n.4, p.151-65, 1979.

______. Archives and administrative change: some methods and approaches. Part 3. *Archives and Manuscripts*, v.8, n.1, p.41-54, 1980a.

______. Archives and administrative change: some methods and approaches. Part 4. *Archives and Manuscripts*, v.8, n.2, p.51-69. 1980b.

______. Archives and administrative change: some methods and approaches. Part 5. *Archives and Manuscripts*, v.9, n.1, p.3-15, 1981.

SHEPHERD, E.; YEO, G. *Managing records:* a handbook of principles and practice. London: Facet, 2003.

SCHELLENBERG, T. R. European practices in arranging records. *National Archives Staff Information Circular*, n.5, 1939.

______. *Arquivos modernos:* princípios e técnicas. Tradução Nilza Teixeira Soares. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

______. *Modern archives:* principles & techniques. Chicago: Society of American Archivists, 2003.

SHORE, M. (Ed.). *The Contested Past:* Reading Canada's History. Selections from the Canadian Historical Review. Toronto: University of Toronto Press, 2002

SMITH, W. I. "Total archives": The Canadian experience. *Archives et Bibliotheques de Belgique,* v.57, n.1-2, 1986.

______. *"Introduction", archives*: mirror of Canada past. Toronto: University of Toronto Press, 1972. p.9-10.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. *Glossary of archival and records terminology*. Disponível em: <www.archivists.org/>. Acesso em: 10 jan. 2010.

SOUSA, R. T. B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. *Organização e representação do conhecimento*. Brasília: Thesaurus, 2003. p.240-69.

______. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. *Arquivística.net,* v.2, n.2, p.120-42, 2006.

STAPLERTON, R. Jenkinson and Schellenberg: comparison. *Archivaria,* n.17, p.65-85, 1983.

SWIFT, M. D. The Canadian archival scene in the 1970s: current development and tends. *Archivaria,* v.15, p.47-57, 1982-1983.

TAMAYO, A. *Archivística, diplomática y silografia*. Madrid: Catedra, 1996.

TAYLOR, H. The archivist, the letter, and the spirit. *Archivaria,* n.43, p.1-16, 1997.

______. Canadian archives: patterns from a federal perspective. *Archivaria,* v.1, n.2, 1976.

______. Chip monks at the gate: the impact of technology on archives, libraries and the user. *Archivaria,* n.33, 1991-1992.

______. Documentary art and the role of the archivist. *American Archivist,* n.42, p.417-28, 1979.

______. Information ecology and the archives of the 1980s. *Archivaria,* n.18, p.25-37, 1984.

______. The media of record: archives in the wake of McLuhan. *Georgia Archive,* v.6, n.1, 1978.

______. My very act and deed: some reflections on the role of textual records in the conduct of affairs. *American Archivist,* v.51, n.4, p.456-69, 1988.

______. Recycling the future: the archivist in the age of ecology. *Archivaria,* n.35, p.203-13, 1993.

______. Transformation in the archives: technological adjustment or paradigm shift? *Archivaria*, n.25, p.12-28, 1987-1988.

______. Through the minefield. *Archivaria*, n.21, p.180-5, 1985-1986.

THE ROYAL COMMISSION ON NATIONAL DEVELOPMENT IN THE ARTS, LETTERS, AND SCIENCES (Massey Commission), 1949-1951. Report, cap. 10, Archives, cap. 12, p.335-45. Public Records and Archives, and Appendix VIII, p.491-93.

THOMAS, L. H. *The renaissance of Canadian history*: a biography of A. L. Burt. Toronto: University of Toronto Press, 1975.

TORREBLANCA LÓPEZ, A. La Escuela Superior de Diplomática y la política archivística. In: GENERELO, J. J.; LÓPEZ, A. M. *Historia de los Archivos e de la Archivistica en España*. Valladolid: Ed. Universidad de Vallavolid, 1998. p.71-118.

TUSELL, J. *Spain:* from dictatorship to democracy. 4. ed. Oxford: John Wiely & Sons Ltd, 2011.

WEBER, B. L. Archival description standards: concepts, principles and methodologies. *American Archivists*, v.55, 1989.

WILSON, I. E. Short and doughty: the cultural role of the public archives of Canada, 1904-1935. *The Canadian Archivist*, v.2, n.4, 1973.

______. A noble dream: the origins of the public archives of Canada. *Archivaria*, n.15, p.4-25, 1982-1983.

______. One of the closest and truest of friends I have ever had': Mackenzie King, Arthur Doughty, and the Public Archives of Canada. In: ENGLISH, J.; McLAUGHLIN, K.; LACKENBAUER, P. W. (Eds.). Mackenzie King: Citizenship and Community; Toronto: Robin Brass Studio, 2002.

______. In memorian Dr. Wilfred I. Smith: an archival tribute. *Archivaria*, n.46, p.175-9, 1998.

YAKEL, E. Archival representation. *Archival Science*, n.3, p.1-25, 2003.

______. Who represents the past? Archives, records and social web. In: COOK, T. (Ed.). *Controling the past:* documenting society and institutions. Chicago: Society of American Archivists, p.257- 78, 2011.

YEO, G. The conceptual fonds and the physical collection. *Archivaria*, v.73, p.43-80, 2012.

Sobre o autor

Thiago Henrique Bragato Barros. Professor adjunto da Universidade Federal do Pará, na Faculdade de Arquivologia/ICSA. Líder do grupo de pesquisa Representação em Arquivos e Bibliotecas. Possui graduação em Arquivologia (2007), mestrado (2010) e doutorado (2014) em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Durante o doutorado, realizou estágio sanduíche na University of Manitoba (2012-2013), sob a orientação de Tom Nesmith. Foi coordenador do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará (2014-2015). Atualmente, é diretor da Faculdade de Arquivologia (2015-2017). É membro da International Society for Knowledge Organization (ISKO). Tem trabalhado com temáticas voltadas para a Linguística aplicada à Ciência da Informação, Epistemologia, Arquivística e Representação Arquivística.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm
Mancha: 23,7 x 42,5 paicas
Tipologia: Horley Old Style 10,5/14

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral
Maria Luiza Favret